

QUARTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 2009

PRESIDÊNCIA: BUZEK

Presidente

(A sessão solene tem início às 15H05)

1. Sessão solene - Vigésimo aniversário da mudança democrática na Europa Central e Oriental

Presidente. – Antes de começarmos, gostaria de dizer que estive a trocar opiniões com o Presidente Havel, o que, posso garantir-vos, seria algo inimaginável há vinte cinco anos atrás!

(Aplausos)

Minhas Senhoras e meus Senhores, esta sessão solene do plenário visa comemorar o 20.º aniversário da mudança democrática na Europa Central e Oriental.

Senhor Presidente Václav Havel, Senhor Presidente em exercício do Conselho e Primeiro-Ministro da Suécia, Senhor Presidente da Comissão, caros colegas, minhas Senhoras e meus Senhores, caros convidados, o dia de hoje é muito especial e recebemos, no Parlamento Europeu, um homem que em muito contribuiu para a história da Europa.

Há dois dias assistimos, pela segunda vez, à queda do Muro de Berlim, agora sob a forma simbólica de peças de dominó. Hoje o Parlamento acolhe um homem que esteve entre aqueles que, há vinte anos, deitaram abaixo as peças – um escritor, um intelectual, um ser humano extraordinário. Um amigo de todos quantos lutam pela liberdade e pelos direitos humanos onde ainda não existem, o Presidente Václav Havel. Caro Václav, seja bem-vindo!

(Aplausos)

Não esqueçamos que o comunismo foi derrubado por pessoas vulgares: trabalhadores, académicos, escritores, milhões de pessoas que, para lá da Cortina de Ferro, nunca cederam à opressão. Dispunham apenas, como armas contra os tanques, de enorme coragem e uma forte determinação. Correram inumeráveis riscos durante as décadas em que foram subjugados, mas acabaram por triunfar, pois os sonhos dos homens são mais fortes do que muros de betão, do que sistemas políticos assassinos. Porém, também aqueles que os ajudaram do outro lado da Cortina de Ferro desempenharam um papel significativo, ao dizer aos cidadãos de Leste que não estavam sós. Apenas graças a todas essas pessoas a reconciliação histórica entre Leste e Ocidente, a reunificação da Europa, foi possível. Aos seus olhos, Václav Havel foi, e continua a ser, um herói.

Em 1989, estudantes do meu país saíram à rua exigindo a libertação de Václav Havel. Pouco depois Václav Havel tornava-se Presidente de uma Checoslováquia livre, Presidente de Checos e Eslovacos, herói para todos.

Tal como 20 anos antes disso, em 1968, quando a Checoslováquia se tornou independente, o herói comum dos Eslovacos e dos Checos era um Eslovaco, Alexander Dubček.

Senhor Presidente, caro Václav, em 1987 uma imprensa clandestina imprimiu duas peças suas. A capa ficou gravada na minha memória, com a figura de um homenzinho triste que parece perdido e com poucas ferramentas para a vida e que ergue dois dedos em sinal de vitória. Um pobre homem insignificante. Esta imagem diz claramente que todos os seres humanos nascem livres e têm direito a viver em liberdade. É esse o maior desafio para o nosso Parlamento, ser um Parlamento que representa Europeus livres.

Permitam-me agora apresentar um rápido filme que nos recordará aquilo que se passou há mais de 20 anos na Europa.

Minhas Senhoras e meus Senhores, eis Václav Havel.

Começou a escrever muito cedo e nunca parou, nem sequer durante os quatro períodos em que esteve detido, num total de cinco anos. A sua escrita sempre foi directa e honesta, sensível, bela.

A Carta 77 nasceu numa iniciativa de cooperação entre as oposições checa e polaca que, posteriormente, englobou também as oposições de outros países do Bloco de Leste. Václav Havel era a principal força por trás do movimento. Perseguiu a verdade com coragem e grande modéstia, como aliás Zbigniew Herbert, um poeta que se opôs ao regime e que escreveu: "Tivemos um pouco de coragem mas, sobretudo, foi uma questão de gosto".

Václav, felicito-o por nunca ter perdido o bom gosto!

Minhas Senhoras e meus Senhores, o Presidente Václav Havel.

(Aplausos)

Václav Havel, *antigo Presidente da República Checa*. – (CS) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de vos agradecer o convite e a oportunidade de me dirigir a vós nos dias que assinalam o vigésimo aniversário da abertura dramática das fronteiras fechadas, do corte do arame farpado e do deitar abaixo dos muros entre as nações europeias e, no caso da Alemanha, do muro que dividiu uma e a mesma nação. Foi o fim da divisão bipolar, não só da Europa, mas, em grande parte, também de todo o mundo. Foi um momento de tal importância histórica que muitas pessoas pensaram que, a partir dali, o mundo não iria senão prosperar.

Não foi isso que aconteceu. A história não acabou, como é óbvio, o que torna tanto mais importante compreender este aniversário não só como um apelo à reflexão sobre o presente, mas, acima de tudo, como um apelo a que se pense no futuro. Gostaria de contribuir para este apelo com cinco comentários sobre o tema da unificação europeia.

Nenhum de nós estava completamente preparado para a queda surpreendentemente rápida da Cortina de Ferro, nem podia estar. Não teria sido natural. Por isso, depois, seguiu-se um período de dilemas específicos, de ponderação de várias alternativas e de incerteza. A NATO acabou por dar o passo corajoso de admitir novos membros, garantindo, assim, a segurança dos mesmos e permitindo-lhes concentrarem-se na preparação da adesão à União Europeia. Depois, a União abriu verdadeiramente as suas portas às novas democracias da Europa Central e Oriental. De tempos a tempos, existem dificuldades diversas com estes países, o que é bastante compreensível. Não é possível criar ou restabelecer uma cultura política democrática de um dia para outro. É algo que leva tempo e existe um grande número de problemas inesperados que precisam de ser resolvidos ao longo do caminho. O comunismo imperou pela primeira e, esperamos, última vez na história moderna e, por isso, fomos os primeiros a deparar-nos com o fenómeno de pós-comunismo. Tivemos de lidar com as consequências de um prolongado regime de medo e com todos os riscos associados a uma redistribuição de propriedade sem precedentes na história. Existiam, e continuam a existir, muitos obstáculos e a nossa experiência com este estado de coisas ainda está na fase inicial.

Apesar disso, penso que o Ocidente fez o que era correcto. Qualquer outra alternativa teria implicado muito mais problemas e sido ainda mais onerosa, não só para o Ocidente, mas, na realidade, para todos nós. Não só poderíamos ter assistido ao desenvolvimento perigoso de uma nova luta por esferas de influência ou pelo domínio directo de um lado sobre o outro, como também os Estados que ficassem às portas do Ocidente tornar-se-iam, muito provavelmente, um campo para diversos nacionalistas e populistas, assim como para as suas milícias armadas e, possivelmente, até uma região de conflitos locais perigosos, tantos mais pelo facto de, pelas razões que todos nós bem conhecemos, à Segunda Guerra Mundial não se ter seguido uma verdadeira conferência de paz que pudesse ter estabelecido relações pós-guerra na Europa de uma forma vinculativa, exacta e duradoura. Na minha opinião, muitos daqueles que, até há pouco tempo, agitaram bandeiras com a foice e o martelo, teriam pegado muito rapidamente numa bandeira nacional. Vimos ao que tal conduziu na antiga Jugoslávia. É sabido que os demónios despertam sempre outros demónios, como é óbvio. Por isso, ninguém pode dizer se o contágio não teria extravasado para a parte ocidental da Europa. Vivemos numa era em que – graças à globalização – qualquer conflito local pode transformar-se facilmente num conflito mundial.

Por isso, a abordagem escolhida foi a mais natural em termos históricos e a mais vantajosa em termos práticos. Além disso, tratou-se de uma abordagem passível de ser interpretada como uma expressão da responsabilidade partilhada por uma evolução dos acontecimentos históricos que teve início, em parte, na política míope de apaziguamento prosseguida pelo mundo democrático.

Gostaria de resumir, dizendo que vale a pena suportar as dificuldades consideráveis que a UE tem hoje connosco porque qualquer dos cursos de acção alternativos teria sido claramente muito pior e muito mais perigoso. Nestas circunstâncias, tudo o que podemos pedir à Europa é paciência e compreensão.

A questão é saber, obviamente, o que podemos nós oferecer à Europa. Há muito tempo que penso que, depois daquilo que suportámos na era do totalitarismo deveríamos ter explicado – já que estamos directamente implicados – a nossa experiência a outros de forma convincente, transformando tudo aquilo que resultou da mesma em iniciativas concretas. Isto não é fácil e não tenho a certeza que já o tenhamos conseguido. As formas totalitárias ou autoritárias de governo têm, frequentemente, inícios muito discretos e métodos de controlo social muito refinados. Só agora, com a passagem do tempo, é que muitos de nós compreendemos a forma ardilosa como fomos, por vezes, envolvidos nas teias de totalitarismo. Tudo isto nos torna muito cautelosos. Este deveria ser o nosso contributo para garantir que aquilo que vivemos nunca mais possa voltar a acontecer.

O que é necessário para tal? Antes de mais, uma solidariedade clara e explícita com todos aqueles que se debatem hoje com um regime totalitário ou autoritário, seja qual for a parte do mundo em que se encontram. Esta solidariedade não deveria ser posta em causa por quaisquer interesses económicos ou outros. Mesmo pequenos compromissos, que dão pouco nas vistas e que são bem intencionados, podem – ainda que indirectamente e com algum desfasamento temporal – levar a consequências fatais. Não se pode ceder ao mal, visto que faz parte da sua natureza aproveitar toda a cedência para os seus próprios fins. De resto, a Europa já tem experiências infelizes de apaziguamento político. O nosso apoio pode ajudar mais do que imaginamos as pessoas com pensamento liberal ou as testemunhas que falam sem rodeios sobre a situação na Coreia do Norte, na Birmânia, no Irão, no Tibete, na Bielorrússia, em Cuba ou noutros lugares. Também estaremos a ajudar-nos a nós próprios. Estaremos a ajudar-nos a nós próprios a construir um mundo melhor e a tratar-nos melhor uns aos outros, por outras palavras, a ser mais fiéis ao conteúdo concreto dos valores que subscrevemos como comunidade.

O Parlamento Europeu atribuiu recentemente o Prémio Sakharov à Memorial, uma organização russa que monitoriza o respeito pelos direitos humanos na Rússia. Penso que foi um acto importante. Recordo a importância que teve no meu país o facto de o Presidente francês, contra a vontade do Governo, nos ter uma vez convidado a nós – a oposição – para um pequeno-almoço de trabalho durante uma visita de Estado. Estas coisas podem parecer superficiais, mas não o são. Num regime totalitário, um pequeno-almoço ou a repressão de uma manifestação de estudantes pode, nas circunstâncias certas, mover a história.

A identidade do ser humano, à excepção daquilo que nos é inato, como indivíduos únicos, é constituída pelos múltiplos níveis daquilo que pode ser descrito como a nossa identidade colectiva. Cada um de nós, em maior ou menor medida, cria o seu próprio sentido de pertença à família, comunidade, região, empresa, igreja, sociedade ou partido político, à nação, ao mundo civilizado e, em última análise, à população deste planeta. Tudo isto mostra que temos certos tipos de lar, quer sejam geográficos, ideológicos, linguísticos, étnicos ou outros, e somos nós próprios que criamos estes lares em conjunto. Os nossos diversos tipos de patriotismo, os nossos objectivos, afinidades, inclinações, orgulhos, características, tradições, costumes, hábitos e peculiaridades também desempenham um papel nisso. Em resumo, o mundo é composto por diversos elementos, tal como a humanidade e cada um de nós.

A soberania colectiva emerge, naturalmente, deste sentido de pertença colectiva. Temos um certo grau de soberania em todos os níveis da nossa identidade, mas em nenhum deles temos, nem podemos ter, plena soberania. Existe uma condição: que todas estas soberanias se complementem umas às outras e, se possível, não estejam em contradição umas com as outras.

Estou certo de que já adivinharam que estou a levantar esta questão agora porque o debate sobre a Constituição Europeia e o Tratado de Lisboa está centrado, em grande parte, na questão do tipo de relação que deveria existir entre a soberania nacional e a soberania europeia. A resposta é clara: elas deveriam complementar-se uma à outra. Se me sinto europeu, tal não significa que deixo de ser checo. De facto, é precisamente o contrário: enquanto checo, também sou europeu. Costumo dizer, de forma um pouco poética, que a Europa é a pátria das nossas pátrias.

Ao mesmo tempo, tenho a certeza de que a soberania europeia se irá fortalecendo gradualmente no futuro. Não sei se tal acontecerá rapidamente ou devagar e não sei que voltas e desvios haverá no caminho, mas sei que o processo de integração tem de continuar. Afinal, ele é do interesse fundamental e até existencial não só dos Europeus, mas de todos. As razões para tal são claras: vivemos no espaço de uma civilização global única, na qual o proprietário de uma empresa de pesca da Gronelândia pode viver no Taiwan, bem como ser proprietário de uma parte de um banco no Brasil, ou o proprietário de uma mina checa pode gerir a sua empresa por computador, na Islândia. Num espaço deste tipo, as diversas comunidades supra-nacionais, supra-estatais ou continentais irão desempenhar um papel cada vez mais importante. Não se trata, nem se tratará, do fim dos Estados nacionais, mas os Estados nacionais estão a agrupar-se e continuarão a agrupar-se

e a agir em conjunto em muitas áreas. A própria evolução técnica e económica torna isto uma necessidade absoluta. Por outro lado, num tempo em que o mundo está a evoluir para uma forma ominosa de unificação, a constituição das diversas comunidades de Estados e nações de menor dimensão, próximos uns dos outros de uma maneira ou de outra, pode constituir um instrumento útil para oferecer melhor protecção à identidade nacional ou regional.

A associação progressiva e pacífica de Estados também reforçará a coexistência pacífica, como é óbvio. A maior parte das guerras do século passado não foram guerras entre Estados-nação? Existe melhor maneira de domar os diversos demónios nacionalistas do que reforçar a cooperação prática entre nações? É óbvio que só será possível aderir ao princípio de soberania de vários níveis se houver um suporte cívico e político como pano de fundo. Reparei que, no meu país – e, possivelmente, em muitos outros países –, as pessoas falam frequentemente utilizando os termos “nós” – no meu caso, os Checos – e “eles”, referindo-se àquele punhado de malvados estrangeiros em Bruxelas. Mas não estamos também nós em Bruxelas? Esta divisão entre “nós”, *a priori* virtuosos, e “eles”, um tanto malvados, que procuram prejudicar-nos a qualquer preço, indica pouca compreensão do verdadeiro princípio de integração. Também isto tem de ser enfrentado com paciência.

Estamos todos no mesmo barco, que está a avançar na direcção certa. Continuará a avançar na direcção certa, desde que todos os passageiros tenham um sentido de responsabilidade partilhada e não joguem apenas os seus próprios jogos, para atingirem os seus próprios fins. Não ganhamos importância ou singularidade numa comunidade recentemente criada bradando os nossos interesses nacionais vagamente definidos, o que se limita a disfarçar uma falta de confiança interior, mas através de formas cheias de sentido de convivência com os outros e participando no esforço comum.

A Europa foi durante séculos o principal centro civilizacional neste planeta e considerou-se decididamente como tal, mesmo que tal fosse incorrecto. Por isso, considerava-se no direito de exportar a sua cultura, a sua religião e os seus inventos para todo o mundo, quer alguém estivesse interessado em tê-los, quer não. A exportação destes valores foi acompanhada frequentemente de violência. Pode até dizer-se que toda a civilização moderna – não só os elementos que o mundo considera extraordinários, mas também a miopia actual – tem a sua origem na Europa. A Europa deveria aprender com tudo isto e reassumir o seu papel de forma diferente, procurando, nomeadamente, deixar de impor seja o que for ao mundo, mas procurando apenas inspirá-lo, dar um exemplo, do qual os outros possam tirar alguma coisa, sem serem obrigados a fazê-lo.

Seria difícil encontrar uma região na Terra na qual estivessem concentradas tantas nacionalidades ou grupos étnicos em diversos países, tantas minorias e minorias dentro das minorias. Apesar disso, nas últimas décadas, a Europa conseguiu criar aquilo que talvez possa ser considerado o grupo supra-nacional mais consistente do mundo actual. Mais importante ainda: a associação não resultou de violência perpetrada pelos fortes contra os fracos, como sempre aconteceu no passado. Pelo contrário, surgiu em resultado de acordos práticos. A integração deslocou-se, assim, do campo de batalha para a sala de conferências. Só isto já basta como um grande desafio para o resto do mundo.

Referi a importância crescente das estruturas supra-nacionais no mundo actual. Na minha opinião, a melhor ordem política para as futuras décadas deveria consistir numa forma de cooperação criativa sob a forma de parceria entre estas grandes entidades supra-nacionais ou continentais, com base em determinados padrões sociais mínimos, mais morais do que políticos. Para que estas relações façam sentido, devem basear-se em dois princípios fundamentais, como é óbvio: absoluta igualdade recíproca e a máxima abertura possível. Uma relação não é uma parceria quando, por razões práticas – como o medo do corte de fornecimento de petróleo ou de gás –, alguém coloca antolhos nos seus próprios olhos e esquece tudo no que diz respeito a assassinios de jornalistas liberais ou a iniquidades semelhantes, coisas sobre as quais noutras circunstâncias gostaria de falar. Uma relação deste tipo baseia-se na falsidade. Os verdadeiros parceiros têm de ser capazes de falar um com o outro sobre tudo aquilo em que estão a pensar, por outras palavras, sobre toda a verdade, e também têm de ser capazes de ouvir toda a verdade.

A integração europeia, graças à qual a maior parte do nosso continente viveu em paz durante tanto tempo constitui, na realidade, uma tentativa singular de confederação democrática de Estados. Não é, nem se tornará imediatamente, uma federação no pleno sentido da palavra, nem uma confederação tradicional. Trata-se, simplesmente, de algo novo. Tomara que esta tentativa pudesse ser um exemplo para outros. Mas isso não é o mais importante. Penso que a União Europeia tem uma oportunidade para inspirar o resto do mundo com algo ainda mais profundo do que o seu modelo de cooperação entre nações. Refiro-me a uma oportunidade de tentar emendar realmente todas as formas questionáveis utilizadas pela Europa para

determinar ou influenciar todo o carácter da civilização contemporânea. É um movimento que talvez já esteja a iniciar-se, lentamente.

Tenho aqui em mente a rejeição do culto do lucro a qualquer preço, sem atender às consequências irreversíveis a longo prazo, a rejeição do culto do crescimento quantitativo, cada vez maior, a rejeição do ideal bruto de alcançar o nível da América e da China ou de seja quem for, e de o ultrapassar, e a rejeição de uma colonização perigosa e caótica da Terra e da pilhagem irresponsável do planeta, sem respeito pelo ambiente ou pelos interesses das gerações futuras. Também estou a pensar na poupança inteligente de energia, quando o sucesso de um Estado não é medido pelo crescimento do consumo, mas, pelo contrário, pela sua redução.

Tudo isto só é possível se começar a ocorrer uma mudança na alma do Europeu contemporâneo, como é óbvio. Ele deveria ser – confrontado com as descobertas mais recentes da cosmologia – um pouco mais humilde, deveria pensar no que acontecerá quando ele morrer e inclinar-se em recolhimento perante o mistério do universo; em resumo, deveria voltar a ligar-se mais à eternidade e ao infinito, como fez nas primeiras fases do desenvolvimento da Europa. Deveríamos reflectir seriamente sobre o facto de não poder ser desfeito nada daquilo que foi feito, de tudo ser, algures, lembrado – nem que seja sob a forma de uma luz que passa – e, por isso, nada ser perdoado para sempre.

Mas voltemos à Europa enquanto parceira de outros. É um facto que a maioria das guerras na história da família humana ocorreu por causa de fronteiras, por outras palavras, de território. Daí resulta a lição importante de que não só os Estados-nação, mas também comunidades supra-nacionais, deveriam sempre saber com exactidão onde começam e onde acabam. Fronteiras pouco claras ou disputadas constituem, frequentemente, uma fonte de desastre. A União Europeia também deveria lembrar-se disso e ter uma ideia clara no que diz respeito às suas fronteiras externas. Se quer deitar abaixo uma fronteira, tem de saber primeiro onde ela fica. Assim, endossaria a ideia da auto-identificação geográfica numa escala mais vasta, isto é, planetária. Também deste modo poderia dar um contributo importante e concreto para aquilo a que todos nós aspiramos, isto é, a paz entre as pessoas e nações deste planeta.

O tema da soberania partilhada surge nos debates europeus, na maior parte das vezes, relacionado com a configuração institucional da União. Aplaudo a União por ter dedicado tanta energia a este tema nos últimos anos e pelo sucesso que alcançou. É precisamente por esta razão que me atrevo a olhar para o futuro mais longínquo no que diz respeito a esta matéria. O parlamento em que os senhores deputados se reúnem é eleito directamente e fazem-se esforços para que o número de representantes dos vários Estados corresponda à dimensão destes. Na minha opinião, o Parlamento Europeu, enquanto único órgão eleito directamente por todos os Europeus, deveria ter um pouco mais de poder do que acontece actualmente. Como tal, o trabalho legislativo deveria deslocar-se mais explicitamente da autoridade executiva para a legislativa. Ninguém deve ver no Parlamento Europeu apenas um adorno dispendioso da União.

Penso que poderia, eventualmente, surgir um outro órgão, mais pequeno, para além do Parlamento, e que os membros deste órgão seriam eleitos pelos parlamentos nacionais, de entre as suas fileiras, tendo todos os Estados-Membros o mesmo número de representantes. Desta forma, ou de forma semelhante, seria possível resolver duas questões simultaneamente. Primeiro, seria eliminado o sentimento de exclusão da tomada de decisões a nível europeu que surge em diversos parlamentos nacionais. Segundo, ficaria assegurada a existência de, pelo menos, um órgão da União que garantisse aqui uma igualdade absoluta de todos os Estados-Membros. Tal órgão reunir-se-ia raramente, como é óbvio, quando um determinado número de membros o exigisse e só para se debruçar sobre as questões que exigem consenso. Esta solução também significaria que as nomeações para a Comissão não teriam de ser feitas de forma tão complexa, com base na nacionalidade e que o Conselho Europeu não necessitaria de disposições tão complexas para a contagem de votos. Reconheço que, pessoalmente, penso ser mais importante ter comissários que são realmente profissionais de topo na sua área, do que ter, a todo o preço, compatriotas meus ou até pessoas do meu partido.

Actualmente, o Conselho Europeu compreende uma estranha combinação de autoridade executiva e representativa. Mesmo a sua posição precisa de ser esclarecida. Penso que deveria ser um pouco semelhante à posição de um Chefe de Estado numa democracia parlamentar; por conseguinte, uma espécie de chefia colectiva da confederação de Estados, em parte escondida e em parte visível, cujo representante visível, compreensível para todos, seria um indivíduo, como é óbvio, isto é, um presidente. A sua existência já está prevista no Tratado de Lisboa e é uma figura muito importante, tendo em mente que, quando aparece alguma forma colectiva de chefia do Estado, habitualmente, tal pressagia o desmoronamento do mesmo. Não estou a dizer que tal também pode acontecer no caso de uma comunidade supra-nacional, mas, apesar disso, penso que deveria existir um rosto humano único, algures no topo, que representasse todo o mecanismo complexo e graças ao qual tudo isso seria mais compreensível.

Já disse várias vezes que consideraria excelente se, algures no futuro, existisse uma Constituição Europeia concisa, acessível e de leitura agradável, que fosse compreensível até para alunos da escola e se tudo o resto – que se estende actualmente por milhares de páginas – fosse um mero anexo da mesma. A Carta dos Direitos Fundamentais, enquanto texto que formula os valores ou ideais nos quais se baseia a União, aos quais procura conformar-se e respeitar quando toma decisões, constituiria, naturalmente, uma parte integrante, senão mesmo a primeira parte de tal Constituição.

Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de fazer uma observação final que me levará, até certo ponto, novamente ao início da minha intervenção. Vista de longe, a União Europeia parece um organismo altamente burocrático, preocupado, única e exclusivamente, com a economia e o dinheiro. As eternas discussões sobre o orçamento, as quotas, os direitos aduaneiros, os impostos, os regulamentos comerciais e vários outros regulamentos talvez sejam necessárias e eu não as censuro de maneira alguma. Até penso que as famosas recomendações ou padrões relativos à maneira de cozinhar goulash – um alvo comum da chacota dos eurocépticos – pretendem mais proteger algo checo ou húngaro do que atacar o Estado-Membro envolvido, bem como a sua identidade.

Apesar disso, penso que a União deveria colocar uma ênfase maior e mais visível naquilo que são, de facto, as coisas mais importantes, nomeadamente, os seus fundamentos espirituais e axiológicos. A União representa uma tentativa sem precedentes de construir uma grande comunidade supra-nacional, original, com base no respeito pelas liberdades humanas e pela dignidade humana, assente numa democracia autêntica e não meramente aparente ou formal e na confiança no bom senso, na decência e numa capacidade de diálogo entre iguais, dentro das comunidades e com todos os outros. Ela também se baseia, obviamente, no respeito por cada uma das nações, pelas suas tradições e realizações, pelos territórios que estas ocupam, pelos seus lares e pelas paisagens nos quais estes lares se situam. E também no respeito pelos direitos humanos e na solidariedade humana, como é óbvio.

A história espiritual e cultural da Europa, cheia de riqueza e baseada numa combinação de elementos clássicos, judeus, cristãos, islâmicos e, mais tarde, renascentistas e iluministas, gerou um conjunto de valores incontestáveis, que a União Europeia reconhece verbalmente, mas que compreende, frequentemente, apenas como um invólucro atraente para as coisas que realmente importam. Não são estes valores que importam, antes de mais, e que orientam todas as outras coisas?

Não estou a defender aqui nada revolucionário, histórico ou radical. Estou apenas a defender uma reflexão mais profunda sobre a verdadeira base da unificação europeia, um cultivo mais enfático do nosso europeísmo e uma referência articulada a um código moral que se estende para além do mundo dos nossos benefícios imediatos, um mundo que não leva a lado algum e que utiliza apenas indicadores quantitativos para determinar a prosperidade.

Passaram vinte anos desde que a fractura da Europa se curou. Estou convencido de que o continente nunca mais permitirá a sua divisão e que, pelo contrário, será tanto um espaço como uma fonte de solidariedade e cooperação cada vez mais profundas. Que a "Ode à Alegria", de Schiller, se torne para nós e os nossos descendentes mais do que um mero poema que celebra a amizade entre pessoas, transformando-se, em vez disso, num símbolo evocativo dos nossos esforços comuns para um mundo mais humano.

(A Assembleia, de pé, aplaude o orador)

Presidente. - Senhoras e Senhores Deputados, se o Prémio Sakharov tivesse existido há trinta anos, Václav Havel teria sido o nosso principal candidato. Felizmente, Václav já não necessita desse prémio hoje, uma vez que já não temos uma velha Europa e uma nova Europa. Só há uma Europa. Hoje, temos a obrigação, como políticos, de respeitar os valores da reconciliação e da solidariedade em que tem assentado o crescimento da União. Façamos, portanto, tudo o que estiver ao nosso alcance para garantir que esses valores não sejam esquecidos.

Senhor Presidente Havel, uma vez mais, muito obrigado. Obrigado, Senhor Primeiro-Ministro, Senhora Ministra, Presidente em exercício do Conselho, Senhor Presidente Barroso e Senhora Comissária, pela vossa presença aqui hoje.

Václav, a sua visita ao Parlamento Europeu é muito importante para nós. Temos sempre as portas abertas para os nossos heróis europeus. Muito obrigado por ter vindo. O seu discurso ficará gravado na nossa memória. Desejamos-lhe as maiores felicidades.

(Aplausos vivos e prolongados)

PRESIDÊNCIA: PITTELLA*Vice-presidente**(A sessão tem início às 15H50)***2. Reinício da sessão**

Presidente. - Declaro reaberta a sessão do Parlamento Europeu, suspensa na quinta-feira, dia 22 de Outubro de 2009.

3. Elogio fúnebre

Presidente. – Foi com profunda tristeza que tive conhecimento da morte no dia 17 de Outubro da nossa antiga colega, Lady Diana Elles. Lady Elles foi deputada ao Parlamento Europeu entre 1973 e 1989 e desempenhou as funções de Vice-Presidente do Parlamento Europeu entre 1982 e 1987 e de Presidente da Comissão dos Assuntos Jurídicos. Convido-os a levantarem-se e observar um minuto de silêncio em memória da nossa falecida colega.

*(A Assembleia, de pé, observa um minuto de silêncio)***4. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta****5. Pedidos de defesa da imunidade parlamentar: Ver Acta****6. Composição das comissões e delegações : Ver Acta****7. Perguntas orais e declarações escritas (entrega): Ver Acta****8. Transmissão de textos de acordos pelo Conselho: ver Acta****9. Seguimento dado às posições e resoluções do Parlamento: ver Acta****10. Transferências de dotações: ver Acta****11. Entrega de documentos: ver Acta****12. Ordem dos trabalhos**

Presidente. – A versão final do projecto de ordem do dia tal como elaborada pela Conferência de Presidentes na sua reunião de quinta-feira, 22 de Outubro de 2009, nos termos do artigo 137.º do Regimento foi distribuída. Com o acordo dos grupos políticos, foi apresentada a seguinte proposta de alteração:

Quarta-feira:

O título da declaração da Comissão sobre a situação política nas Honduras com vista às eleições de 29 de Novembro de 2009 será alterado para: "Declaração da Comissão – Situação Política nas Honduras".

Ioannis Kasoulides, em nome do Grupo PPE. – (EN) Senhor Presidente, o Grupo PPE não concorda que se altere a designação que figura na ordem do dia relativamente às Honduras, e discorda da sugestão de suprimir a referência às eleições de 29 de Novembro. A data das eleições é uma questão extremamente importante em todo o debate e consideramos, por conseguinte, que a referida designação deve permanecer tal qual.

Ulrike Lunacek, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, gostaria de me pronunciar a favor da manutenção da nova proposta, porque, no fim de contas, é evidente que as negociações nas Honduras fracassaram. Não há nenhuma proposta comum para estas eleições. Estas eleições são ilegítimas, já que o

Presidente actualmente em exercício chegou ao poder na sequência de um golpe de Estado. Exorto, assim, esta Assembleia a aprovar a proposta da Mesa no sentido da supressão da referência às eleições.

Alojz Peterle. – (SL) Sou claramente a favor da não alteração da ordem do dia. Fui membro da delegação do Grupo do Partido Popular Europeu que se deslocou às Honduras e tive a oportunidade de conhecer de perto a situação existente no país. A ideia de que as eleições de 29 de Novembro têm lugar em virtude dos acontecimentos ocorridos em Junho não corresponde à verdade. As eleições foram convocadas seis meses antes desses mesmos acontecimentos e não têm qualquer ligação específica com os desenvolvimentos políticos subsequentes, nem esses desenvolvimentos poderiam ter contribuído para a emergência de quaisquer novos candidatos. Também considero que as eleições de 29 de Novembro fazem parte da solução e não parte do problema. Tudo indica que devemos manter a ordem do dia tal como está e que devemos apoiar a evolução democrática deste país no futuro.

Agustín Díaz de Mera García Consuegra (PPE). – (ES) Senhor Presidente, gostaria de intervir para um ponto de ordem: não tenho comigo o meu cartão de voto, pois não estava previsto que agora houvesse uma votação, e por isso peço-lhe que tome nota do meu desejo de votar a favor de que a ordem do dia seja mantida conforme o estabelecido. Nesta ocasião, eu não posso ser substituído por uma máquina.

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, digo isto a todos os que tenham o mesmo problema: eu agradeço, mas peço para não intervirem. Podemos registar as vontades de cada um, mas a verdade é que a vossa vontade não chega para efeitos de votação e contagem de votos. Apenas serão tomadas em conta na acta, mas não para efeitos de contagem de votos. Lamento, mas os senhores deputados deverão fazer-se acompanhar sempre do vosso cartão de voto, pois em qualquer momento poderá proceder-se a uma votação.

(O Parlamento rejeita a proposta)

(A ordem dos trabalhos é assim fixada)⁽¹⁾

(A sessão é suspensa às 16H05 e reiniciada às 16H15)

PRESIDÊNCIA: BUZEK

Presidente

13. Conclusões do Conselho Europeu de 29 e 30 de Outubro de 2009, incluindo o mandato e as atribuições do Presidente do Conselho Europeu e do Alto Representante da União para os Assuntos Externos e a Política de Segurança / Vice-Presidente da Comissão, bem como a estrutura da nova Comissão (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o relatório do Conselho Europeu e declaração da Comissão sobre as conclusões do Conselho Europeu de 29 e 30 de Outubro de 2009, incluindo o mandato e as atribuições do Presidente do Conselho Europeu e do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança / Vice-Presidente da Comissão, bem como a estrutura da nova Comissão.

Fredrik Reinfeldt, *Presidente em exercício do Conselho.* – (EN) Senhor Presidente, é com todo o prazer que aqui me encontro novamente, desta feita para vos comunicar os resultados de uma reunião do Conselho Europeu que acabou por se revelar deveras complexa e difícil.

Começo por uma explicação sobre a situação em vésperas do Conselho Europeu. Mantivemo-nos em permanente contacto com Praga e com outras capitais. Como havíamos de resolver a questão da exigência da República Checa em relação à Carta dos Direitos Fundamentais? As opiniões divergiam entre si e havia diversos pedidos de isenções e considerações especiais da parte de vários outros Estados-Membros.

Em contrapartida, obtivemos uma mensagem mais clara no que respeita às alterações climáticas – a outra grande questão sobre a mesa. A mensagem transmitida por um determinado número de Estados-Membros foi a de que não estavam dispostos a comprometer-se com montantes de financiamento no domínio das alterações climáticas, mais concretamente, no que respeitava à questão de saber como financiar os esforços de adaptação e mitigação nos países em desenvolvimento.

⁽¹⁾ Para alterações adicionais à ordem do dia: ver acta

Face às circunstâncias, fiquei satisfeito com os resultados da reunião, cujos pontos culminantes, se me permitem, passarei a expor.

O nosso objectivo no Conselho Europeu – num momento de contagem decrescente para a Conferência sobre as Alterações Climáticas em Copenhaga – era continuar a assumir uma posição de liderança no capítulo das alterações climáticas. Não tenhamos ilusões. As negociações foram não só morosas como também complexas mas, no final, os nossos debates saldaram-se pela aprovação, pelo Conselho Europeu, do montante estimado pela Comissão de 100 mil milhões de euros anuais até 2020, tendo ainda o Conselho estimado que, até esse mesmo ano, o nível de ajuda pública internacional deverá ser da ordem dos 22 mil milhões a 50 mil milhões de euros.

Faltam apenas dez anos até 2020. Temos de agir mais depressa do que isso e, por conseguinte, o Conselho fez saber que, para além daqueles montantes, será necessário um financiamento a nível mundial de 5 mil milhões de euros por ano, entre 2010 e 2012.

O montante definitivo será estabelecido à luz da Conferência de Copenhaga. A UE e os Estados-Membros estão dispostos a contribuir com a sua justa quota-parte, contanto que os outros façam um esforço idêntico. Foi para mim uma grande satisfação o facto de, neste Conselho Europeu, termos conseguido chegar a acordo em relação a um mandato forte nesta matéria.

Regressei há dias de Nova Deli, onde mantive conversações com o Primeiro-Ministro Manmohan Singh no âmbito da Cimeira UE-Índia. Também no início da semana passada mantive conversações com o Presidente Obama, no âmbito da Cimeira UE-EUA realizada em Washington.

Graças ao acordo alcançado no Conselho Europeu, a UE pôde negociar a partir de uma posição muito forte. A nossa unidade deu-nos credibilidade para incentivar os outros. Pudemos fazer prova dos nossos compromissos. Pudemos expressar a nossas expectativas. E pudemos, uma vez mais, assumir a liderança numa questão que é crucial para todos os cidadãos.

A actual situação económica e financeira também fazia parte da ordem do dia do Conselho Europeu da semana passada. Apesar de a economia mundial registar alguns sinais de melhoria, o Conselho Europeu sublinhou que não há margem para complacência. No próximo ano, todos os Estados-Membros, excepto um, correm o risco de exceder o limite máximo do défice, de 3%, e, em termos colectivos, o nosso PIB diminuiu 4,7% desde o início de 2008. Ambas estas razões são suficientemente fortes para justificar a manutenção das nossas medidas de apoio até termos garantida a recuperação da nossa economia. Entretanto, devemos reforçar a confiança e continuar a trabalhar nas nossas estratégias de saída da crise.

No Conselho Europeu, fizemos avanços significativos no que respeita ao reforço da supervisão financeira. Obtivemos um consenso alargado em relação à criação de um Painel Europeu para os Riscos Sistémicos.

A Presidência irá agora começar a debater as propostas com o Parlamento Europeu. Desejamos chegar a acordo em relação a um conjunto de medidas relativas a uma nova estrutura de supervisão. Queremos garantir que não teremos de sofrer novamente uma crise financeira como aquela que sobre nós se abateu.

Com as novas medidas definidas e em vias de ser aplicadas, urge agora dar prioridade à preservação dos postos de trabalho. Mais de cinco milhões de europeus já perderam o seu emprego, e um número demasiado grande enfrentará a possibilidade de ir para o desemprego. Cabe-nos inverter essa tendência.

Quando, em 15 de Julho último, vos apresentei as prioridades da Presidência sueca, afirmei que a UE terá de sair fortalecida desta crise. Disse-vos que uma das nossas mais importantes tarefas seria lidar com a crise económica e financeira. Continua a ser e, por esse motivo, tencionamos debruçar-nos novamente sobre estas importantes questões no Conselho Europeu de Dezembro.

Outro resultado importante desta reunião foi a adopção da Estratégia da União Europeia para a Região do Mar Báltico – estratégia esta baseada numa iniciativa do Parlamento Europeu. O que ambicionamos com esta estratégia é dar resposta aos desafios ambientais prementes que o mar Báltico enfrenta, e contribuir para o sucesso económico da região. Estou convicto de que esta iniciativa terá consequências favoráveis, também, para outras partes da Europa, aproximando as regiões entre si e dando um contributo positivo para a competitividade da UE no seu conjunto.

Debatemos igualmente questões no âmbito da justiça e dos assuntos internos. Saudámos os avanços efectuados no plano da execução de medidas contra a migração ilegal no Mediterrâneo, e convidámos os Estados-Membros a desenvolver esforços em alguns domínios específicos.

Estou ciente de que pretendeis aqui abordar, esta tarde, também as questões institucionais. Elas foram, obviamente, uma parte importante dos nossos debates.

Com efeito, um dos assuntos fundamentais por nós tratados foi precisamente o de assegurar a rápida entrada em vigor do Tratado de Lisboa, desiderato crucial se queremos realmente ser capazes de, juntos, enfrentar os desafios que nos aguardam.

As consultas foram muitas, e muito complexas, mas, no final, conseguimos obter a aceitação em relação ao pedido apresentado pela República Checa.

Com este acordo conseguido, o Presidente Václav Klaus dispôs-se a assinar o Tratado, o que acabou por fazer – como todos sabem – há uma semana. O instrumento definitivo de ratificação está presentemente em vias de ser depositado pela República Checa junto das autoridades italianas. Significa isto que o Tratado de Lisboa entrará em vigor em 1 de Dezembro. Sei que a grande maioria dos que hoje aqui se encontram presentes partilha comigo a satisfação e o alívio de ver finalmente chegar ao fim este longo capítulo dos preparativos para a reforma institucional.

O Conselho Europeu também avaliou outros trabalhos preparatórios relacionados com o Tratado. Chegou a acordo sobre as orientações que deverão presidir ao Serviço Europeu de Acção Externa, e convidou o futuro Alto Representante a apresentar uma proposta para a organização e o funcionamento do Serviço.

Vamos à questão dos nomes. Necessitamos de preencher os cargos criados pelo Tratado de Lisboa. Precisamos de, em conjunto com o Parlamento, nomear uma nova Comissão. Tenciono convocar uma reunião de Chefes de Estado ou de Governo para o próximo dia 19 de Novembro, a fim de designar o Presidente do Conselho Europeu, o Alto Representante e o Secretário-Geral do Conselho.

De salientar que a designação do Alto Representante deverá ter lugar antes da nomeação da nova Comissão, a qual, por sua vez, deverá ser precedida dos devidos contactos com este Parlamento. Como sabem, uma vez que essa pessoa será também Vice-Presidente da nova Comissão, ele ou ela estará também sujeito ou sujeita ao voto de aprovação do Parlamento.

Não vou especular sobre quem serão essas individualidades, mas gostaria de salientar que não é apenas o nome que é importante, mas também o que elas irão fazer, e como o farão.

O Conselho Europeu da semana passada permitiu-nos fazer grandes progressos, não numa única questão fundamental, mas em várias questões que são vitais para o futuro da Europa e vitais para o futuro do nosso planeta.

Agradeço aos meus colegas a sua atitude construtiva em relação aos desafios que temos pela frente. Contudo, vós sabeis, como eu, que ainda há muito a fazer. Posso garantir-vos que as próximas semanas serão de grande azáfama. Aguardo com expectativa a oportunidade de continuar a trabalhar em estreita cooperação com este Parlamento em muitas das importantes questões que nos ocupam.

A Conferência de Copenhaga está a uns escassos vinte cinco dias de distância. A crise económica está longe de estar terminada, mas dispomos de um mandato sólido para as negociações sobre as alterações climáticas. Estamos determinados a continuar a trabalhar juntos para gerar novas fontes de crescimento e mais emprego.

Agradeço o apoio constante deste Parlamento. Aguardo com interesse as vossas questões, às quais terei todo o gosto em responder.

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, se me permite, acrescentaria algumas observações à apreciação que o Primeiro-Ministro Reinfeldt fez sobre o Conselho Europeu, no que respeita, concretamente, a dois aspectos, um de carácter político e o outro relativo às questões institucionais.

Do ponto de vista político, o principal resultado tangível foi o importantíssimo acordo sobre a nossa acção no domínio das alterações climáticas. Todos sabemos que estas são questões difíceis. Quando há tanto em jogo, o caminho nunca é fácil. Falando sinceramente, o resultado do Conselho Europeu excedeu as minhas expectativas iniciais. Conseguimos a aprovação dos valores propostos pela Comissão, ainda que acompanhados de forte condicionalidade.

A mensagem é clara: a União Europeia está pronta para Copenhaga e está disposta a aderir às medidas propostas pela Comissão em Setembro, de redução das emissões a par de uma poderosa oferta de financiamento de acções de luta contra as alterações climáticas, tanto a longo prazo como na fase de "arranque".

Se queremos que os países em desenvolvimento se sentem à mesa das negociações com compromissos sérios no que respeita a medidas de mitigação, terá de haver dinheiro sobre a mesa, colocado pelos países desenvolvidos. A nossa estimativa é que, até 2020, os países em desenvolvimento necessitarão, aproximadamente, de mais 100 mil milhões de euros anuais para fazer face às alterações climáticas. O Conselho Europeu concordou em absoluto com esta nossa previsão, assim como com a provável quota-parte desse montante que corresponderá a financiamento público internacional, e deu o seu aval a que a União Europeia contribua com um justo quinhão.

Igualmente claro é que os outros parceiros terão de demonstrar que estão dispostos a assumir tão seriamente como nós os seus compromissos. A nossa estratégia não consiste em a União Europeia levar a acção por diante na vaga esperança de que os outros nos acompanhem. Consiste, sim, em utilizarmos a nossa influência para conseguirmos o máximo possível em termos de um esforço a nível mundial de redução das emissões.

Quando na semana passada me desloquei a Washington e Nova Deli, dei-me conta do longo caminho percorrido por estes dois parceiros no último ano, ou por aí. O mesmo é verdade em relação a outros, como a China. Evidentemente que continuaremos a respeitar o importante requisito da responsabilidade comum, mas diferenciada, no que respeita às alterações climáticas mas, como tantas vezes tenho afirmado nos últimos tempos, estamos todos juntos nisto, e nós, na União Europeia, continuaremos a insistir em contribuições reais por parte de todos os outros actores. Temos de continuar focalizados no objectivo último – reduções ambiciosas, sérias e verificáveis das emissões, a fim de garantir que não perdemos de vista a nossa meta de reduzir para menos de 2°C o aumento da temperatura.

Quais são, então, as perspectivas para Copenhaga? Ao que parece, a probabilidade, neste momento, é de que em Copenhaga não se conseguirá chegar a acordo quanto ao tratado, plenamente amadurecido, pelo qual temos pugnado e continuaremos a pugnar. Mas isso não é razão para aceitarmos qualquer solução que não configure o êxito destas negociações. Afinal de contas, o que interessa é o conteúdo, mais do que a forma. Em minha opinião, devemos procurar chegar a um acordo plenamente operacional, assente em compromissos políticos reais, que entre rapidamente em vigor e que mobilize todos os principais actores, tanto no que respeita à redução de emissões como ao financiamento. E devemos continuar a lutar por chegar a um acordo definitivo em relação a um tratado – um tratado vinculativo. Para o conseguir, teremos de unir todas as nossas forças nas semanas que restam até Copenhaga.

Acabámos de provar que nos é possível, através de uma actuação conjunta e decidida, chegar a um consenso em torno de um tratado que durante muito tempo se revelou inatingível. Foi esse o outro importante resultado do Conselho Europeu, que conseguiu levantar o último obstáculo político à ratificação definitiva do Tratado de Lisboa. Hoje podemos olhar em frente confiadamente, pois, como o Primeiro-Ministro Reinfeldt afirmou, o Tratado de Lisboa entrará em vigor no início do próximo mês. Aliás, a Comissão está a trabalhar na sua aplicação, tendo hoje dado o primeiro passo concreto nesse sentido com o lançamento de uma consulta sobre a Iniciativa de cidadania europeia.

Gostaria de felicitar o Primeiro-Ministro Reinfeldt pela firmeza com que levou este barco a bom porto. A Presidência sueca desenvolveu esforços notáveis para conseguir trazer este consenso ao Conselho Europeu. Resta-nos agora concluir a tarefa da transição. O enfoque incidirá em larga medida, já se vê, no preenchimento dos novos cargos.

Não me compete pronunciar-me sobre os candidatos à Presidência do Conselho Europeu mas, na minha qualidade de Presidente da Comissão e tendo em mente as questões institucionais, espero sinceramente que os Chefes de Estado ou de Governo elejam uma pessoa capaz de dotar o Conselho Europeu de verdadeira liderança – um Presidente fortemente comprometido com a Europa e que, com o tempo, consiga dar coerência à actividade do Conselho Europeu, tanto internamente, para que as prioridades possam ser fixadas a mais longo prazo e não apenas por seis meses, como no plano externo, para que em matéria de política externa e de segurança comum possamos enviar mensagens coerentes aos nossos parceiros internacionais.

Estou empenhado em trabalhar em estreita cooperação com este Presidente do Conselho Europeu, pois essa parceria fará toda a diferença. Teremos de desenvolver, ao nível dos Chefes de Estado ou de Governo, uma política externa e de segurança comum em que o Presidente do Conselho Europeu representará a União Europeia. Também temos de reunir todas as competências comunitárias – da economia ao comércio, do alargamento ao desenvolvimento, da energia à justiça – em que o Presidente da Comissão Europeia representa a União Europeia nos termos do Tratado. Estou determinado a fazer esta parceria funcionar no interesse de uma União Europeia forte e eficaz, cá dentro e a nível mundial.

Isto também se aplica, obviamente, no que respeita ao Alto Representante. Neste caso, tenho de confessar um interesse particular, já que o Alto Representante será também um dos Vice-Presidentes da Comissão Europeia. Um interesse a um nível muito pragmático, pois a designação do Vice-Presidente/Alto Representante, e as outras propostas dos Estados-Membros relativas à Comissão, vão permitir-me passar à fase de finalização do próximo Colégio e de atribuição de pastas. E um interesse, também, a nível político, pois estou convencido de que este Vice-Presidente/Alto Representante, apoiado por um Serviço de Acção Externa forte, que alie a experiência europeia em matéria de diplomacia intergovernamental às nossas competências comunitárias, poderá significar uma mudança radical na eficácia da nossa acção externa.

Isso leva-me à questão da Comissão no seu todo. Quero uma Comissão composta de europeus competentes e empenhados, uma Comissão que esteja disposta a assumir todo o seu direito de iniciativa. Nas minhas discussões finais com os Estados-Membros, estou a trabalhar por forma a assegurar que seja esse o caso. Pedi aos Estados-Membros que me apresentassem nomes, incluindo de mulheres. Depois, é a mim que cabe decidir a atribuição das pastas. As pastas não são atribuídas a países, mas sim a pessoas comprometidas com o nosso projecto europeu.

Quero igualmente ter uma Comissão com um forte mandato democrático. Daí a minha determinação em respeitar plenamente o processo de audições neste Parlamento. Os atrasos devidos ao tratado colocam-nos perante um desafio comum. Não devemos atrasar a chegada de uma nova Comissão, mas não podemos deixar de realizar as audições. Aguardo com interesse a oportunidade de discutir, na Conferência dos Presidentes da próxima semana, a questão de saber como vamos resolver este assunto.

O Tratado de Lisboa vai permitir-nos ir mais ao encontro das expectativas dos cidadãos – mas é da vontade política, e sobretudo dela, que dependerá a maior ou menor utilização que faremos das oportunidades que o Tratado nos oferece. O Tratado dá-nos a capacidade para actuar, mas temos de ter a determinação de actuarmos em conjunto.

Isto leva-me ao tema do início desta tarde. A Europa hoje aqui representada – uma Europa unida na liberdade e na solidariedade – não teria sido possível sem o empenho e a dedicação de pessoas que há vinte anos atrás fizeram com que acontecessem coisas extraordinárias. Temos de reacender essa chama. Temos de ter o espírito de 1989. Se dermos provas da mesma dedicação e empenho, estou certo de seremos coroados de êxito.

Joseph Daul, em nome do grupo PPE. - (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Tratado de Lisboa encontra-se ratificado pelos 27 Estados-Membros da União Europeia, e tem agora a obrigação de dar frutos.

Obrigação de dar frutos quanto às instituições, nomeadamente no que respeita à ocupação, rápida, dos lugares de responsabilidade. Obrigação de dar frutos quanto ao clima e à energia. E obrigação de dar frutos, por fim e antes de mais, relativamente à retoma económica.

Com a assinatura do Presidente checo, o processo de ratificação do Tratado de Lisboa terminou finalmente. Obrigado, Senhor Presidente em exercício Fredrik Reinfeldt.

O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), que deixou a sua marca muito claramente inscrita neste Tratado, está evidentemente satisfeito com essa evolução, mas há que deixar agora de monopolizar o debate público europeu sobre as instituições, que não passam de uma ferramenta ao serviço de ambições políticas, concentrando-se nessas ambições.

Eis a razão por que o meu grupo lhe pede, Senhor Primeiro-Ministro Reinfeldt, que faça tudo o que estiver ao seu alcance para alcançar um acordo o mais rapidamente possível sobre os nomes do Presidente do Conselho e do Alto Representante, e eis a razão também por que o meu grupo lhe pede, Senhor Presidente Barroso, que, logo que os Estados-Membros tenham designado os seus candidatos, distribua urgentemente as suas competências, antes de eles serem interrogados pelo Parlamento Europeu no âmbito de audições que pretendemos tão aprofundadas quanto possível.

Não estarei a ensinar-lhes nada, Senhor Presidente em exercício do Conselho e Senhor Presidente da Comissão, ao dizer-lhes que o perfil dessas personalidades apenas interessa o microcosmo de Bruxelas.

Mais uma vez, que pretendem os nossos concidadãos? Que resolvamos os seus problemas de desemprego, de crédito, de formação, que a Conferência de Copenhaga sobre o clima reserve boas surpresas e que zelemos por que o Inverno de 2009-2010 não seja marcado por problemas de fornecimento de gás que colocam metade do continente numa situação impossível.

Assim, todos nós, instituições europeias, e muito especialmente o senhor, Senhor Primeiro-Ministro Reinfeldt, neste momento em que estou a falar-vos, estamos perante a obrigação de fazer funcionar o comboio da Europa a alta velocidade, e não continuar a parar em todas as estações!

Todos estão cientes, neste Hemiciclo, das dificuldades da tarefa, do difícil equilíbrio que o senhor tem de encontrar entre sensibilidade política, origem geográfica, preocupação de paridade e disponibilidade das personalidades. Mas é seu dever concluir o mais rapidamente possível um acordo no Conselho, tal como é dever do Parlamento e dos grupos parlamentares pronunciarem-se sobre essas opções de forma responsável e no respeito do interesse geral europeu. Ainda tenho esperança de que isso venha a ser um dos êxitos da Presidência sueca, mas, para que seja esse o caso, há que agir, e que agir depressa.

Senhores Presidentes, Senhoras e Senhores Deputados, mais ainda do que relativamente às instituições, a questão do clima é bem mais premente, a poucas semanas da Conferência de Copenhaga. Quero sobretudo saudar a atitude responsável do Conselho Europeu que, ao mesmo tempo que reafirma o seu empenho em considerar a luta contra o aquecimento global e a redução das emissões de CO₂ como um objectivo quantificado e planeado, espera dos nossos parceiros que se empenhem com a mesma determinação.

Seria de péssima táctica para a Europa mostrar todas essas cartas antes de Copenhaga e deixar os parceiros americanos, chineses, indianos e outros conduzirem a dança. Os Estados Unidos, a China e a Índia são hoje em dia potências mundiais que têm igualmente de assumir as suas responsabilidades. A Europa assume as suas, mas não pode fazê-lo sozinha por todo o planeta. Em Copenhaga, não vai bastar um acordo político. O que conta são os compromissos quantificados dos Estados.

Senhoras e Senhores Deputados, falei no princípio de obrigação de dar frutos. Essa obrigação diz respeito, antes de mais, à retoma económica e ao emprego. São questões que estão ligadas entre si. Embora estejam agora a esboçar-se perspectivas de regresso a um pequeno crescimento, a questão é a de saber se a retoma da actividade será acompanhada de emprego e se se baseará em fundamentos sãos, nomeadamente num mercado aberto, regulado e não proteccionista.

Eis as verdadeiras preocupações dos Europeus, e eis aquela que deve ser a preocupação número 1 da Europa e dos seus Estados-Membros, independentemente das questões de intendência. Hoje ficou claro: há 20 anos, foram homens determinados que conseguiram fazer derrubar o Muro. Agora peço-lhe o mesmo a si, Senhor Primeiro-Ministro Reinfeldt: faça abanar os Chefes de Estado ou de Governo!

Hannes Swoboda, em nome do Grupo S&D. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Presidente Barroso, talvez seja uma coincidência – mas uma feliz coincidência – o facto de este debate ter lugar imediatamente a seguir ao discurso de Václav Havel, um homem que nos fez lembrar o quão importante foi este processo há vinte anos. Nasci a poucos quilómetros a oeste da Cortina de Ferro, mas poderia muito bem ter sucedido o inverso. Nessa altura encontrava-me na zona de ocupação soviética e vi os refugiados húngaros de 1956, os refugiados da Primavera de Praga em 1968, como o meu colega, Libor Rouček. E, agora, vejo no Tratado de Lisboa uma extensão deste processo que é a união da Europa.

Provavelmente não foi intenção de Václav Klaus concluir a ratificação precisamente no mês em que comemoramos o 20.º aniversário da queda do Muro de Berlim, mas é uma feliz coincidência que este Tratado obtenha uma validade *de facto* precisamente agora, apesar de não ser ainda uma validade jurídica.

Temos agora de tomar decisões no que diz respeito a personalidades. Não o invejo nesta tarefa, Senhor Presidente Reinfeldt. Tenho contudo um pedido, ou uma pergunta, a fazer-lhe: está disposto, nas suas conversações dos próximos dias com os Chefes de Estado ou de Governo, a zelar por que também alcancemos, nesta Europa, algo que se aproxime de um equilíbrio geográfico representativo da nova Europa? Estará também porventura disposto a zelar por uma maior representação das mulheres? Não estou a dizer isto apenas por causa da Senhora Ministra Malmström e da Senhora Comissária Wallström, aqui presentes. Poderá a Europa de hoje permitir-se ter cargos de topo – e estou a falar também para o meu próprio grupo – com uma tão baixa representação de mulheres? É essa a imagem que dá hoje a Europa à sua população? O Presidente do Parlamento já fez hoje alusão a este ponto. A culpa não será sua, evidentemente, se tal não suceder, mas peço-lhe que, pelo menos durante as negociações, insista na necessidade de termos um melhor equilíbrio geográfico e, sobretudo, um melhor equilíbrio entre homens e mulheres na Europa, a fim de demonstrarmos que representamos o conjunto da população europeia.

Fez referência ao Alto Representante. Está disposto, Senhor Presidente Reinfeldt, a zelar também por que fique claro que, quando nomear um Alto Representante, essa pessoa só assumirá plenas funções depois de concretizada a ratificação ou de tomada uma decisão pelo Parlamento? Sei que haverá, naturalmente, um

intervalo de tempo, mas deve ficar claro que, no seu papel conjunto como Vice-Presidente da Comissão, o Alto Representante necessita da aprovação do Parlamento. Teremos de ser muito cuidadosos e conscienciosos ao dar essa aprovação. Devemos deixar claro que, especialmente neste domínio, cumpriremos o nosso dever e, Senhor Presidente Barroso – creio que podemos prometer-lhe isto –, se é verdade que queremos realizar estas audições de forma correcta e cuidadosa, queremos também chegar tão rapidamente quanto possível às nossas decisões, pois os cidadãos da Europa exigem que trabalhem e cheguemos rapidamente a decisões, e não que passemos meses a discutir personalidades.

O último ponto que quero abordar é a crise financeira, que V. Exa. mencionou, porque essa é também uma questão que nos causa grande preocupação. Mencionou muito justamente o desemprego, que se prevê venha ainda a aumentar. Disse também que não podemos retirar as medidas de apoio enquanto tivermos os actuais níveis de desemprego, pois os cidadãos esperam que não aceitemos, nesta nova Europa, as elevadas taxas de desemprego que temos presentemente.

Há também o debate sobre a questão do imposto sobre transacções financeiras. Sei que esse debate já foi atribuído a outros por cinco vezes; contudo, será também, provavelmente, um debate importante para mostrarmos que levamos a sério a questão do controlo, mas não porque queiramos instituir agora elevados encargos fiscais. Devemos deixar claro, no entanto, que queremos utilizar todos os instrumentos que ajudem a conter a especulação e que, sobretudo, a fim de evitar uma nova crise, haja recursos disponíveis para ajudar os bancos que, não obstante, venham ainda a enfrentar dificuldades. Temos de enviar sinais claros a este respeito.

O CEO da Goldman Sachs disse recentemente – e devemos assimilar lentamente estas palavras – “sou um mero banqueiro a fazer a obra de Deus”. É, sem dúvida, uma declaração particularmente cínica e porventura blasfema, mas revela o tipo de mentalidade de muitas destas pessoas. Falando cruamente, estas pessoas especulam em nome de Deus. Não queremos dizer que o que estamos a fazer com a nossa regulamentação financeira é obra de Deus, mas sim um trabalho a favor das pessoas, um trabalho para proteger as pessoas deste continente contra o desemprego e a especulação – e é isso que devemos fazer. Espero que V. Exas. possam enviar sinais claros neste sentido ainda no decurso da Presidência sueca.

Guy Verhofstadt, em nome do Grupo ALDE. - (FR) Senhor Presidente, antes de mais, quero começar por felicitar o Senhor Primeiro-Ministro Reinsfeldt, e também a Senhora Ministra Cecilia Malmström, naturalmente, pela ratificação do Tratado de Lisboa. Saliente-se que foi graças à sua determinação que tal foi possível, graças ao seu sentido do compromisso que chegámos finalmente a bom porto. Porque havia muitos pessimistas, também nesta sala, que pensavam que devíamos esperar pelas eleições britânicas, ou mesmo deixar de ter esperança na ratificação deste Tratado. Assim, foi graças a si, e agradeço-lhe em nome de todos o trabalho desenvolvido. O que quer dizer que foram quase dez anos de trabalho que foram agora coroados de êxito.

Quero também agradecer-lhe o debate de hoje, por ter aceite um debate com os presidentes dos grupos políticos sobre o perfil do Alto Representante, do Presidente do Conselho e sobre a estrutura da Comissão, pois será o único debate sobre esta questão. Tudo o resto peca por falta de transparência, devo dizer! Lemos muitas coisas na imprensa, e felizmente que ainda existe a imprensa para podermos saber um pouco do que se passa, mas creio que, no futuro, vamos precisar de reflectir na forma de estabelecer um pouco de transparência neste processo extremamente importante para a União Europeia.

E vou falar numa ordem um pouco diferente sobre os diferentes pontos, dando a minha opinião sobre as diferentes nomeações.

Vou começar, Senhor Presidente da Comissão, pela estrutura da Comissão, pois, para o Parlamento, é o mais importante. É da sua competência - ou, melhor, é da vossa competência - mas é conjuntamente consigo que temos de optar. Somos nós que controlamos, quando não é esse o caso relativamente ao Presidente do Conselho.

Nas suas propostas, o que lhe pedimos que faça pela primeira vez é que utilize “clusters”, agrupamentos, na distribuição das competências. O que lhe propomos é que constitua, no fundo, quatro clusters, ou seja, agrupamentos de pastas da Comissão: a acção externa, evidentemente, depois a inovação, o clima e a sustentabilidade, em seguida tudo o que se refere à justiça financeira e económica, e, por fim, os assuntos internos.

É absolutamente necessário. E porque não criar vice-presidentes que assumiriam a liderança, a responsabilidade, de cada um desses agrupamentos que parecem decorrer do bom senso no interior da Comissão? Esta organização teria a vantagem de melhorar ainda mais a acção da Comissão sob a sua

presidência. Por outro lado, deve existir também um equilíbrio na representação das mulheres na Comissão. Penso que será também uma preocupação da sua parte possuir candidaturas que o permitam.

No que respeita ao segundo ponto, Senhor Presidente, a saber, o cargo de Alto Representante, o que é mais importante é sobretudo ter alguém que possua a vontade de conduzir uma política coerente entre a PESC e as políticas comunitárias, alguém que defenda também os direitos humanos e que inclua esses elementos em todas as acções por ele desenvolvidas. Por fim, ter alguém que acredite num serviço de acção externa europeu poderoso. Eis os três elementos-chave para caracterizar essa personalidade. Precisamos de uma pessoa que acredite verdadeiramente que a PESC e as políticas comunitárias devem ser integradas entre si, o que tem todo o sentido pois será também Vice-Presidente da Comissão.

E passo naturalmente para a terceira nomeação, aquela de que se fala mais, aquela que é, digamos, de todas, a que tem mais atractivos, a saber, a de Presidente do Conselho. Senhor Presidente em exercício do Conselho Reinfeldt, o meu grupo tem três opiniões a manifestar. Não passam de opiniões, já que o Conselho é quem vai decidir. Mas, felizmente, o Parlamento pode dar opiniões e fazê-lo abertamente.

Antes de mais, esta função deve caber a um *Chairman* e não a um *President*, para usar duas palavras inglesas. Em seguida, de ser alguém que acredite na integração europeia. Quando se elege um Papa, ele deve ser católico! Assim, se vamos agora eleger um Presidente do Conselho, precisamos de alguém que acredite na integração europeia e não de alguém que seja céptico, como acontece por vezes...

Por fim, para termos a certeza da sua convicção a favor da integração europeia, tem de ser alguém que acredite no método comunitário. É o método comunitário que faz avançar a Europa, não é o governamentalismo! O governamentalismo é uma ideia de países grandes! Embora haja países grandes que, felizmente, não acreditam no método intergovernamental. O Presidente do Conselho tem de defender o método comunitário.

Uma última palavra para concluir, Senhor Presidente: peço naturalmente ao Senhor Presidente em exercício Reinfeldt que encontre um consenso no seio do Conselho, e que a coligação pan-europeia que existe neste Parlamento se traduza nas nomeações e na distribuição das diferentes funções. Assim, o que queremos de facto é um compromisso, mas que reflecta também a composição desta aliança pró-europeia que faz avançar a Europa neste Parlamento Europeu.

Rebecca Harms, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente Reinfeldt, Senhor Presidente Barroso, creio que é precisamente a recordação dos acontecimentos históricos de há 20 anos que nos permitiu ver de forma crítica as querelas sobre como implementar as opções após a ratificação do Tratado de Lisboa. Entre as belas palavras de Václav Havel e as suas ideias sobre a Europa, por um lado, e as disputas mesquinhas sobre questões de pessoal que se travaram nos bastidores durante o último Conselho, por outro, há de certo modo algo que não combina.

Em minha opinião, parece que, de momento, o alívio obtido com a ratificação do Tratado de Lisboa depois de decorridos quase dez anos está a dar lugar à preocupação sobre se tudo não irá ser comprometido a nível dos governos dos Estados-Membros. No entanto, aquilo que realmente devemos ambicionar – sobretudo tendo em conta a forma veemente como aplaudimos o discurso de Václav Havel – e aquilo que realmente devemos fazer é reconhecer que precisamos de que sejam nomeados homens e mulheres fortes para os cargos políticos de topo na União Europeia e de concordar que os interesses individuais, incluindo os interesses dos países que na verdade se opõem a uma maior integração, devem ser relegados para segundo plano.

Senhor Presidente Reinfeldt, ainda não estou em condições de o felicitar porque, por enquanto, não há nenhum sinal convincente desses homens e dessas mulheres fortes à frente da política europeia.

O enorme louvor que vários oradores exprimiram por aquilo que alcançámos nos preparativos para Copenhaga é também algo que, infelizmente, não posso partilhar. Acabo de regressar da última conferência preparatória das Nações Unidas em Barcelona e, tal como ficou confirmado aqui na cimeira de Bruxelas, vamos para Copenhaga com expectativas cada vez menores.

É errada a atitude que os Europeus agora adoptaram, considerando que já fizemos tudo o que podíamos e que agora é a vez de todos os outros fazerem o mesmo. Se olharmos para o que os Europeus fizeram de facto em termos de uma política climática eficaz para reduzir as emissões de CO₂, para o que foi efectivamente alcançado, para os objectivos que fixámos em termos de redução das emissões, para a legislação adoptada no âmbito do nosso pacote sobre o clima – nada disso é suficiente para alcançar o objectivo dos 2 °C de redução de que constantemente falamos. Todos o sabem, mesmo a nível internacional.

Se os Europeus começarem agora a questionar se realmente querem um acordo juridicamente vinculativo, estar-se-á com isso a pôr em causa um processo sob a égide das Nações Unidas que é apoiado por muitos Europeus há muitos anos. Penso que é preciso reflectir cuidadosamente sobre os anúncios que se vão fazer em Copenhaga. Tenho sempre uma preocupação em mente: diz-se com frequência nesta Assembleia que as estratégias de sustentabilidade, a eficiência dos recursos e a protecção do clima devem ser os novos paradigmas da política económica e industrial europeia. Václav Havel também foi muito aplaudido quando o afirmou. Tenho a impressão de que os Europeus – por muito que o salientem e por muito que gostem de o aplaudir – perderam toda a confiança nestes postos de trabalho de futuro durante a crise económica, estando por isso, justamente nesta crise económica, a pôr de lado as estratégias eficazes de criação de novos postos de trabalho e de mercados do futuro. Facto que me deixa seriamente preocupada. A crise económica é a pior justificação para a não adopção de medidas ambiciosas para proteger o clima. A protecção do clima e o desenvolvimento económico são, na realidade, dois lados da mesma moeda. No entanto, isso não é de modo algum evidente nas decisões europeias tomadas no Conselho Europeu.

Timothy Kirkhope, *em nome do Grupo ECR*. – (EN) Senhor Presidente, começo por felicitar a Presidência sueca pelos novos desenvolvimentos que a posição da União Europeia no domínio das alterações climáticas registou na última cimeira. A luta contra as alterações climáticas é uma das nossas principais prioridades, e é o tipo de questão em que esperamos e desejamos que a UE assuma uma forte posição de liderança. É de saudar o acordo alcançado sobre as medidas de financiamento, pautado pelo equilíbrio e a ponderação, e que coloca a União numa forte posição no âmbito dos trabalhos preparatórios para a conferência de Copenhaga.

Não quero deixar de me debruçar, porém, sobre o debate que, ao que parece, domina hoje a agenda europeia: as nomeações do Presidente do Conselho e do Alto Representante. Devemos começar por definir claramente o âmbito e a natureza destes cargos para então, depois, determinar as qualidades e a experiência que devem possuir as pessoas que os irão exercer. Evidentemente que o que tem lógica é o Conselho Europeu convidar os Estados-Membros a apresentar formalmente as suas nomeações, e escutar os candidatos, incluindo porventura o senhor deputado Verhofstadt, antes da tomada de decisão.

Em lugar disso, o debate degenerou numa discussão pouco dignificante entre os Chefes de Governo – dos países grandes como dos pequenos, do Norte, Sul, Leste e Oeste, da Esquerda como da Direita –, os quais parecem preocupados apenas em partilhar empregos entre si, e não em saber se uma determinada pessoa é realmente o melhor candidato para assumir aquelas responsabilidades.

Mais grave ainda, alguns estão mesmo a tentar dividir a União Europeia em duas classes de cidadãos, ao afirmarem que apenas os indivíduos provenientes dos Estados-Membros do espaço Schengen e da Eurozona devem ser elegíveis. De salientar que tal sugestão denota uma discriminação inadmissível, isto num dia da história em que recordamos todos quantos perderam a vida em combate, e numa semana em que recordámos os horrores de Kristallnacht e os trágicos acontecimentos que se seguiram, e em que comemorámos os feitos de todos os que contribuíram para a queda do Comunismo, na Polónia, onde o processo teve início, na Hungria, nos Estados Bálticos, em países em toda a Europa Central e Oriental e, obviamente, em Berlim.

Correcto é lutar pela liberdade e por valores para todos, não por grandes empregos para um punhado de afortunados.

Lothar Bisky, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (DE) Senhor Presidente, o Tratado de Lisboa foi ratificado por todos os 27 Estados-Membros. Muitos comemorarão este facto como um grande êxito, mas o meu grupo não se associará a essas comemorações. Já expliquei muitas vezes as razões nesta Assembleia e não pretendo fazê-lo de novo.

Infelizmente, o facto de a Carta dos Direitos Fundamentais não se aplicar aos cidadãos de três Estados-Membros faz-me duvidar dos grandes progressos da UE no que se refere à protecção dos direitos fundamentais. Menciono este ponto especificamente tendo em conta a nossa sessão solene de hoje e o discurso de Václav Havel. No entanto, justamente porque a esquerda na Europa quer uma integração europeia social, pacífica e ambientalmente sustentável, vamos continuar a utilizar também o quadro previsto no Tratado para este fim. Fizemo-lo até agora, e vamos continuar a fazê-lo.

Neste contexto, não posso deixar de saudar o facto de o Parlamento Europeu passar agora a ter mais direitos. No meio de todas as manifestações de júbilo, também teria sido sensato que os Chefes de Estado ou de Governo utilizassem a sua recente cimeira para a adopção de políticas mais concretas. O maior desafio que o mundo enfrenta é o das alterações climáticas. Na preparação para a Conferência Mundial sobre o Clima, em Copenhaga, a União Europeia, infelizmente, perdeu o papel de liderança que havia definido para si. Por

um lado, o conteúdo dos compromissos para a redução das emissões de CO₂ não corresponde ao que realmente é necessário. Além disso, é inaceitável que os Estados-Membros queiram, muito claramente, evitar as suas responsabilidades financeiras, embora esta seja uma situação em que não podemos permitir-nos atrasar a nossa actuação.

Não se trata de saber se a Suécia vai tornar-se em breve uma grande região vinícola – embora não vos inveje por isso. Trata-se simplesmente da sobrevivência e também, de resto, da paz no nosso mundo. As alterações climáticas já estão a causar pobreza e fome e a obrigar milhares de pessoas a fugir das suas pátrias. Todos nesta Câmara já falaram certamente, num momento ou noutro, de desafios globais que não podem ser superados a nível nacional. A protecção do clima, a paz e o combate à pobreza são precisamente esses desafios. Se a União Europeia não agir de forma coerente e exemplar a este respeito, perderá a sua aceitação como actor internacional.

William (The Earl of) Dartmouth, *em nome do Grupo EFD*. – (EN) Senhor Presidente, o novo cargo de Presidente do Conselho, com que todos parecem bastante obcecados, corresponde a uma nomeação por apenas dois anos e meio e tem muito poucas competências definidas. Portanto, alguém devia dizer a Tony Blair para não ficar muito aborrecido se não conseguir o lugar!

Com o Tratado de Lisboa, o verdadeiro Imperador romano sagrado do século XXI – o Carlos Magno do nosso tempo –, cujas ordens chegam mais longe do que alguma vez chegaram as daquele imperador, passa a ser, já se vê, o Presidente da Comissão, o nosso Senhor Barroso. E digo-o apesar das observações do Senhor Barroso em relação à parceria.

Para o Alto Representante, porém, as coisas são bastante diferentes. Há um orçamento substancial para a abertura de novas missões diplomáticas, e cumpre-me assinalar que a existência do cargo de Alto Representante da UE põe em risco os assentos permanentes detidos, no Conselho de Segurança da ONU, pelo Reino Unido e, também, pela França, Senhor Deputado Daul.

Contudo, o grande problema com que se defrontam os Estados-nação da Europa não é o reduzido número de missões diplomáticas, mas sim um número demasiado elevado de desempregados. A Assembleia comemorou aqui hoje – acertadamente – o vigésimo aniversário da queda do Muro de Berlim. Só que agora temos um novo Muro de Berlim, não nas fronteiras entre as nações mas dentro das próprias nações. É um muro erigido entre os políticos profissionais do aparelho político e os cidadãos.

É um pouco tarde, agora, para exigir transparência, Senhor Deputado Verhofstadt. Há aqueles, entre nós, que continuaremos a intervir em nome dos cidadãos e contra as instituições que, como o Grupo EFD afirmou reiteradas vezes e continuará a afirmar, carecem de legitimidade democrática.

Hans-Peter Martin (NI). – (DE) Senhor Presidente, a democracia precisa de uma revolução e, Senhor Deputado Dartmouth, Senhor Deputado Verhofstadt, nunca é errado falar a favor da transparência. V. Exas em especial, na Presidência sueca, poderiam ser um exemplo brilhante disto mesmo e dizer-nos o que realmente está a passar-se nas negociações para os cargos de topo, que são absolutamente indignas do projecto europeu e também – o Senhor Presidente Barroso poderia aqui abrir o caminho – no que se refere à nomeação dos comissários. A Alemanha e a Áustria são um mau exemplo a este respeito, mas, infelizmente, também outros o são.

Há gente qualificada nesta Câmara, mas que não tem qualquer hipótese de ser aceite. Por favor, agora que o Tratado de Lisboa foi aprovado, sejam corajosos e honestos e admitam que precisamos de estruturas de decisão muito mais claras e transparentes para a Comissão e para os lugares de topo. Com tanta competência técnica, tem de ser possível encontrar pessoas de qualidade no Parlamento Europeu, em vez de as ir procurar nesta ou naquela província.

Fredrik Reinfeldt, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Senhor Presidente, o meu muito sincero obrigado aos senhores deputados pelas suas inúmeras e válidas observações e perguntas.

Como alguém aqui afirmou, levou algum tempo a conseguir a ratificação por parte de 27 Estados-Membros. Há muitos anos que vimos debatendo este Tratado e fico sempre surpreendido quando, depois de tanto tempo, me colocam questões no sentido de saber quando é que poderemos deixar de nos reger por aquela constituição, pois é nos Tratados que devo basear o meu trabalho. E está estipulado nestes que os órgãos decisórios para efeitos de nomeação do Presidente do Conselho são os Primeiros-Ministros e os Chefes de Estado da União Europeia. É isso que está nos Tratados.

Além disso, um problema que para mim é evidente é que a maioria dos nomes apontados para o cargo são actuais Primeiros-Ministros de diferentes países europeus. É uma situação que suscita tensão, para um responsável político, apresentar-se como candidato a um cargo que poderá não vir a ocupar, enviando um sinal à população de que vai deixar o país e, depois, regressar e dizer "Pois bem, ainda cá estou!". Creio que temos de respeitar que este é um factor de peso em relação a esta questão.

No que respeita ao Alto Representante, tereis muito mais transparência, muito mais discussão, pois a escolha fará parte da eleição da Comissão, será parte de uma decisão tomada após as audições no Parlamento. Isto, apesar de – para responder ao senhor deputado Swoboda – estar claramente previsto no Tratado que entrará em vigor em 1 de Dezembro que o Alto Representante ocupa directamente o seu novo cargo, mas que tem de integrar a Comissão aprovada pelo Parlamento.

É um assunto complicado, já se vê, mas, para constatar o óbvio, como afirmei da última vez, as coisas não eram supostas ser como acabaram por ser. Todo este processo devia supostamente já estar concluído antes da Presidência sueca. Foi muito mais moroso do que alguém podia prever.

Quanto à questão do equilíbrio que se impõe assegurar, que é outro aspecto em relação ao qual tenho sido interpelado, ainda hoje tive a primeira ronda de consultas aos meus 26 colegas. O problema é que, para duas pessoas apenas, há muito equilíbrio a assegurar. Foi aqui referido o equilíbrio geográfico e de género, mas o principal equilíbrio de que me falam é entre o Centro-Esquerda e o Centro-Direita. Há muito equilíbrio a assegurar, e tomara que os cargos fossem em maior número para poder satisfazer todos os critérios aqui mencionados. Para dizer o óbvio, não é que não estejamos a procurar encontrar o melhor equilíbrio possível.

Como referi, a decisão será tomada na próxima quinta-feira, na nossa cimeira, que será antecédida de um jantar servido cedo, para ir ao encontro de todos os vossos pedidos no sentido de assegurar um processo tão célere quanto possível. É o que temos estado a procurar fazer. Houve aqui algumas observações relativas à questão de saber quem vai tomar a decisão. Só para consultar todos os colegas, é necessário algum tempo. Hoje somos uma UE a 27. A consulta à totalidade dos meus colegas implica dois dias de trabalho – o processo é fantástico, mas leva tempo.

Na questão climática, concordo com a senhora deputada Rebecca Harms quando afirma que a Europa não está a fazer o suficiente. Cumpro também recordar-vos que previmos uma posição que passaria pelo aumento dos nossos esforços, na Europa, de acordo com metas juridicamente vinculativas, mas que requer condicionalidade. Esta posição reflecte o ponto de vista de um grande número dos meus colegas. Para eles é ponto assente que, se avançarmos ainda mais a nível da UE, outras partes do mundo terão de assumir o mesmo tipo de compromissos.

Saúdo as decisões tomadas individualmente por países, ou nações, no sentido de ir mais longe. Temos inúmeros casos desses. O meu país, a Suécia, por exemplo, assumiu a nível nacional um objectivo de redução de 40% até 2020, e o mesmo é verdade no caso da Alemanha.

Precisamos de fazer mais – e não somos nós quem está a pedir que a decisão que se impõe tomar em Copenhaga seja uma decisão diluída –, e uma grande parte do trabalho a fazer é levar os outros a dar o passo. Como disse, estou de regresso das minhas deslocações à Índia e Estados Unidos, e irei à China ainda este mês, e necessitamos de um acordo de liderança para fazer o processo avançar. É a parte difícil desta problemática. Trata-se de um desafio à escala mundial, num mundo em que não existe o tipo de liderança ou de processo decisório de que dispomos na União Europeia. Como tal, é muito mais difícil conseguir resultados, mas, por outro lado, temos forçosamente de os conseguir.

A União Europeia, como sabem, responde por apenas 13% do total das emissões mundiais. Não podemos resolver o problema sozinhos: precisamos também do compromisso dos outros, sobretudo dos principais emissores, mas parece que são estes que estão a erguer o braço e a dizer que querem ficar de fora do acordo. Isso não é possível, pois, desse modo, jamais conseguiríamos a meta dos 2 °C.

Por último, iremos agora, durante a Presidência sueca, procurar fazer avançar as medidas de reforço da supervisão do mercado financeiro, as quais são fundamentais para garantir um melhor funcionamento dos mercados financeiros no futuro.

Daremos igualmente início a debates, que prosseguirão durante a Presidência espanhola, sobre a competitividade, sobre como conseguir fazer funcionar melhor os mercados de trabalho, e sobre como sair da crise quando virmos nítidos sinais de recuperação. Trata-se pois de um equilíbrio entre, por um lado, aprendermos com os problemas que tivemos, e, por outro, criarmos mercados financeiros que funcionem

melhor, mas também se trata de debates e decisões indispensáveis para conseguirmos, aqui na Europa, uma maior competitividade e um melhor funcionamento dos mercados de trabalho.

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de me pronunciar sucintamente sobre algumas das questões directas aqui colocadas durante o debate.

Em primeiro lugar, no que diz respeito às alterações climáticas, há que pôr as coisas preto no branco. A União Europeia está comprometida com um tratado vinculativo. Assumimos os compromissos do Protocolo de Quioto e ratificámo-lo. Todos os nossos Estados-Membros ratificaram Quioto, e somos a favor de um tratado vinculativo para o futuro. Se existe quem não queira um tratado vinculativo, não é com certeza a União Europeia.

A verdade, porém, é que alguns dos nossos mais importantes parceiros simplesmente não estão preparados para um tratado dessa natureza. Existem, por conseguinte, duas possibilidades. Uma é insistir numa coisa que sabemos que não vai resultar, a outra é procurar alcançar o mais avançado e ambicioso resultado possível em Copenhaga. Continuo a acreditar que um tal resultado é possível, e vamos lutar por isso. Lutaremos por conseguir o acordo mais ambicioso possível em Copenhaga e permaneceremos – pelo menos, pela parte da Comissão, e estou certo de que também temos o aval dos Chefes de Estado e de Governo – comprometidos com um tratado vinculativo, que estabeleça objectivos inequívocos para os países desenvolvidos e acções claras em favor dos países em desenvolvimento, incluindo as grandes economias emergentes e em rápido crescimento, que também têm uma quota-parte de responsabilidade a assumir. Também temos de conceder financiamento aos países em desenvolvimento – sobretudo aos países mais desfavorecidos e menos desenvolvidos –, pois bem sabem que, sem essa ajuda, eles não conseguirão empreender os esforços de adaptação e mitigação que se impõem.

(FR) No que respeita à questão institucional, sejamos totalmente honestos entre nós. Estamos agora em vésperas da entrada em vigor de um novo sistema extremamente exigente.

A maior parte de nós lutou para ter este Tratado, durante muitos anos, pelo menos durante nove anos! Depois de Nice, queríamos um Tratado mais ambicioso, e agora há que pô-lo em prática. É complexo porque a nossa União é complexa, é uma União de Estados, é uma União de cidadãos.

Mas o essencial é precisamente o respeito dos Tratados. Somos uma comunidade de direito, e no dia em que o nosso empenho no pleno respeito do Tratado enfraquecer, aí estaremos a faltar, sem qualquer dúvida, aos nossos deveres.

Eis a razão por que é essencial nesta transição - e quando pusermos em prática o novo Tratado - respeitarmos os Tratados e as competências de cada instituição: as competências do Parlamento, evidentemente, e também as competências do Conselho e as competências da Comissão.

Pela minha parte, sou daqueles que pensam que a Europa não avança quando uma instituição constrói o seu poder e a sua autoridade contra as outras. Penso que é um erro. Penso que o ciúme institucional é próprio dos medíocres. Pelo contrário, penso que seremos mais fortes se nos reforçarmos mutuamente. Penso que teremos todo o interesse em possuir um Parlamento Europeu forte - e o Tratado de Lisboa confere-lhe competências acrescidas - mas também um Conselho Europeu com uma liderança consistente e coerente ao longo do tempo, e uma Comissão forte.

Aliás, segundo os Tratados, e cito o Tratado de Lisboa - porque estamos sempre a falar dele, mas às vezes também devemos lê-lo -, no seu artigo 17.º, é a Comissão que "promove o interesse geral da União e toma as iniciativas adequadas para esse efeito. A Comissão vela pela aplicação dos Tratados, bem como das medidas adoptadas pelas instituições por força destes". Ou seja, compete à Comissão verificar se os Tratados são ou não aplicados, inclusive durante essa transição. É um poder que o Tratado confere à Comissão e que a Comissão vai evidentemente exercer no âmbito das suas responsabilidades.

Dito isto, há que trabalhar em parceria para reforçar as instituições europeias. Se não tivermos instituições que funcionem, o que é que vai acontecer? Os Estados-Membros - sobretudo alguns Estados-Membros - terão tendência para tomar as suas decisões fora das instituições. É isso que queremos? Penso que não. Queremos que as decisões sejam tomadas no quadro institucional, no quadro de uma comunidade de direito, e é isso que lhes queria dizer de uma forma muito franca e sincera: reforçemos mutuamente as nossas instituições.

Hoje ouvimos o extraordinário apelo de Václav Havel. É extraordinário, realmente, mas, como dizia Jean Monnet, nada se faz sem os homens, nada dura sem as instituições. Temos agora de criar instituições fortes, o que não pode fazer-se sem esse espírito de parceria. Eis a razão por que, nomeadamente, quero agradecer-lhes

as vossas sugestões relativas à organização e à estrutura da Comissão. Tal como os senhores, defendo com muita força o método comunitário e o Tratado, que prevê uma distribuição clara das responsabilidades. Nos termos do Tratado, a responsabilidade da organização da Comissão compete ao Presidente, e não tenho a mais pequena intenção de renunciar a ela.

Quando apresentar a Comissão, farei portanto como todos os autores modestos: agradecerei a todos aqueles que me aconselharam, aceitando simultaneamente a responsabilidade integral pelo produto final. E hoje ouvi boas e interessantes sugestões, mas o essencial é compreender o seguinte: cada um deve exercer as suas responsabilidades no respeito das outras instituições e com a mais elevada consideração, como é óbvio, pelo interesse geral europeu.

Íñigo Méndez de Vigo (PPE). – (ES) Senhor Presidente, dizia o Presidente da Comissão Europeia que felicitava o Ministro Reinfeldt por ter levado o barco a bom porto, o barco do Tratado de Lisboa.

Há dois anos, nesta Câmara, eu dizia que receava que o Tratado de Lisboa pudesse acabar como o peixe do *Velho e o Mar*, o conto de Hemingway, que depois de uma longa batalha chegou ao porto praticamente reduzido a espinhas. Pois bem, eu constato que o Tratado de Lisboa não chegou ao porto reduzido a espinhas, mas que a sua essência continua lá. Obrigado, Senhor Ministro Reinfeldt; obrigado, Cecília.

Devo dizer, também, que fez bem em procurar um acordo com o Presidente da República Checa. Muitos de nós, nesta Câmara, ficámos incomodados com a atitude do Presidente da República Checa, mas há um poeta espanhol que diz: “depois de tudo, tudo acabou por não ser nada”; afinal, o que importa é que o Tratado esteja em vigor e que agora estejamos a pensar na sua implementação.

Senhor José Manuel Barroso, não é minha intenção dar-lhe qualquer conselho sobre a forma como V. Exa. deve formar a sua Comissão, em parte porque respeito a autonomia e a independência do Presidente da Comissão, que recebeu um voto substancial pedindo-lhe que o fizesse. Quando apresentar o seu Colégio de Comissários e a repartição de responsabilidades, nós dir-lhe-emos se somos a favor ou contra, mas hoje V. Exa. tem todo o nosso apoio.

Também não é minha intenção, obviamente, dar qualquer conselho ao Presidente em exercício do Conselho, mas, se V. Exa. me autorizar, gostaria de chamar a sua atenção para algo que aconteceu durante a preparação do Tratado Constitucional. O primeiro projecto, que criou a figura do Presidente do Conselho, continha uma proposta que preconizava que este fosse um primeiro-ministro que tivesse exercido tal cargo durante pelo menos dois anos e meio (e por brincadeira, Senhor Ministro Reinfeldt, nós chamámos-lhe a “cláusula Bruton”, pensando em John Bruton, uma vez que John nos dissera que tinha sido Primeiro-Ministro durante dois anos e sete meses, pelo que seria elegível para o cargo). Mais tarde, porém, nós suprimimos essa condição – como o senhor deputado Duff se recorda –, porque neste Parlamento nos perguntaram o que é que havia no ADN de um primeiro-ministro que não houvesse no ADN do resto dos mortais. Por que razão tem o Presidente do Conselho de ser um primeiro-ministro?

Senhor Ministro Reinfeldt, é preferível que V. Exa. procure a pessoa que melhor possa representar a autoridade moral, que melhor saiba promover acordos na Europa. Para tal, Senhor Ministro Reinfeldt, nós demos-lhe um instrumento: o facto de este Presidente não ter de ser eleito por unanimidade, mas por maioria qualificada.

Assim, é desejável que haja um consenso, se tal for possível; se não for, utilize então a maioria qualificada para procurar o melhor Presidente do Conselho.

PRESIDÊNCIA: PITTELLA

Vice-presidente

Marita Ulvskog (S&D). – (SV) Senhor Presidente, apraz-me que a Presidência sueca tenha abandonado o seu desejo de exercer pressão para que se opte rapidamente por estratégias de saída, que implicariam o risco de transformar as elevadas taxas de desemprego num problema permanente na Europa. No entanto, preocupa-me que um número crescente de vozes se levantem avisando que a Cimeira do Clima em Copenhaga não será o êxito que muitos esperam que seja, o que se reflectiu hoje, aqui, em muitas das intervenções neste debate, bem como nas perguntas ao senhor Presidente em exercício do Conselho, Fredrik Reinfeldt.

O pessimismo é igualmente evidente nas Conclusões da última reunião do Conselho. O Conselho confirma, claramente, que os países desenvolvidos deverão reduzir as suas emissões em 80-95% até 2050, mas, se se quiser ter êxito nessa política, serão necessários compromissos ambiciosos num futuro muito próximo e, para o conseguir, será preciso resolver a questão do financiamento das medidas nos países em

desenvolvimento. Estes foram os países que menos contribuíram para as alterações climáticas e aqueles que mais serão afectados pelas mesmas e, se não resolvermos as questões do financiamento, também não conseguiremos um acordo em matéria de clima.

Posto isso, que promessas faz o Conselho? Tal como o senhor Presidente em exercício do Conselho, Frederik Reinfeldt, hoje aqui afirmou, a UE prometeu dar um contributo considerável. A meu ver, esse é o anticlímax. Teria sido possível decidir que a UE não daria um contributo considerável? Considero que essa posição é como começar a tricotar uma luva e nunca passar do polegar. A Comissão propôs uma ajuda à região no valor de 5-7 mil milhões de euros durante os primeiros três anos. O Conselho opta por acolher estes valores, e eu considero muito difícil ver nesse compromisso qualquer valor.

Considero preocupante. Os EUA e a China, bem como as ambições de outros países suscitam, certamente, problemas, porém, a posição da UE e as suas próprias ambições levantam problemas ainda maiores. Deveria ser possível corrigir a nossa posição, e se Frederick Reinfeldt tivesse considerado correcto permanecer no hemisfério, eu teria gostado de lhe perguntar de que forma a Presidência sueca tenciona conseguir um mandato mais firme, no tempo que medeia até à Cimeira de Copenhaga, pois é preciso que esta não se revele um fracasso.

Alexander Graf Lambsdorff (ALDE). – (DE) Senhor Presidente, o Tratado de Lisboa, que felizmente entrou em vigor, proporcionar-nos-á mais democracia e um processo de audição para o Alto Representante. Todos os comissários virão aqui, primeiro para que possamos ouvir o que têm a dizer e, em seguida, para que possamos submetê-los a escrutínio. É bom que assim seja. O Presidente do Conselho, porém, não será aqui objecto de uma audição, nem será sujeito ao escrutínio deste Parlamento ou de qualquer parlamento nacional.

A sua posição está mal concebida do ponto de vista democrático. Não pode ser o Presidente político da Europa, não pode ser mais do que um honesto mediador entre os diferentes interesses dos Estados-Membros no Conselho, e o requisito mínimo para a sua nomeação é a existência de um consenso no Conselho. Como o senhor deputado Verhofstadt acaba de dizer, quando se escolhe um Papa, escolhe-se um católico, quando se escolhe o Presidente do Conselho Europeu, escolhe-se um europeu, ou seja, alguém que acredita no ideal europeu. Creio que é absolutamente correcto. Precisamos de alguém que possa voltar a colocar o "europeu" no Conselho Europeu.

Se este debate – solicitado pelo Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa – não tivesse tido hoje lugar no Parlamento, todos teríamos discutimos este assunto unicamente nos meios de comunicação ou nos corredores. Creio que a transparência é necessária para as próximas nomeações.

Gostaria de dizer o seguinte ao Senhor Presidente Reinfeldt:

(EN) Não se trata aqui apenas de equilibrar o Centro-Esquerda e o Centro-Direita. Trata-se, sim, de equilibrar o Centro, a Esquerda e a Direita.

Yannick Jadot (Verts/ALE). – (FR) Senhor Presidente, as alterações climáticas já provocaram 300 000 mortos, e a inacção, em nossa opinião, constitui um crime contra a humanidade.

Sabemos que é urgente, sabemos que não existe um plano B, e, no entanto, neste momento, a negociação está bloqueada. É fácil dizer que a culpa é dos Estados Unidos, mas consideramos que a responsabilidade da Europa é também imensa.

Infelizmente, a Europa já não lidera as negociações sobre o clima, como pretende o Senhor Primeiro-Ministro. Generalizar ao conjunto do planeta os actuais compromissos europeus representa 4º de aquecimento global daqui até ao final do século, 4º de aquecimento global! É inaceitável, e já não basta, como pretende também o Senhor Presidente Barroso, escondermo-nos atrás apenas do carácter legislativo deste compromisso.

Estudos independentes mostram hoje que o Japão, a Noruega ou a Suíça estão dispostos a fazer esforços maiores do que a Europa. Da parte dos países emergentes, a China, a África do Sul, o Brasil ou a Indonésia, também eles assumem compromissos a nível interno superiores aos que lhes são pedidos pela comunidade científica.

Se há uma lição a retirar do discurso de Václav Havel, essa lição é de modéstia e de realismo. Temos de parar de fingir que nada está a mexer fora da Europa, que o mundo não mudou desde Quioto e que a Europa continua muito a montante da comunidade internacional. Ao recusar ter em conta os pedidos do Parlamento Europeu e, nomeadamente, da sua Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, o Conselho assumiu uma responsabilidade muito pesada, a responsabilidade do fracasso em Copenhaga.

Ainda não é demasiado tarde, a Europa pode retomar a liderança passando imediatamente para 30% o seu objectivo de redução e concedendo pelo menos 30 mil milhões de apoio aos países do Sul. Ao fazê-lo, conduziremos os países do Sul e conseguiremos um acordo dos Americanos.

Konrad Szymański (ECR). – (PL) Senhor Presidente, o resultado do Conselho de Outubro é um bom pretexto para impor restrições às medidas absolutamente irrealistas que se espera que a Europa adopte no domínio das alterações climáticas.

A acção que empreendermos no domínio das alterações climáticas devia depender dos esforços da China, América, Índia e Brasil. O contributo que pagamos para que os países em desenvolvimento disponham de tecnologias limpas não deve pôr em causa a nossa própria economia. Não esqueçamos que, na verdade, é o crescimento económico que nos permite financiar as mudanças tecnológicas que se revelam fundamentais para proteger o ambiente.

A redução do contributo da própria União Europeia não deve dar lugar a uma situação em que os países que usam enormes quantidades de carbono para gerar energia pagam duas vezes as mesmas emissões – uma no âmbito do sistema de comércio de emissões e outra como parte do apoio às tecnologias limpas em todo o mundo. Se não levarmos em consideração esta perspectiva estaremos a enfraquecer a posição da Europa neste debate.

Mario Borghezio (EFD). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, há poucos dias atrás, uma grave decisão do Tribunal de Estrasburgo abriu uma profunda ferida – assunto sobre o qual a Comissão Europeia se expressou com excessiva prudência – ao impedir o Estado italiano de expor crucifixos nas salas de aula. A questão não se prende tanto com um princípio religioso ou mesmo com um princípio de liberdade: esta foi uma grave violação do princípio de subsidiariedade.

Ora, se isto é uma indicação do que está para vir, há razões para temer o curso que será dado a esta questão com a adopção do Tratado de Lisboa: teremos a certeza de que não se manterá esta deriva perigosa de ter um direito europeu que sufoca e pisa o direito dos Estados-Membros? Este é um perigo do qual nos devemos proteger. A Comissão deveria ter reagido com muito mais firmeza, sobretudo diante do protesto unânime – hoje teve lugar uma reunião transversal das forças políticas italianas aqui representadas – que traduz o sentimento e a profunda sensibilidade do nosso povo face a esta pertença, que é metapolítica, meta-religiosa e cultural, à luz do que nos ensinou um grande filósofo com a importante frase, “não podemos dizer que não somos cristãos”.

A questão das nomeações é extremamente relevante, daí que hoje a imprensa nos fale de reuniões; nós nem sequer sabemos se vai haver uma reunião extraordinária em Bruxelas. Pergunto-me no entanto o seguinte: analisando os nomes que circulam – por exemplo, Jan Peter Balkenende, David Miliband e Herman Van Rompuy, para referir apenas três –, será possível que ninguém repare que estas três pessoas frequentam regularmente as reuniões tanto do Grupo Bilderberg como da Comissão Trilateral? Creio que se impõe estabelecer princípios de transparência, frequentemente mencionados pelas nossas Instituições, e perguntar claramente a estas pessoas se são candidatos representantes dos seus países e das suas forças políticas, ou representantes de grupos secretos que se reúnem à porta fechada e tomam decisões passando por cima da vontade dos cidadãos.

Francisco Sosa Wagner (NI). – (ES) Senhor Presidente, agora que as inquietações geradas pela aprovação do Tratado de Lisboa foram superadas, é tempo, em meu entender, de pensar na forma como, de futuro, deveremos lidar com as atitudes nacionalistas que tanto entravam o processo de construção europeia. A minha opinião é que tais obstáculos devem implicar custos. Com a cabeça fria, é tempo de pensar nas eventuais medidas que terão de ser tomadas nos próximos dias e anos.

É desejo deste modesto eurodeputado que no futuro haja um Presidente do Conselho que seja um homem, ou, melhor, uma mulher, que apoie o federalismo europeu, que use o euro, que se situe no espaço Schengen e que se identifique e concorde com a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

14. Boas-vindas

Presidente. – Gostaria de vos informar, Senhoras e Senhores Deputados, da presença na tribuna de honra de uma delegação do Senado da Federação da Malásia, à qual gostaria de dar as mais calorosas boas-vindas. A delegação é chefiada por Sua Excelência, o Sr. Datuk Wong Foon Meng, Presidente do Senado.

Gostaria de recordar que as relações entre o Parlamento Europeu e o parlamento da Malásia são regulares e profícuas. A Malásia tem uma sociedade dinâmica e uma economia florescente e desempenha um papel importante no seio da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Por conseguinte, é para mim e para toda esta Assembleia um prazer dar mais uma vez as boas-vindas aos nossos amigos e colegas do Senado: esperamos que a vossa visita seja produtiva.

15. Conclusões do Conselho Europeu de 29 e 30 de Outubro de 2009, incluindo o mandato e as atribuições do Presidente do Conselho Europeu e do Alto Representante da União para os Assuntos Externos e a Política de Segurança / Vice-Presidente da Comissão, bem como a estrutura da nova Comissão (continuação do debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a continuação do debate sobre o relatório do Conselho e a declaração da Comissão sobre as conclusões do Conselho Europeu de 29 e 30 de Outubro de 2009, incluindo o mandato e as atribuições do Presidente do Conselho Europeu e do Alto Representante da União para os Assuntos Externos e a Política de Segurança/Vice-Presidente da Comissão, bem como a estrutura da nova Comissão.

Elmar Brok (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Representantes da Comissão, Senhora Presidente em exercício do Conselho, o discurso do senhor deputado Borghezio foi típico – estes eurocépticos não conseguem distinguir entre Conselho da Europa e União Europeia –, pois a decisão sobre os crucifixos foi tomada pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, que é uma jurisdição do Conselho da Europa. Isto não poderia ser feito ao abrigo da Carta dos Direitos Fundamentais.

Permitam-me, no entanto, fazer algumas observações a propósito do presente debate. Creio que a Presidência sueca conduziu o processo de ratificação à sua conclusão com grande sensibilidade e de forma precisa, um processo que, naturalmente, ainda tinha de ser concluído por quatro países durante o seu mandato. Queria exprimir a minha gratidão pelo facto de este processo, que durou nove anos, ter sido levado a tão bom porto. Creio que, deste modo, nos é dada também a possibilidade de pôr este projecto em prática pela primeira vez, porque aquilo que sucede na prática também determina a realidade constitucional. Por isso, deve ficar claro que o Presidente do Conselho Europeu só tem a legitimidade dos Chefes de Estado ou de Governo e, em qualquer Constituição, qualquer presidente operacional que não responda perante o Parlamento é directamente eleito pelo povo. Isto deve aplicar-se também ao Presidente do Conselho Europeu. Só o Presidente da Comissão tem plena legitimidade.

Gostaria ainda de chamar a atenção – como o Senhor Presidente Barroso também já referiu, citando Jean Monnet – para a importância que as instituições revestem para a durabilidade da nossa existência. No que se refere ao Alto Representante/Vice-Presidente da Comissão, deve ficar claro que, ao tomar posse, assumirá imediatamente os dois papéis. Não pode tomar posse, primeiro, como Alto Representante em 1 de Dezembro e, posteriormente, como Vice-Presidente. Só poderá tomar posse, também como Vice-Presidente, depois de obter a aprovação do Parlamento Europeu. Não deve haver qualquer equívoco a este respeito, sob pena de virmos a confrontar-nos com problemas jurídicos.

Queria também referir que o Parlamento Europeu irá exercer os seus direitos no que se refere ao Serviço de Acção Externa. Não queremos que o Tratado de Lisboa seja utilizado para "intergovernamentalizar" a Europa. Não é esse o espírito do Tratado. O Serviço de Acção Externa desempenhará um papel decisivo nesta matéria. Solicito a V. Exas. que levem a sério a posição do Parlamento nesta questão, uma posição que naturalmente conhecem, e não façam declarações a este respeito que sejam passíveis de nos levar a derrubar-vos, pois temos o poder de o fazer.

Adrian Severin (S&D). – (EN) Senhor Presidente, a entrada em vigor do Tratado de Lisboa é efectivamente um acontecimento histórico. Um acontecimento que devemos aplaudir e com o qual nos devemos regozijar. Um acontecimento pelo qual nos devemos felicitar, a nós próprios e, naturalmente, à Presidência sueca, por terem conseguido este resultado.

Todavia, um tratado não basta. Nem sequer o mais perfeito dos tratados poderia, por si só, resolver um grande número dos problemas. São precisas pessoas inspiradas e competentes para potenciar a sua eficácia. No caso do Tratado de Lisboa, isso é mais importante ainda, pois este tratado é o resultado de infindáveis compromissos, longas discussões e longos debates. Por conseguinte, possui inevitavelmente inúmeras ambiguidades e lacunas.

Cabe aos futuros altos responsáveis políticos clarificar as coisas, afinar as regras, moldar as instituições, assegurar a correcta interpretação de todas as disposições do Tratado, e estabelecer a descrição pormenorizada das suas funções. O próximo mandato, e a próxima legislatura, serão cruciais para a arquitectura da União Europeia no futuro. Se queremos que essa arquitectura seja viável, ela terá de ser uma síntese de todas as experiências históricas, sensibilidades culturais e tradições políticas de todas as regiões da Europa e de todos os cidadãos europeus.

Assim, é preciso que a equipa formada pelos três principais cargos na União Europeia – o Presidente do Conselho, o Presidente da Comissão e o Alto Representante – inclua todas as sensibilidades políticas e todas as regiões geopolíticas, culturais e geográficas da Europa. Acredito que isto será conseguido e creio que, se o for, isso vai ser bom para a viabilidade da arquitectura e da eficácia da instituição, mas também para a credibilidade da União Europeia aos olhos de todos os nossos cidadãos.

Anneli Jäätteenmäki (ALDE). – (FI) Senhor Presidente, permita-me agradecer por uma vez aos meios de comunicação social. Sem uma imprensa livre e vigilante, os cidadãos estariam completamente alheados das escolhas dos líderes da UE. Felizmente, porém, temos os meios de comunicação social, que informam sobre a actividade dos grupos de interesses e apresentaram os candidatos prováveis e improváveis, tanto para o cargo de Presidente da União Europeia como para o de Alto Representante. De facto, mesmo neste debate tem-se falado pouco de nomes, e só alguns foram mencionados. Ao mesmo tempo, tentamos dar a outros, fora da UE, alguma orientação sobre a importância da realização de eleições democráticas.

Há algum tempo, tive ocasião de visitar a Turquia e, quando falámos sobre as escolhas a fazer na sequência do Tratado de Lisboa, um membro do Parlamento turco perguntou quando é que essas escolhas seriam feitas, ao que os membros da delegação da União Europeia responderam que não faziam ideia de quem eram os candidatos, ou de quando seria feita a escolha, já que tudo estava a decorrer à porta fechada. A UE tem ainda muito a melhorar nesta matéria, de modo a que possamos agir com mais transparência nestas questões.

Ashley Fox (ECR). – (EN) Senhor Presidente, gostaria de me pronunciar sobre as discussões informais que, como todos sabem, dominaram o último Conselho Europeu. Refiro-me, claro está, à escolha do próximo Presidente do Conselho e ao lugar que este irá desempenhar.

Creio que o Presidente deve estar ao serviço do Conselho – deve ser efectivamente um presidente, mais do que um alto responsável operacional. Importa, pois, que o Presidente seja simultaneamente uma autoridade colegial e alguém em quem as pessoas confiam, e, nessa ordem de ideias, o pior candidato possível em ambos os aspectos seria um Tony Blair. À semelhança da Chanceler Angela Merkel, apavora-me a ideia de ter de continuar a ouvir o Sr. Lampejo (Mr. Flash) durante os próximos cinco anos, enquanto a sua caravana automóvel rodopia pelo mundo fora.

A questão da confiança é igualmente importante e, em inúmeras ocasiões, o Sr. Blair mostrou ser totalmente indigno de confiança. Não é pessoa indicada para exercer cargos públicos, e exorto o Conselho a não o nomear.

Bastiaan Belder (EFD). – (NL) Senhor Presidente, foi com muito interesse que li o documento da Presidência sueca sobre o Serviço Europeu de Acção Externa. Contudo, o meu ceticismo em relação a esse projecto não diminuiu. Seja como for, penso que a Presidência sueca fez bem em conceder mais tempo para encontrar os candidatos certos para os novos cargos, pois o Alto Representante tem de ser um indivíduo de mais alta craveira, uma espécie que é rara na Europa.

Senhor Presidente, continuo muito preocupado com o impacto que estes novos cargos irão ter no equilíbrio interinstitucional. Os meus colegas não podem deixar de concordar comigo. Ao contrário deles, apraz-me que o serviço externo permaneça fora da Comissão. A política externa é essencialmente uma tarefa dos Estados-Membros e, mesmo que venha a ser "europeizada", eu preferiria a esfera do Conselho à esfera Comissão. É precisamente isso que se verifica agora, a despeito de todas as nossas bem intencionadas resoluções.

Philip Claeys (NI). – (NL) Senhor Presidente, este regateio em torno da designação do Presidente do Conselho Europeu está longe de ser edificante. Na Bélgica, por exemplo, estamos a ver agora a candidatura do nosso Primeiro-Ministro, Herman Van Rompuy, ser apoiada com argumentos do estilo: "ele é discreto, tem relativamente poucos inimigos e é hábil na consecução de compromissos". O raciocínio subjacente é o de que alguém que consegue governar um país artificial como a Bélgica, consegue fazer o mesmo na Europa.

Porém, ninguém na Europa está interessado em que a União Europeia evolua para uma versão da Bélgica em maior escala. Além disso, Herman Van Rompuy não governa realmente como Primeiro-Ministro. O modelo belga já deixou de ser governável, o que significa que o Sr. Van Rompuy é mais uma espécie de vigilante do *status quo*, que, no fundo, se limita a cuidar dos assuntos quotidianos.

Não precisamos de uma figura incolor, insípida e inodora que baila ao ritmo da música da Comissão Europeia, mas sim de um porta-voz poderoso para os Estados-Membros, e também para os cidadãos, cuja opinião, infelizmente, não é tida em consideração em tudo isto.

Othmar Karas (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, há vinte anos pusemos termo, de forma pacífica, à violenta divisão da Europa em liberdade, de um lado, e ditadura, de outro. A União Europeia é o projecto político que tornou possível a reunificação do nosso continente. A União Europeia é o projecto político que estabelece como objectivo alargar a zona de paz, liberdade, democracia e estabilidade na Europa. Temos a responsabilidade de fortalecer a comunidade de valores e a comunidade de direito. Devemos fazer tudo o que for possível, começando aqui e agora, para que o júbilo por aquilo que foi alcançado nos dê a força e a determinação necessárias para assegurar que nenhum novo muro ou barreira de arame farpado se erija entre os povos do nosso continente e o resto do mundo.

O Tratado de Lisboa representa o maior avanço da democracia desde as primeiras eleições directas há trinta anos e dá à União Europeia e às suas instituições a possibilidade e a capacidade de se tornarem a voz do continente. Temos, contudo, de aproveitar esta oportunidade! Devemos ter a vontade política de transpor e aplicar o Tratado. Se tivermos essa vontade política, isso significa também que devemos parar de procurar sempre e apenas o menor denominador comum. Qualquer forma de "opt-out", ou opção de não participação, enfraquece a Comunidade. Só conseguiremos pôr termo à crise quando o desemprego diminuir de forma continuada e voltarmos a ter um crescimento sustentável, sem necessidade de injectar os milhares de milhões que fazem os nossos défices públicos subir em flecha.

A minha última observação também é clara: pensar em termos europeus significa aprendemos a encontrar-nos a meio caminho e procurar as melhores soluções. As discussões destes últimos dias a respeito das nomeações levam-me a reçar que não estejamos a procurar as melhores soluções europeias, mas as soluções mais fáceis para os Estados-Membros e os partidos políticos. Essa é a resposta errada aos desenvolvimentos dos últimos anos e ao Tratado de Lisboa.

Juan Fernando López Aguilar (S&D). – (ES) Senhor Presidente, gostaria de fazer duas observações relacionadas com certos aspectos das conclusões do Conselho Europeu encaradas da perspectiva da Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, e que se prendem, portanto, com o espaço de liberdade, segurança e justiça.

A primeira tem a ver com a imigração: saúdo o facto de a imigração ter ocupado um lugar de relevo nas conclusões do Conselho, e penso que é importante que a política de imigração vá ser, pela primeira vez, uma política comunitária e vá ser objecto, durante a Presidência espanhola, de uma primeira avaliação que incluírá o papel do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais. Ao mesmo tempo, porém, uma vez que houve uma referência à solidariedade em aspectos da gestão de fluxos migratórios, lamento que isto não tenha sido feito ao abrigo da cláusula da solidariedade vinculativa, com as respectivas implicações financeiras.

A segunda observação tem a ver com a dimensão institucional do espaço de liberdade, segurança e justiça, já que isto irá implicar um "antes" e um "depois" nas actividades deste Parlamento. Finalmente, vai haver uma política comunitária e, finalmente, o Parlamento Europeu vai tomar as decisões sobre a mesma.

Os cidadãos europeus têm direito a esperar muito das conclusões do Conselho Europeu que irão marcar o fim da Presidência sueca no próximo dia 10 de Dezembro, na medida em que o espaço de liberdade, segurança e justiça vai, por fim, ser consagrado como uma grande área de acção verdadeiramente europeia e verdadeiramente humanitária, através da aprovação do Programa de Estocolmo, para o qual a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos dá um contributo decisivo com o relatório que vai ser aprovado esta semana.

Andrew Duff (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, é óptimo podermos agora encerrar o capítulo final da saga do tratado. Não deixo de lamentar, porém, o termos tido de pagar o preço de tornar extensivo aos Checos o precedente, deveras deplorável, do protocolo britânico em relação à Carta dos Direitos Fundamentais.

A imprensa tem-se referido ao protocolo como sendo uma opção de exclusão em relação à Carta. Muito agradeço à Presidência que, nas suas observações finais antes do encerramento do debate, confirme que está

longe de ser esse o caso e que a Carta continuará a ser vinculativa para os Checos e para o seu Presidente, sentado no seu castelo.

A importância do protocolo é que este permite refrear a prática dos tribunais de aplicar a Carta nos seus litígios internos, cuja relevância é muito inferior e periférica – e, no final da saga, negligenciável.

Mirosław Piotrowski (ECR). – (PL) Senhor Presidente, apesar das grandiosas declarações segundo as quais o Tratado de Lisboa iria reforçar o papel da União Europeia, verifica-se que, afinal, veio abrir uma caixa de Pandora. As suas disposições não são precisas e não só geram controvérsia como estão já a provocar a divisão entre os líderes da UE.

O Tratado não especifica as prerrogativas do futuro Presidente do Conselho Europeu nem o processo democrático para a sua eleição, e o verdadeiro poder do Presidente dependerá da sua personalidade e das funções anteriormente desempenhadas. É difícil, também, perceber se o modelo clássico das presidências nacionais, que deu o tom à política da UE, será mantido. O mesmo acontece em relação ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da União Europeia.

A maioria dos cidadãos europeus continua sem saber se avançamos na direcção de um forte Estado federal europeu sacrificando a soberania das nações e se, de futuro, não haverá a possibilidade de um Presidente do Conselho forte pretender voltar à tradição antidemocrática da Europa do século XX.

Mario Mauro (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, um grande obrigado também à Presidência sueca pelos resultados cruciais obtidos ao longo deste semestre. Mas ao mesmo tempo, – e dirijo-me à Presidência sueca – permita-me que lhe ofereça um presente: o presente é esta folha de papel em branco, que V. Exa. poderá usar nos próximos dias como um instrumento extraordinário para superar as dificuldades verificadas na identificação dos candidatos para o cargo de Presidente do Conselho Europeu e de Alto Representante da União para os Assuntos Externos.

De facto, se se convencer os Chefes de Estado ou de Governo a escrever nesta folha não o rol de nomes que aparece nos jornais ou televisão, mas a ideia que têm de política externa da União Europeia, creio que teremos dado um grande passo em frente, pois a verdade é que se nos derem a conhecer o que têm em mente, seja uma maior coordenação, ou uma verdadeira política externa, será depois mais fácil dar um rosto e um nome à pessoa que terá de nos representar no mundo. Esta é a verdadeira transparência de que precisamos: compreender que ideia temos de Europa e de política externa da União, que aspectos consideramos verdadeiramente importantes.

Por conseguinte, é fundamental que as pessoas escolhidas sejam as que encarnam o espírito e os valores do projecto europeu, alguém capaz de garantir à Europa um papel de liderança nas relações internacionais, alguém que, para ser eficiente, terá necessariamente de reafirmar os ideais próprios dos seus fundadores, o único elemento verdadeiramente unificador e portanto “explosivo” na cena mundial. A União Europeia não é um bloco monolítico, mas o produto das acções de homens e mulheres e, nessa qualidade, tem de acompanhar os tempos para continuar a viver. Em suma, a Europa tem de começar de novo, partindo dos valores sobre os quais foi criada, dos bons resultados que até à data se alcançaram, e, acreditem-me, de uma boa dose de realismo.

David-Maria Sassoli (S&D). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, também eu gostaria de agradecer à Presidência sueca o trabalho que tem desenvolvido e o facto de ter conseguido reunir as condições para a ratificação final do Tratado de Lisboa. Nós temos uma enorme necessidade do novo Tratado, na medida em que nos oferece a possibilidade de reforçar, alargar os poderes, por exemplo, os poderes deste Parlamento e de duas novas figuras que podem representar a União política e institucional. Por isso, esperamos que o Conselho saiba interpretar sabiamente os pedidos das grandes famílias europeias, de modo a que na próxima reunião seja possível tomar uma decisão definitiva e fortemente apoiada sobre a designação das personalidades chamadas a ocupar os novos cargos institucionais previstos no Tratado.

De que precisamos? Precisamos de um Presidente do Conselho capaz de garantir coesão e continuidade. Precisamos de um Alto Representante que, por força da sua experiência e autoridade, seja capaz de garantir à Europa um papel de protagonista num mundo multipolar e que, paralelamente, actue como um elo de ligação entre a dimensão intergovernamental e comunitária da União. E, devo dizê-lo, precisamos ainda de um colégio de comissários forte, unido e equilibrado no plano político, geográfico e do género. É particularmente significativo que tudo isto esteja a acontecer 20 anos após a queda do Muro, o Muro que dividiu a Europa, pelo que é possível reacender a esperança de uma Europa unida e forte, que continue a encorajar as exigências de solidariedade e justiça.

Louis Michel (ALDE). - (FR) Senhor Presidente, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, antes de mais, gostaria de agradecer à Presidência sueca e de a felicitar pelo trabalho notável que está a desenvolver.

Mas quero aproveitar esta intervenção para me dirigir ao Senhor Presidente Barroso por interposta pessoa: a Senhora Ministra Malström transmitir-lhe-á certamente as observações que tenho de formular, no seguimento, aliás, da sua intervenção em resposta ao senhor deputado Guy Verhofstadt.

Todos nós queremos uma Comissão eficaz e credível, que utilize em pleno o seu poder de iniciativa, e que pratique sem hesitar o método comunitário. Mas, se queremos essa Comissão - e ouvi o Senhor Presidente Barroso afirmar que também a queria -, então parece-me que há que articular a sua acção em competências organizadas em quatro ou cinco pilares, sendo cada um deles colocado sob a responsabilidade política de um vice-presidente investido da autoridade e da capacidade - e do poder, aliás - de garantir a coerência do conjunto da política do seu pilar.

A actual dispersão das competências da Comissão - e eu estou bem colocado para falar disso, pois fui Comissário durante cinco anos - mina o método comunitário, limita à partida o poder de iniciativa e prejudica a sua Instituição. Peço-lhe que o comunique ao Senhor Presidente Barroso.

Podíamos compreender que era difícil reorganizar à partida a estrutura das competências herdadas de acordos por vezes curiosos, senão oportunistas, do passado, mas já não poderia compreender que o actual Presidente não estabelecesse a ordem que merece uma nova ambição para esta Instituição.

Michel Barnier (PPE). - (FR) Senhor Presidente, graças à tenacidade da Presidência sueca, a quem também eu quero agradecer, temos agora o Tratado de Lisboa. Mas um Tratado como este não é um projecto, é uma ferramenta, uma caixa de ferramentas ao serviço do projecto europeu, pelo que compete aos homens e às mulheres que animam as Instituições - a Comissão, o seu Presidente, e o Conselho - e a nós próprios utilizarmos correctamente essas ferramentas no futuro, após um período de transição que foi muito longo - demasiado longo.

Porque dispomos agora de armas melhores para enfrentar três grandes desafios perante os quais, Senhoras e Senhores Deputados, estaremos a jogar, todos juntos, não só a credibilidade da União Europeia, mas também - para usar o termo de Václav Havel há pouco - a sua soberania.

O primeiro desafio é o da crise, da qual não devemos - não podemos - sair como entrámos, como se nada se tivesse passado. Há lições a retirar, nomeadamente no nosso diálogo com os Estados Unidos, em matéria de governação, em matéria de solidariedade, em matéria de transparência, em matéria de regulação da economia mundial, e, para nós, Europeus, há lições a retirar para a salvaguarda - e emprego esta palavra deliberadamente -, a consolidação do mercado interno, na "reconciliação entre o mercado e os aspectos sociais", para retomar as frase que faço minha de Mario Monti, a quem o Presidente Barroso confiou aliás, e muito bem, uma missão neste domínio.

O segundo desafio é o do crescimento verde. Em Quioto, assumimos a liderança nesta matéria, graças à Comissão Europeia. Devemos manter essa posição, zelando naturalmente por obter dos nossos parceiros, dos outros grandes países, das grandes regiões, uma atitude recíproca.

E, por fim, o terceiro desafio consiste em estarmos sentados à mesa - não "atrás da mesa", mas "à mesa" - daqueles que vão decidir a ordem - ou a desordem - do mundo nos próximos vinte anos. Não é fácil quando somos 27 nações, mas é vital, excepto se aceitarmos - e eu, pessoalmente, não aceito - sermos subcontratados ou ficarmos sob a influência dos outros países.

Eis a razão por que confiamos muito no futuro trabalho do Alto Representante, a quem competirá criar uma verdadeira cultura diplomática e estratégica comum. Senhora Ministra, Senhor Presidente, quanto mais depressa estivermos prontos, melhor para os cidadãos europeus. Eis a razão por que esperamos com impaciência e confiança as decisões que irão tomar.

Kinga Gőncz (S&D). - (HU) Gostaria de abrir uma excepção e não falar sobre o Tratado de Lisboa. Antes, gostaria de dizer, no que respeita aos resultados do Conselho Europeu no capítulo económico, financeiro e social, que, sob um determinado prisma, nos regozijamos de ver que este documento também emite sinais de estabilização financeira. É essa a leitura que nós fazemos da situação mas também é verdade que, entretanto, as reservas das pessoas na Europa se estão a esgotar.

As empresas deparam com dificuldades na obtenção de apoio financeiro e empréstimos bancários, ao mesmo tempo que o desemprego cresce. Também isso é referido neste documento. Penso que é importante enfatizar

que o crescimento económico não pode ser sustentável, nem podemos falar em a Europa sair fortalecida da crise, enquanto não pudermos garantir claramente que o actual nível de coesão social não só será mantido como também será reforçado, e enquanto não conseguirmos aumentar o emprego e prevenir a exclusão social.

Os métodos de que dispomos para coordenar a política social, baseados numa abordagem aberta, são bastante ineficazes. Temos de melhorar os nossos métodos de coordenação. Aliás, necessitamos de instrumentos mais eficazes. A coesão social e a concretização da Europa social são os factores que as pessoas mais privilegiam. É nossa responsabilidade comum acentuar esse facto.

Lena Ek (ALDE). – (SV) Senhor Presidente, a política e a psicologia andam de mãos dadas e, hoje, no tempo que medeia até às negociações pós Quioto em Copenhaga, que terá lugar daqui a algumas semanas, são muitas as pessoas que tentam refrear as expectativas. Aconteceu precisamente o mesmo quando negociámos as metas em matéria de clima. As metas que propusemos e para as quais trabalhámos aqui no Parlamento foram declaradas mortas e enterradas não só uma, mas dezenas de vezes, ainda antes de obtermos uma decisão final.

Passa-se precisamente o mesmo com o pacote relativo ao clima. Foi declarado morto e enterrado por aqueles que, de facto, se opõem à fixação de metas relativamente às alterações climáticas. Por conseguinte, exorto a Presidência sueca a prosseguir o seu excelente trabalho nas negociações e a manter a sua atitude construtiva, porque, se não almejarmos a consecução de um acordo totalmente vinculativo em Copenhaga, não o obteremos. No entanto, a meta de dois graus é de extrema importância, pelo que é forçoso que exerçamos pressões no sentido de um compromisso total. Séneca observou em tempos idos que a Humanidade se pode dividir em dois grupos: os que deixam obra e os que se limitam a criticar.

Marietta Giannakou (PPE). – (EL) Senhor Presidente, tomei nota do que disse exactamente a Presidência a respeito da crise económica, mas é óbvio que, com uma única excepção, nenhum país pode aplicar o Pacto de Estabilidade. Além do mais, a crise económica não deve acabar por se transformar numa crise de valores e de princípios.

A Presidência agiu muito bem na questão das alterações climáticas. No entanto, para que a situação se altere, tem de pressionar não só os países em desenvolvimento mas também os Estados Unidos da América. Tem de tomar iniciativas concretas em Copenhaga.

Quanto à terceira questão, o Tratado de Lisboa, estamos satisfeitos. Nove anos após a crise em torno do Tratado de Nice e depois de não termos sido capazes de encontrar uma resposta para a questão institucional, temos diante de nós um Tratado sobre o qual várias partes nos massacraram antes de o assinarem. Não são só a instituição e o Tratado que são importantes. As pessoas que o aplicam são igualmente importantes e, nesse sentido, a Presidência é também responsável, a nível da Comissão Europeia, por garantir que as pessoas competentes – principalmente o Ministro dos Negócios Estrangeiros – exprimam todos os interesses de uma União bem construída.

Por outro lado, a nível do Conselho, e refiro-me em particular à questão do Presidente do Conselho, esta é uma matéria que muitos de nós não aceitaram. Como membro da Convenção Europeia, sei pessoalmente que muitos de nós teriam preferido que o cargo de Presidente do Conselho fosse ocupado pelo Presidente da Comissão, como também já aconteceu no passado, porque, basicamente, a função de Presidente da Comissão consiste em estabelecer uma coordenação com o Conselho e evitar conflitos perturbadores.

Espero que tanto a Presidência da Comissão Europeia como, principalmente, a Presidência do Conselho dirijam as recomendações adequadas aos Estados-Membros, de modo a que o funcionamento das duas instituições não se afaste do método de trabalho comunitário e de um excelente passado que temos na Europa e que nos garantiu tantos anos de prosperidade.

Ramón Jáuregui Atondo (S&D). – (ES) Senhor Presidente, penso que o acordo que foi alcançado em relação ao problema checo foi uma solução razoável; não foi perfeita, mas foi a melhor solução que era necessária para um problema tão grave.

Julgo que o ano de 2010 poderá ser um grande ano para a Europa. Ela tem um novo Colégio de Comissários, uma nova estrutura orgânica que dirige a União Europeia, um novo estatuto jurídico – a União Europeia é agora uma entidade única, denominada “União Europeia” –, com a sua própria personalidade jurídica, e não uma soma de diferentes nações. Agora temos, como foi dito, a possibilidade de agir, e precisamos da vontade

de agir. Creio que a Europa tem de superar as gravíssimas tendências nacionalistas que estão a impedir o progresso.

Deveríamos reflectir sobre o quanto, há dez anos, teríamos avançado no caminho para a União Europeia com o euro, se não tivéssemos renunciado ao franco, ao marco, à peseta, etc. Temos de recriar algo de semelhante no espírito europeu, como dizia o Presidente Barroso.

Gostaria de mencionar duas coisas que considero essenciais. Uma é urgente: o Colégio de Comissários terá de ser aprovado em Dezembro, em Estrasburgo. Creio que é muito importante que, em Janeiro, a próxima Presidência inicie o seu mandato com este novo rumo, com um novo Colégio de Comissários já instalado no final deste ano.

Em segundo lugar, quero reafirmar as razões que estão na base da União Europeia – os objectivos que a União Europeia procura atingir. Penso que nos principais fóruns de debate do mundo estão a ser tomadas decisões muito importantes e que a Europa tem de falar em uníssono, e com uma voz forte, para defender as características especiais do nosso projecto: um modelo social e uma nova estrutura jurídica, económica e política para um mundo onde o Estado desempenhe um papel de maior relevo e onde haja um mercado melhor. A Europa precisa de uma voz mais alta, uma voz que seja mais unida e mais forte.

Olle Schmidt (ALDE). – (SV) Senhor Presidente, cumpre felicitar a Presidência sueca. O teimoso homem de Praga, finalmente, assinou, pelo que chegámos agora ao fim da nossa jornada. Esperemos que não sejam as questões institucionais a absorver o nosso tempo ao longo da próxima década, muito embora Václav Havel, um verdadeiro herói europeu, estivesse preparado para dar passos mais ambiciosos de imediato. A meu ver, o facto de se ter concedido à República Checa a possibilidade de ficar isenta da aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais é lamentável. Tal como o salientou o senhor deputado Duff, bem basta já que a Polónia e o Reino Unido disponham de isenções.

É preciso que se chegue a um acordo global em Copenhaga, com base no qual os países ricos do mundo assumam uma maior fatia de responsabilidade. As nações pobres do mundo não são responsáveis pelo aquecimento do planeta. Ao mesmo tempo, evidentemente, as economias emergentes deverão fazer a parte que lhes cabe. Por último, Senhora Ministra, o processo que nos conduzirá à Cimeira da próxima semana, altura em que deverão ser nomeados um Presidente e um Alto Representante para a política externa, deveria ter sido conduzido com maior transparência. O actual secretismo constitui um embaraço para uma Europa democrática, e creio que não sou o único a defender esta posição.

Tunne Kelam (PPE). – (EN) Senhor Presidente, gostaria de fazer três observações. Em primeiro lugar, com o Tratado de Lisboa em vigor, a UE necessita mais do que nunca de políticas comuns em matéria de segurança externa e energia que sejam eficazes e assentes na solidariedade. Só essas políticas poderão evitar que os acordos Schröder-Putin alguma vez se repitam.

Em segundo lugar, temos de compreender a enorme importância de, nesta nova situação, dispormos em permanência de uma Comissão forte e que seja capaz de assumir a responsabilidade pela implementação do Tratado de Lisboa.

Em terceiro lugar, no que respeita aos dois novos altos cargos, temos de começar por ter a coragem de propor, e apoiar, não pastas mas individualidades – pessoas com uma visão de longo prazo e empenhadas na continuidade dos valores europeus.

Assim, para enfrentar os enormes novos desafios que tem pela frente, a União Europeia necessita uma vez mais de dois estadistas europeus com as características de Adenauer, Schuman ou De Gasperi. Devemos procurá-los despidos de preconceitos. Tais estadistas, encontrá-los-emos também, porventura, entre os novos Estados-Membros, que naturalmente deverão estar representados na futura tróica. Václav Havel disse-nos hoje, aqui, que a Europa é a pátria das nossas pátrias. Se partirmos desse entendimento, creio que seremos bem-sucedidos na implementação do Tratado de Lisboa.

Sandra Kalniete (PPE). – (LV) Gostaria de afirmar o prazer que é ver o Tratado de Lisboa, finalmente, entrar em vigor, e falarmos sobre quem deverá ser o presidente da Europa. Presidir ao Conselho Europeu não significa presidir à Europa, mas sim estar com os Estados-Membros da União Europeia, os dirigentes dos Estados-Membros, apoiando-os e incentivando-os a reforçar o papel da União Europeia entre os principais estados globais do amanhã. Gostaria de referir que Vaira Vīķe-Freiberga, antiga presidente da Letónia, possui todas as qualidades pessoais de liderança e experiência de governação política para fazer dela uma bem sucedida presidente do Conselho Europeu. O seu destino simboliza a história do nosso continente dividido

– refugiada após a Segunda Guerra Mundial, regressou à Letónia; logo que o nosso país se tornou novamente livre, tornou-se sua presidente. Durante os oito anos de sua presidência, a Letónia tornou-se Estado-Membro da União Europeia e da NATO. Vaira Vīķe-Freiberga é uma cidadã europeia convicta. É uma figura com elevada qualificação e enorme influência, além de uma plena compreensão dos desafios envolvidos pelo futuro da Europa. Também será inquestionavelmente capaz de tomar decisões impopulares, se tal vier a ser necessário.

PRESIDÊNCIA: KRATSA-TSAGAROPOULOU

Vice-presidente

Csaba Sándor Tabajdi (S&D). – (HU) Senhora Presidente, sou um dos representantes do primeiro Estado-Membro a ratificar o Tratado de Lisboa e, como tal, gostaria, em nome da Hungria, de felicitar a Presidência sueca. Fizemos um excelente trabalho. Recebemos hoje nesta Câmara a visita de Václav Havel, um checo que é um amigo da Europa, ao invés do Presidente da República Checa, Václav Klaus, que nos causou bastantes preocupações e não se revelou um amigo da Europa.

Temos de finalizar quanto antes a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a nomeação da nova Comissão e a criação das estruturas pertinentes, para então pormos realmente mãos à obra.

Considero muito importante o facto de no Tratado de Lisboa figurarem, pela primeira vez, os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Solicito à Senhora Comissária Wallström, grande defensora das minorias, que insista com o Presidente Barroso para que este mantenha a sua promessa de velar por que o futuro Comissário, ou Comissária, responsável pela pasta dos direitos fundamentais se ocupe dos direitos dos grupos minoritários, nomeadamente os das minorias autóctones, como os Sami, os das minorias imigrantes e os dos Romanichéis.

Mairead McGuinness (PPE). – (EN) Senhora Presidente, na Irlanda perguntam-nos se o ambiente aqui é de grande entusiasmo, agora que o Tratado de Lisboa foi ratificado. Respondo-lhes que, em boa verdade, não é o caso, pois tudo se arrastou demasiado e o parto foi muito difícil. Existe, sim, alívio e alguma satisfação mas também a constatação, presente neste debate, de que o verdadeiro trabalho começa agora e de que, para já, temos a difícil tarefa de escolher as pessoas certas. Não se trata aqui de arranjar empregos para os amigos; trata-se, sim, de escolher as pessoas indicadas para todos os cargos importantíssimos que foram criados. Lamento que isso esteja a demorar mais tempo do que o previsto, pois a verdade é que acaba por atrasar a formação definitiva de todas as instituições – e o início do trabalho imenso que temos pela frente –, mas é preferível, talvez, termos esse pequeno atraso mas escolhermos as pessoas certas.

Os novos altos cargos, tal como foram descritos, revestem-se de grande importância e exigem dos seus titulares compromisso, dedicação e o desejo de melhorar a União Europeia – não apenas de ocupar um cargo.

Por último, no que se refere à necessidade de termos instituições fortes, o Presidente Barroso tem toda a razão. Têm de dar ouvidos ao que aqui dizemos neste Parlamento. Têm de nos escutar atentamente. Como representantes directamente eleitos, somos quem mais próximo está dos nossos cidadãos.

Petru Constantin Luhan (PPE). – (RO) Agradeço muito sinceramente as palavras de Fredrik Reinfeldt, Presidente em exercício do Conselho, e saúdo, em especial, o facto de a União Europeia ter chegado a uma posição comum para a Conferência de Copenhaga no Conselho Europeu de Outubro.

A União Europeia já adoptou, com prontidão, fortes medidas para combater as alterações climáticas e fazer progressos no que toca à redução das emissões de gases com efeito de estufa. Contudo, é óbvio que só o esforço da União não pode garantir um sucesso absoluto nas negociações internacionais.

Creio ser de extrema importância que a União Europeia transite para um objectivo de redução superior a 20% só quando estiverem reunidas certas condições, sem o que, na nossa opinião, o esforço da UE será excessivo.

As condições devem prender-se, em especial, com o carácter jurídico vinculativo do futuro acordo. Para além disso, há objectivos específicos de redução de emissões que devem ser adoptados pelos países desenvolvidos em pé de igualdade com os adoptados pela UE, a par das contribuições correspondentes dos países em desenvolvimento.

Heidi Hautala (Verts/ALE). – (FI) Senhora Presidente, temos neste momento uma situação muito interessante nesta Assembleia, nomeadamente, todas as três instituições estão representadas por uma mulher: a Senhora

Ministra Malmström em nome da Suécia, o país que exerce a Presidência, a Senhora Comissária Wallström em nome da Comissão, e V. Exa., Senhora Presidente, em nome do Parlamento. Gostaria de ver mulheres a ocupar regularmente cargos de topo no futuro, muito mais do que agora. Sei que a Senhora Comissária Wallström e a senhora deputada Wallis, Vice-Presidente do Parlamento Europeu, apresentaram uma iniciativa interessante e incluíram no processo outras mulheres que ocupam cargos de liderança no Parlamento e na Comissão.

Escrevemos ao Presidente da Comissão, José Manuel Barroso, manifestando o nosso desejo de ver mudanças e um mais justo equilíbrio entre mulheres e homens na Comissão e em outros lugares de topo. Espero que possamos aproveitar agora a oportunidade, porque, embora o Presidente da Comissão Europeia apoie plenamente as nossas ideias, os Chefes de Estado ou de Governo, infelizmente, não estão a fazer nada para assumir a responsabilidade por esta situação lamentável. Não podemos permitir que a União seja constantemente representada apenas por homens.

Jaroslav Paška (EFD). – (SK) Gostaria de começar por manifestar o meu apoio ao Presidente Klaus e à posição da República Checa. Imagino que, tal como a Alemanha teve de acatar a decisão do Tribunal Constitucional, Václav Klaus também teve de esperar pela decisão do Tribunal Constitucional.

No que respeita à sua abordagem, considero que os seus actos foram os de um estadista responsável que, enquanto sentiu haver uma certa incerteza jurídica, decidiu aguardar o parecer da instituição competente, que era o Tribunal.

Gostaria igualmente de referir que o Tratado de Lisboa vai entrar em vigor numa altura em que a Europa está a viver uma crise económica. As decisões dos governos que adoptaram medidas com vista a superar a crise económica não se têm revelado eficazes nem eficientes, e, neste aspecto, penso que de futuro devemos agir de uma maneira mais coordenada, em vez de tomarmos decisões *ad hoc* que não produzem um efeito suficiente em termos de apoiar o emprego e o desenvolvimento económico.

Creio, por conseguinte, que ao nomearmos a nova Comissão, temos de assegurar que esta seja apoiada por peritos e por profissionais.

Enikő Győri (PPE). – (HU) É minha firme convicção que o Tratado de Lisboa irá, incontestavelmente, permitir que o funcionamento da Europa assente em bases mais seguras e se processe de uma forma mais lógica e mais centrada nos problemas que afectam a vida quotidiana dos cidadãos.

Contudo, também temos de nos questionar sobre qual o preço que pagámos para o conseguir. O preço que pagámos, em boa verdade, foi o termos minado os nossos valores e deixado o pragmatismo triunfar sobre eles. Bem sabem a que me refiro. A União Europeia cedeu ao pedido absurdo do Presidente checo, já para não falar da insistência deste em que a República Checa beneficiasse da cláusula de opt-out devido aos Decretos de Beneš. Convém não esquecer que, por força dos Decretos de Beneš, muitos húngaros e alemães tiveram os seus bens confiscados e foram deportados. Em minha opinião, o que a União Europeia fez é inadmissível não só em termos jurídicos mas também no plano político e moral.

Criticámos o sistema constitucional checo do ponto de vista jurídico, acompanhámos a posição do Parlamento checo e, no plano político, passaremos a incluir este documento em qualquer futuro alargamento, penalizando porventura um país, a Croácia, que nada tem a ver com este assunto. Do ponto de vista moral, é inadmissível conceder um opt-out em relação a tal questão.

Silvia-Adriana Țicău (S&D). – (RO) Saúdo a aprovação pelo Conselho Europeu da Estratégia da UE para a região do Mar Báltico. Trata-se de um modelo que a União Europeia também deve aplicar à região do Danúbio, contribuindo assim para o desenvolvimento económico, bem como a coesão económica e social, desta região e, por último mas não menos importante, para a competitividade da União Europeia.

A União Europeia marcará presença na Conferência de Copenhaga como líder na luta contra as alterações climáticas. A União Europeia já assumiu unilateralmente os objectivos “20-20-20”. O pacote energia e alterações climáticas faz parte da legislação comunitária e está em fase de implementação.

Insto a UE a criar rapidamente um quadro efectivo e inovador para financiar uma economia eco-eficiente.

Para além disso, a União Europeia também deverá concentrar a sua atenção no financiamento de medidas adequadas para a adaptação às alterações climáticas.

Por último, mas igualmente importante, a União tem de ser capaz de gerar investimento na indústria e serviços públicos a fim de salvaguardar postos de trabalho.

Kinga Gál (PPE). – (HU) Senhora Presidente, Senhora Comissária Malmström e Senhora Comissária Wallström, decorreram duas décadas desde que o Muro de Berlim foi derrubado. Se nalguns Estados-Membros a mudança de regime se processou dentro do enquadramento legal e da estrutura do Estado, outros houve em relação aos quais o passado ainda está presente na nossa memória pelas atitudes políticas e as reacções das autoridades nas situações de tensão. Basta recordar os acontecimentos ocorridos em Budapeste no Outono de 2006, onde aqueles cujas liberdades e direitos humanos mais fundamentais foram, na altura, espezinhados, continuam a aguardar que a verdade seja esclarecida e se faça justiça, já para não falar dos que pertencem a minorias nacionais nos novos Estados-Membros e que, ainda hoje, se deparam com a experiência amarga da discriminação, que interfere com os seus direitos e as suas oportunidades.

Por força das disposições contidas no Tratado de Lisboa, e precisamente por causa delas, a Comissão Europeia deve estar disposta a assegurar que, com a criação das novas pastas, seja atribuída a importância que se impõe às questões dos direitos humanos e das liberdades dentro da União Europeia. Por outro lado, o âmbito de competências desta pasta específica deverá ser tornado extensivo aos direitos das minorias nacionais tradicionais, bem como das minorias linguísticas, domínio onde consideramos que ainda há muito a fazer. Quer se goste ou não, a verdade é que existem na União Europeia problemas por resolver que afectam estas comunidades autóctones. A União Europeia deve resolvê-los e tem o dever de ajudar os cidadãos a lutar pelo exercício dos seus direitos.

Czesław Adam Siekierski (PPE). – (PL) Senhora Presidente, a adopção do tão aguardado Tratado de Lisboa é já um facto passado. Decerto conduzirá ao reforço e aperfeiçoamento futuros da União Europeia.

Neste momento a introdução do Tratado exige decisões relativas à autoridade, ao pessoal e, acima de tudo, à criação de uma fórmula de cooperação entre os novos líderes – os líderes a quem cabe tornar realidade a nova visão da Europa. Os assuntos relacionados com o Tratado não devem impedir-nos de discernir os problemas imediatos, a saber, o combate activo contra a crise económica, medidas para travar o aumento do desemprego e a organização da supervisão das instituições financeiras.

É importante, é necessário chegar a acordo em Copenhaga, mas uma fase de crise não é o momento ideal para tomar decisões sobre quanto deve ser atribuído a determinado objectivo por que países e organismos internacionais e quais os compromissos que cada um deve assumir. Hoje a tarefa mais importante da UE e seus Estados-Membros consiste em resolver os problemas económicos e sociais.

Seán Kelly (PPE). – (EN) Senhora Presidente, à semelhança da minha colega, senhora deputada McGuinness, é para mim uma grande honra estar hoje aqui, no 20º aniversário da queda do Muro de Berlim e em vésperas da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. É um privilégio, sobretudo depois de a Irlanda ter dito "sim" ao Tratado de Lisboa, com 67% dos votos a favor, reflexo do apoio ao trabalho da União Europeia durante tantos anos.

Dentro de alguns anos, as pessoas pensarão também no desmantelamento da URSS e no facto de este não ter desencadeado o alastramento de guerras civis, como sucedeu em tantos países, incluindo o meu, onde a chegada da paz e da liberdade conduziu à guerra civil.

Os historiadores chamarão a atenção para o papel da União Europeia ao conceder apoio e orientação e bem-estar a esses países, evitando assim a guerra civil generalizada.

Por último, muito se falou aqui de nomes de individualidades para desempenhar as funções de Presidente do Conselho e Alto Representante. Penso que devemos ter em atenção também a designação do cargo. Se o Presidente do Conselho não é um Presidente *per se*, então o cargo deverá porventura ter outra designação. Ter três presidentes é confuso para as pessoas.

Gay Mitchell (PPE). – (EN) Senhora Presidente, gostaria de começar por dizer o quanto me agradou participar nas Jornadas para o Desenvolvimento, em Estocolmo, e felicitar a Presidência pela forma como essa iniciativa foi organizada.

Recentemente, participei num debate na RTÉ, organismo que fornece serviços públicos de rádio na Irlanda, com uma mulher que se afirmava muito preocupada porque, dizia, estamos a cortar nas despesas de saúde mas não estamos a fazer o suficiente para reduzir as despesas com a ajuda ao desenvolvimento. Tive de lhe explicar que não se tratava de optar por uma coisa ou outra, mas que tínhamos de nos esforçar em prol de ambas. Podemos fazer as duas coisas. Como nos estamos a concentrar muito na necessidade de recuperação

na Europa e na importância de sairmos da crise em que nos encontramos – objectivo que naturalmente deve figurar no topo da nossa agenda –, insto a não perdermos de vista o facto de que todos os anos morrem 11 milhões de crianças nos países em desenvolvimento, cinco milhões delas por não disporem de medicamentos de que nós dispomos há 30 anos.

Peço, pois, que mantenham este ponto no topo da agenda política e que, com a nomeação de um novo responsável pelas relações externas, o tratamento desta questão permaneça um dos nossos principais objectivos. Parabéns pelo que fizeram até agora!

Crescenzo Rivellini (PPE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Tratado de Lisboa e a nomeação dos membros do Conselho vêm a concretizar-se precisamente 20 anos após a queda do Muro. A queda do Muro marcou o início da verdadeira Europa. Há vinte anos atrás, caiu por terra um muro, um muro de cimento mas carregado de preconceitos, tirania e fome para tantos cidadãos do Leste; hoje já não é tempo de festejar a queda do Muro, mas sim de nos perguntarmos sobre o que fazer agora que ele caiu. De facto, houve outros muros que se ergueram entretanto: o muro entre os países do Norte e do Sul do planeta; entre os países mais ricos e os mais pobres; entre os países que produzem bens e os que produzem ideias. Estes muros são bem mais altos e bem mais difíceis de derrubar, muros que podem causar a toda a humanidade grandes dificuldade e mesmo guerras.

Por esta razão, os candidatos ao Conselho Europeu, que terão de ser nomeados depois de Lisboa, não podem ser nomeados por um pequeno grupo à porta fechada. Aqueles que querem dar o seu contributo e que querem candidatar-se devem dar a conhecer ao Parlamento Europeu e a toda a Europa o que tencionam fazer e o que são capazes de fazer. Se deitarmos abaixo esse muro da "nomeação", por meio do qual se seleccionam os futuros candidatos com base no equilíbrio entre nações e não nas suas qualidades pessoais, então teremos finalmente construído a Europa-nação.

Andrew Henry William Brons (NI). – (EN) Senhora Presidente, o líder da oposição no Reino Unido anunciou a intenção de renegociar partes do Tratado de Lisboa, o que, já se vê, exigiria o consentimento dos 27 Estados-Membros, sem excepção. Anunciou igualmente a introdução de uma Lei da Soberania, que obrigaria à realização de um referendo na eventualidade de futuros novos tratados. Isto seria, claro está, facilmente revogável por governos subsequentes.

Concordam o Conselho e a Comissão com a minha opinião de que os planos do líder Conservador não passam de palavras vãs? O seu partido deverá decidir, das duas uma, ou aceitar o Tratado de Lisboa ou, a meu ver melhor ainda, retirar totalmente o Reino Unido da União Europeia.

Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho. – (FR) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, este debate foi extremamente importante, e agradeço os vossos comentários.

A Presidência sueca partilha a vossa alegria de ver o Tratado de Lisboa finalmente ratificado nos 27 países. Teremos assim uma Europa mais eficaz, mais democrática, e também um papel reforçado na cena mundial. Congratulo-me vivamente com o facto.

Estou também de acordo com aqueles que disseram que, embora talvez fosse uma coincidência, esta semana era muito bem escolhida pelo Senhor Presidente Klaus para a assinatura do Tratado: a mesma semana em que celebramos a queda do Muro de Berlim, o fim da ditadura comunista, o início da unidade europeia e, por fim, a vitória das ideias de Robert Schuman sobre as de Joseph Staline.

(Aplausos)

(EN) A propósito da República Checa, gostaria de responder à questão levantada pelo senhor deputado Duff, dizendo que o que a República Checa obteve não foi uma isenção total da Carta dos Direitos Fundamentais. O Protocolo n.º 30 não suspende a natureza vinculativa da Carta no respeito ao Reino Unido, à Polónia ou à República Checa. Pura e simplesmente, limita a forma como o Tribunal pode fazer uso dela, sendo que, em último caso, sempre que exista um conflito, a interpretação caberá à Comissão e ao Tribunal.

Como o afirmou o Senhor Primeiro-Ministro antes de sair, as consultas com os seus 26 colegas estão em curso. Trata-se de um processo difícil, mas é seu objectivo chegar a bom porto. Endereçou-lhes já um convite para um jantar de trabalho, a realizar na próxima quinta-feira.

É ainda demasiado prematuro para se especular sobre nomes. Também eu leio os jornais. Ouvi mencionar alguns nomes que não vos agradariam, ouvi falar de outros que vos agradariam. Penso ter identificado uma ou outra candidatura a esses cargos proveniente também aqui deste Parlamento. As vossas candidaturas são

bem-vindas junto da Presidência – analisá-las-emos. Quinta-feira está ainda a uma semana de distância. Estamos, evidentemente, atentos às vossas preocupações em matéria de equilíbrio regional e de igualdade de género - a que pessoalmente atribuo extrema importância. Deveremos ser capazes de mostrar aos cidadãos europeus que a Europa não é apenas dirigida por homens. Porém, como o Senhor Primeiro-Ministro referiu, serão criados apenas dois lugares. Todos os requisitos são difíceis de preencher, mas faremos o nosso melhor, e registámos os vossos conselhos.

No que se refere ao cargo de Alto Representante, quem vier a ser escolhido proporcionará e finalizará o quadro que acabámos de aprovar relativamente ao Serviço Europeu de Acção Externa. Esse é um trabalho que quem vier a ser escolhido fará, juntamente com o Parlamento, antes de o apresentar ao Conselho o mais tardar em Abril do próximo ano.

Como tem sido dito por diversas vezes, a personalidade que vier a preencher o cargo de Alto Representante terá igualmente que responder a perguntas e de ser sujeito a audições aqui no Parlamento e, dessa forma, debater e desenvolver a sua própria visão da política externa.

Quanto à economia, gostaria de dizer a Marita Ulvskog, que talvez não esteja presente de momento, que a Presidência sueca não está, de forma alguma, a abandonar as suas ambições no que respeita às estratégias de saída. Pelo contrário, é extremamente importante que mantenhamos a ambição – não agora, mas dentro em breve – de dispor de duas estratégias de saída. Porque se não o fizermos, se deixarmos que as nossas economias aumentem os seus défices orçamentais, prejudicaremos as pessoas mais vulneráveis da sociedade, e não queremos isso.

Vemos efectivamente luz ao fundo do túnel. A recuperação económica está em curso, contudo, a maioria dos países sofrerá ainda de elevadas taxas de desemprego e, por conseguinte, é demasiado prematuro aplicar estratégias de saída. No entanto, é preciso que as discutamos e que disponhamos de um plano a aplicar no momento oportuno, se quisermos deixar uma economia sustentável às gerações vindouras.

Por último, quanto às alterações climáticas, não refreámos as nossas ambições. A Presidência sueca, a Comissão e muitos outros trabalham dia e noite neste domínio. Convencemos, negociamos, argumentamos, tentamos cativar os nossos parceiros para a nossa causa e fazer com que se unam a nós. Realizaram-se já numerosas reuniões e outras se seguirão, ainda que restem apenas 25 dias até Copenhaga.

É verdade que existe uma consciencialização a nível mundial e que muito está a ser feito em numerosos países de todo o mundo. É encorajador, mas não suficiente, se quisermos respeitar a meta dos 2° C.

Não dispomos ainda de todas as peças do puzzle que nos permitirá chegar a um acordo juridicamente vinculativo: é um facto. Deploro que assim seja, mas é um facto. Podemos dizer que permanecemos empenhados em lutar por esse acordo, o que é verdade, porém, este não será possível, visto que há uma série de parceiros que afirmam não estar prontos para dar esse passo. A Europa continua a liderar e persistirá no trabalho com vista a um acordo de grande ambição, com um quadro claro, que inclua todos os parceiros e um calendário para a conclusão das negociações. O objectivo é substituir Quioto por um acordo vinculativo. Gostaria de agradecer ao Parlamento o trabalho que tem estado a desenvolver, bem como o trabalho que terá de fazer após Copenhaga.

A Europa continua na liderança. Manter-nos-emos na liderança. Até ao momento, ninguém demonstrou maior ambição do que nós. Confirmamos e apoiamos as estimativas da Comissão. Estamos prontos para desempenhar o papel que nos cabe. Existirá uma chave de distribuição global, com base nas emissões e na capacidade de pagar. Existe um grupo de trabalho que está a estudar a questão da partilha interna de encargos. No entanto, os Estados-Membros ainda não se sentem prontos para revelar os valores exactos que pagaremos. Essa posição fica a dever-se ao facto de querermos continuar a exercer pressão sobre outros países, pois também eles terão de pagar, uma vez que é do seu interesse.

Por isso, usaremos todos os preciosos minutos que nos restam para trabalhar nesta questão. Agradecemos o vosso encorajamento, aguardando com expectativa a possibilidade de trabalhar com o Parlamento neste e noutros dossiês.

Margot Wallström, Vice-Presidente da Comissão. - (FR) Como a Senhora Ministra sueca falou francês e inglês, devo agora falar sueco.

(SV) Senhora Presidente, tentarei falar em sueco e dizer algumas palavras sobre uma interrogação importante que aqui foi formulada hoje, a saber, de que forma se relaciona o texto do novo Tratado com a realidade que pretendemos mudar; de que forma deverá o texto do Tratado de Lisboa guiar-nos e fornecer os instrumentos

de que precisamos para tomar decisões no que respeita à luta contra as alterações climáticas, para lidarmos com a crise económica e com as suas consequências, nomeadamente, o desemprego e os problemas sociais, bem como para enfrentarmos os problemas da migração e outras questões que ocupam lugar de relevo na nossa agenda.

Ou seja, está em causa a forma como essas questões se relacionam, como referia há pouco o Senhor Comissário Barnier. Todas estas questões estão, evidentemente, ligadas à implementação e à execução, bem como às personalidades que nomearemos para nossos representantes na Comissão e, obviamente, para os postos de topo que agora teremos de preencher. Como sabem, pelo menos na Suécia é assim, "o homem certo no lugar certo é frequentemente uma mulher", e estou convicta de que essa máxima também se aplica neste caso. Felizmente, sei que tenho o apoio do Presidente da Comissão quando afirmo que o processo que agora haverá que seguir é, evidentemente, muito importante de um ponto de vista democrático. Esta é igualmente uma oportunidade para os Estados-Membros demonstrarem que as suas posições nestas matérias não se resumem a palavras vãs, mas que sim, que dispõem, efectivamente, de candidatos competentes e capazes do sexo feminino e que estão, de facto, preparados para apresentar os seus nomes.

Caso contrário, nós, que constituímos a maioria da população da UE, tornar-nos-emos uma minoria aquando da tomada de decisões democráticas. Tal como Václav Havel o escreveu e afirmou, muitas e muitas vezes, a democracia não caiu do céu, de uma vez por todas e irrevogavelmente; a democracia é algo que é preciso preservar e pelo qual é preciso lutar constantemente. Trabalhámos, evidentemente, de perto com a Presidência sueca, e gostaria, uma vez mais, de manifestar, em meu nome e em nome da Comissão, os meus agradecimentos pelo trabalho que, sei-o bem, a Presidência sueca tem desenvolvido, inclusivamente, na preparação para o que terá agora de ser passado à prática.

Como o referiu, antes, o Presidente José Manuel Barroso, a Comissão tomou hoje uma decisão sobre as primeiras medidas de que virá a ser responsável, a saber, a iniciativa de cidadania. Começaremos com uma ampla ronda de consultas, durante as quais poremos a circular um livro verde, contendo dez perguntas. Se conseguirmos obter um bom número de respostas até finais de Janeiro, esperamos, após um rápido debate, inclusivamente aqui no Parlamento, conseguir que a nova iniciativa de cidadania fique finalizada e pronta a ser implementada até ao final do próximo ano. Este é, obviamente, um bom exemplo da forma como poderemos utilizar os novos artigos do Tratado de Lisboa e as novas possibilidades que este nos proporciona para conferir aos cidadãos maior voz e influência.

A questão do clima e das negociações sobre o clima foram já aqui referidas também pelo Senhor Ministro dos Assuntos Europeus. Naturalmente, a nossa maior força é falarmos a uma só voz, e continuaremos a insistir num acordo firme e, como é óbvio, vinculativo. Poderemos, evidentemente, estudar a forma do acordo, assim que soubermos o que os nossos parceiros trarão para a mesa das negociações em matéria de propostas e contrapropostas. Por último, espero que possamos continuar a cooperar estreitamente no que respeita à aplicação do Tratado de Lisboa. É preciso dar, desde já, início a esse trabalho, quer aqui, quer na Comissão, e terei também todo o prazer em transmitir ao Senhor Presidente José Manuel Barroso as opiniões do Parlamento sobre a forma como o trabalho da Comissão deverá ser organizado. Uma vez mais, somos os guardiães dos Tratados e, evidentemente, assegurar-nos-emos de que respeitaremos a letra dos Tratados.

(Aplausos)

Presidente. - Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Elena Oana Antonescu (PPE), por escrito. – (RO) A implementação da legislação relativa ao comércio de licenças de emissão de gases poluentes incorre em custos que serão distribuídos de diferentes maneiras por cada país, de acordo com o modelo económico desse país. Alguns países já dispõem de uma vasta gama de opções que lhes permite reduzir emissões sem quaisquer aumentos significativos nos preços da energia. Contudo, no que respeita à capacidade para pagar os custos das mudanças, os países que ainda estão a passar por processos de reestruturação do sector energético sentirão o impacto destas medidas de forma desproporcionada ao nível do consumidor. Tomemos o exemplo de um país que dispondo de uma larga percentagem de energia eólica no seu cabaz energético tomou a liberdade de investir em fontes de energia renovável quando já atingiu a fase de desenvolvimento, causando poluição no processo. Por outro lado, um país que ainda depende, em grande medida, da produção de energia com base no carvão enfrenta um fosso tecnológico que precisa de ser colmatado, ao mesmo tempo que também reduz as suas emissões de gases poluentes. Os países da Europa Oriental encontram-se na última situação. Por este motivo, creio que a decisão de financiar o combate às alterações climáticas tem de ter em conta este factor e isentar os países das últimas

rondas de adesão do pagamento de certos impostos que se traduzirão num encargo excessivo para estas economias.

Elena Băsescu (PPE), *por escrito*. – (RO) De momento, o Conselho Europeu concentra especialmente a sua atenção na situação económica e financeira da União Europeia. A crise financeira global atingiu muito duramente os Estados, os cidadãos e as empresas da Europa. Uma vez que se prevê que a situação, no que toca ao desemprego na Europa, continue a agravar-se, impõe-se um empenho constante na dinamização de políticas laborais. A Comissão Europeia fez previsões relativamente à taxa de desemprego na ordem dos 10,25% nos 27 Estados-Membros. O Conselho e a Comissão têm de continuar a envidar esforços com vista a criar estratégias de recuperação, em cooperação com o Parlamento Europeu e os Estados-Membros, implementando o Plano Europeu de Relançamento Económico.

Quando se fixam prazos para os governos suspenderem as suas estratégias anti-crise, a situação e os compromissos de cada Estado-Membro têm de ser tomados em conta separadamente. No caso da Roménia, os acordos com a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional prevêm abranger os anos 2009 e 2010. Consequentemente, qualquer suspensão deste apoio financeiro afectará negativamente o programa anti-crise que a Roménia lançou. É lamentável que a instabilidade causada pelo bloqueio da maioria parlamentar na Roménia (PSD (Partido Social Democrata) + PC (Partido Conservador), PNL (Partido Liberal Nacional), UDMR (União Democrática dos Húngaros na Roménia) levante dúvidas sobre a recepção da terceira parcela do crédito do FMI.

Dominique Baudis (PPE), *por escrito*. – (FR) No seguimento das negociações do Conselho Europeu de 29 e 30 de Outubro e da decisão do Tribunal Constitucional checo de 3 de Novembro, o Presidente da República checa, Václav Klaus, assinou o Tratado de Lisboa.

Este vai poder agora ser aplicado, dotando as instituições de um Alto Representante para os Assuntos Externos e de um Presidente do Conselho estável por dois anos e meio. A estrutura da nova Comissão, tal como a escolha das personalidades que irão ocupar os lugares de Presidente do Conselho e de Alto Representante são cruciais.

A escolha do Presidente do Conselho é crucial pois é ele que, durante dois anos e meio, irá encarnar a Europa. E, nesta hora de globalização e de relações de força entre continentes, o de Alto Representante da União para os Assuntos Externos reveste-se de uma importância estratégica inegável.

Em 19 de Novembro reunir-se-á um Conselho Europeu extraordinário para negociar as nomeações. Estamos numa viragem da história europeia. As escolhas que os senhores irão fazer, Senhoras e Senhores Chefes de Estado ou de Governo, determinarão a Europa que pretendem para amanhã. Sejam então ambiciosos, pois a Europa tem de ser dinâmica, proactiva, eficaz e política se queremos que ela continue a avançar.

Maria Da Graça Carvalho (PPE), *por escrito*. – Regozijo-me com a vontade firme manifestada pelos Chefes de Estado e do Governo da UE durante o Conselho Europeu do passado mês de Outubro em continuar a assumir a liderança no processo de luta contra as alterações climáticas.

Os líderes europeus subscreveram a estimativa de que, até 2020, os custos totais das medidas de atenuação e adaptação dos países em desenvolvimento deverão ascender anualmente a cerca 100 mil milhões de EUR. A UE reforçou a sua posição negocial ao chegar a um acordo em relação ao financiamento necessário para ajudar os países em desenvolvimento e, em especial, os países mais pobres. No entanto, manifesto a minha preocupação pelo facto de não existir uma decisão clara sobre a contribuição da UE e parte do encargo total que caberá a cada Estado-Membro, tendo em conta a capacidade contributiva de cada país. Para o sucesso da Conferência de Copenhaga é fundamental que se chegue a um acordo político alargado nos pontos mais importantes, nomeadamente no que diz respeito aos compromissos a assumir por todos os intervenientes.

Nessa Childers (S&D), *por escrito*. – (EN) Os líderes europeus voltaram, uma vez mais, a não conseguir quebrar o impasse nas negociações com vista à Conferência de Copenhaga. Evidentemente, esta Cimeira foi propalada nos meios de comunicação social como um êxito, quando, na verdade, o que conseguimos foram evasivas. Os líderes europeus dispunham da oportunidade para apresentar uma proposta justa e credível de financiamento aos países em desenvolvimento com vista a cobrir os custos das alterações climáticas, que afectam sobretudo estes países, mas que são causadas por nós, no mundo desenvolvido. A realização desta Cimeira não esteve à altura do patamar estabelecido pela Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar deste Parlamento e pela sociedade civil de todo o mundo, que exortaram a que fossem concedidos pela UE, pelo menos, 30 mil milhões de euros e que, sobretudo, fosse assumido o firme compromisso de que estariam em causa verbas novas e suplementares à ajuda ao desenvolvimento já existente.

Com Copenhaga ou sem Copenhaga, as alterações climáticas ficarão connosco ainda por muitas décadas. Este é, por enquanto, o maior teste do século XXI. É preciso que cheguemos a um acordo vinculativo em Copenhaga e, para isso, é preciso que os nossos líderes europeus demonstrem verdadeira coragem política e sejam menos evasivos.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – No momento em que a Europa conseguiu, por fim, ultrapassar a crise dos tratados, em que esteve mergulhada, e Lisboa está, finalmente, ratificado pelos 27 Estados-membros, congratulo-me com a existência de um novo quadro jurídico-institucional que permitirá adaptar o funcionamento da União à sua actual dimensão, reforçando os poderes do Parlamento Europeu e dando particular atenção ao papel dos Parlamentos Nacionais na construção Europeia.

Este é o momento pelo qual esperávamos e, uma vez aprovado o Tratado de Lisboa, é a oportunidade de a União, já com o seu novo quadro institucional, se empenhar nas principais tarefas que terá que desempenhar no futuro imediato. Neste ponto, não posso deixar de salientar a acção que se espera, por parte da União Europeia, no combate à crise, no relançamento da economia, no reforço da confiança dos mercados, e uma particular atenção à evolução da taxa de desemprego na Europa. Agora que assistimos a tímidos sinais de recuperação económica, devemos, pois, concentrar as nossas forças no relançamento da economia europeia, com particular atenção aos sectores primário e secundário – dando particular destaque à agricultura –, fortemente afectados pela crise, e à criação de uma estrutura europeia de supervisão.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. – Lamentavelmente, neste Conselho Europeu, mais uma vez o que teve alta prioridade foi a aprovação das condições que garantam a entrada em vigor do chamado Tratado de Lisboa até ao final do ano de 2009. Daí a aprovação das posições que possibilitaram a rápida ratificação pela República Checa. Para os líderes da União Europeia, o importante são as questões institucionais que permitam um avanço mais rápido na integração capitalista, federalista e militarista da União Europeia.

Por isso, ficaram para segundo plano as questões da crise económica, financeira e social. Aliás, o pouco que foi avançado resulta de grandes pressões de sectores importantes de diversos Estados-membros, de que é exemplo o caso da crise do leite. Mesmo aí, o Conselho ficou-se por um mero reforço de 280 milhões de euros do orçamento de 2010.

Entretanto, são altamente preocupantes as propostas que a Comissão Europeia acaba de apresentar dando seguimento às orientações do Conselho, seja relativamente ao défice excessivo, seja ao anunciado aumento da idade para obter a reforma. Em vez de uma resposta aos graves problemas sociais, de pobreza e desemprego, o que anunciam são medidas que vão agravar a situação social e as gritantes desigualdades existentes.

Zita Gurmai (S&D), *por escrito*. – (EN) A reunião do Conselho foi crucial para a União Europeia, pois retirou do caminho o derradeiro obstáculo à entrada em vigor do Tratado de Lisboa. No entanto, aconselho a que não olhemos para esse facto como um resultado em si mesmo. Estamos apenas a meio caminho: temos agora de nos habituar ao novo quadro institucional. Em matéria de adaptação, o Parlamento está bem encaminhado, uma vez que já desenvolveu trabalho sobre o seu Regimento e que debateu a criação das novas instituições, como o Serviço Europeu de Acção Externa. O passo seguinte é nomear uma Comissão que dê mostras de liderança e represente os nossos valores. Por conseguinte, insto os Estados-Membros a nomearem pessoas competentes e qualificadas e a envidarem esforços para que disponhamos de equilíbrio entre os géneros na Comissão. De igual modo, é preciso que escolhamos os líderes de topo o mais rapidamente possível, sem perda de tempo. Não há tempo para períodos de gestão. Se nos quisermos ver como portadores de valores universais, precisamos de líderes capazes de os representar de forma credível – por exemplo, em Copenhaga, onde as nações estarão a negociar o futuro próximo da Humanidade, e a Europa precisará de recorrer a todo o seu talento, responsabilidade e generosidade para que se chegue a um acordo.

Marian-Jean Marinescu (PPE), *por escrito*. – (RO) Em primeiro lugar, saúdo a ratificação do Tratado de Lisboa pela República Checa. A entrada em vigor do Tratado de Lisboa em 1 de Dezembro e as novas relações interinstitucionais previstas no mesmo permitirão aos representantes da União Europeia gerir com maior eficácia quer as repercussões da crise financeira e económica, quer as negociações em Copenhaga sobre o combate às alterações climáticas. Os sinais da retoma económica não têm de implicar a suspensão imediata das políticas de apoio, atendendo ao efeito adverso que uma decisão dessas poderia ter na economia a longo prazo. Espero também que os Estados-Membros cheguem a acordo sobre a criação de uma estratégia coordenada para suspender as medidas de incentivo quando chegar o momento certo de o fazer. Também faz parte das nossas expectativas um futuro acordo sobre um pacote de propostas com vista à criação de uma nova estrutura de supervisão financeira para a União Europeia. Por último, mas não menos importante, não devemos esquecer que os cidadãos europeus ambicionam ainda mais uma Europa consolidada e esperam

da UE medidas destinadas a melhorar a situação do emprego nos próximos anos, motivo por que as Instituições europeias têm de promover políticas novas e dinâmicas em matéria de trabalho tão depressa quanto possível.

Iosif Matula (PPE), *por escrito* – (RO) Gostaria de expressar o meu apoio às posições adoptadas pela Comissão Europeia e pelo Conselho Europeu assinaladas nos documentos apresentados. A conferência de Copenhaga aproxima-se e cabe à UE desempenhar um papel fundamental na negociação de um acordo global ambicioso e alargado para combater as alterações climáticas.

As conclusões do Conselho Europeu mencionam as necessidades financeiras, tanto a nível global como europeu, para combater os efeitos adversos das alterações climáticas, como por exemplo, secas, incêndios e inundações, que se traduzem num número elevadíssimo de vítimas e em enormes perdas todos os anos.

Creio que a UE deverá providenciar apoio financeiro, da forma mais consequente possível, a medidas dos Estados-Membros que se prendam com a irrigação, construção de barragens, florestação e incentivo à produção de energias renováveis, como a solar, eólica, biocombustíveis e hidráulica. Também constatámos grande necessidade de apoio financeiro da UE ao nível das autoridades locais e entidades privadas, que não dispõem dos fundos necessários para construir edifícios mais eficientes do ponto de vista energético. A UE tem de continuar a prestar mais atenção a este aspecto, mantendo os cidadãos no centro das políticas europeias.

Franz Obermayr (NI), *por escrito*. – (DE) Aquilo que se passou há poucos dias na cimeira do Conselho Europeu é escandaloso e abala toda a confiança na comunidade de valores tão frequentemente invocada pela União Europeia. A UE queria levar o Presidente Klaus a assinar a qualquer preço, mesmo dando indirectamente a sua aprovação a uma injustiça histórica. Com base nos decretos Beneš, até 1947 cerca de 2,9 milhões de pessoas foram declaradas inimigas do Estado e expulsas puramente com base na sua nacionalidade. Como consequência disso, cerca de 230 000 pessoas tiveram uma morte trágica. Os decretos não julgam pessoas com base em crimes específicos que tenham cometido; o ponto de partida é simplesmente a origem étnica. Hoje, chamaríamos a isto "limpeza étnica", algo que deve, de facto, ser abertamente rejeitado por todos os Estados-Membros. Do ponto de vista jurídico, as pessoas deslocadas viram negado o direito à presunção de inocência, a um julgamento justo e a uma indemnização apropriada em caso de expropriação. Felix Ermacora, professor de direito internacional e ex-relator da ONU, chegou mesmo à conclusão, no seu parecer jurídico de 1991, que a expulsão equivalia a um genocídio. Apesar de tudo isto, e sem qualquer justificação objectiva, foi concedida ao Presidente Klaus uma derrogação destinada a garantir a não aplicação da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais. No entanto, esta "nota de rodapé" só entrará em vigor quando a Islândia ou Croácia ratificarem o Tratado. Esta janela de oportunidade assim aberta poderia, por conseguinte, permitir a apresentação de pedidos de indemnização.

Rovana Plumb (S&D), *por escrito*. – (RO) A acção unilateral da UE não é suficiente, ainda que esteja na linha da frente da luta contra as alterações climáticas.

Não será possível concluir um acordo global sobre a redução e adaptação aos efeitos das alterações climáticas sem o envolvimento dos países em desenvolvimento, em especial os mais avançados entre eles. Os efeitos das alterações climáticas já se repercutem no desenvolvimento destes Estados: secas, inundações, catástrofes naturais, desertificação, com todas as consequências económicas e sociais que daí advêm.

Qualquer acção com vista à redução dos efeitos e à adaptação à situação requer a criação de um mecanismo forte para avaliar, informar e verificar os desenvolvimentos, a par de um fundo devidamente gerido que compreenda finanças públicas e privadas.

A combinação destes esforços ajudará a alcançar os objectivos de redução das emissões de gases com efeito de estufa, desenvolvendo uma economia sustentável e criando empregos ecológicos.

Joanna Senyszyn (S&D), *por escrito*. – (PL) Em breve José Manuel Barroso atribuirá pastas aos novos Comissários. Espero que não caia num erro crasso como aconteceu na última legislatura, quando propôs para Comissário responsável pela Justiça um candidato com uma mentalidade de século XIX, católico fundamentalista, chauvinista e homofóbico. Na altura o Parlamento Europeu não permitiu que a Comissão se colocasse em tão difícil posição. Espero que, desta vez, o Parlamento não tenha de intervir novamente.

Segundo as declarações de José Manuel Barroso as pastas devem ser atribuídas observando o princípio de ouro do equilíbrio. A Comissão devia ser claramente mais social e os Comissários competentes. José Manuel Barroso agora não tem de se preocupar com a reeleição, pelo que pode concentrar os seus esforços no

combate à crise e nos aspectos sociais do seu programa. Para isso é fundamental que confie as pastas económicas e sociais a Comissários da nossa família política socialista.

Se a Comissão não for equilibrada no que ao género diz respeito, isso será sinal de que não existe verdadeira igualdade. É mais que tempo de tornar realidade o sempre incumprido ideal da igualdade entre mulheres e homens. Os eleitos para as mais altas posições da União Europeia (Presidente do Parlamento Europeu e Presidente da Comissão Europeia) são homens. Estamos, infelizmente, perante uma clara promoção da discriminação contra as mulheres. É mais que tempo de mudar a situação e de tornar realidade a legislação da UE que proíbe quaisquer discriminações. Demos lugar às mulheres! Será fácil encontrar candidatas adequadas entre os 250 milhões de cidadãos dinâmicas, determinadas e fortes da União Europeia, incluindo candidatas aos cargos de Presidente do Conselho Europeu e de Alto Representante para a Política Externa.

16. Cimeira UE-Rússia dia 18 de Novembro de 2009 em Estocolmo (debate)

Presidente. - Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre a Cimeira UE-Rússia em 18 de Novembro de 2009 em Estocolmo.

Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho. – (SV) Senhora Presidente, como acaba de dizer, a Cimeira entre a UE e a Rússia terá lugar em Estocolmo, em 18 de Novembro. É uma boa oportunidade para a UE avaliar as suas relações com a Rússia. Estou ciente de que são numerosos os senhores deputados, aqui no Parlamento, que acompanham de muito perto a evolução da situação na Rússia. Gostaria de apresentar os temas principais que tencionamos debater durante a Cimeira, e estou certa de que a Senhora Comissária quererá acrescentar mais pormenores acerca das áreas que se prendem com a esfera de responsabilidade da Comissão.

Pretendemos claramente, em geral, utilizar a Cimeira para desenvolver a parceria estratégica entre a UE e a Rússia. Temos muito a ganhar com a cooperação com a Rússia em todos os domínios. Precisamos da Rússia se quisermos ter a capacidade para enfrentar, com eficácia, os desafios mundiais. No entanto, temos igualmente de deixar claro à Rússia que a nossa parceria terá de assentar no respeito por um compromisso recíproco e por valores comuns, o que inclui o respeito pelos direitos humanos, a democracia e o Estado de direito. A Cimeira proporcionar-nos-á a oportunidade para exercer pressão sobre a Rússia no sentido de que cumpra as suas obrigações contactuais nestes domínios e ainda noutras áreas.

Uma das mais importantes questões em cima da mesa será a das alterações climáticas. O Conselho salientará a importância de uma cooperação estreita entre a UE e a Rússia para nos permitir chegar a bom porto em Copenhaga. A Rússia deverá comprometer-se com reduções palpáveis e comparáveis das suas emissões de gases com efeito de estufa, consentâneas com a meta de dois graus que o G8 acordou em L'Aquila.

Relacionada com essa questão está a da energia – estando em causa a eficiência e a segurança energéticas. No que se refere à posição da Rússia como o mais importante parceiro da UE no domínio da energia, a Cimeira representará a oportunidade para salientarmos a necessidade do restabelecimento da confiança e da transparência nas relações entre a UE e a Rússia no campo da energia. Expressaremos igualmente a nossa desilusão face à recente retirada da Rússia do Tratado da Carta de Energia.

Esperamos que venha a ser criado e aprovado, na Cimeira, um mecanismo de alerta precoce mais reforçado. Isso deverá ser acompanhado de garantias claras da parte da Rússia, independentemente de outros países terceiros relevantes, de que o trânsito ou a exportação de gás para a UE não serão reduzidos ou travados em caso de futuros litígios em matéria de energia.

Discutiremos, evidentemente, a crise económica e financeira. O Conselho gostaria de conseguir, na Cimeira, um acordo quanto à necessidade de esforços contínuos e coordenados como resposta à crise, confirmando que insistirá em que as nossas economias permaneçam abertas e na necessidade de se evitarem medidas proteccionistas. A Cimeira dar-nos-á igualmente a possibilidade de avaliar os progressos realizados nos nossos trabalhos no âmbito dos quatro espaços comuns. Utilizaremos essa oportunidade para salientar a importância da realização de progressos nas áreas em que eles são necessários, ou onde tenham surgido problemas.

A mudança de posição da Rússia no que se refere à Organização Mundial de Comércio gerou uma situação nova, que estamos presentemente a analisar. Os atrasos na adesão da Rússia à OMC afectarão as nossas relações bilaterais, inclusivamente no que se refere às negociações com vista a um novo acordo entre a UE

e a Rússia. Reiteraremos o nosso apoio à adesão da Rússia à OMC, que é importante para a integração da Rússia na economia mundial.

Entretanto, é preciso que nos dediquemos à resolução dos problemas económicos e comerciais que persistem, por exemplo, as taxas de sobrevoos da Sibéria, as medidas aplicadas nas fronteiras e que prejudicam a exportação de veículos comerciais para a Rússia, as taxas rodoviárias discriminatórias, os planos para limitar a importação de contentores por rodovia, os direitos de exportação sobre a madeira e as medidas proteccionistas que a Rússia recentemente tomou.

Estou plenamente ciente da grande preocupação que o Parlamento Europeu nutre no que respeita à situação dos direitos humanos na Rússia. A atestá-lo podemos apontar, em especial, a vossa decisão de atribuir o Prémio Sakharov deste ano a activistas dos direitos humanos na Rússia. A Presidência sueca partilhada da vossa preocupação e assegurará que as questões dos direitos humanos ocuparão lugar de relevo nas discussões no âmbito da Cimeira. Congratulamo-nos, evidentemente, com a declaração do Presidente Medvedev sobre os direitos humanos, a democracia e o Estado de direito, mas esta deverá ser acompanhada por medidas concretas. A situação dos direitos humanos na Rússia é preocupante. Salientaremos, em particular, os recentes acontecimentos no Norte do Cáucaso, que foi palco de violência contra activistas dos direitos humanos, agentes responsáveis pela prevenção da criminalidade, representantes das autoridades e a população em geral. São particularmente preocupantes as mortes de activistas dos direitos humanos e de jornalistas, não só no Norte do Cáucaso, mas em todo o território da Rússia. Reiteraremos, por conseguinte, o nosso apelo à Rússia para que tudo faça no sentido de assegurar que os defensores dos direitos humanos possam desenvolver o seu trabalho sem terem de viver com receio de violência, assédio ou ameaças.

No que se refere às questões de política externa e de segurança, salientaremos a importância de se manter e melhorar o diálogo relativamente à vizinhança de proximidade que partilhamos. É preciso que cooperemos com a Rússia a este respeito se quisermos fazer progressos na consecução de uma solução pacífica para os conflitos há muito pendentes. Obviamente, não nos desviaremos dos nossos princípios fundamentais.

Levantaremos a questão da Geórgia e reiteraremos que a Rússia deverá honrar, escrupulosamente, os seus compromissos ao abrigo do plano de seis pontos, instituído em 12 de Agosto, e, subsequentemente, do acordo de 8 de Setembro de 2008. É igualmente forçoso que recuperemos a confiança necessária no que se refere a Akhalkgori, garganta de Kodori e ao ponto de controlo de Perevi. Exortaremos também a Rússia a utilizar a sua influência para conceder acesso por parte da Missão de Monitorização da UE às zonas georgianas da Ossétia do Sul e da Abcázia de acordo com o seu mandato, que abrange todo o país. A Cimeira dar-nos-á igualmente a oportunidade de avaliar os progressos conseguidos nas conversações de Genebra, e, a este respeito, esperamos que a Rússia mantenha a sua abordagem empenhada.

Estamos cientes de que precisamos de cooperar com a Rússia no que se refere aos chamados conflitos congelados na Transnístria e em Nagorno-Karabakh. Salientaremos a importância de um empenho contínuo nos mecanismos de resolução de conflitos, a saber, o Grupo de Minsk e o formato "5+2", na Transnístria.

O empenho activo da Rússia na promoção do diálogo entre os Presidentes da Arménia e do Azerbaijão na questão do Nagorno-Karabakh é, evidentemente, de louvar. No entanto, salientaremos igualmente à Rússia a importância de envolver o Grupo de Minsk em todas as fases do processo. A UE está preparada para participar e apoiar o processo de Minsk, entre outras formas, através de medidas de promoção da confiança. A Cimeira deverá expressar o seu apoio à ratificação e implementação dos novos protocolos entre a Arménia e a Turquia. Neste domínio há ainda outras questões que se prendem com a Parceria Euro-Atlântica na esfera da Segurança e a Parceria Oriental.

No que se refere à Segurança Euro-Atlântica, instaremos a Rússia a desempenhar um papel activo no Processo de Corfu, antes de ser tomada uma decisão para o futuro, em Atenas. A Cimeira deverá exigir que a Rússia confirme o seu apoio aos princípios fundamentais do processo, por outras palavras, que respeite e implemente os regulamentos da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE), que aceite que a OSCE é o principal fórum de debate do Processo de Corfu, bem como que todos os aspectos da estratégia de segurança geral sejam abordados de forma equilibrada.

Pela parte que lhe cabe, a UE está disposta a informar a Rússia de todos os incidentes relacionados com a Parceria Oriental e a reiterar a possibilidade de participação de países terceiros, numa base casuística, de acordo com a declaração conjunta de Praga, de Maio de 2009. A Cimeira permitir-nos-á igualmente levantar uma série de questões internacionais e regionais. Penso ser extremamente provável que questões como o Irão, o Afeganistão/Paquistão, o Sul do Cáucaso e, evidentemente, o Médio Oriente também sejam levantadas.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, já me alonguei bastante, mas sei que estão extremamente empenhados nesta questão. Trata-se de uma Cimeira importante, com uma série de temas na agenda, e aguardo com expectativa poder ouvir as opiniões e sugestões desta Assembleia aquando dos preparativos finais para a Cimeira.

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, há cerca de um ano, analisámos as relações UE-Rússia e decidimos que a União Europeia deveria – apesar das nossas grandes divergências com a Rússia sobre o conflito na Geórgia – prosseguir a cooperação com este importante vizinho, incluindo as negociações com vista ao novo acordo. Concluimos, igualmente, que deveríamos assentar as nossas relações na avaliação que fazemos do nosso próprio interesse. A Cimeira de Estocolmo da próxima semana centrar-se-á, por conseguinte, em áreas – como já aqui foi referido – onde existe interesse mútuo, por exemplo, as alterações climáticas e a energia, bem como a crise económica global.

A crise financeira atingiu fortemente a Rússia, e esta é precisamente uma das áreas políticas em que a União Europeia também tem um claro interesse em procurar uma abordagem política comum. Os compromissos do G20 constituíram um importante passo em frente na direcção certa. Considero importante que, actualmente, esses compromissos sejam defendidos pela totalidade dos parceiros. É também crucial que a Rússia não sucumba às tentações do proteccionismo. A tendência para a assunção de práticas proteccionistas já está a prejudicar as empresas da UE.

Acreditamos, claramente, que a melhor forma de progredir é trabalharmos juntos, num formato multilateral assente em regras. A Cimeira será uma importante oportunidade para voltar a salientar a importância da adesão da Rússia à OMC. As intenções da Rússia de concluir as negociações com vista ao novo acordo, em paralelo com a Bielorrússia e o Cazaquistão, com os quais planeia uma união aduaneira, continuam a deixar sem resposta uma série de questões. Ao mesmo tempo, esperamos compreender melhor a nova abordagem da Rússia na Cimeira, factor importante, sobretudo no contexto das negociações em curso com vista ao novo acordo, que estão a ser realizadas pela Comissão e que deverão conter disposições claras e juridicamente vinculativas sobre o comércio e o investimento, bem como sobre a energia.

A Cimeira deverá proporcionar definitivamente clareza quanto às condições relativas ao comércio bilateral a partir de 1 de Janeiro de 2010, ao abrigo do novo sistema de pauta externa comum da união aduaneira.

Passando agora à questão das alterações climáticas, a Senhora Ministra afirmou já que a Cimeira deverá pôr em evidência os papéis de liderança que a Rússia e a União Europeia podem desempenhar, em conjunto, com vista à consecução de resultados na Conferência de Copenhaga. A Rússia tem a capacidade de dar um contributo substancial, tendo em conta a enorme margem de redução das emissões que o país apresenta, através da melhoria da sua eficiência energética. Por conseguinte, instaremos a Rússia a comprometer-se com reduções mais ambiciosas dos gases com efeito de estufa, comparáveis com metas que nós, na UE, fixámos para nós próprios.

Quanto à segurança energética, os trabalhos com vista a um mecanismo de alerta precoce reforçado prosseguem. Lamentamos que a Rússia se tenha retirado do Tratado da Carta da Energia (TCE), mas recordamos que os princípios do TCE foram afirmados sob a Presidência russa do G8, por exemplo, na Declaração de São Petersburgo. Estes deverão, por isso, constituir a base para o nosso trabalho em matéria de segurança energética, ao abrigo do novo acordo UE-Rússia. Embora devamos estar prontos para debater o desejo da Rússia de um debate mais alargado no que se refere à arquitectura internacional da segurança energética, penso que pretendemos igualmente, acima de tudo, estabelecer os aspectos essenciais das nossas relações bilaterais em matéria energética.

Embora desenvolvamos um bom trabalho com a Rússia relativamente a muitos dos aspectos das relações internacionais, é preciso que façamos mais progressos na nossa cooperação no quadro da nossa vizinhança comum. Continuaremos, por conseguinte, a explicar a nossa visão de que a estabilidade política e económica encorajada pela Parceria Oriental é, no fim de contas, do interesse de todas as partes. Continuaremos a encorajar a Rússia a trabalhar de forma construtiva com vista à resolução das questões e conflitos pendentes, na Transnístria ou no Nagorno-Karabakh, bem como através do processo de Genebra.

A proposta do Presidente Medvedev para uma discussão mais alargada da Parceria Euro-Atlântica na esfera da Segurança conduziu a um novo processo de conversações sob a égide da OSCE. Penso ser, agora, importante que este debate não nos distraia das tarefas imediatas que se prendem com a resolução dos actuais conflitos congelados. A parceria estratégica UE-Rússia deverá – como já foi referido – assentar em compromissos comuns na esfera dos direitos humanos e da democracia. A Rússia assumiu compromissos na qualidade de

membro das Nações Unidas, da OSCE e do Conselho da Europa, e é necessário que esses compromissos sejam honrados.

Considero igualmente crucial que prossigamos e que trabalhemos em conjunto relativamente a todas as questões. Estamos cientes de que as relações entre a Rússia e a UE são complexas, mas que encerram vastas oportunidades e um enorme potencial. Por conseguinte, manteremos o nosso curso, assente em princípios e em relações críticas, mas igualmente construtivas com o nosso vizinho, confiantes de que também a Rússia, reconhece ser do seu interesse manter uma verdadeira parceria estratégica connosco.

Michael Gahler, em nome do Grupo PPE. – (DE) Senhora Presidente, é positivo termos com regularidade cimeiras entre a UE e a Rússia, dado que há, naturalmente, muito para discutir. Os principais temas da agenda global incluem o acordo de cooperação previsto, a garantia do abastecimento de energia, a adesão da Rússia à OMC, as alterações climáticas, a situação no Cáucaso e, sobretudo, a situação no que diz respeito à democracia e ao primado do Estado de direito na Rússia.

O desarmamento, o controlo de armas e um possível escudo anti-míssil também fazem parte da agenda. Ambos enfrentamos igualmente ameaças sob a forma do terrorismo internacional e do fundamentalismo. Um país como o Irão representa um desafio, tanto para a UE como para a Rússia. Ambos pertencemos ao Quarteto do Médio Oriente e, juntamente com os EUA, temos o dever de trabalhar no sentido de obter uma solução nesta zona.

Esperamos que, rapidamente, estejam reunidas as condições para que haja isenção de vistos entre a UE e a Rússia. Estou certo de que o contacto interpessoal sem entraves é a melhor forma de dar, em particular aos jovens russos, um retrato real da vida e das ideias dos europeus e das nossas intenções em relação à Rússia.

A condição *sine qua non* para concretizarmos os objectivos desta agenda é, quanto a mim, a existência de acordo no seio da UE e clareza na nossa mensagem para o mundo exterior. Embora seja um lugar-comum, com demasiada frequência temos tido divisões entre nós devido a minudências, ou temos permitido que nos dividissem. Neste contexto, nenhum governo da UE pode acreditar que, sozinho, pode negociar a longo prazo em pé de igualdade com a Rússia e obter melhores resultados do que nós podemos conseguir através da actuação conjunta com o peso da UE.

Como comunidade de valores que somos, temos uma visão comum da situação no que diz respeito ao Estado de direito e aos direitos humanos na Rússia, e devemos dizê-lo. Infelizmente, tivemos de atribuir o Prémio Sakharov a uma organização russa. Os meus agradecimentos à Presidência pela sua clareza a este respeito.

Como estamos igualmente dependentes do abastecimento de energia, temos de assegurar que os acordos na relação a três entre a Rússia, a Ucrânia e a UE são formulados de modo a evitar que haja, todos os Invernos, uma descida da pressão do gás em algumas zonas da UE. Relativamente ao Cáucaso, temos de exigir em conjunto que os observadores da UE aí tenham acesso sem restrições.

Quanto ao desarmamento ou ao escudo anti-míssil, a UE deve deixar clara a sua posição para com a Rússia e os EUA. Se conseguirmos tudo isto, a Rússia levar-nos-á a sério e vamos ter uma boa coexistência.

Adrian Severin, em nome do Grupo S&D. – (EN) Senhora Presidente, os debates sobre a Rússia dividem-nos, frequentemente, em ideólogos e pragmáticos, geo-estrategas confrontativos e conciliadores, veteranos da Guerra Fria e oportunistas neo-utilitaristas. Penso ser mais do que tempo de nos afastarmos desses dilemas maniqueístas e de assumirmos posições claras no que respeita ao nosso desejo de nos empenharmos num diálogo construtivo e eficaz com a Rússia.

Pela parte que me toca, deveremos mostrar sempre firmeza do pronto e vista estratégico, mas flexibilidade do ponto de vista táctico, nas nossas relações com a Rússia. Deveremos defender sempre os nossos valores e interesses, mas deveremos igualmente mostrar empatia e respeito pelas aspirações e interesses da Rússia.

Essa é a única base que nos permitirá desenvolver o respeito e confiança mútuos e encontrar soluções eficazes e mutuamente aceitáveis.

De um ponto de vista mais concreto, é preciso que nos esforcemos para que a nossa Parceria Oriental deixe de ser uma zona de rivalidades e passe a ser uma área de estratégias comuns e projectos comuns. Uma estratégia comum para a região do Mar Negro deverá, talvez, paulatinamente, complementar a nossa sinergia e conferir mais substância à nossa actual abordagem.

Neste contexto, temos de abordar a questão dos conflitos congelados de uma forma muito justa e aberta e deixar de lado quaisquer tabus, na tentativa de encontrar soluções assentes no pragmatismo.

Temos igualmente de ajudar a Rússia a dar resposta à sua necessidade objectiva de evitar ficar encurralada, como uma possível potência dependente do petróleo e do gás, ao mesmo tempo que precisamos de conseguir a nossa independência de um ponto de vista energético.

Temos de procurar uma atitude mais imaginativa, a fim de encontrar uma verdadeira cooperação, uma cooperação tecnológica e uma cooperação exploratória, abrindo os mercados no domínio da energia.

Temos, juntamente com a Rússia, de procurar a novo entendimento ou acordo de segurança global. Considero que a Iniciativa Medvedev não deve ser rejeitada de imediato. Há quem pense existir uma agenda oculta, que não podemos aceitar, por trás desta Iniciativa. Outros pensam que não existe agenda e que se trata de um mero teste às nossas relações. Independentemente do que esteja ou não por trás, os nossos actuais acordos de segurança têm raízes em momentos diferentes, e teremos de os actualizar. Teremos de verificar o que ainda se mantém válido e de acrescentar elementos novos.

O meu derradeiro comentário prende-se com a necessidade de aproveitarmos as novas relações transatlânticas a fim de, quem sabe, conseguir um diálogo trilateral Rússia-Estados Unidos-Europa. Temos igualmente de pensar nessa abordagem trilateral, com vista a assegurar que a Rússia e os Estados Unidos não celebrem acordos sem a nossa participação.

Kristiina Ojula, em nome do Grupo ALDE. – (ET) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Comissária Ferrero-Waldner, falando em nome da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, gostaria de sublinhar claramente a grande importância da existência de relações de boa vizinhança e de benefício mútuo entre a União Europeia e a Rússia. No entanto, essas relações exigem a boa vontade de ambos os lados, algo a que o Presidente Havel fez referência no seu discurso desta tarde.

Senhoras e Senhores Deputados, todos sabemos que a Rússia sempre valorizou muitíssimo as relações com parceiros fortes. E a preparação de hoje para a cimeira que decorrerá dentro de uma semana mostra efectivamente, no que respeita à União Europeia, que, se quisermos, podemos falar a uma só voz. Isto é muito importante – como, aliás, se demonstra na resolução que preparámos – e, ao ouvir o Conselho e os representantes da Comissão, fico com uma boa impressão a este respeito. Escusado será dizer que a ratificação do Tratado de Lisboa criará também uma base mais sólida e mais alargada para o efeito.

Agora, porém, vejamos a questão do ponto de vista da Rússia. A Rússia tem de facto uma excelente oportunidade, na próxima semana, de mostrar um desejo sincero de cooperar connosco, seja em domínios como a segurança energética ou a preparação de um novo acordo-quadro entre a União Europeia e a Rússia, seja, por exemplo, a nível de orientações sobre a atitude e as ideias da Rússia em relação a uma aproximação à OMC. É verdade que, neste momento, há algumas atitudes ambivalentes: o Presidente Medvedev e o Primeiro-Ministro Putin têm transmitido sinais diferentes. Espero sinceramente que, na próxima semana, a União Europeia consiga obter alguma clareza sobre o rumo que a Rússia tomará em relação à OMC. E a União Europeia, creio, deve certamente apoiar a Rússia no seu movimento de aproximação à OMC.

No entanto, há um ponto muito importante onde a Rússia pode dar provas da sua cooperação connosco e que é, sem dúvida, a colaboração com vista à consecução de um acordo no domínio das alterações climáticas. Isto diz respeito a algo de muito concreto, que ocorrerá muito em breve – na Cimeira de Copenhaga, em Dezembro – e é, de facto, uma questão em relação à qual devemos ser capazes de ponderar todos os factores e ver se esta cooperação entre a União Europeia e a Rússia é possível ou não.

Senhoras e Senhores Deputados, ao longo do ano que passou tem-se dito com muita frequência que as relações entre a União Europeia e a Rússia devem ser mais pragmáticas e, a este propósito, eu própria já ouvi pessoas interrogarem-se sobre se a União Europeia estará pura e simplesmente a pôr de lado os direitos humanos, os valores fundamentais e a questão da democracia. Penso que em circunstância alguma devemos fazer isso porque, se o fizéssemos, estaríamos a desvalorizar-nos por completo e a desvalorizar a União Europeia no seu conjunto. E levantar a questão dos direitos humanos não é de modo algum perseguir a Rússia, encostá-la à parede ou querer dar-lhe lições; levantar a questão dos direitos humanos significa, primeiro e acima de tudo, velar pelas pessoas que vivem na Rússia, ou seja, proteger os cidadãos comuns.

E a verdade é que há nuvens negras a aproximarem-se uma vez mais de Moscovo no domínio dos direitos humanos, pois – como puderam ouvir ontem – o Tribunal Constitucional discutiu o possível restabelecimento da pena de morte a partir do próximo ano, o que, para os Liberais, é decididamente uma questão muito difícil.

Senhoras e Senhores, não posso dizer mais sobre este assunto aqui, mas, no que se refere aos conflitos existentes, tencionamos certamente trazê-los à discussão e cremos, naturalmente, que devemos falar deles.

Werner Schulz, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, este ano, não estamos apenas a comemorar o 20.º aniversário da queda do Muro e a revolução pacífica, pois 1989 foi também o ano em que ocorreu a morte de Andrei Sakharov, que desempenhou um importante papel na queda do regime totalitário do Bloco de Leste. Andrei Sakharov deixou-nos igualmente o conselho de tratarmos o seu país com compreensão e pressão – pressão insistente. No entanto, nos tempos que correm, eu não traduziria a palavra *davlenie* como pressão, mas sim como apoio insistente pois, na verdade, a Rússia precisa de apoio insistente em todas as áreas em que vai avançando no sentido da modernização e em que os sinais de uma economia social de mercado, da democracia e do Estado de Direito começam a surgir.

Medvedev, o Presidente da Rússia, expressou recentemente a sua preocupação com a estagnação e outros problemas do seu país e solicitou apoio para os seus esforços no sentido de concretizar reformas. É o que devemos fazer, desde que o apelo seja genuíno. Aqui se inclui o enquadramento da Rússia em dispositivos normativos internacionais como a OMC e a Carta da Energia. Por essa razão, não podemos criar obstáculos desnecessários, e a Rússia tem igualmente de reconhecer que não está em condições de gerir esta crise pelos seus próprios meios.

No entanto, como Václav Havel referiu anteriormente, sermos parceiros também nos obriga a dizer uns aos outros toda a verdade. Por isso, gostaria de dizer o seguinte: quando as eleições são falseadas, mesmo o próprio conceito de "democracia controlada" começa a gerar cinismo; daí serem extremamente importantes as missões de observação eleitoral. Quando jornalistas com posições críticas são assassinados, a verdade também morre junto. Não estamos a fazer quaisquer progressos com a nossa "mudança através do comércio". Em vez disso, devemos fazer com que o nosso relacionamento com a Rússia assente numa sólida base de valores.

PRESIDÊNCIA: WALLIS

Vice-presidente

Charles Tannock, em nome do Grupo ECR. – (EN) Senhora Presidente, o Grupo ECR aceita que a Rússia é um parceiro económico vital e um peso pesado a nível diplomático mundial, mas essa posição traz consigo responsabilidades. A primeira dessas responsabilidades passa pelo respeito pela integridade territorial dos seus vizinhos, tais como a Ucrânia e a Geórgia, e por abandonar o conceito insultuoso da "vizinhança próxima".

É preciso que a Rússia dê passos concretos para proteger os direitos humanos e o Estado de direito, tendo em conta o número de assassinatos de jornalistas e activistas dos direitos humanos que não foram investigados. O Prémio Sakharov conferido ao Grupo de defesa dos direitos humanos Memorial revela bem a seriedade com que este Parlamento vê esta questão.

É preciso, igualmente, que a Rússia coopere na prevenção da proliferação nuclear, sobretudo no Irão, e não venda a este país o sistema de mísseis S 300, demonstrando solidariedade com o Ocidente contra este crime perigoso.

A crescente nostalgia relativamente à União Soviética e a Estaline é igualmente muito preocupante.

Por último, à medida que o Inverno se aproxima, é preciso que não se permita que a Rússia volte a usar o seu quase monopólio de abastecimento de gás à Europa como uma guerra diplomática. O empenho da UE em conseguir a diversificação de fontes e de abastecimentos ao abrigo de uma política externa comum em matéria de energia deverá certamente reforçar a nossa posição à mesa das negociações com a Rússia.

Vladimír Remek, em nome do Grupo GUE/NGL. – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, não consigo imaginar que os representantes da UE guiados por uma resolução elaborada pelo Parlamento Europeu consigam alcançar algum resultado em Estocolmo. Se a delegação russa tiver uma recomendação semelhante, a cimeira está condenada ao fracasso. Queremos que as negociações contribuam para a cooperação entre a UE e a Rússia? Queremos, como é óbvio. A Rússia é descrita frequentemente no documento como um parceiro decisivo da UE. No entanto, quase tudo está expresso em termos de exigências e condições, e não de propostas. Por exemplo, a responsabilidade pelo sucesso da conferência climática em Copenhaga é atribuída à Rússia. Contudo, foi a Rússia que salvou o Protocolo de Quioto, enquanto os EUA se recusaram a ratificá-lo. Ao mesmo tempo, as posições não realistas adoptadas em relação à Rússia incluem a tarefa de resolver o problema

da liberdade dos meios de comunicação social. A situação não é, certamente, ideal. Mas, Senhoras e Senhores Deputados, na última sessão plenária decidimos que, no caso da Itália, isto era matéria interna. Acontece que a Itália é um Estado-Membro da União. Então, o que esperamos conseguir na Rússia? Se a Rússia é, supostamente, um parceiro importante, negociemos com ela nesta base.

Fiorello Provera, *em nome do Grupo EFD*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, abster-me-ei na votação desta proposta de resolução porque a considero de alguma forma contraditória. Na resolução reconhece-se que a cooperação económica entre a Rússia e a Europa melhorou largamente nos últimos 10 anos. Reconhece-se que a Rússia fortaleceu as relações em domínios como a energia, o comércio, liberalização de vistos, imigração ilegal, combate ao terrorismo, alterações climáticas e política externa, e no que toca a questões como armamento nuclear iraniano e pacificação do Cáucaso e do Médio Oriente.

Enquanto instamos a todas estas coisas, criticamos fortemente, na mesma resolução, a situação interna da Rússia. Existe um clima de oposição e de desconfiança face à Rússia que não constitui uma boa base para a cooperação a que exortamos. Não quer isto dizer que devemos fechar os olhos à situação da democracia e dos direitos humanos neste país, mas creio que o apoio e a confiança são mais necessárias, neste momento, do que a crítica, precisamente para melhorar a situação dos direitos humanos na Rússia.

Zoltán Balczó (NI). – (HU) Já que estamos a falar sobre as relações UE-Rússia, gostaria também de me referir à sessão solene de hoje.

Foi efectivamente há vinte anos que se deu a queda do Muro de Berlim, pondo cobro à ditadura comunista soviética. Os Húngaros contam-se entre as grandes vítimas desta ditadura. Cumpre-me assinalar aqui mais dois factos. Em primeiro lugar, o "status quo" pôde continuar durante décadas porque também as potências ocidentais pretendiam manter aquela situação após a Segunda Guerra Mundial. Em segundo lugar, na altura, as autoridades soviéticas não trataram como iguais nem sequer a população russa, que também sofreu com a ditadura comunista. Obviamente que a Rússia é para nós um parceiro económico e estratégico extremamente importante.

A União Europeia fala, acertadamente, contra as violações dos direitos humanos. Contudo, terá autoridade moral para o fazer após ter obtido a assinatura de Václav Klaus no Tratado de Lisboa a troco de permitir que os Decretos de Beneš continuem a ser aplicáveis, e aceitando assim que determinadas pessoas sejam consideradas colectivamente culpadas?

Na última sessão, discutimos a Cimeira EUA-UE. O tom geral do debate era: que devemos fazer para ser aceites como o bom parceiro dos Estados Unidos? Hoje, porém, a atitude que me parece existir aqui é: que condições havemos de impor à Rússia para a podermos aceitar como parceiro fiável? Creio que devemos procurar estabelecer uma cooperação muito mais equilibrada com ambos estes parceiros, se os consideramos com tal.

Paweł Zalewski (PPE). – (PL) Senhora Presidente, a próxima Cimeira UE-Rússia irá confirmar a importância que a União Europeia reconhece às relações com a Rússia. Assim sendo, gostaria de chamar a atenção para dois aspectos fundamentais do ponto de vista dos interesses da Rússia e da União Europeia, os quais influenciam essas relações e, na verdade, as definem.

Estou a falar dos problemas de cooperação nas áreas da energia e da segurança. Se a União Europeia e a Rússia querem ter êxito juntas, o que é, decerto, nosso objectivo, temos de afirmar muito claramente a nossa opinião. Os nossos parceiros russos fazem-no com determinação, sem ambiguidades, porque a ambiguidade gera mal-entendidos. A União Europeia tem de construir a sua perspectiva exactamente do mesmo modo.

O acordo a que chegaram os maiores grupos políticos do Parlamento Europeu numa proposta de resolução conjunta e, aliás, muito conseguida, é um passo que valorizo muitíssimo. Penso, contudo, que o texto podia ser ainda melhor se incluíssemos uma terceira alteração que salientasse a importância da cooperação UE-Rússia no domínio da energia e que evidenciasse também a base sobre a qual deve concretizar-se tal cooperação. Significa isto que, em especial numa época de crise económica e financeira, essa cooperação deve assentar no princípio de manter os custos financeiros ao nível mínimo mas enunciando todas as condições relativas ao fornecimento de energia.

Queria, para terminar, falar da segurança. Permitam-me algumas palavras sobre a proposta do meu grupo político, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), relativa a um debate a realizar sobre os exercícios militares russo-bielorrussos que simulavam a necessidade de rechaçar um potencial ataque da Europa Ocidental, a partir de território de países que pertencem à União Europeia e à NATO. Foi com muita

pena que fui informado de que tal debate não tinha lugar na ordem de trabalhos e que o assunto não seria aqui discutido.

Knut Fleckenstein (S&D). – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, os oradores que me antecederam já chamaram claramente a atenção para muitos pontos e problemas, como é o caso da situação dos direitos humanos. É importante que façamos menção destes pontos de forma clara, pois só assim conseguiremos ter um debate aberto e franco. Se, neste momento, a Rússia está mais uma vez a discutir seriamente a introdução da pena de morte segundo o modelo dos EUA, pela nossa parte não podemos deixar de manifestar a opinião que temos sobre este tema.

Tenho dois breves pontos que gostaria de deixar claro. O primeiro diz respeito à adesão da Rússia à OMC, endereçando o meu pedido sincero, também ao Conselho e à Comissão, no sentido de darmos o máximo apoio possível nesse sentido. Claro que a Rússia também deve fazer o que lhe compete, mas ambos dependemos dessa situação, e seria bom para ambos se a evolução neste domínio evoluísse num sentido positivo. O facto de a Rússia pretender aderir à OMC, e não apenas entrar numa união aduaneira com a Bielorrússia e Cazaquistão representa um passo na direcção certa.

O segundo ponto é um pedido sincero para não perdermos de vista o desenvolvimento da nossa cooperação nos domínios da ciência e da investigação, bem como na área da sociedade civil. Precisamos de um novo impulso para o intercâmbio cultural, bem como para o intercâmbio juvenil, não apenas num sentido, como o senhor deputado Gahler referiu, mas em ambos os sentidos. Cada jovem que participe nesta acção desenvolverá uma compreensão para com os outros e tornar-se-á mensageiro de uma evolução mais positiva das nossas relações. Espero que possamos falar mais sobre estes interesses em comum e que estes aspectos também venham a assumir uma maior importância.

Heidi Hautala (Verts/ALE). – (FI) Senhora Presidente, quero mencionar três questões muito sucintamente. Seria do interesse da Rússia entender que deve tornar-se um Estado de direito. É muito difícil ver como pode a Rússia desenvolver-se como uma economia ou uma sociedade antes de ter um poder judicial independente. É impossível imaginar que as empresas estrangeiras possam sentir condições de segurança para os seus investimentos no país se não existir ali um sistema judicial independente.

Em segundo lugar, gostaria de sublinhar a importância de convencer a Rússia a comprometer-se com as normas internacionais. Temos um problema no Conselho Europeu devido ao facto de a Rússia ainda não ter ratificado o Protocolo 14, o que aumentaria a eficácia do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. E nós, na região do mar Báltico, queremos também que a Rússia adira à Convenção de Espoo relativa à avaliação do impacto ambiental dos projectos internacionais.

Em terceiro lugar, os direitos humanos são importantes em si mesmos. Fiquei muito animada quando a Senhora Ministra Malmström declarou que a intenção, agora, era levantar questões relativas aos direitos humanos na cimeira. Peço-lhe que leve consigo os resultados do diálogo sobre direitos humanos e que, além disso, lhes dê grande publicidade.

Jacek Olgiard Kurski (ECR). – (PL) Senhora Presidente, a Cimeira UE-Rússia realizar-se-á dentro de uma semana. Queria referir o assunto num dia tão especial para o meu país, o dia em que a Polónia recuperou a independência. A independência não só da Polónia mas também de outros países da região sempre foi ameaçada pelo imperialismo, primeiro soviético e depois russo.

Queremos hoje sentir-nos, finalmente, seguros nas estruturas de uma Europa de nações livres, mais uma razão para não deixarmos escapar a forma como a Rússia tenta reconstruir o seu império e para percebermos que, de facto, nunca aceitou a perda desse império. Eis porque a Rússia atacou a Geórgia. Eis porque está a praticar aquilo que é, para todos os fins, o *Anschluss* da Ossétia do Sul e da Abcásia, eis porque ameaça a Ucrânia, porque interfere no escudo anti-míssil na Polónia e na República Checa, eis porque utiliza os seus recursos energéticos para exercer chantagem. Eis porque há algo de simbólico e, ao mesmo tempo, sinistro no facto de, imediatamente antes da Cimeira UE-Rússia, o país que detém actualmente a Presidência da União Europeia e que acolhe a reunião, a Suécia, ter retirado o veto ecológico ao projecto "North Stream". O "North Stream" não faz qualquer sentido do ponto de vista económico e tem como único objectivo eliminar, na prática, o princípio da solidariedade energética, que devia ser um dos grandes princípios e ideais do Tratado de Lisboa.

Recorrendo a uma frase muito utilizada no meu país, insto os países da antiga UE a não seguirem esse caminho. Não assinem com a Rússia acordos que têm uma motivação política contra os novos Estados-Membros, pois apenas estarão a destruir a ideia de uma Europa comum.

Anna Rosbach (EFD). - (DA) Senhora Presidente, na Rússia, a liberdade de imprensa só existe em teoria, não na prática. Os principais jornalistas são intimidados, perseguidos e assassinados. A Rússia está classificada em 153.º lugar no Índice Mundial da Liberdade de Imprensa - por outras palavras, a liberdade de imprensa na Rússia é actualmente inferior à da Bielorrússia, do Sudão e do Zimbabué. Será que devíamos realmente recompensar isso? Mas não fica por aí. Temos a questão do fornecimento de gás aos cidadãos europeus. Este ano, mais uma vez, a Rússia está a ameaçar interromper o fornecimento de gás e há indícios de que, futuramente, será necessário prepararmo-nos para essa possibilidade todos os Invernos. Será realmente correcto recompensar a Rússia por isso?

Gostaria de sugerir ao Conselho e à Comissão que, em vez de se limitarem a ser simpáticos com os russos, talvez seja apropriado serem sinceros e dizerem-lhes que esta situação não é simplesmente aceitável. O que tencionam o Conselho e a Comissão realmente fazer no que respeita à evolução negativa das relações entre a Rússia e a UE? Ou será que tencionamos simplesmente deixar que as coisas continuem como estão? Será que desejam verdadeiramente recompensar esta evolução negativa?

Nick Griffin (NI). - (EN) Senhora Presidente, a retórica sobre a amizade e a cooperação entre todos os Estados que existem sob o sol, à excepção da Rússia, é infundável. A China comete genocídio no Tibete. A Turquia nega o holocausto na Arménia. Os EUA arrasam o Iraque, e esta Assembleia elogia-os. Mas, no que toca à Rússia, fazem-se apenas leituras pomposas e hipócritas. Esta fobia confrontativa face à Rússia alimenta vergonhosamente o novo ímpeto de Guerra Fria acaletado pelo lóbi belicista e neoconservador da América.

Existem, evidentemente, alguns diferendos locais entre a Rússia e os seus vizinhos, mas será que não podemos acordar em que a Cimeira da próxima semana seja utilizada para construir pontes e fomentar a cooperação entre as metades oriental e ocidental da nossa civilização? Por razões históricas e culturais, é muito mais prático e seguro do que tentar criar uma unidade com a Turquia, o antigo e eterno inimigo da Europa.

Francisco José Millán Mon (PPE). - (ES) Senhora Presidente, as relações com a Rússia são muito importantes: a Rússia é um membro permanente do Conselho de Segurança e uma potência militar; a sua cooperação é necessária para fazer face ao desafio nuclear do Irão, ao problema do Médio Oriente, ao desarmamento, às alterações climáticas, etc.

Além disso, a Rússia é um país vizinho da Europa com o qual muitos Estados-Membros da União têm uma relação económica importante e do qual dependem fortemente em termos energéticos. É um país com o qual temos duas cimeiras anuais regulares (que constituem certamente uma boa oportunidade para avaliar o estado da relação).

Estamos agora a negociar um novo acordo de parceria, que intensificaria a cooperação nos chamados quatro "espaço comuns". Do meu ponto de vista, os mais importantes são o económico e o energético: precisamos de abertura, de regras claras, de garantias para os investimentos, e, antes de mais nada, a Rússia tem de aderir à OMC.

Assim, a cimeira da próxima semana deverá constituir uma oportunidade para esclarecer quais são as intenções da Rússia no que respeita à OMC e para garantir que não tomará iniciativas incompatíveis com as suas regras. Além disso, a crise de abastecimento de gás destes últimos anos não deve poder repetir-se e o novo acordo deverá incluir os princípios da Carta Europeia da Energia, que, como já foi dito, é o tratado do qual, infelizmente, Moscovo se retirou.

Temos de continuar a trabalhar também nos outros três espaços. Já referi a importância da Rússia como actor global.

Senhoras e Senhores Deputados, há muitas coisas que podemos fazer em conjunto com a Rússia, mas, como também já foi dito, há um aspecto da relação que não devemos esquecer, visto que Rússia é um país europeu e um país vizinho: estou a referir-me à necessidade de respeitar os direitos humanos e as obrigações nesse tocante a que a Rússia está sujeita enquanto membro do Conselho da Europa.

Uma das insuficiências mais óbvias da política externa da UE é a ausência de uma política comum face à Rússia. Com os instrumentos do Tratado de Lisboa será mais fácil criar essa política comum, mas também é necessário que, enquanto Estados-Membros, estejamos verdadeiramente empenhados em criar essa política unitária e não continuemos a privilegiar vias bilaterais com Moscovo, que são, por vezes, manifestamente divergentes.

Kristian Vigenin (S&D). – (BG) Senhora Presidente, Senhora Comissária Ferrero-Waldner, Senhora Presidente Malmström, não posso iniciar a minha intervenção sem mencionar que hoje assinalámos, neste Hemiciclo, o 20.º aniversário da queda do Muro de Berlim.

De certo modo, parece que se deu especial destaque àquilo que conseguimos realizar ao longo de todos estes anos, o facto de a Europa se ter unido, graças às mudanças que se deram há vinte anos, e de ter havido um país que não participou e que, sinceramente, poderia ter impedido essas mudanças se o desejasse, nomeadamente, a União Soviética.

Digo isto porque, a meu ver, essas mudanças foram possíveis precisamente porque o Ocidente adoptou uma política de cooperação com a União Soviética. Sem estabelecer um paralelo entre a União Soviética e a Rússia dos nossos dias, gostaria de dizer que me agradaram as palavras da Senhora Comissária Ferrero-Waldner e da Senhora Presidente Malmström, porque dão continuidade a essa política de parceria pragmática com a Rússia, evidenciando que há questões relativamente às quais a União Europeia não conseguirá agir eficazmente sem a participação da Rússia.

Gostaria de frisar, naturalmente, que estamos sem dúvida preocupados com a situação dos direitos humanos e com outros assuntos, tais como o facto de, segundo uma avaliação da Amnistia Internacional, a situação se estar a agravar: têm sido cometidas fraudes nas eleições locais e há problemas na forma como as organizações civis funcionam. Em qualquer caso, temos de estar unidos na nossa abordagem em relação à Rússia.

É esta a conclusão que temos de extrair dos últimos anos. Gostaria igualmente de dizer que uma das questões que não foram incluídas na resolução que o nosso Parlamento vai propor é a Parceria Oriental. Gostaria que se dedicasse atenção especificamente a esta questão da Parceria Oriental na próxima cimeira, porque essa é a única maneira de podermos garantir o êxito desta nossa nova política.

Paweł Robert Kowal (ECR). – (PL) Senhora Presidente, a Rússia merece ser levada a sério. Creio que, se os nossos parceiros do Kremlin tivessem ouvido o discurso da Senhora Comissária, ficariam bastante surpreendidos com a avaliação que faz das relações UE-Rússia.

A nossa abordagem à próxima Cimeira UE-Rússia não exhibe a coragem e a sinceridade necessárias a um tratamento sério das questões fundamentais que opõem hoje a UE à Rússia. Se na UE não há sinceridade, se alguns dias apenas após a ratificação final do Tratado de Lisboa pela República Checa os discursos sobre solidariedade energética nada significam e estamos a avançar no sentido de construir o gasoduto "North Stream"; se, nas nossas relações, não se dá um tratamento sério à Carta da Energia ou ao Plano Sarkozy ou ainda às recentes manobras militares russas na fronteira oriental da Polónia, então nada conseguiremos.

Gostaria de fazer uma pergunta à Senhora Comissária e peço-lhe que seja sincera: que elementos das relações UE-Rússia considera serem seu êxito pessoal? Onde temos oportunidade de sucesso nesta área? Sem sinceridade nada construiremos.

Andreas Mölzer (NI). – (DE) Senhora Presidente, Senhora Comissária, a guerra na Geórgia, a disputa pelo gás e a incapacidade da União Europeia em adoptar uma posição razoavelmente unificada em relação à Rússia, deixaram as suas marcas.

Ao mesmo tempo, a Rússia é, sem qualquer dúvida, um importante parceiro estratégico para a Europa, e não apenas em termos de abastecimento de energia. Dentro em breve veremos se o novo memorando para evitar crises energéticas e o sistema europeu de alerta rápido valem o papel em que estão escritas – o mais tardar quando surgir o próximo conflito por causa do gás. O facto é que a nossa dependência do gás russo não pode ser facilmente eliminada e mesmo o projecto Nabucco dificilmente mudará esta situação. Seria uma ingenuidade acreditar que Teerão não seria capaz de exercer pressão sobre a Europa.

Creio que a União Europeia deverá prosseguir uma política sensata e realista em relação à Rússia. É necessário encontrar o equilíbrio entre os interesses europeus e russos e também mostrar respeito pelas sensibilidades históricas da Rússia no que diz respeito às questões geopolíticas. Caso contrário, poderemos, dentro em breve, não ter apenas de nos preocuparmos por causa de uma idade do gelo bilateral, mas também por causa de os cidadãos da Europa tiritarem de frio devido à disputa pelo gás.

Vytautas Landsbergis (PPE). – (LT) Apoio a posição do senhor deputado Zalewski, para ser preciso, a alteração n.º 1, uma vez que esta chama com seriedade a atenção para duas questões que são essenciais para a União Europeia. Em primeiro lugar, não aprovamos a forma como o país terceiro arrogantemente ignora e rejeita a UE como seu igual e parceiro respeitado em questões de segurança energética externa que são

importantes para a União Europeia. Em segundo lugar, não aprovamos a linha divisória anti-europeia que, naturalmente, o país terceiro está a pôr em prática no projecto do gasoduto "Nord Stream". Devemos opor-nos à divisão lobista e, por vezes, corrupta da Europa, e não podemos tolerar a arrogância da Rússia em relação a nós, e refiro-me ao Parlamento Europeu. Não podemos permitir que a Gazprom – o principal accionista da "Nord Stream" – ignore completamente a resolução do nosso Parlamento sobre a ameaça que o gasoduto representa para o meio ambiente.

O problema não é simplesmente o trágico estado ecológico do mar Báltico, mas também o estado moral da nossa Instituição. Quando votámos aqui no ano passado, exigimos que fosse realizada uma avaliação do impacto ambiental que fosse independente e não previamente comprada, e que fossem dadas garantias às nações nas margens do mar Báltico no caso de haver um desastre. A Gazprom nem sequer se dignou responder à Europa. Isto equivale a cuspir na cara do Parlamento e nós não podemos responder, dizendo: "Sim, senhor, foi um prazer". Devemos agir com dignidade e honra, sem manipularmos ou bloquearmos os debates especiais, presentemente iniciados pelos eurodeputados sobre os problemas relativos à vida no mar Báltico. Se, tomados pelo medo, concordarmos com o assassinato do Báltico e com uma nova fronteira Moscovo-Berlim no mar, com navios de guerra russos a protegerem o gasoduto, vamos condenar o nosso futuro livre. Na verdade, enquanto conversamos sobre energia, estamos a vender o nosso futuro.

Hannes Swoboda (S&D). – (DE) Senhora Presidente, não há dúvida de que temos de levar a Rússia a sério, como disse o senhor deputado Kowal, e em particular, após a assinatura do Tratado de Lisboa, relativamente ao qual é interessante ver como o Presidente Václav Klaus, que durante muito tempo se recusou a assinar o Tratado, adoptou uma postura particularmente pouco crítica em relação à Rússia. Levar a Rússia a sério significa desenvolver com este país uma relação sensata, por um lado, e uma relação económica pragmática, mas não significa que não devamos ser críticos em relação à evolução política da Rússia, em particular no que diz respeito às questões dos direitos humanos.

Foi com grande pesar que descobrimos que, durante as últimas eleições, houve, claramente, situações que não deveriam ter acontecido. Estamos, claro, particularmente preocupados com os ataques aos defensores dos direitos humanos. Não quero atribuir a culpa desses ataques ao Governo russo, mas o que pretendo realmente, e é exigido na presente resolução, que é muito equilibrada, é que a Rússia leve a sério a protecção desses defensores dos direitos humanos. Isto não está a acontecer, pelo menos não em grau suficiente. A este respeito, devemos concentrar-nos mais no Presidente Medvedev do que no Primeiro-Ministro Putin. As diferenças podem não ser muito grandes, mas se alguém tomou uma posição razoavelmente esclarecida e positiva, esse alguém é certamente o Presidente Medvedev, e devemos dar-lhe força e apoiá-lo nessa acção.

Quanto à questão energética, também aqui, precisamos de cultivar um relacionamento muito tranquilo, muito realista. Não tenho nada contra o Nord Stream, ou contra o South Stream, mas o que eu não quero é estar dependente de ninguém, nem de nenhum país, para o nosso abastecimento de gás. Por isso, sou muito favorável ao gasoduto Nabucco. Multiplicidade, diversificação – eis um factor essencial na ligação de fornecimento de gás, quer venha através de um gasoduto diferente, como o Nabucco, ou através dos portos de GNL. Esta situação não tem a ver com o facto de o país em questão ser a Rússia, mas com o facto de a Europa não dever estar dependente de ninguém.

Se, agora, colocamos a Ucrânia nesta mistura, o que eu gostaria era de ver os políticos ucranianos aceitarem a sua total responsabilidade e fazerem os investimentos que foram acordados com a Europa. Eu sei que a Rússia muitas vezes explora a situação, mas se a Ucrânia cumprir as suas promessas, nesse caso a Rússia não conseguirá explorar a situação, pois os investimentos em causa terão sido feitos na Ucrânia.

Elena Băsescu (PPE). – (RO) Gostaria de felicitar os autores da resolução pela capacidade de harmonizar os pontos de vista dos vários grupos políticos. A Cimeira de Estocolmo oferece uma boa oportunidade para demonstrar aos nossos Estados-Membros que podemos estar unidos. Muito embora falemos 23 línguas, podemos expressar-nos a uma só voz quando se trata de defender os nossos interesses económicos, políticos e energéticos.

A União Europeia tem de prestar particular atenção à segurança energética, não só garantindo fornecimentos constantes por parte da Rússia como desenvolvendo projectos alternativos, como por exemplo, Nabucco e o oleoduto pan-europeu Constança-Trieste.

Para nós, Romenos, a segurança energética significa segurança na região do Mar Negro. A política energética da Europa pode ser afectada por conflitos não resolvidos nesta região.

Paralelamente, precisamos de mudar a nossa atitude, baseada em esferas de influência, para outra baseada em esferas de confiança. A Rússia tem de cooperar com a União Europeia nesta região de máximo interesse. O progresso de certos projectos de interesse vital para o desenvolvimento da União Europeia também depende da segurança energética.

Csaba Sándor Tabajdi (S&D). – (HU) Senhora Presidente, precisamos muito de estabelecer uma nova parceria e uma nova forma de cooperação entre a UE e a Rússia. No entanto, a prossecução desse objectivo é hoje condicionada por um debate histórico entre vários Estados-Membros e a Rússia. As relações entre a União Europeia e a Rússia, porém, não se podem tornar reféns desses debates históricos.

Somos reciprocamente dependentes do sector energético, como já hoje aqui afirmou o colega Hannes Swoboda. Na sequência da decisão da Rússia de retirar a sua assinatura da Carta da Energia, seria um passo importante, no sector energético, a União Europeia e a Rússia chegarem a acordo. Isso seria importante, também, do ponto de vista da criação de uma linha telefónica de emergência, de modo a que os Estados-Membros da Europa Central não tivessem de sofrer as repercussões das disputas entre a Rússia e a Ucrânia.

Por último, temos todo o direito de condenar a violação do Estado de direito e dos direitos humanos na Rússia. Todavia, importa igualmente chamar a atenção para determinadas violações de direitos que ocorrem na UE, como a recusa de cidadania a 400 000 russos que vivem na Lituânia, os quais demonstram à saciedade que a União Europeia ainda tem muito a fazer na sua própria casa.

Ivo Vajgl (ALDE). – (SL) Apoio a abordagem adoptada pela Presidente em exercício do Conselho, Cecilia Malmström, e pela Senhora Comissária Ferrero-Waldner. Com esta agenda em mãos, creio que o diálogo entre a Rússia e a União Europeia provará ser vantajoso para ambas as partes.

Hoje foi um dia solene para nós: comemorámos a queda do Muro de Berlim. Contudo, não nos lembrámos de que, simultaneamente, um outro grande muro caiu na Rússia e que teve início um processo de transição, processo esse que ainda está em curso. Actualmente, a Rússia é um país melhor do que era antes da queda do Muro de Berlim e por vezes há que ter isso presente. Devemos, por isso mesmo, dar crédito à Rússia, um importante parceiro nosso, e não nos deixarmos levar pelas emoções que se prendem com a nossa própria história.

Precisamos da Rússia como parceiro global na política internacional e como parceiro nas relações entre a União Europeia e a Rússia. Contudo, isto não significa, como outros deputados sugeriram, que abandonemos os nossos valores fundamentais. Não tenho tempo para esse tipo de conversa.

Marek Henryk Migalski (ECR). – (PL) Senhora Presidente, a minha intervenção dirige-se sobretudo à Senhora Comissária Benita Ferrero-Waldner. Talvez não estivesse presente esta tarde, quando o Presidente Václav Havel discursou. Tal como a senhora deputada Kristiina Ojuland ou o senhor deputado Martin Schulz fizeram, também eu recorro à afirmação do Presidente Havel sobre a obrigação da União Europeia de propagar a democracia e o respeito pelos direitos humanos.

Também a Senhora Ministra Cecilia Malmström mencionou essa obrigação, facto que lhe agradeço. A Senhora Comissária falou como se a União Europeia estivesse a preparar-se para uma cimeira com a Suíça. Falou de comércio, de negócios, do pacote climático, mas esqueceu totalmente os assuntos importantes, os assuntos que, porventura, mais interessam à União Europeia. Espero – pensando na Senhora Comissária, pensando em todos nós e, acima de tudo, pensando nos cidadãos da Federação Russa – que a União Europeia avance mais frequentemente a posição hoje realçada por Cecilia Malmström do que a posição por si defendida.

Andrew Henry William Brons (NI). – (EN) Senhora Presidente, antes de criticarmos a Rússia por violação de direitos humanos, deveríamos olhar para as violações semelhantes que acontecem inclusivamente dentro da União Europeia: países onde membros de partidos da oposição são alvo de ataques à sua integridade física, como na Hungria; de ataques das milícias do partido no poder, como no próprio Reino Unido; ou países que encarceram membros de partidos dissidentes não violentos ou de partidos políticos proibidos, como na Bélgica.

É preciso que conduzamos as nossas relações com a Rússia com base nos interesses dos nossos Estados-Membros e não com base em ímpetos hipócritas.

Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho. – (SV) Senhora Presidente, obrigada por um debate extremamente construtivo. Penso que a maioria dos presentes concorda que a Rússia é um parceiro estratégico da UE e que as nossas relações com este país são importantes. É preciso que esta seja uma parceria assente

no respeito mútuo, no respeito pelos nossos compromissos e também pelos valores que a União Europeia defende em matéria de direitos humanos e democracia, bem com no princípio do Estado de direito.

A este respeito, é preciso que sejamos muito claros, e penso que aqueles que me criticaram, a senhora deputada Rosbach, por exemplo, provavelmente não ouviram a minha intervenção inicial, porque eu referi muito claramente que estamos preocupados com a situação no que se refere aos direitos humanos na Rússia. A Rússia é um vizinho importante. Existem, evidentemente, muitos assuntos pendentes, e talvez nenhum de nós acredite que conseguiremos resolver todas as questões na Cimeira de Estocolmo. No entanto, esta é uma oportunidade valiosa para nos encontrarmos e conversarmos.

Existem questões de interesse comum relativamente às quais talvez consigamos aproximar-nos um pouco mais de uma solução. Penso nas questões do Médio Oriente e do Afeganistão, e, de momento, evidentemente, a Cimeira do Clima em Copenhaga é de extrema importância. Depois, há a crise económica e financeira e os nossos compromissos comuns a este respeito e ainda as nossas relações no que respeita à energia, à adesão à OMC, bem como as várias questões relacionadas com a política externa e de segurança. É preciso que cooperemos no que respeita à solução de conflitos no nosso espaço comum. Trata-se de identificar questões específicas em que ambas as partes beneficiem com a cooperação. É preciso que o façamos de forma correcta e respeitosa, sem abandonar os nossos valores.

Espero que a cimeira nos ajude, igualmente, a reformar a nossa parceria estratégica e a abrir caminho para uma cooperação construtiva entre ambos os parceiros. Isso seria positivo. Li a resolução a que muitos fizeram referência e que, segundo sei, votarão amanhã. Penso que se trata de uma resolução excelente e penso também que, em geral, existe um elevado nível de consenso na Comissão, bem como no Conselho e no Parlamento Europeu a este respeito.

Tal como muitos dos presentes referiram, é preciso que falemos a uma só voz quando o nosso interlocutor é a Rússia. Se estivermos de acordo e se conseguirmos manter um diálogo claro e construtivo, isso será positivo para a Rússia, será positivo para a UE e terá consequências positivas para muitos dos assuntos pertinentes que se colocam na arena europeia e mundial.

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, a Rússia é, por um lado, um parceiro estratégico e, por outro, também um vizinho e, sendo vizinho, tudo se torna mais complexo. No entanto, especialmente em tempos de incerteza económica, penso ser ainda mais importante assegurar que as relações entre a Europa e a Rússia funcionem tão eficazmente quanto possível a fim de que exista segurança, estabilidade e prosperidade para os nossos cidadãos e também para os cidadãos russos. Por conseguinte, deveremos redobrar os nossos esforços no sentido de encontrar uma plataforma comum relativamente a questões em que temos divergências – por exemplo, em matéria de direitos humanos ou relativamente às questões que se colocam à nossa vizinhança comum –, mas também para mantermos a porta aberta a um diálogo e a um debate que respeite as nossas diferenças, mas igualmente os nossos compromissos comuns. Esta é, por assim dizer, a linha geral.

Permitam-me agora que diga algumas palavras relativamente a uns quantos aspectos muito específicos. A adesão da Rússia à OMC é, e continuará a ser, um objectivo fundamental para nós. Posto isto, é tempo de resolvermos várias questões que permanecem pendentes nestas relações comerciais. Algumas delas, como as taxas de sobrevoos da Transnistria, fazem parte da nossa agenda há muitos anos. Foram referidas nas muitas cimeiras em que participei. Outras, como o decreto recentemente proposto e que limita o transporte de contentores por rodovia, são mais recentes, e eu, pessoalmente – assim como todos os serviços da Comissão –, levanto-as em todas as conversações com a Rússia. Na verdade, acabamos de realizar uma reunião do Conselho Permanente de Parceria, mas, evidentemente, podemos voltar a reunir.

A segunda questão que gostaria de referir é a da energia. A União Europeia e a Rússia são, como referi, importantes parceiros no domínio da energia. Trata-se de uma relação de interdependência, que oferece a ambas as partes uma forte motivação para fazer assentar as nossas relações neste domínio numa base previsível e também concreta. Assegurar um abastecimento de energia sem problemas e sem interrupções à União Europeia, evitando e ultrapassando as situações de emergência em matéria de energia, é, por conseguinte, da máxima importância. É isso que visamos atingir, por exemplo, com o Mecanismo de Alerta Precoce em que temos estado a trabalhar e relativamente ao qual é importante que trabalhemos com o Ministério da Energia da Federação Russa. Já debatemos esta questão, e espero que possamos avançar.

Quanto à Ucrânia e, especialmente, ao trânsito de gás, nós, na Comissão, temos estado a trabalhar com as autoridades ucranianas, mas também com as instituições financeiras internacionais, relativamente a um

pacote de empréstimos que permita fazer face às dificuldades de pagamento, responsáveis pela escassez de gás oriundo da Rússia, e à reforma e modernização do sector do gás na Ucrânia.

Chegámos a um acordo em finais de Julho, abrindo, assim, caminho à assistência financeira por parte de instituições financeiras internacionais, com base no cumprimento de uma série de condições. Esperamos que este acordo tenha êxito, sendo que teremos de nos certificar também de que exista uma base jurídica muito clara e transparente para as relações no domínio da energia. É esse o nosso objectivo, particularmente no nosso novo acordo.

No que se refere aos direitos humanos, levantei efectivamente essa questão. Levantamos sempre a questão dos direitos humanos aquando das cimeiras. Gostaria de dizer algumas palavras sobre a pena de morte, porque, evidentemente, se trata de um fenómeno que, de acordo com os nossos valores comunitários, não é aceitável para nós. Sim, o Tribunal Constitucional russo está actualmente a debater esta questão, e, segundo nos dizem, existem indicações de que o Tribunal concluirá que a Rússia está vinculada pela sua assinatura do Protocolo n.º 6 da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e que, por conseguinte, muito provavelmente não aplicará a pena de morte. Esperemos que seja efectivamente esse o caso.

Como já referi, a própria Rússia, na qualidade de membro da ONU e na qualidade de membro da OSCE e do Conselho da Europa, assumiu compromissos muito importantes em matéria de direitos humanos. Estas questões são sistematicamente debatidas nas consultas UE-Rússia sobre direitos humanos. Uma vez que isso acabou de acontecer, em Estocolmo, no dia 5 de Novembro, não entrei em grandes pormenores, mas todos quantos estão informados destes assuntos estão cientes dessa reunião.

O meu último comentário constitui, na verdade, uma nota positiva: a cooperação entre jovens no domínio da ciência e da tecnologia. Efectivamente, como o referiu o senhor deputado Fleckenstein, o estímulo ao intercâmbio e à cooperação entre jovens da União Europeia e da Rússia é uma preocupação crucial para nós, e disponibilizaremos os nossos programas para esse fim. Estes têm provado ser benéficos na própria União Europeia, por exemplo, o TEMPUS e o Erasmus Mundus, e constituem igualmente vias que deveremos continuar a explorar.

Mais uma vez neste contexto, estamos a lançar negociações com vista à associação da Rússia ao Programa-Quadro Comunitário em matéria de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico. Esta é, igualmente, uma área de enorme potencial económico.

Uma vez mais, penso que a margem para o desenvolvimento das nossas relações é enorme. Há muito para debater, e nem sempre estamos de acordo com a Rússia, mas podemos sempre debater cada uma das questões, e é isso que fazemos.

Presidente. - Declaro que recebi seis propostas resolução⁽²⁾, apresentadas nos termos do n.º 2 do artigo 110.º do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã, quinta-feira, dia 12 de Novembro de 2009.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Sebastian Valentin Bodu (PPE), por escrito. – (RO) No início do Inverno, a Europa está a ser ameaçada por uma crise de gás semelhante à do início deste ano quando a dependência do gás da Rússia saltou como nunca à vista de todos. É provável que também se repita este ano o cenário que se desenrolou no Inverno passado, para o qual o Primeiro-Ministro Putin chamou a atenção recentemente, mais uma vez com base num mal-entendido com a Ucrânia. Neste contexto, a alternativa ao gás russo, o projecto Nabucco, torna-se absolutamente necessário. Os fornecimentos de gás à Europa não podem depender de conflitos entre a Rússia e a Ucrânia. Torna-se imperioso para todas as organizações da UE fazer de Nabucco uma prioridade, de acordo inclusive com a decisão do Conselho Europeu de Março. A UE tem de falar a uma só voz sobre o projecto Nabucco. É do interesse da Rússia ter acesso ao gás cáspiano, sendo que uma frente unida e determinada por parte da Europa traria a Rússia para a mesma mesa de negociações. Não estão em causa questões de concorrência entre projectos. Não estamos a falar de *Nord Stream* versus *South Stream*. O que está aqui em causa é um interesse comum em assegurar uma fonte alternativa de gás. Por último, mas não menos importante, as Instituições europeias devem dirigir um forte apelo à Rússia e à Ucrânia no sentido

(2) Ver acta

de não deixarem que sentimentos de orgulho ditados por interesses geopolíticos ou eleitorais afectem a segurança das economias e das populações da UE.

András Gyürk (PPE), *por escrito.* – (HU) A renegociação do Acordo de Parceria e Cooperação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Federação da Rússia, por outro, constitui uma boa oportunidade para ambos os lados examinarem as questões que mais claramente definem as suas relações. No rescaldo dos acontecimentos dos últimos anos, não é por acaso que a agenda das negociações reflecte o peso crescente dos intercâmbios no domínio da energia. A avaliar pelas notícias na imprensa, não podemos de todo ter a certeza de que este ano escaparemos à crise do gás, que se está a tornar um hábito. A Directiva relativa a medidas destinadas a garantir a segurança do aprovisionamento em gás natural, que ainda não foi adoptada, de nada valerá, infelizmente, se os Estados-Membros se voltarem a deparar com cortes no abastecimento de gás. É precisamente por esta razão que a UE deve procurar fazer dos princípios fundamentais da Carta de Energia, que a Rússia ainda terá de ratificar, parte integrante do novo acordo de cooperação. De momento, quer a questão do trânsito da energia, quer a da acessibilidade do mercado, estão repletas de contradições. Com efeito, enquanto a Rússia, aproveitando a abertura do mercado, permanecer envolvida como investidora na maioria dos Estados-Membros, continuará sistematicamente a fechar o seu próprio mercado às empresas do Ocidente. A Carta da Energia poderá talvez resolver esta contradição. Pôr por escrito os princípios que regem o mercado poderá também constituir uma boa base na negociação de futuros contratos de abastecimento de gás a longo prazo. Se os Estados-Membros não estabelecerem relações transparentes, continuará a ser possível, no futuro, confrontá-los entre si se continuarem a pagar preços diferentes pelo aprovisionamento de gás.

Lena Kolarska-Bobińska (PPE), *por escrito.* – (EN) Senhora Presidente, hoje, na Rússia, assiste-se ao assédio da sociedade civil por parte das autoridades. Determinadas organizações, cujo único papel é ajudar a proteger as liberdades civis fundamentais e os direitos humanos vêem-se coarctadas por ordens de despejo, pela recusa de autorizações administrativas e, nalguns lugares da Rússia, pelo assassinato dos seus membros.

Acabámos de ler, esta semana, notícias de que o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e o Grupo Moscovo-Helsínquia, a mais antiga organização de defesa dos direitos humanos na Rússia, serão despejados das respectivas instalações.

Uma vez que o Parlamento Europeu está prestes a galardoar com o Prémio Sakharov a Fundação "Memorial", incluindo um dos membros fundadores do Grupo Moscovo-Helsínquia, Lyudmila Mikhailovna Alexeyeva, é preciso que salientemos que, para este Parlamento, para esta União, o que está em causa é muito mais do que a economia e a garantia de que os abastecimentos de gás nos cheguem ao preço mais baixo possível. Somos uma União de valores, incluindo os valores das liberdades civis, da democracia, dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana. É preciso que, na próxima semana, durante a cimeira, os líderes europeus falem de algo mais do que de oleodutos, gasodutos e comércio livre. Ainda não chegou o tempo de deixar que a vela que arde pela sociedade civil russa se apague. Obrigada.

Krzysztof Lisek (PPE), *por escrito.* – (PL) Para nós é fundamental desenvolvermos boas relações e uma boa parceria com a Rússia. Concomitantemente, estão a ser envidados esforços para desenvolver a Parceria Oriental, que visa activar as relações da UE com a Bielorrússia, a Ucrânia, a Moldávia, a Geórgia, o Azerbaijão e a Arménia. Apesar das muitas declarações proferidas pela União Europeia e a Polónia sobre a cooperação com a Federação Russa, a minha preocupação deriva do facto de, em Setembro, milhares de soldados russos terem participado na Bielorrússia em exercícios militares, a que se deu o nome de "Ocidente 2009". Era objectivo desses exercícios abafar uma sublevação fictícia da minoria étnica polaca. A realização de exercícios militares conjuntos russo-bielorrussos numa simulação em que o suposto agressor é um dos Estados-Membros da União Europeia preocupa-me extraordinariamente. Estranho, também, que não tenha havido reacção a esses exercícios por parte da Comissão Europeia ou do Alto Representante da União Europeia para a Política Externa e de Segurança Comum. Espero que o assunto seja discutido na próxima Cimeira União Europeia-Rússia, que se realizará em Estocolmo em 18 de Novembro.

17. Aplicação da Directiva Serviços (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta das seguintes perguntas orais:

-(O-0107/2009/rev.1) apresentada pelos deputados Malcolm Harbour, Andreas Schwab, Evelyne Gebhardt, Cristian Silviu Buşoi, Heide Rühle, Adam Bielan, Kyriacos Triantaphyllides e Matteo Salvini, em nome da

Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores, ao Conselho, sobre a aplicação da Directiva 2006/123/CE (B7-0216/2009); e

- (O-0114/2009/rev.1) apresentada pelos deputados Malcolm Harbour, Andreas Schwab, Evelyne Gebhardt, Cristian Silviu Buşoi, Heide Rühle, Adam Bielan, Kyriacos Triantaphyllides e Matteo Salvini, em nome da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores, à Comissão, sobre a aplicação da Directiva 2006/123/CE (B7-0219/2009).

Malcolm Harbour, autor. – (EN) Senhora Presidente, é um privilégio poder intervir nesta Câmara pela primeira vez desde que fui eleito presidente da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores e apresentar esta pergunta em nome da totalidade dos Grupos políticos com representação nessa comissão, bem como dos coordenadores. Apraz-me bastante que muitos dos novos deputados da comissão estejam presentes aqui, esta noite, para me apoiarem e contribuírem para o debate.

Penso que esta Assembleia não precisa de que lhe recordem a importância da Directiva Serviços. Ao desencadear o poder do mercado único num sector que é, provavelmente, responsável por 70% da economia europeia, o volume de emprego assim gerado e o efeito dinâmico que daí advirá são mais do que necessários neste momento, nas condições de estagnação em que nos encontramos.

Esta é uma Directiva com uma enorme abrangência e que possui numerosas características novas. É complexa em vários domínios, tendo suscitado enorme atenção. A transposição deste acto, de forma consistente e cabal é absolutamente vital para o seu funcionamento eficaz. No âmago desta Directiva reside a obrigatoriedade de os Estados-Membros eliminarem as barreiras para as empresas e, em particular, as medidas consagradas nas respectivas legislações nacionais que discriminam as empresas de serviços que pretendem exercer a sua actividade. Acreditem, existem literalmente centenas de propostas legislativas ou actos legislativos em diferentes países que tiveram de ser alterados como resultado desta proposta. Essa discriminação perpetuar-se-á, a não ser que todos colegas se unam em torno desta causa, a não ser que todos os países se juntem em torno desta causa. Temos de actuar de forma consistente. Caso contrário, aquelas barreiras permanecerão.

Essa a razão por que gostaria de começar por prestar especial homenagem à Comissão pela liderança que exerceu na manutenção e coordenação de todo o processo de aprovação e transposição desta legislação entre os Estados-Membros. Gostaria igualmente de agradecer ao Conselho e, na verdade, aos Conselhos sucessivos que, desde que esta proposta foi aprovada em 2006, lideraram o processo a que assistimos nas Cimeiras, apelando à transposição cabal desta Directiva.

Gostaria de dizer, em especial a Cecilia Malmström, a Senhora Ministra hoje aqui presente, que a comissão ficou extremamente bem impressionada, aquando da sua visita à Suécia, em Setembro, com o trabalho que o país tem vindo a desenvolver. Penso que a Suécia apontou claramente o exemplo a seguir por muitos outros e, em particular, deu mostras da forma meticulosa como estão a assegurar que as autoridades públicas a todos os níveis do país entendem as suas obrigações ao abrigo da legislação europeia, a fim de poderem autorizar as empresas de serviços oriundas de outros locais na União Europeia.

A nossa pergunta de hoje centra-se, em especial, nos elementos que, para nós, são os mais importantes a pôr em prática, o mais rapidamente possível. Exigiu-se aos Estados-Membros que procedessem ao rastreio das respectivas legislações a fim de identificar, como digo, aqueles elementos que são discriminatórios. Porém, a transposição, em 28 de Dezembro, é apenas o início do processo de eliminação dos obstáculos, pois todos os países apresentarão agora uma série de propostas que serão discriminatórias para outros países mas que, no entender dos primeiros, se justificam com base no interesse público. Este processo de avaliação mútua – que é totalmente novo – exige que as autoridades dos outros Estados-Membros analisem as propostas discriminatórias uns dos outros. Este será um elemento vital, que ocorrerá pela primeira vez e que acompanharemos com grande interesse. Gostaríamos de ouvir aqui, hoje, de que forma a Comissão se propõe abordar este processo. Gostaríamos de saber do Conselho que apoio dará a esse processo. Gostaríamos ainda de obter uma garantia de que este processo não terá lugar à porta fechada, porque os consumidores e as empresas e outros grupos interessados quererão saber de que forma o processo será levado a cabo. Queremos ver essa lista. Queremos ver a lista dos regulamentos e legislações internas que os Estados-Membros pretenderão manter.

Em segundo lugar, refiro a questão da informação e do acesso aos procedimentos através das tecnologias electrónicas. A criação de pontos de contacto único para as empresas é, uma vez mais, uma proposta inovadora da Directiva europeia. Exige-se que os Estados-Membros disponibilizem a informação e o acesso aos

procedimentos que as empresas precisam de cumprir para lhes permitir comerciar através desses sistemas. É vital que disponhamos de sistemas totais e completos a funcionar.

É isso que pretendemos saber com a nossa pergunta desta noite. Aguardamos com expectativa que a Senhora Comissária Ferrero-Waldner – talvez num domínio que não lhe é tão familiar – nos dê algumas respostas abrangentes. Estamos certos de que transmitirá os melhores votos de todos nós a Charlie McCreevy.

No entanto, penso ser necessário que se compreenda a perspectiva da comissão a que presido. Para nós, este é também o início de um processo, que se prolongará ao longo dos próximos anos, de monitorização e de apoio ao interesse público, bem como de pressão sobre todos os Estados-Membros, a fim de assegurar o êxito desta Directiva. Devo dizer à Senhora Ministra Cecilia Malmström que foi uma desilusão, para não dizer mais, ler no relatório que o Conselho “Competitividade” debatera, já em Setembro, uma nota da Comissão, que, ao que parece, apontava para que, nalguns Estados-Membros, o compromisso político para com a execução cabal e atempada da Directiva não tinha, infelizmente, tido tradução na prática. Isso não basta. Queremos dispor destes benefícios e já.

Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho. – (SV) Senhora Presidente, gostaria de agradecer ao senhor deputado Harbour e à Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores por terem levantado esta importante questão. Tal como disse o senhor deputado Harbour, a livre circulação de serviços é uma das pedras angulares do mercado interno. O sector dos serviços representa 60% a 70% da economia e do emprego da UE e está a crescer. Vai desempenhar um papel muito importante no crescimento económico da UE, mas, tal como também foi referido, a livre circulação de serviços não tem funcionado tão bem como devia. Continua a haver muito a fazer para eliminar as barreiras ao comércio e facilitar o comércio de serviços, e, portanto, é excelente que agora possuamos a Directiva “Serviços”, que deve ser transposta até 28 de Dezembro.

A Comissão é, em última análise, responsável por assegurar que os Estados-Membros façam o que devem fazer, e estou certa de que a Comissão irá falar sobre este aspecto, mas, mesmo assim, gostaria de dizer algumas palavras em nome da Presidência, com base na pergunta que me foi dirigida pela comissão. A primeira coisa que gostaria de dizer relaciona-se com a avaliação da legislação e a forma como esse processo contribuiu para a transposição. A finalidade dessa avaliação foi identificar e eliminar barreiras à liberdade de estabelecimento e à livre circulação de serviços. Os requisitos relativos à prestação de serviços que forem mantidos pelos Estados-Membros terão de respeitar os requisitos em matéria de não discriminação, necessidade e proporcionalidade.

Trata-se de uma enorme tarefa mas, quando estiver concluída, o sector dos serviços beneficiará de uma redução dos encargos administrativos aplicáveis às empresas que fornecem serviços. O relatório final a apresentar à Comissão sobre este assunto deverá ficar concluído em 28 de Dezembro.

Os pontos de contacto nacionais deverão recolher informação sobre os direitos e as necessidades do sector dos serviços destinada aos fornecedores de serviços e aos destinatários dos serviços. Devem dar aos fornecedores de serviços a oportunidade de solicitarem autorizações por via electrónica e de comunicarem com a autoridade responsável pela concessão de autorizações. Claro que é difícil para os Estados-Membros organizarem isto. Trata-se de algo que assenta na ideia da criação de um sistema mais moderno, com um elevado grau de governação electrónica. Na próxima semana, a Presidência sueca vai realizar uma reunião ministerial em Malmö, precisamente sobre a questão da governação electrónica. Nessa reunião, os Estados-Membros receberão apoio da Comissão, e serão realizados numerosos seminários que nos permitirão aprender uns com os outros, de modo que a facilidade de utilização seja o aspecto principal.

Uma outra questão importante é a linguagem utilizada nos portais da Internet e a opção de utilizar estes recursos numa língua que não seja a dos próprios Estados-Membros. Não se trata de um requisito que esteja estipulado na directiva, mas esperamos que a maioria dos Estados-Membros apresentem informação em várias línguas nos pontos de contacto. Isto dará aos fornecedores de serviços uma melhor oportunidade de compararem mercados diferentes e de formarem uma ideia geral, a fim de poderem expandir as suas operações.

A Comissão do Mercado Interno e da Protecção do Consumidor pergunta se os Estados-Membros conseguirão transpor a directiva a tempo; espero que sim. A Comissão terá de responder a esta questão, mas, na realidade, no Conselho “Competitividade”, todos os Estados-Membros afirmaram que estarão preparados a tempo. O apoio político a este processo é, evidentemente, muito importante.

Quais são então os maiores desafios? A directiva no seu conjunto é, evidentemente, extremamente ampla e exige que os Estados-Membros adoptem uma série de medidas, não só de carácter legislativo, mas também

medidas destinadas a facilitar a cooperação. As estruturas que esperamos que venham a ser introduzidas tornarão a governação mais eficiente e actualizada. No entanto, a sua introdução levará tempo. Não é possível realizar a avaliação da legislação nesta área vastíssima e encontrar soluções legislativas de um dia para o outro. As autoridades terão de receber formação sobre as suas novas funções, e isso exigirá recursos.

Por conseguinte, a resposta à pergunta sobre quais são os maiores desafios é, evidentemente, a criação de pontos de contacto único e garantir o seu bom funcionamento. Por último, o Parlamento pergunta como se prevê que venha a ser a participação das partes interessadas. Esta pergunta é importante porque um aspecto fundamental do processo é, evidentemente, as várias organizações interessadas contribuírem para a compreensão da Directiva "Serviços", comunicando as vantagens aos cidadãos e às empresas, mas também procurando descobrir as suas opiniões e necessidades.

Este diálogo tem sido um elemento fundamental. Muitas partes interessadas já participaram nos grupos de referência durante o período de negociação e, em muitos casos, essas redes mantiveram-se. Em muitos países, tem havido um amplo processo de consulta social sobre as propostas de execução com o objectivo de obter várias informações e recolher opiniões.

Por último, Senhora Presidente, gostaria de agradecer ao Parlamento o interesse que demonstrou pelo processo de transposição da Directiva "Serviços". Atendendo ao papel muito importante que o Parlamento Europeu desempenhou na consecução de um acordo, é positivo que esta Assembleia continue empenhada e esteja a verificar se estamos a fazer o que devemos fazer nos Estados-Membros e a garantir que o façamos. Concordamos que é especialmente importante que a directiva seja introduzida rapidamente e da forma correcta, e em particular agora, durante a crise económica, a Directiva "Serviços" será uma importante ferramenta para nos ajudar a sair da crise e permitir que nos concentremos novamente no crescimento económico e, esperamos, na criação de empregos.

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, gostaria de agradecer ao Parlamento Europeu, especialmente, também em nome do meu colega, Charlie McCreevy, a apresentação oportuna desta pergunta oral sobre o estado da aplicação da Directiva Serviços.

Estamos a um pouco menos de dois meses do fim do prazo de execução, e é uma boa altura para olhar para o que foi feito até à data e fazer o ponto da situação.

A Directiva Serviços é uma das mais importantes iniciativas aprovadas nos últimos anos. Possui um enorme potencial de eliminação de barreiras no mercado interno e de modernização das nossas administrações públicas, sendo que, no actual contexto económico, se torna ainda mais premente a sua aplicação correcta. Sabemos bem disso, e não só o Parlamento Europeu como, em particular, a sua Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores desempenharam um papel fundamental na aprovação desta legislação, tendo a Comissão apreciado, em especial, o vosso contínuo interesse no acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelos Estados-Membros com vista à execução desta Directiva.

Pela parte que nos toca, a Comissão cumpriu o seu compromisso de facilitar o processo de aplicação. Isso já foi referido. Levámos a sério os pedidos de assistência técnica dos Estados-Membros, tendo envidado esforços e aplicado meios sem precedentes para apoiar o seu trabalho. Foram realizadas mais de 80 reuniões bilaterais com a totalidade dos Estados-Membros, bem como reuniões de grupos de especialistas, em Bruxelas, por 30 vezes durante os últimos três anos.

Mas a Comissão não pode encarregar-se da execução a nível nacional. Esse papel cabe aos Estados-Membros, e a transposição da Directiva Serviços tem sido para estes uma tarefa exigente.

Exigente, porque implica levar a cabo vários projectos de grande envergadura, tais como a criação de pontos de contacto único e a revisão e simplificação da legislação relativa aos serviços. Exigente, também porque implicou uma intensa coordenação entre todos os níveis da administração, nacional regional ou local.

Qual é, então, o ponto da situação? E será que os Estados-Membros cumprirão a sua parte?

Um pouco mais de metade dos Estados-Membros parece estar em posição de conseguir a proceder à execução da Directiva Serviços dentro do prazo, em final de 2009 ou início de 2010. Alguns Estados-Membros poderão registar atrasos. Essa situação não é totalmente satisfatória, em particular, para os cidadãos e as empresas que pretendem fazer uso dos seus direitos no mercado interno. Embora a situação não seja inabitual, comparando com outras directivas relativas ao mercado interno, é motivo de preocupação.

Porém, dever-se-á igualmente ter em conta que, talvez mais do que para qualquer outra directiva, os Estados-Membros tiveram de fazer face a uma enorme quantidade de questões de carácter jurídico e prático. Posto isto, o resultado que esperamos conseguir até ao início do próximo ano poderá, na verdade, ser considerado bastante positivo.

Permitam-me que responda agora com maior pormenor à pergunta que me foi formulada.

Praticamente todos os Estados-Membros concluíram o processo de rastreio da sua legislação nacional. Nalguns, esses processos estão ainda em curso. Perceber até que ponto esse rastreio contribuiu para uma transposição eficaz da Directiva é, nesta fase, evidentemente, difícil. O prazo para a transposição ainda não terminou, e os Estados-Membros ainda não apresentaram as suas alterações legislativas à Comissão.

Contudo, é óbvio que um processo de rastreio ambicioso e exaustivo é essencial para assegurar que a legislação nacional seja “amiga do mercado interno” em cada um dos Estados-Membros. É igualmente crucial para a competitividade do nosso sector dos serviços em geral.

No que se refere aos pontos de contacto único, parece evidente que a maioria dos Estados-Membros conseguirá disponibilizar, pelo menos, soluções básicas e concretas para os pontos de contacto único até ao final de 2009. Mais uma vez, estes não estarão a funcionar na perfeição, mas deverão constituir uma base sólida. Os Estados-Membros deverão continuar a desenvolver e aperfeiçoar os pontos de contacto único, que, a longo prazo, deverão ser tornar-se verdadeiros centros de governo electrónico.

Neste contexto, a Comissão concorda com a importância de se prestarem informações e disponibilizarem procedimentos suplementares, como por exemplo no que se refere aos direitos dos trabalhadores e à tributação, através dos pontos de contacto único. É preciso que as empresas e os consumidores estejam cientes das regras aplicáveis. Mas, como sabem, isso não é obrigatório ao abrigo da Directiva.

Esperamos que, à medida que sejam desenvolvidos e consolidados os pontos de contacto único, esta informação venha também a ser fornecida. Com efeito, alguns Estados-Membros estão já a planear fornecê-la.

No que se refere à execução da Directiva no domínio dos serviços sociais – na medida em que sejam cobertos pela mesma –, parece não terem surgido problemas particulares. A própria Directiva contém mecanismos com vista a assegurar que as especificidades destes serviços sejam tidas em conta.

Por último, considero evidente que as partes interessadas desempenharam um papel crucial ao longo do processo de execução. Acompanharam os esforços envidados pelos Estados-Membros e participaram na execução a diversos níveis, e asseguraremos que serão consultadas, no próximo ano, durante a avaliação dos resultados da execução.

Por conseguinte, teremos de encontrar um método que permita garantir que essa consulta seja objectiva e muito concreta.

Finamente, muitos dos Estados-Membros procederam a consultas abertas sobre o projecto de legislação executória. Algumas organizações das partes interessadas lançaram inquéritos regulares junto dos respectivos membros sobre o estado da execução. Digamos que é importante ser-se realista e honesto nesta fase do processo. Muito está ainda por fazer em matéria de execução, e os Estados-Membros que registam atrasos nesse processo deverão envidar esforços suplementares.

Permaneço, no entanto, convicta de que o copo se encontra mais cheio do que vazio. Mas é preciso que o continuemos a encher e depressa.

PRESIDÊNCIA: SCHMITT

Vice-presidente

Andreas Schwab, em nome do Grupo PPE. – (DE) Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, aquilo que acabámos de escutar à Comissão e ao Conselho deixa-nos um pouco mais desapontados.

A Europa enfrenta a concorrência internacional, uma concorrência à escala global, em que os prestadores de serviços europeus também precisam de encontrar o seu lugar e de serem bem-sucedidos. Se atentarmos na história desta directiva, que começou a sua vida no Parlamento, com um nível significativo de participação dos deputados, concluímos, quanto a mim, que é bastante desanimador ouvir dizer que o copo está meio cheio ou meio vazio, como o fez a Senhora Comissária Ferrero-Waldner. Senhora Presidente em exercício do Conselho, permita que lhe diga que o Parlamento não desempenhou apenas um importante papel no

passado, mas que também pretende cumprir o seu papel no futuro. Nesta perspectiva, decidimos, no seio da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores, remeter-lhe esta questão em tempo útil, dentro do prazo de transposição, a fim de verificar se, enquanto Estados-Membros da União Europeia cumpriram as vossas obrigações, originalmente propostas por vós próprios, no sentido da transposição desta directiva até ao final do presente ano, e se vão ser capazes de cumprir este objectivo. Pelo menos sob a óptica do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), continuamos ainda a partir do princípio de que tudo farão para concretizar esta pretensão durante os próximos meses.

Vamos avaliar a directiva e a sua aplicação a partir do ponto de vista dos cidadãos da Europa, os prestadores de serviços e os trabalhadores, e, neste contexto, vamos analisar de perto como os Estados-Membros se comportam uns em relação aos outros e qual o nível de transparência – tal como foi mencionado pelo presidente – com que a troca de opiniões sobre os elementos da directiva é realizada e com que eficácia os regulamentos dos Estados-Membros são examinados quanto à sua adequação ao mercado interno na perspectiva dos prestadores de serviços. O mesmo se aplica ao âmbito de aplicação da directiva. Aqui, também, tal como fizemos no passado, vamos observar atentamente o modo como o Tribunal Europeu de Justiça poderá interpretar o Tratado da UE, de modo a dar prioridade aos direitos dos cidadãos em vez de – como por vezes temos a impressão de que acontece no Conselho – serem os interesses dos Estados-Membros que têm sempre prioridade.

Em segundo lugar, estamos muito satisfeitos com o ponto por V. Exa. mencionado no que diz respeito à gestão electrónica do processo, mas a questão fundamental, na nossa opinião, é saber se os prestadores de serviços podem, finalmente, realizar de uma forma simples e eficaz todas as tarefas necessárias no âmbito do processo, utilizando o processo em linha e se, por detrás dessas muitas páginas de apresentação na Internet, vão realmente encontrar pessoas com quem podem falar sobre o assunto e sobre os requisitos relativamente aos Estados-Membros, ou se não se estaremos simplesmente a construir muros e barreiras neste domínio.

Senhoras e Senhores Deputados, o Presidente pede-me para ser rápido. Gostaria de abordar o meu último ponto. No debate anterior, o Parlamento solicitou de modo particular que o Sistema de Informação do Mercado Interno eliminasse todos os problemas que as administrações dos Estados-Membros pudessem justificadamente enfrentar no âmbito da transposição da directiva e, deste modo, estou confiante de que V. Exa., Senhora Ministra Malmström, envidará todos os esforços para assegurar que esta directiva entra em vigor em 31 de Dezembro deste ano.

Evelynne Gebhardt, em nome do Grupo S&D. – (DE) Senhor Presidente, muito obrigado por termos a possibilidade de debater este tema hoje, dada a sua enorme importância. Gostaria de deixar um aspecto absolutamente claro: enquanto Parlamento, não desempenhámos apenas um papel; o que fizemos foi garantir que, nesta directiva Serviços, fosse encontrado um compromisso muito positivo e construtivo. Este compromisso é baseado, em particular, na garantia dos direitos laborais e sociais e no especial respeito e na retirada dos serviços de interesse económico geral. Esta foi, em primeiro lugar, a razão pela qual a directiva Serviços foi possível.

No entanto, existem alguns aspectos dos quais não estou certa a este respeito, além de que as questões que levantámos também não foram respondidas. Seria, por exemplo, uma grande decepção se o que ouvi de várias fontes acabasse por se revelar verdadeiro, ou seja, que alguns Estados-Membros estão a usar a transposição da directiva Serviços para destruir o equilíbrio por nós criado, enquanto legisladores, nomeadamente não respeitando os direitos dos trabalhadores como previsto na directiva Serviços. Isto diz respeito não só às condições de trabalho, que estão a ser postas em causa, mas também às definições que, em muitos Estados-Membros, estão a ser reescritas ou tornadas mais restritivas. Há também os Estados-Membros que, com justificativas pouco convincentes, não estão a retirar os serviços sociais de entre os serviços a que se refere esta transposição.

A este respeito, o Manual de Execução disponibilizado pela Comissão Europeia não foi muito útil, pois as orientações por ele fornecidas estavam parcialmente erradas, tendo proporcionado uma interpretação que, quanto a nós, era incorrecta. Os exemplos que dei mostram o quão importante também é para nós a criação de um quadro jurídico para os serviços de interesse económico geral, de modo que os direitos sociais, tais como os direitos dos trabalhadores, possam, mais uma vez, ser também plena e integralmente respeitados. Qualquer outra coisa não seria suficiente.

Eu também gostaria de perguntar aos Estados-Membros em que medida têm envolvido as partes interessadas e, em especial, os sindicatos e os serviços sociais, em termos de transposição. Esta é uma pergunta que nós colocámos, mas à qual não ouvi dar uma resposta, e eu gostaria muito de obter uma boa resposta para esta pergunta.

Jürgen Creutzmann, em nome do Grupo ALDE. – (DE) Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, a resposta da Comissão é, naturalmente, não só desencorajadora, como o senhor deputado Schwab referiu, mas também muito decepcionante. Quando se trata da transposição, é preciso perceber que se dizemos que cerca de 50% estão de acordo com a programação, então teremos de assumir que os outros 50% estão muito longe de conseguir isso. Por exemplo, o meu próprio país, a Alemanha: cada um dos *Länder* está actualmente a transpor esta directiva. Na Renânia-Palatinado, onde vivo, tive a oportunidade de, no dia 2 de Setembro, participar na primeira leitura para a transposição da directiva Serviços neste *Land*. Como se pode imaginar, será impossível obter a transposição a tempo, e creio que os outros *Länder* estão em posição semelhante.

Claro que, para nós, o factor decisivo é o modo como a transposição é realizada. Se o n.º 2 do artigo 13.º estipula que “os procedimentos e formalidades de autorização não devem ser dissuasivos nem complicar ou atrasar indevidamente a prestação do serviço”, nesse caso teremos de tomar muito cuidado para assegurar que tal não acontece na prática. Um factor decisivo, por exemplo, será o modo como os pontos de contacto são equipados. Será que vão ter competências linguísticas? Será que vão trabalhar em estreita colaboração com as administrações, o suficiente para serem capazes de lidar com as preocupações colocadas? Temos muitas dúvidas. Na verdade, a comissão deveria estar agora a perguntar quais são os países que estão atrasados nesse domínio, quais os países que compõem os 50% e quando é que eles esperam conseguir. Neste caso, seria melhor criar uma moratória, ou algo semelhante, para estes países.

Estou certo de que, na maior parte dos países, esta directiva não será transposta até 1 de Janeiro de 2010, embora estes tenham tido mais de quatro anos para o fazer. Trata-se de um grande problema e é muito decepcionante.

Tadeusz Cymański, em nome do Grupo ECR. – (PL) Senhor Presidente, no contexto do presente debate, gostaria de saber qual o efeito da crise na aplicação da directiva nos países da UE.

No meu país, a Polónia, malgrado a crise e as dificuldades de transposição, foi possível redigir legislação relativa a serviços assente num elevado grau de liberalização na criação e gestão de uma empresa. Em sectores como artesanato, comércio, turismo e hotéis, as restrições são meras excepções. Fazemo-lo a bem da igualdade de oportunidades e da protecção do princípio da sã concorrência.

Nos termos do compromisso de 2006, determinadas áreas deveriam ficar excluídas do âmbito da directiva. Gostaria de saber qual é, actualmente, a avaliação dessas decisões. Na altura ficou acordado que, de futuro, se desenvolveria mais trabalho legislativo sobre os serviços de utilidade pública. Para manter a metáfora utilizada pela Senhora Comissária, depois de encher o copo, que está já neste momento meio cheio, iremos encher outro? O que acontecerá então?

Eva-Britt Svensson, em nome do Grupo GUE/NGL. – (SV) Senhor Presidente, no compromisso alcançado em 2006, o Grupo Socialista no Parlamento Europeu retirou a exigência de que se desse prioridade às considerações sociais em detrimento da liberdade das empresas que prestam serviços. Caso contrário, tal como disse o senhor deputado Harbour num comunicado de imprensa, não teria sido um compromisso. A expressão “princípio do país de origem” foi suprimida, mas foi substituída por um regulamento da Comissão relativo ao conflito de leis que afirma claramente que, em caso de conflito entre as leis do mercado de trabalho de Estados-Membros diferentes, aplicar-se-á a legislação do país de origem da empresa.

A directiva poderia ter sido interpretada no sentido de que a UE não interferiria na legislação laboral nacional. Contudo, a Comissão elaborou rapidamente orientações afirmando que as empresas fornecedoras de serviços não necessitam de ter um representante permanente no país em que é desenvolvido o trabalho, o que significa que o sindicato não tem uma entidade equivalente com quem negociar. O acórdão Vaxholm também afirmou claramente que a legislação laboral sueca está subordinada à da UE, o que significa que a Suécia foi obrigada a baixar o nível da sua legislação laboral. Eu e o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde não vemos outra alternativa para os direitos dos trabalhadores senão prever um protocolo jurídico claro no tratado, em que se estipule que os direitos sindicais terão precedência sobre as liberdades do mercado.

Lara Comi (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a Directiva “Serviços” representa, sobretudo, o fim de um percurso para a Europa, um percurso cujo destino final é precisamente a conclusão do mercado interno para facilitar o comércio no seio da União Europeia, permitindo desta forma que as autoridades coordenem os seus esforços e, acima de tudo, minimizem os custos das transacções entre as várias operações realizadas nos vários sectores e nos vários Estados-Membros.

Harmonizar os conteúdos dos processos administrativos e facilitar a possibilidade de os prestadores de serviço se estabelecerem nos outros Estados-Membros significa automaticamente fomentar o crescimento e, por conseguinte, estimular também o crescimento num período de crise excepcional como o que vivemos. A Directiva "Serviços", aprovada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho em 12 de Dezembro de 2006, insere-se em absoluto na estratégia de Lisboa - revista várias vezes e adaptada às várias conjunturas que a Europa atravessou ao longo destes últimos nove anos - cujo principal objectivo é, inquestionavelmente, fazer da economia europeia a economia mais competitiva do mundo, embora também baseada no conhecimento.

A crise económica que estamos a atravessar e que a União Europeia enfrenta a nível institucional, conciliando habilmente as várias medidas tomadas também com os Estados-Membros individualmente, requer uma aplicação ainda mais correcta e mais célere da Directiva "Serviços" do que no momento da sua aprovação. O prazo de 28 de Dezembro de 2009 para a transposição da Directiva "Serviços" não se limita portanto à indicação de uma data para passar, naturalmente, da ratificação ao processo legislativo desta Directiva, representa também, e sobretudo, um passo em frente rumo a uma Europa cada vez mais ciente dos seus recursos e, mais especificamente, cada vez mais capaz de retirar o melhor desses mesmos recursos.

Bernadette Vergnaud (S&D). – (FR) Senhor Presidente, Senhora Ministra, Senhora Comissária, caros colegas, após a sua adopção e os debates apaixonados que suscitou, a Directiva "Serviços" caiu num certo esquecimento, mas temos de nos mostrar particularmente vigilantes na fase crucial da sua transposição.

Interrogo-me sobre a interpretação das disposições do artigo 2.º da directiva relativos à exclusão dos serviços sociais do seu campo de aplicação. Noções como a de "assistência às pessoas necessitadas" ou de "prestadores mandatados" parecem restritivas relativamente à definição de serviços sociais em certos Estados, e preocupo-me com o facto de uma interpretação voluntariamente limitada poder servir para justificar a inclusão de sectores inteiros desses serviços no campo de aplicação da directiva.

A exclusão desses serviços constitui um elemento chave do texto e uma garantia para os cidadãos da protecção do modelo social europeu.

Espero que alguns Estados, como a França, não aproveitem a transposição para liberalizar determinados serviços sociais, com o pretexto falacioso de estar a cumprir as leis europeias. Estes problemas de tomada em linha de conta dos serviços de interesse geral demonstram a necessidade de dispormos de uma legislação europeia que lhes seja própria e de não nos limitarmos a uma definição por defeito no quadro de uma directiva sobre os serviços mercantis.

Róza, Gräfin von Thun Und Hohenstein (PPE). – (PL) Senhor Presidente, a correcta aplicação da Directiva relativa aos serviços no mercado interno é importante não só para o sector empresarial que opera nesse mercado mas também para os consumidores. A Directiva Serviços constitui, nesse sentido, um bom exemplo. Foi concedido um período de três anos para a sua aplicação. É muito tempo; apesar disso, nem todos os países vão conseguir transpor a legislação no período previsto, o que demonstra claramente que se impõe uma melhor cooperação entre os Estados-Membros e as instituições europeias, para que a transposição seja concluída dentro do prazo em todos os Estados-Membros.

Na verdade, é essa a direcção seguida pela Recomendação da Comissão, de Junho deste ano, relativa a determinadas medidas para melhorar o funcionamento do mercado único. Penso que há que ir mais longe no processo de aplicação. Por essa razão, no relatório sobre o painel de avaliação do mercado único, proponho que se organize um fórum sobre o tema, que junte representantes das instituições europeias, dos Estados-Membros e de outros grupos interessados, com o objectivo de se conseguir um compromisso mais explícito para a transposição, de forma a termos capacidade de preparar e aplicar legislação sobre o mercado único, incluindo a tão importante directiva de que temos estado a ocupar-nos. Vejo tal fórum como uma oportunidade para os Estados-Membros e as instituições trocarem experiências na área da transposição. Gostaria que o fórum sensibilizasse a sociedade para aspectos relacionados com o mercado único. Há que fomentar o interesse dos nossos cidadãos pelo funcionamento do mercado e estimular a responsabilidade pelo mesmo. Só então teremos êxito completo.

Ainda pensando nos problemas de que há pouco se falou relativamente à transposição da Directiva Serviços, perguntaria se os Estados-Membros pensaram em cooperar com a Comissão e se é possível dizer que, no processo de aplicação, conseguiram aplicar com sucesso alguma das recomendações por ela publicadas. A Comissão continua a procurar novas soluções? Recorre a todas as possibilidades e formas de mobilizar e apoiar nomeadamente os países que têm tido problemas na transposição? Surgiram novas ideias nesta área?

Louis Grech (S&D). – (MT) É preocupante que os nossos contactos regulares com as autoridades locais, pelo menos no meu país, confirmem que muitas delas ainda desconhecem o que as espera quando esta directiva entrar em vigor. De um modo geral, existe pouco conhecimento no que respeita à legislação em vigor sobre as quatro liberdades. Também parece haver uma falta de informação sobre tudo o que esteja relacionado com leis e regulamentos sobre os serviços financeiros, serviços de comunicação electrónica e serviços de transporte. Além disso, parece que as autoridades podem ter problemas em simplificar o processo administrativo e em harmonizar os regulamentos relativos ao comércio e outros licenciamentos. Assim sendo, a Comissão precisa de adoptar outras iniciativas, a fim de prestar assistência directa e imediata às autoridades locais e regionais. Além disso, se queremos realmente que o processo de implementação reflecta plenamente o que foi por nós acordado no seio do Parlamento, nesse caso é imperativo que o Parlamento Europeu continue a estar envolvidos no processo, mesmo depois de a directiva entrar em vigor.

Bogusław Liberadzki (S&D). – (PL) Senhor Presidente, numa situação de recessão devíamos, por norma, tentar criar novos postos de trabalho, aumentar a competitividade, fomentar a redução de preços - ou, dito mais sucintamente, aumentar os benefícios para o consumidor. Fazemo-lo, por exemplo, subsidiando a indústria automóvel. Mas estamos agora a falar de profissões como cabeleireiros, canalizadores ou pedreiros, que não necessitam de subsídios - necessitam, isso sim, de liberdade para exercer a sua profissão. Parece, porém, que a legislação e a realidade são coisas diferentes.

Permitam-me que apresente o exemplo de uma padaria construída num país vizinho. Enquanto se tratou apenas de autorização de construção não houve problemas. Porém, quando teve início a produção, o governo e a autarquia retiraram a autorização. Porquê? Porque a associação local de profissionais da panificação protestou. Era bom que não se verificasse, nunca, este tipo de prática!

Senhora Comissária, podíamos também nomear os Estados-Membros, 50% do total, que aplicam de facto a legislação. Quais são, afinal? E terminaria sugerindo que, em Janeiro, nos seja entregue uma proposta relativa à avaliação precisa da transposição desta directiva em cada Estado-Membro.

Małgorzata Handzlik (PPE). – (PL) Senhor Presidente, Senhora Comissária, concordo que a Directiva Serviços constitui uma das peças legislativas mais importantes que foram adoptadas nos últimos anos e em que é extremamente importante aplicá-la correctamente.

Na legislação anterior tive oportunidade de trabalhar nas disposições desta directiva e recordo o enorme esforço de todos nós, no Parlamento Europeu, para as redigir. Sou acérrima defensora da Directiva Serviços e estou profundamente convencida, e friso-o sempre que me encontro com o sector empresarial, que constitui uma enorme oportunidade quer para os empresários, quer para toda a economia da Europa.

Todavia, apenas se os Estados-Membros aplicarem a legislação apropriada adequada e atempadamente será possível transformar a oportunidade em resultados concretos. Assim, junto a minha voz à dos que apelam às autoridades nacionais que ainda não concluíram o trabalho essencial neste domínio para que diligenciem no sentido de tornar mais célere o processo de aplicação, nomeadamente no que diz respeito à correcta aplicação do princípio da liberdade de oferecer serviços, e aos balcões únicos. Sigo atentamente a aplicação da Directiva Serviços nos diversos países, tal como faço para o meu país, a Polónia, onde continuamos a trabalhar para aplicar de forma adequada as disposições da directiva. Espero que esses esforços conduzam a resultados satisfatórios.

Anna Hedh (S&D). – (SV) Senhor Presidente, o modelo do mercado de trabalho nórdico baseia-se em acordos entre os parceiros comerciais. Este tipo de modelo não funciona se um dos parceiros, neste caso um fornecedor de serviços, não tiver um representante com o qual se possam realizar negociações. Congratulamo-nos, portanto, com a decisão tomada sobre a Directiva "Serviços", que, a nosso ver, significa que o direito de negociar, celebrar e aplicar acordos colectivos e de empreender acções laborais em conformidade com a legislação e prática nacionais não será afectado.

No entanto, durante o processo de transposição da Directiva "Serviços" na Suécia, surgiu um debate em torno da questão de saber se era ou não permissível impor um requisito no sentido de haver um representante competente da empresa. Assim, a minha pergunta é a seguinte: impede a directiva de algum modo que o país de acolhimento exija que a empresa fornecedora de serviços tenha um representante local com poderes para negociar e celebrar acordos?

Ilda Figueiredo (GUE/NGL). - Neste debate não podem ser esquecidas as implicações sérias que a transposição desta directiva de liberalização dos serviços poderá ter em diversos países, designadamente os que têm situações sociais mais frágeis, tornando-se ainda mais grave uma situação de crise como a que vivemos.

Mesmo com todos os cuidados nos diversos Estados-Membros, se não forem tomadas medidas imediatas para defender direitos sociais e laborais e para se proteger os sectores mais frágeis, incluindo nas áreas de serviços públicos, poderemos ter ainda mais graves problemas. A liberalização poderá aumentar o desemprego, a pobreza e as desigualdades dos mais frágeis, em benefício apenas de grandes empresas de serviços e grupos económicos, sobretudo de países mais ricos.

Assim, neste momento da crise, uma das medidas essenciais é o adiamento do prazo de transposição da directiva de liberalização dos serviços e um estudo adequado das possíveis implicações sociais da aplicação desta directiva.

Seán Kelly (PPE). – (EN) Senhor Presidente, cumpre agradecer à Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores o facto de trazer a lume esta importante questão, a execução da Directiva Serviços. É preciso, em particular, que não permitamos que a crise económica em que nos encontramos mergulhados continue a ser usada pelos países, empresários ou seja por quem for para nos arrastar, de novo, para o protecçãoismo, o que seria um desastre no contexto geral.

Numa frente mais alargada, o comércio de serviços poderá servir de motor para a recuperação económica, e, com efeito, a Irlanda prosperou desde que se abriu ao comércio externo. A nova crise seria muito mais grave na Irlanda se não dispuséssemos de uma base mais alargada em matéria de comércio externo, facilitada pelo mercado interno.

Na verdade, abrir as nossas fronteiras à concorrência externa não trouxe quaisquer consequências negativas para os serviços internos. Com efeito, promoveu a concorrência e a inovação. Por conseguinte, o que hoje nos é proposto merece o meu apoio a 100%.

Por último, gostaria de dizer que foi agradável ouvir as palavras positivas proferidas, aqui, hoje, sobre o Comissário irlandês, Charlie McCreevy, de quem sou amigo, apesar de pertencermos a formações políticas diferentes.

Josefa Andrés Barea (S&D). – (ES) Senhor Presidente, Senhora Comissária, estamos a falar da Directiva "Serviços". O objectivo desta directiva consistia em pôr em prática a quarta liberdade fundamental do projecto de construção europeia, visto hoje estamos a falar de aniversários. Este diploma foi aprovado há três anos, e agora finda o prazo concedido aos Estados-Membros para adaptarem as suas legislações nacionais e eliminarem os obstáculos. Agora que esse período chegou ao fim, é tempo de avaliar e de saber em que estado estamos, quem transpôs a legislação e quem o não fez, e em que condições.

Porém, a minha pergunta vai no sentido de saber se a Comissão entende que seria necessário um maior grau de harmonização e, em caso afirmativo, se tenciona propor qualquer iniciativa legislativa relacionada com esta directiva tão importante sobre os serviços, que visa harmonizar o mercado e os direitos dos consumidores, dos cidadãos e dos trabalhadores.

Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Senhor Presidente, agradeço, uma vez mais, o facto de terem levantado esta questão de suma importância. Penso que existe um consenso geral quanto à extrema importância da Directiva Serviços, bem como à urgência da sua execução.

A Presidência sueca, tal como o fizeram Presidências anteriores, está a envidar todos os esforços para assegurar que a execução da Directiva decorra sem problemas e rapidamente. Realizámos numerosos debates, em diferentes formações do Conselho. Realizámos seminários e debates sobre esta questão, que inscrevemos na agenda, a fim de encorajar a consecução de progressos reais nesta matéria.

No entanto, faltam praticamente dois meses, e a resposta à pergunta sobre a identidade dos atrasados poderá mudar. Ainda há tempo. O nosso objectivo é claro – e estou ciente de que é também o objectivo da Comissão –, a saber, que todos os países executem a Directiva até 28 de Dezembro de 2009. É possível que se verifiquem alguns atrasos. Deploramos, evidentemente, que assim possa ser, mas estou certa de que todos os Estados-Membros estão a trabalhar tão rápida e agilmente quanto possível.

Foi aqui formulada uma pergunta sobre a forma como funcionarão os pontos de contacto único. Bem, estes ainda não existem, contudo, o objectivo é o de que venham a funcionar de forma amigável do utilizador, contendo toda a informação pertinente necessária, quer para os fornecedores de serviços, quer para os consumidores. Os Estados-Membros colaboraram com a Comissão na disponibilização de um folheto informativo em todas as línguas, que facilitará o acesso de cidadãos e consumidores à informação relevante. Muitos Estados-Membros estão, igualmente, a desenvolver os seus próprios esforços de divulgação de

informação sobre a Directiva. Existe igualmente acordo quanto à existência de um logótipo comum que facilite aos utilizadores a navegação entre os diferentes *websites* e pontos de contacto único.

Alguns Estados-Membros – embora não seja obrigatório – fornecerão informação sobre direitos laborais e legislação laboral nos seus pontos de contacto. A Directiva Serviços não abrange o direito do trabalho, estando o destacamento de trabalhadores excluído do seu âmbito de aplicação. A pergunta formulada pelos meus colegas suecos é uma questão sueca. Estamos a analisar essa questão, que é matéria que fica um pouco fora do âmbito deste debate. Teremos todo o gosto em voltar a abordar essa questão num contexto mais nacional.

A Directiva Serviços é importante. Facilitará a vida aos prestadores de serviços, facilitará a livre circulação e será benéfica para o investimento, o crescimento e o emprego, bem como para os cidadãos. Estes esperam de nós que asseguraremos a sua aplicação o mais rapidamente possível, visto que lhes facilitará a vida. É da nossa responsabilidade garantir que envidaremos todos os esforços para o conseguir.

Gostaria de agradecer, uma vez mais, ao Parlamento, não só o seu contributo, com a votação e aprovação da Directiva Serviços, mas também por actuar como fiscal e por continuar a pressionar o Conselho e a Comissão a fazerem o que está ao seu alcance para que a Directiva seja executada. Mas, há ainda algum tempo, e é possível que voltemos a debater este tema no próximo ano, sob Presidência espanhola. A Comissão acompanhará de muito perto este dossiê.

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, tal como foi referido, já foram debatidas todas as questões em torno dos diferentes aspectos sociais da presente directiva e outros, de natureza diversa. Não me parece, pois, pertinente reabrir este debate neste momento. Temos, no entanto, de concentrar

efectivamente a nossa atenção nos Estados-Membros, para ver como efectuaram, ou irão efectuar, a transposição da directiva. Com base na informação já disponível, parece, de facto, que na maioria dos Estados-Membros o processo de transposição estará concluído até ao final deste ano, ou talvez no início de 2010.

Como tal, julgo também ser possível afirmar que a maior parte dos Estados-Membros terá, pelo menos, criado o elementar sistema de “balcão único”, estando, por conseguinte, apta a cumprir os acordos e obrigações em matéria de cooperação administrativa.

Nalguns casos, porém, poderão verificar-se atrasos no que diz respeito às alterações do quadro jurídico.

No que se refere ao processo de revisão, alguns Estados-Membros aproveitaram a oportunidade que o mesmo lhes proporcionava, para simplificar leis e procedimentos, tendo introduzido um número considerável de modificações. Já outros implementaram apenas algumas alterações. A quantidade de modificações efectuadas depende, obviamente, de diversos factores, incluindo o quadro regulamentar existente e a organização interna de cada Estado-Membro: nos Estados federais, tal tarefa torna-se mais complicada do que nos restantes.

É evidente que a boa vontade demonstrada por cada Estado-Membro no sentido de simplificar leis e procedimentos é também um factor a ter em conta.

Quanto à questão da transposição adequada da directiva, o meu colega Charlie McCreevy já por diversas vezes chamou a atenção de membros dos governos dos Estados-Membros para a importância do trabalho de acompanhamento da transposição, tendo ele próprio e a sua equipa acompanhado e monitorizado de perto o referido processo.

Na verdade, tal como referi anteriormente, durante os últimos três anos tiveram lugar mais de 80 reuniões bilaterais com todos os Estados-Membros, tendo-se realizado, em Bruxelas, mais de 30 encontros de grupos de peritos. Por conseguinte, estivemos bastante activos nessa matéria. E vamos continuar a acompanhar o trabalho dos Estados-Membros e a proporcionar-lhes assistência técnica, se assim o desejarem. Mas, no fim de contas, é também aos Estados-Membros que cabe, obviamente, a responsabilidade de fazer o trabalho e de afectar os recursos necessários.

No que respeita ao próximo ano, penso que será essencial garantir que o processo de avaliação mútua, previsto na directiva, seja utilizado de forma construtiva. Teremos igualmente de avaliar a qualidade da transposição da legislação, tal como foi requerido, acompanhar o funcionamento dos “balcões únicos” e, ainda, obter *feedback* por parte de empresas e consumidores.

E por último, mas não menos importante, poderemos também ter de recorrer a outros mecanismos de aplicação da lei – nalguns casos, talvez, a processos de infracção, embora seja demasiado cedo para o afirmar.

Em relação às pequenas e médias empresas, é evidente que estamos de acordo. Elas são a espinha dorsal da economia da União Europeia e os seus interesses estão no cerne da Directiva Serviços.

Assim, a presente directiva trará benefícios às empresas em geral, mas em particular às PME. Presentemente, estas últimas optam com bastante frequência por se manter nos seus países de origem, em virtude de todas as complicações legais e também da ausência de uma informação transparente. Portanto, ao acabar com muitas dessas complicações, a Directiva Serviços irá – assim pensamos – dar um impulso decisivo às PME.

Tanto quanto é do conhecimento da Comissão, nenhum dos Estados-Membros está a usar a transposição da Directiva Serviços para reduzir os direitos dos trabalhadores. Gostaria de deixar isso bem claro. Os direitos dos trabalhadores, enquanto tal, não são tratados na Directiva Serviços, nem são por ela afectados. Na verdade, esse foi, sem dúvida, um dos resultados do compromisso prático e político alcançado pelo Parlamento e pelo Conselho.

Por último, gostaria de reiterar que o Parlamento se assumiu como um parceiro fundamental ao longo da história da Directiva Serviços. Durante os últimos três anos, a Comissão considerou importante não só manter-vos envolvidos no processo de transposição, mas também informados acerca do nosso trabalho com os Estados-Membros; e, tal como foi referido anteriormente, essa continuará a ser uma acção essencial em termos da melhoria do funcionamento de mercado interno e da tão necessária criação de crescimento e de emprego. A questão da transposição adequada da directiva surge, por conseguinte, como sendo a mais premente, sobretudo na situação de grave crise económica que ora atravessamos.

Presidente. - Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Vilija Blinkevičiūtė (S&D), por escrito. – (LT) A Europa deve ser competitiva. Graças aos esforços do Parlamento Europeu, a directiva Serviços irá ajudar a pôr em prática a livre circulação de serviços no mercado interno da União Europeia, até agora não totalmente regulamentada. A directiva Serviços regulamenta procedimentos de licenciamento, indicando requisitos proibidos, e confirma que, a partir de 2010, todas os novos requisitos para os prestadores de serviços devem ser não-discriminatórios, tendo como justificação a importância dos interesses sociais, além de também regulamentar as funções principais do ponto de contacto estabelecido. Mais importante ainda, os custos da prestação de serviços são reduzidos a nível interestatal, o que é particularmente importante neste período de recessão económica. A Lituânia está a entrar para a lista dos Estados-Membros que estão prontos para aplicar as disposições da directiva Serviços atempadamente. Na verdade, é muito importante que a Comissão coopere estreita e eficazmente com os Estados-Membros, dado que em alguns países, existe falta de informação e um nível insuficiente de preparação para a aplicação da directiva. Actualmente, apenas 50% dos Estados-Membros estão prontos para transpor as disposições da directiva Serviços para a legislação nacional.

Edit Herczog (S&D), por escrito. – (HU) Senhor Presidente, os Estados-Membros devem aplicar na íntegra, até 28 de Dezembro de 2009, a Directiva "Serviços", o que, tal como no caso dos bens e produtos, abrirá o mercado dos serviços a pessoas singulares e às empresas.

Esta directiva irá em larga medida ajudar as pequenas e médias empresas e promover a criação de emprego e o crescimento económico, sem perder de vista os interesses dos consumidores. Alguns Estados-Membros, porém, decidiram impor limites à contratação de cidadãos dos novos Estados-Membros que aderiram em 2004 e 2007. A Alemanha e a Áustria pretendem manter esta limitação até 2011, isto sem quaisquer motivações económicas ou sociais de peso. A França e a Bélgica estão a aplicar regras semelhantes em relação à Roménia e Bulgária.

Contudo, está hoje claramente demonstrado que os receios personificados pelo famoso "canalizador polaco" não têm razão de ser. O número de trabalhadores da Europa Central e Oriental empregados em França, por exemplo, é muito inferior ao dos que trabalham no Reino Unido, embora Paris tenha tomado a decisão, há três anos, de suspender gradualmente as restrições em relação às profissões em que existia falta de mão-de-obra.

Estas medidas estão a impedir, em larga medida, a aplicação da Directiva "Serviços", a qual tem na completa eliminação da discriminação por motivos económicos ou de nacionalidade um dos seus pilares fundamentais. Vinte anos volvidos sobre a queda do Muro de Berlim, que varreu as fronteiras entre o Leste e o Oeste, pode dizer-se que a Directiva "Serviços" tem um propósito semelhante. A aplicação bem-sucedida desta directiva acabaria de vez com a falsa imagem criada em torno do "canalizador polaco".

Patrick Le Hyaric (GUE/NGL), *por escrito*. – (FR) Antes de qualquer aplicação da directiva, o Parlamento Europeu deveria proceder a uma avaliação contraditória dos efeitos dos impactos humanos e sociais da sua aplicação tendo nomeadamente em conta as consequências da crise que estamos a atravessar. Com efeito, tudo leva a crer que esta directiva conduzirá à abertura à concorrência das empresas, dos artesãos e dos trabalhadores da União Europeia. Recentemente, uma organização profissional agrícola revelou que as autoridades francesas lhe estavam a propor instalar nos países do Leste europeu agências de contratação para trabalhadores agrícolas menos bem pagos e menos protegidos socialmente do que os trabalhadores franceses. A transposição da Directiva "Serviços" não deve conduzir à aplicação de tais práticas, que conduzem ao nivelamento pelo baixo da Europa social. Além disso, estamos muito preocupados com as ameaças que pesam sobre os SIG (Serviços de Interesse Geral) devido à jurisprudência do Tribunal de Justiça europeu. Continuamos portanto a defender um outro quadro legislativo europeu que valorize e desenvolva, nomeadamente, os serviços públicos.

Czesław Adam Siekierski (PPE), *por escrito*. – (PL) A Directiva Serviços (2006/123/CE) caracteriza-se por liberalizar parcialmente o fluxo de serviços na União Europeia. Pretendia-se, com essa directiva, libertar potencial económico. A directiva abriu muitas possibilidades tanto para consumidores como para o mundo empresarial. Tornou-se possível explorar melhor o mercado único. Entre os principais beneficiários da liberalização do mercado de serviços incluem-se as pequenas e médias empresas, a quem os obstáculos até então existentes criavam grandes transtornos. Segundo a Comissão Europeia, cerca de 70% do PIB dos Estados-Membros da UE provém do sector dos serviços. A percentagem é idêntica para a força de trabalho empregada na prestação de serviços. Uma das vantagens da aplicação da directiva é o aumento que daí resulta da competitividade no mercado único. A directiva demonstrou ser uma oportunidade para desenvolver a economia europeia, além de permitir criar postos de trabalho. Não esqueçamos ainda que deste modo se atingiu um dos objectivos da Estratégia de Lisboa, a saber, o aumento da competitividade da economia europeia. Ao mesmo tempo verificou-se um aumento do leque de serviços oferecidos. Os resultados até agora obtidos encorajam-nos a continuar a trabalhar no sentido de uma liberalização ainda mais vasta do âmbito da directiva.

18. Programação conjunta das actividades de pesquisa para a luta contra as doenças neurodegenerativas, em particular a doença de Alzheimer (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a pergunta oral (O-0112/2009) apresentada pelo deputado Herbert Reul, em nome da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, ao Conselho, sobre a programação conjunta das actividades de investigação para lutar contra as doenças neurodegenerativas, em especial a doença de Alzheimer (B7-0218/2009).

O autor, o senhor deputado Herbert Reul, informou que está atrasado. Se entretanto chegar poderá usar da palavra no final.

Françoise Grossetête, *em substituição do autor*. – (FR) Senhor Presidente, na ausência do senhor deputado Herbert Reul, vou recordar esta pergunta que colocamos à Comissão. Nos termos da base jurídica do artigo 165.º do Tratado, a recomendação do Conselho sobre as medidas de luta contra as doenças neurodegenerativas exige uma consulta ao Parlamento.

O que pretendemos é saber se o Conselho pode confirmar a sua intenção de adoptar conclusões sobre esta questão no Conselho "Concorrência" de 3 de Dezembro de 2009. E, uma vez que o Parlamento é consultado sobre a proposta da Comissão, está o Conselho disposto a ter em conta o parecer do Parlamento para o estabelecimento das suas conclusões?

Em seguida, quando surgirem eventuais iniciativas posteriores em matéria de programação conjunta das actividades de pesquisa, pode o Conselho confirmar o seu parecer segundo o qual tais iniciativas deverão em princípio ser adoptadas utilizando a mesma base jurídica?

Gostaria de recordar que redigimos uma resolução. Esta resolução recolhe o acordo de todos os grupos políticos e é importante porque, muito simplesmente, traz para a luz do dia os desafios do envelhecimento da população, desafios esses que fazem com que tenhamos actualmente na Europa mais de 7 milhões de pessoas atingidas da doença de Alzheimer e, segundo as previsões, esse número deverá duplicar durante os próximos vinte anos.

Assim, é essencial planificar, investir e cooperar nesse domínio, a fim de controlar os custos sociais dessas doenças, de oferecer esperança, dignidade e uma vida mais saudável aos milhões de pessoas atingidos e às

suas famílias. Estes problemas de saúde e de sociedade que afectam toda a Europa exigem acções coordenadas com vista a garantir a eficácia da prevenção, do diagnóstico, do tratamento e dos cuidados oferecidos às pessoas envolvidas.

Há que prestar uma atenção muito especial ao apoio ao trabalho de pesquisa e de inovação dos actores públicos e privados, com vista a encontrar novos remédios e prevenir o desenvolvimento dessas patologias. A investigação em matéria de saúde ainda está demasiado fragmentada a nível europeu, e há que multiplicar as parcerias público-privadas. O exemplo da iniciativa "Medicamentos inovadores", que entrou em vigor em Fevereiro de 2008, não deve ficar-se por uma experiência única.

Para terminar, quero dizer que se trata de uma verdadeira corrida contra-relógio, pois temos de prevenir o mais possível. A investigação actual indica-nos que já existem pistas para o pré-diagnóstico. É sobre estas questões concretas que os nossos concidadãos esperam sinais da Europa da saúde, que deve fornecer garantias e antecipar a evolução das doenças devidas ao envelhecimento.

Cecilia Malmström, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhor Presidente, a proposta de recomendação do Conselho relativa a medidas de luta contra as doenças neurodegenerativas, em especial a doença de Alzheimer, que foi adoptada pela Comissão em 22 de Julho, tem como base jurídica o artigo 165.º do Tratado. Este artigo fala da coordenação das actividades de investigação e desenvolvimento tecnológico entre a Comunidade e os Estados-Membros, precisamente para garantir uma maior coerência entre as políticas nacionais e a política comunitária.

A artigo 165.º está de acordo com os objectivos das iniciativas de programação conjunta. Esses objectivos assentam na ideia de que nós criamos, em conjunto, os desafios que as nossas sociedades enfrentam colectivamente e que, através de um maior empenhamento político por parte dos Estados-Membros, conseguiremos chegar a acordo sobre respostas conjuntas ou coordenadas a esses desafios. O que se pretende, evidentemente, é aumentar a eficiência do financiamento público da investigação na Europa.

Creio, porém, que o problema e a resposta para a sua pergunta é que o artigo 165.º não dá ao Conselho o direito de agir. Este artigo constitui uma base jurídica para a Comissão empreender eventuais iniciativas destinadas a promover a coordenação entre os Estados-Membros e a política comunitária. Não existe no Tratado outra base jurídica relacionada com a investigação que a Comissão pudesse utilizar para propor medidas relacionadas com iniciativas de programação conjunta.

Existe, evidentemente, no Conselho um empenhamento político muito forte em introduzir o mais brevemente possível iniciativas-piloto de programação conjunta destinadas a combater a doença de Alzheimer, em particular. À luz do que acabo de dizer, a Presidência considera que o Conselho deve adoptar conclusões sobre esta iniciativa de programação conjunta com base no texto que foi apresentado pela Comissão.

Sei que o Parlamento Europeu atribui grande prioridade à luta contra a doença de Alzheimer. Numa declaração emitida em Fevereiro, o Parlamento instou a Comissão e os Estados-Membros a reconhecerem essa luta como uma prioridade da saúde pública europeia. A Assembleia conhece, decerto, a proposta da Comissão. A Presidência procurará assegurar que, na medida do possível, as opiniões do Parlamento sejam incorporadas nas conclusões a adoptar quando o Conselho "Competitividade" se reunir em 3 de Dezembro deste ano.

Relativamente a futuras iniciativas de programação conjunta, o Conselho partilha da opinião do senhor deputado de que se deve escolher uma abordagem comum para adoptar estas iniciativas no domínio da investigação. Infelizmente, actualmente apenas existe um método, que consiste em adoptar conclusões do Conselho separadamente para cada iniciativa. Isto deve-se ao facto de o Tratado não conter uma base jurídica apropriada para a adopção de outras medidas.

Elena Oana Antonescu, *em nome do Grupo PPE*. – (RO) A Presidência sueca gostaria de aprovar em Dezembro as conclusões relativas às medidas destinadas a combater as doenças neurodegenerativas sem sequer esperar pelo parecer do Parlamento sobre esta questão.

Fui relatora de parecer da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar neste dossiê e, dadas as circunstâncias, apoio a aprovação de uma resolução para expressar a posição do Parlamento sobre as medidas destinadas a combater as doenças neurodegenerativas, especialmente a doença de Alzheimer, através de uma programação conjunta das actividades de investigação.

As doenças neurodegenerativas representam um grave problema de saúde na Europa. O progresso das ciências médicas e do nível de vida nos países desenvolvidos criaram condições que resultam num aumento

da esperança de vida, só que o número de pessoas afectadas por doenças neurodegenerativas também aumentou.

Este é um problema que envolve vários aspectos. Alguns aspectos estão ligados à qualidade de vida das pessoas afectadas por estas doenças, ao impacto desta doença na família mais chegada ou naqueles que prestam os cuidados de saúde ao doente. É igualmente um problema que se repercute na sustentabilidade dos sistemas de saúde que se verão obrigados a dar resposta a um número crescente de doentes, numa altura em que, em virtude do envelhecimento da população, a percentagem de pessoas que já não trabalha regista um aumento.

A proposta da Comissão centra-se em aspectos relacionados com a investigação. A resolução que propomos enfatiza igualmente os resultados passíveis de se obter mediante a coordenação das actividades de investigação e até que ponto contribuirão para melhorar a situação actual. Por conseguinte, insto a que os nossos esforços se concentrem em dois domínios principais: promover a investigação científica e garantir que os esforços envidados se reflectem nos resultados obtidos em termos da qualidade dos cuidados de saúde que poderão ser prestados aos doentes.

Tendo presente o interesse que o Parlamento tem manifestado várias vezes por esta área, bem como a importância deste dossiê – um projecto piloto relativo à programação conjunta das actividades de investigação –, é fundamental que a posição do Parlamento seja tomada em conta aquando da elaboração das conclusões do Conselho.

O Parlamento deverá participar em todas as iniciativas relacionadas com a futura programação conjunta no domínio da investigação. De facto, o artigo 182º do Tratado de Lisboa assegura a base jurídica adequada para futuros desenvolvimentos nesta área.

Patrizia Toia, em nome do Grupo S&D. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a iniciativa que estamos prestes a lançar é extremamente importante por duas razões: a primeira prende-se com a matéria da investigação, que diz respeito à luta contra as doenças neurodegenerativas, e a segunda com a metodologia a aplicar à programação conjunta das actividades de investigação.

Obviamente que, na nossa opinião, seria preferível uma participação mais directa por parte do Parlamento no projecto-piloto – isto já foi referido, além de ser o assunto da nossa pergunta. Ainda que não devamos travar o processo em curso e devamos, sim, prosseguir, solicitamos no entanto garantias de que o nosso parecer será tomado em conta nas deliberações do Conselho "Concorrência" e de que será definida uma base jurídica mais adequada no futuro de modo a permitir um pleno envolvimento do Parlamento e um maior sentido de apropriação no domínio da investigação.

Cumpre-nos agora intervir com os meios e recursos adequados de modo a prevenir e erradicar o flagelo da doença de Alzheimer, Parkinson e outras ainda, que estão destinadas a ser mais comuns à medida que a nossa população envelhece. Exortamos a que se centrem esforços em estudos de grandes dimensões e de grande escala, tendo em vista tanto o diagnóstico como a identificação de meios de cura. Parece fundamental desenvolver a investigação no domínio dos biomarcadores, dos métodos de diagnóstico precoce baseados numa abordagem multidisciplinar, da compilação de grandes bases de dados e da procura de fármacos com efeitos curativos, bem como de modelos de tratamento e de serviços apropriados.

Gostaria apenas de dirigir um pedido à Assembleia: que não ignoremos nem as circunstâncias individuais dos doentes, que são demasiadas vezes excluídas neste tipo de doenças, nem o envolvimento das associações dos doentes e dos familiares. Do ponto de vista metodológico, consideramos que os projectos de investigação conjunta se revestem da maior importância, atendendo a que respondem a um requisito fundamental: o de conjugar esforços e recursos e superar estas fragmentações, estas duplicações, sendo assim possível criar uma massa crítica que seja suficiente para produzir resultados satisfatórios a partir deste tipo de investigação.

Se pensarmos que, noutras partes do mundo, os esforços conjuntos, públicos e privados, chegam a investir dezenas de milhões de euros, damos conta do quanto há para fazer e do quanto nós ainda temos para fazer, direccionando os nossos esforços para projectos comuns, para linhas estratégicas de acção e programas conjuntos entre os Estados-Membros e a Europa e ainda para programas comuns entre os operadores públicos e privados, sem descurar o quadro internacional que nos põe em contacto com os grandes desenvolvimentos científicos a nível internacional.

Jorgo Chatzimarkakis, em nome do Grupo ALDE. – (DE) Senhor Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, estamos hoje a debater uma proposta de resolução sobre as doenças neurodegenerativas. A

intenção é realmente que esta se torne uma directiva e que, proximamente, possamos também debater uma directiva sobre este assunto. As doenças que hoje estamos a debater – a doença de Alzheimer, embora a doença de Parkinson também seja referida no texto – são as doenças do cérebro, que constituem um enorme desafio para a Europa. Os custos a longo prazo vão disparar e ainda há muita pesquisa a fazer. Infelizmente, há muita pesquisa em duplicado e muita burocracia na Europa. Deste modo, com a presente proposta de resolução, pretendemos eliminar a duplicação de investigação, a burocracia e a fragmentação.

O Grupo da Esquerda Unitária Europeia – Esquerda Nórdica Verde apresentou uma proposta no sentido de os resultados da pesquisa serem disponibilizados ao público. Penso que esta proposta é muito positiva. Lamentavelmente, o texto está incorrecto, e por isso, solicito a sua reformulação para que possamos proceder à sua melhor incorporação. No essencial, há um problema que diz respeito às patentes europeias. Seria benéfico se a Comissão e o Conselho também, pudessem retomar o assunto das patentes europeias nas áreas de produtos farmacêuticos e da bio-investigação e deixassem claro que precisamos de actuar. Em todo o caso, o Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa dá o seu apoio à presente proposta de resolução.

Philippe Lamberts, em nome do Grupo Verts/ALE. – (EN) Senhor Presidente, sinto-me um pouco desapontado, pois deveria ter sido eu o relator sobre este dossiê. No entanto, fico feliz por estarmos a fazer progressos. Não é altura para disputas interinstitucionais. Congratulo-me pelo facto de o Conselho estar disposto a avançar.

Tenho algumas observações a fazer. Na verdade, esperamos, aqui no Parlamento, que o Conselho adopte as ideias constantes das resoluções que iremos votar amanhã.

Eu sublinharia a necessidade de se atingir o equilíbrio certo – como na questão das alterações climáticas – entre mitigação e adaptação. Estou a falar da prevenção desta doença e da compreensão das razões pelas quais ocorre, quais são os factores que a determinam, para que, de facto, seja possível preveni-la eficientemente, porque essa é sempre a forma mais eficaz – e também a menos dispendiosa – de combater a doença.

E a iniciativa de programação conjunta será suficiente? Bem, não, no sentido em que essa se deveria tornar a norma, em que o trabalho conjunto deveria ser a regra neste género de projectos em grande escala; não apenas uma coisa de voluntários, mas algo que realmente obrigasse todos os Estados-Membros a trabalhar conjuntamente e com eficácia.

Em segundo lugar, no que diz respeito às prioridades financeiras, a primeira questão é a seguinte: estaremos a despendar dinheiro suficiente com este tipo de doenças? Cremos não ser esse o caso e, no âmbito dos próximos programas-quadro, encorajá-los fortemente a retirada de algumas verbas de grandes programas como o reactor termonuclear experimental internacional (ITER) – projecto que, segundo nos dizem os melhores cientistas, talvez apenas se torne rentável daqui a sessenta anos – investindo algum desse dinheiro na investigação da doença de Alzheimer e de outras doenças neurodegenerativas. Em minha opinião, é isso que é verdadeiramente necessário.

Marisa Matias, em nome do Grupo GUE/NGL. – Antes de mais quero manifestar o meu total apoio em relação à questão que foi colocada pelo Sr. Reul e, sobretudo, evidenciar a questão de fundo, a questão política de fundo que está aqui nesta matéria, que tem a ver precisamente com a programação conjunta da investigação.

O que se passou em matéria da programação conjunta sobre doenças neurodegenerativas e, em particular, sobre o Alzheimer foi que, a meio do processo, mudaram-se as regras, deixámos de ter um relatório, passámos a ter uma resolução, portanto eliminou-se a nossa capacidade de co-decisão nesta matéria, deixámos de ser deputados, passámos a ser consultores. E portanto gostaria de saber se, pelo menos, aquilo que recomendamos será tido em consideração ou não.

A programação de actividades de investigação, seja em que matéria for, é uma escolha política, não é uma escolha técnica e, neste sentido, o papel do Parlamento deve ser valorizado e deve ser reforçado. Parece-me que definir prioridades que são políticas significa que estas devem ser escrutinadas, devem ser transparentes, devem ser democráticas. O que se passou em relação à decisão conjunta e à programação conjunta da investigação sobre o Alzheimer é um processo que não deve voltar a repetir-se e, se se voltar a repetir, por favor, avisem com tempo! Espero, por isso, que a última coisa que nos pode acontecer é que não sejam consideradas as decisões e as recomendações que o Parlamento apresentou nesta matéria.

PRESIDÊNCIA: KOCH-MEHRIN*Vice-presidente*

Diane Dodds (NI). – (EN) Senhora Presidente, no meu círculo eleitoral da Irlanda do Norte, existem actualmente 16 000 pessoas que sofrem de demência. Tanto elas, como as respectivas famílias e cuidadores irão acolher favoravelmente uma abordagem proactiva de combate a essa doença, tão potencialmente devastadora não só para os doentes, mas também para os seus familiares.

É nestes domínios que me apraz ver a cooperação entre os Estados europeus. Penso que uma abordagem coordenada de combate à doença poderá antecipar novas evidências, novas descobertas médicas e com o tempo – esperemos – melhorar o tratamento e alcançar a cura.

No Reino Unido, o número de pessoas que actualmente sofre da doença de Alzheimer é ligeiramente superior a 400 000. Em 2025, esse número poderá rondar os 750 000. Torna-se, pois, imperioso que algo seja feito para melhorar os aspectos do diagnóstico, tratamento, prevenção e investigação social, tendo em vista o bem-estar dos pacientes e dos seus familiares, em particular daqueles que desempenham o papel de cuidadores. A abordagem coordenada e a partilha de resultados de investigação assumem importância vital, desde que essa mesma investigação respeite a santidade da vida humana em todas as suas formas.

Maria Da Graça Carvalho (PPE). - Congratulo-me com as iniciativas e acções levadas a cabo a nível europeu na luta contra as doenças neurodegenerativas e, em particular, a doença de Alzheimer. Os Estados-Membros têm vindo a desenvolver esforços de investigação neste domínio. É importante que a cooperação entre os Estados-Membros seja incentivada, garantindo uma maior coordenação em matéria de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, evitando a fragmentação.

A programação conjunta das actividades de investigação representa um instrumento valioso para reduzir a fragmentação ao envolver, a nível europeu, os Estados-Membros, o sector público e o sector privado. Este instrumento de programação conjunta será fundamental para o futuro do espaço europeu de investigação. A construção do espaço europeu de investigação está no centro da política de investigação do Tratado de Lisboa.

Manifesto, no entanto, a minha preocupação relativamente à implementação deste instrumento de programação conjunta no que se refere à complexidade burocrática e à demora nos processos administrativos. Pergunto, portanto, quais os planos para a utilização de um processo de economia de escala que combina eficácia, simplificação e celeridade dos processos administrativos de modo a promover a excelência e a incentivar a colaboração à escala europeia que a importância desta matéria exige.

Nessa Childers (S&D). – (EN) Senhora Presidente, na qualidade de ex-profissional de saúde, durante mais de 30 anos, foi com preocupação que tive conhecimento de que o Parlamento não iria ser consultado sobre as novas propostas da Comissão relativamente à doença de Alzheimer. Contudo, temos de seguir em frente.

À medida que a população europeia for envelhecendo, o impacto da doença de Alzheimer tornar-se-á também mais acentuado. A nível mundial, prevê-se que o número de casos aumente dos actuais 35 milhões para 107 milhões em 2050.

Um dos aspectos mais pungentes desta enfermidade é o grande número de pessoas que afecta, além do próprio doente. Na Irlanda, por exemplo, existem 50 000 prestadores de cuidados credenciados para atender aos 44 000 pacientes existentes no país. A doença de Alzheimer é frequentemente designada como doença familiar, em virtude do *stress* crónico que afecta todos quantos assistem ao lento declínio de um ente querido.

O futuro papel do Parlamento Europeu na luta contra a doença de Alzheimer não deve ser desvalorizado. Qualquer nova indicação por parte da União Europeia deverá levar em consideração a opinião única do Parlamento sobre a matéria e avançar no sentido de prestar assistência não só os pacientes, mas também aos muitos cuidadores que trabalham para melhorar a sua qualidade de vida.

Mairead McGuinness (PPE). – (EN) Senhora Presidente, é óbvio que a tarefa de coordenar a investigação nesta área é, de facto, importante; e não estamos a falar apenas da doença de Alzheimer, uma vez que o termo "neurodegenerativas" abrange um vasto leque de doenças.

O Parlamento tem, na verdade, um papel extremamente importante a desempenhar no modo como esta investigação se irá desenvolver. Chamo a atenção para as discussões em curso entre o Parlamento e o Conselho sobre o tema do bem-estar dos animais utilizados em experiências científicas. Estou interessada – e também esperançada, graças ao nosso relator e ao rumo das conversações – em que continuemos a permitir a

investigação necessária, utilizando os animais de uma forma que seja mais amiga do seu bem-estar do que actualmente. Digo isto, porque precisamos de investigação neste domínio para que se possa fazer aquilo que temos vindo a referir quanto à necessidade de prevenção da doença e de tratamento das pessoas que, infelizmente, possam ser afectadas por estas enfermidades – e entre as quais, com o tempo, talvez nos venhamos a contar.

Espero que seja possível obtermos um acordo prévio em segunda leitura relativamente a esta directiva de tão grande importância. Apesar de podermos não ter contribuído de forma significativa para esta questão em particular, teremos pelo menos dado o nosso contributo para a investigação em curso.

Bogusław Sonik (PPE). – (PL) Senhora Presidente, o problema da luta contra esta doença foi apresentado durante a Presidência francesa, honra lhe seja feita. Foi então dito que a UE tinha de agir nesta matéria. Seria bom que a próxima Presidência pegasse no assunto e lhe concedesse a mesma importância. Já aqui se afirmou que o problema afecta milhões de pessoas e respectivas famílias.

Quando nos reunimos com os nossos eleitores é frequente perguntarem-nos o que faz a UE pelos cidadãos da Europa, o que fazemos nós aqui, por que somos responsáveis, qual a nossa acção concreta. Devíamos envidar esforços para, ao dar resposta a estas perguntas, transmitir uma imagem de autoridade e importância da União Europeia. É isso que os nossos cidadãos querem. Esforços conjuntos para combater doenças como esta devem ser uma das prioridades das instituições da UE.

Nikolaos Chountis (GUE/NGL). – (EL) Senhora Presidente, o problema do combate às doenças neurodegenerativas – e em especial à doença de Alzheimer – é, no meu entender, extremamente sério.

Por isso, é muito útil que se estabeleça e que se consiga assegurar uma acção coordenada entre os Estados-Membros da União Europeia no combate às causas e na abordagem do problema da prevenção, do tratamento e das consequências que essas doenças têm nos doentes, na sociedade em geral e na saúde pública dos cidadãos da União Europeia.

Penso que a prioridade e a principal abordagem devem incidir na área da prevenção e não na área da medicação. Os Estados-Membros devem também ser incentivados a criar centros de acompanhamento dos doentes e das pessoas que deles cuidam, devendo ainda ser assegurada a igualdade na participação científica dos Estados-Membros neste esforço de investigação desenvolvido pela União Europeia.

Por último, a base de dados que vai ser criada em concertação com o Conselho e os Estados-Membros deve ser propriedade pública e do Estado no quadro dos sistemas nacionais, e as conclusões devem ser publicadas num fórum mundial público. Finalmente, compete-nos a nós controlar o orçamento destinado a esta questão.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D). – (LT) Senhor Presidente, evidentemente que concordo com a particular importância e atenção que, neste momento, é necessário dedicar à investigação científica para garantir ajuda para as pessoas que sofrem de doença de Alzheimer, tendo em conta que a nossa União Europeia reúne 27 Estados-Membros e que nem todos são igualmente capazes de oferecer assistência aos doentes de Alzheimer. Existem sistemas de cuidados de saúde desiguais, sistemas de serviços sociais diferentes, apoios diferentes às famílias com um paciente deste tipo. Assim sendo, esta pesquisa científica é muito importante e temos de nos concentrar em encontrar, em primeiro lugar, o financiamento, um trabalho coordenado e acções coordenadas. Em segundo lugar, é muito importante que haja um financiamento para a concretização do apoio à investigação e para oferecermos real apoio às pessoas que sofrem dessa doença, bem como às suas famílias.

Herbert Reul (PPE). – (DE) Senhor Presidente, vou ser muito breve. A importância deste tema já foi frisada por vários oradores. É uma doença que afecta muitas pessoas e este número cresce cada vez mais. É ainda mais indispensável que os Estados-Membros trabalhem juntos, para congregar forças, para sermos mais eficazes. Nesta medida, este é um caminho certo e sensato a tomar.

É uma pena que, quando se trata de procedimentos, temos dificuldade em envolver o Parlamento. É lamentável que esta resolução tenha de ter sido preparado à última hora. No entanto, o importante será conseguirmos obter um bom resultado no final.

Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho. – (SV) Senhora Presidente, a doença de Alzheimer e as outras doenças que envolvem demência são terríveis. Creio que muitos de nós que já tivemos um parente afectado pela doença de Alzheimer sabe como ela pode destruir uma pessoa até então saudável e como ela é penosa para a família do doente, e sinto sinceramente que temos de investir mais recursos na investigação desta doença terrível.

Necessitamos, manifestamente, de adoptar novas medidas tendo em vista uma melhor coordenação dos nossos conhecimentos na Europa, e a iniciativa-piloto da Comissão visa mobilizar os melhores investigadores que têm estado a tentar compreender, curar e prevenir a doença de Alzheimer e outras formas de demência.

No quadro da actual troika constituída pela França, República Checa e agora a Suécia, discutimos numa fase inicial a importância de incluir a doença de Alzheimer como uma questão prioritária comum no contexto do trabalho relacionado com a saúde pública. A Presidência francesa realizou uma importante conferência, tal como foi referido por um dos senhores deputados, e a Presidência sueca realizou uma conferência em Setembro sobre envelhecer como dignidade, em que a doença de Alzheimer foi um dos pontos da ordem de trabalhos.

Tal como referi, o Conselho tenciona adoptar conclusões sobre este assunto em 3 de Dezembro e iremos, evidentemente, levar em conta a vossa excelente resolução, que será votada nesta Assembleia amanhã. Estou certa de que a questão da doença de Alzheimer voltará a ser levantada num futuro muito próximo, no contexto do programa de investigação e de iniciativas semelhantes, pelo que vos agradeço terem levantado esta questão tão importante.

Presidente. - Nos termos do n.º 5 do artigo 115.º do Regimento, declaro que recebi seis propostas de resolução⁽³⁾ para encerrar o debate.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Cristian Silviu Buşoi (ALDE), por escrito. – (RO) Saúdo a proposta de recomendação da Comissão sobre a programação conjunta das actividades de investigação no domínio das doenças neurodegenerativas. A saúde mental da população é uma questão vital para assegurar uma qualidade de vida digna. Doenças deste tipo estão a afectar um número cada vez mais elevado de pessoas na UE, daí que se imponha desenvolver esforços para combater os factores responsáveis pelo aparecimento das mesmas. Contudo, para se poder combater estes factores, há que os identificar através da investigação. Creio que o projecto-piloto para a programação conjunta das actividades de investigação oferece uma vantagem clara em termos de conjugação de esforços para o financiamento da investigação, o que se traduzirá numa utilização mais eficaz dos fundos afectados à investigação nesta área. Além do mais, a cooperação baseada em redes criadas por centros de investigação nacionais e a utilização comum das infra-estruturas necessárias são de extrema utilidade, dado que nem todos os Estados-Membros dispõem dos recursos necessários para levar a cabo actividades de investigação a suas expensas, ainda que possam registar um elevado número de casos que se inscrevem no âmbito das doenças neurodegenerativas. Será fundamental utilizar os resultados da investigação para transmitir à população informação ligada à protecção da saúde mental, ajudando assim a reduzir o número de doentes e a manter a viabilidade dos sistemas nacionais de saúde pública.

António Fernando Correia De Campos (S&D), por escrito. – Caro Presidente, Caros Colegas, a Comunicação da Comissão ao Parlamento apresenta uma análise optimista das vantagens esperadas da cooperação na investigação entre Estados-Membros e da coordenação que a Comissão pode realizar, no contexto do 7º Programa Quadro, em matéria de doenças neurodegenerativas, nomeadamente na doença de Alzheimer. As medidas propostas na Comunicação relevam apenas do princípio da melhor utilização dos meios e programas já existentes: - Programa "Saúde"; - 7º Programa Quadro; - Plano de Acção da UE em matéria de deficiências; - Método Aberto de Coordenação; - Programa Estatístico. Bastará uma utilização óptima destes recursos para se obterem os resultados esperados? Que mecanismos de coordenação propõe a Comissão que não pudessem ter sido realizados antes da Comunicação? Qual o valor acrescentado desta? Que meios práticos novos pensa a Comissão adoptar para impulsionar uma cooperação de investigação, num contexto onde os recursos e as equipas existem, embora dispersos? Bastará dar maior visibilidade ao problema e utilizar instrumentos já existentes para ele vir a ser solucionado?

Proinsias De Rossa (S&D), por escrito. – (EN) Apoio a presente resolução, que acolhe favoravelmente o projecto-piloto proposto, relativo à programação conjunta das actividades de investigação no domínio das doenças neurodegenerativas. Estas últimas, como a doença de Alzheimer ou a de Parkinson, afectam mais de sete milhões de cidadãos da União Europeia. Actualmente, não existe cura para estas enfermidades, sendo

(3) Ver Acta

o conhecimento sobre a prevenção, o tratamento e a identificação de factores de risco bastante limitado. Na verdade, a maior parte do esforço de investigação no domínio das doenças neurodegenerativas é desenvolvida pelos Estados-Membros, com um nível relativamente baixo de coordenação transnacional, o que ocasiona uma fragmentação e uma partilha limitada do conhecimento e das melhores práticas entre Estados-Membros. A programação conjunta pode ser extremamente valiosa para reduzir a fragmentação do esforço de investigação, levando à concentração de uma massa crítica de competências, conhecimentos e recursos financeiros. Contudo, o n.º 5 do artigo 182.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, com a redacção que lhe foi dada pelo Tratado de Lisboa, que estabelece as medidas necessárias para a implementação do Espaço Europeu da Investigação, poderia fornecer uma base jurídica mais adequada para futuras iniciativas no domínio da investigação. A Comissão deverá considerar a utilização do n.º 5 do artigo 182.º como base jurídica para todas as futuras propostas de programação conjunta de actividades de investigação.

Eija-Riitta Korhola (PPE), por escrito. – (FI) Senhora Presidente, a doença de Alzheimer é uma doença marcada por estados de confusão mental, que transforma o mundo do paciente num qualquer lugar desconhecido e repleto de perigos. A vida converte-se num perigosíssimo "agora", de onde estão ausentes as memórias passadas e as lições aprendidas com vista a construir uma ponte de segurança para o presente. Além disso, esta fatídica tragédia humana é ainda agravada pelo facto de não existir, de momento, uma cura conhecida. A doença de Alzheimer tem também como consequência o sofrimento de familiares próximos, sendo por vezes designada como doença familiar, em virtude do *stress* crónico de que aqueles muitas vezes padecem. Trata-se de uma enfermidade com um impacto social enorme e custos bastante elevados. À medida que a população envelhece na Europa, as doenças neurodegenerativas, como a doença de Alzheimer ou a de Parkinson, tornam-se cada vez mais um problema de saúde pública. Actualmente existem mais de sete milhões de doentes, um número que se espera venha a duplicar na próxima década. No entanto, a ciência médica nem sequer atingiu ainda uma compreensão total das causas da doença. Embora a investigação tenha já ocasionado algumas descobertas promissoras, torna-se necessário coordenar esforços se pretendemos alcançar progressos significativos. Para fazer a compilação dos dados de investigação de organizações públicas e privadas, bem como dos Estados-Membros, e coordenar as respectivas inovações, necessitamos de programação a nível comunitário; assim, há esperança de que se venha a atingir, o mais brevemente possível, uma maior eficácia nos domínios da prevenção, do diagnóstico e do tratamento das doenças neurodegenerativas, a nível da prestação de cuidados práticos aos pacientes. Estou convicta de que todos aqueles que lutam contra estas enfermidades – os doentes, seus familiares e restantes cuidadores – irão apoiar energeticamente quaisquer tentativas de colaboração que visem encontrar novas formas de lidar com os problemas que os afectam. São precisamente projectos como este que justificam a nossa presença aqui, hoje: são eles que justificam, aliás, a existência de toda a União. Concorro com o meu colega, o senhor deputado Reul, quando afirma que procedimentos e competências assumem um papel secundário, quando estamos efectivamente no caminho certo.

Sirpa Pietikäinen (PPE), por escrito. – (FI) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, neste último Verão, a Comissão adoptou a recomendação do Conselho que exortava os Estados-Membros da União Europeia a empenharem-se na programação conjunta das actividades de investigação no domínio das doenças neurodegenerativas. Trata-se, sem dúvida, de uma iniciativa importante, caso venha a ser dado ainda melhor uso aos limitados recursos de investigação existentes. Contudo, temos de nos lembrar que, para além da investigação, a Europa necessita de um programa de acção mais abrangente sobre a demência. No início deste ano, o Parlamento Europeu aprovou uma declaração escrita na qual se apelava à Comissão para que elaborasse um plano de acção para prevenção e tratamento da doença de Alzheimer. A referida declaração salientava a importância de quatro questões, a saber: os desenvolvimentos na investigação, o diagnóstico precoce, a melhoria da qualidade de vida dos pacientes e seus cuidadores e, por último, a situação das associações de doentes de Alzheimer. Gostaria de lembrar a todos que o programa é urgente e que a Comissão necessita de dar início à tarefa de que foi incumbida pelo Parlamento.

Richard Seebert (PPE), por escrito. – (DE) Na nossa sociedade cada vez mais envelhecida, o número de doenças neurodegenerativas, como a doença de Alzheimer ou a demência senil continuará a aumentar. Para estarmos o mais preparados possível para esta situação, precisamos de criar melhores estruturas de investigação e uma melhor utilização dos serviços existentes. O projecto-piloto previsto neste domínio é um ponto de partida ideal para interligar melhor os actuais esforços de investigação. No entanto, a prevenção também é importante a par com a disponibilização do melhor atendimento possível às pessoas afectadas. Os Estados-Membros devem intensificar as suas campanhas de informação no sentido de promover um estilo de vida activo.

19. Intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes

Presidente. - Seguem-se na ordem do dia as intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes, nos termos do artigo 150.º do Regimento.

Monica Luisa Macovei (PPE). – (RO) Gostaria de chamar a vossa atenção para a situação política na Roménia e para o efeito que tem nas relações da Roménia com as Instituições comunitárias.

Em Outubro de 2009, o Partido Social-Democrata abandonou o governo. A oposição recentemente criada fez cair o governo com uma moção de censura, rejeitou o primeiro novo governo proposto e recusou-se a participar em negociações para a formação de um governo. Consequentemente, a Roménia não está em posição de cumprir as suas obrigações para com a Comissão Europeia, o Banco Mundial e o FMI relacionadas com o crédito que lhe foi concedido. Encontramo-nos, pois, numa situação em que alguns dos compromissos assumidos associados à reforma do Estado não podem ser cumpridos atempadamente.

A instabilidade política na Roménia ficou a dever-se principalmente às acções políticas do Partido Social-Democrata. As razões subjacentes a isso não são apenas eleitorais. O objectivo a médio prazo é impedir as reformas administrativas, o Estado de direito, a justiça e as medidas contra a corrupção.

Luís Paulo Alves (S&D). - No último mês, as regiões da Europa estiveram em particular evidência. A semana europeia dedicada às regiões e às cidades consolidou a posição das regiões como parte fundamental da solução na resposta europeia aos desafios globais. Assim o concluíram, não deixando qualquer margem para dúvida, o Presidente Durão Barroso, o Comissário Samecki e as centenas de debates que decorreram.

Também ao nível mais específico, a realização da importante reunião da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas da Europa, que contou pela primeira vez com a participação de deputados do Parlamento Europeu, constituiu um marco na política regional em prol da construção europeia. Os desafios globais e as respostas europeias constituem uma óptima oportunidade para uma nova estratégia para as RUP. Estas regiões, como os Açores, para além dos constrangimentos permanentes de que todos estão habituados a ouvir falar, apresentam um conjunto de potencialidades que conferem claras oportunidades de realizar o nosso progresso e dar uma clara vantagem à Europa em novos domínios essenciais às respostas aos desafios globais.

Exige-se, por isso, que o Presidente da Comissão ponha um fim claro ao golpe palaciano que o "no-paper" da Comissão indica que se estava a preparar enquanto fazíamos, deputados e cidadãos europeus, a apologia da ratificação do Tratado de Lisboa e da sua importância na defesa da coesão do território...

(A presidente retira a palavra ao orador).

Marian Harkin (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, foram atribuídos 465 milhões de euros ao programa de financiamento LEADER na Irlanda para o período de 2007 a 2013. No entanto, decorridos apenas dois anos desde o início do programa de cinco anos, apenas 18% dos fundos de financiamento dos projectos foram utilizados, porque as empresas de desenvolvimento local que gerem os projectos viram-se apanhadas nas malhas dos trâmites processuais e da burocracia excessiva.

Há montanhas de páginas de regras, acompanhadas de um vasto procedimento de inspecção. Uma parte do problema reside no facto de a interpretação da miríade de regras poder variar de um inspector para outro. A outra parte do problema está no facto de algumas das regras não fazerem absolutamente qualquer sentido. Um trabalhador de um projecto revelou que passou 50% do seu tempo a fazer o registo do que fazia nos outros 50%.

Claro que precisamos de responsabilização financeira, mas as coisas chegaram a um ponto tal que, agora, os grupos locais não se sentem incentivados a apresentar um pedido de financiamento. Milhões de euros ficarão por utilizar, o que seria criminoso, dada a necessidade de relançar as nossas economias com todos os financiamentos disponíveis. Precisamos de senso comum em Dublin e temos de garantir que a Comissão Europeia vele por que assim seja.

Karima Delli (Verts/ALE). – (FR) Senhora Presidente, o discurso do Presidente Václav Havel perante a nossa Assembleia realçou um dos princípios que fundamentam a União Europeia: a solidariedade entre seres humanos.

Estamos a celebrar o vigésimo aniversário da queda do Muro de Berlim, o muro da vergonha. Depois desse dia 9 de Novembro de 1989, disseram-nos que a humanidade ia finalmente emancipar-se. A democracia e

os direitos humanos iriam estender-se ao conjunto do planeta, derrubando os muros e eliminando as fronteiras entre os povos.

Mas, por cada muro derrubado, quantos outros foram erigidos de novo no nosso continente?

Os muros construídos de novo, como em Ceuta e em Melilla para impedir a chegada de homens e mulheres em fuga da guerra, da miséria e do aquecimento global, os muros dos centros de retenção, portas nas nossas cidades até ao deserto da Líbia, passando por Lampedusa onde até as crianças são encerradas em nome da Directiva "Retorno".

Temos de derrubar os muros da Europa fortaleza, de construir pontes e não muros...

(A Presidente retira a palavra à oradora)

Evžen Tošenovský (ECR). – (CS) Vinte anos após a queda do Muro de Berlim, olhamos para alguns acontecimentos no mundo actual com maior sensibilidade. Hoje, temos bastante capacidade para fazer uma avaliação realista dos acontecimentos na Rússia. No passado, vivíamos quaisquer acontecimentos na União Soviética como uma pressão ideológica, mas, agora, debatemos o comércio em condições de absoluta liberdade individual. A aproximação do Inverno faz crescer a ansiedade sobre o que vai acontecer com o fornecimento de gás da Rússia através da Ucrânia, como é óbvio. As análises da crise de Janeiro mostram, claramente, as diferenças existentes entre a situação que se vivia na parte ocidental e na parte oriental da Europa. Elas levarão a uma abordagem mais cuidadosa da preparação de cenários de crise. É importante encontrar a melhor solução possível para relações contratuais a nível internacional e, simultaneamente, fornecer mais informações em situações deste tipo. Os elevados custos das medidas técnicas também nos obrigam a considerar cuidadosamente se estas devem ser financiadas com fundos públicos ou com base em directivas europeias. A questão é saber que quantidade de gás precisamos de armazenar e como financiar este armazenamento. É importante distinguir entre uma crise real e uma questão de comércio em relação ao gás e decidir em que ponto os líderes políticos devem entrar nas negociações e o que deve controlar o mercado. Temos de evitar sermos atraídos para uma excessiva interferência burocrática.

Joe Higgins (GUE/NGL). – (EN) Senhora Presidente, a Comissão Europeia exige presentemente ao Governo irlandês que proceda a cortes selvagens no orçamento da Irlanda, o que implica uma redução drástica nos serviços públicos e no nível de vida dos trabalhadores, possivelmente até dos reformados e dos desempregados.

A Comissão deveria saber, contudo, que está a colaborar com o Governo irlandês numa mentira, quando alega que o dinheiro gasto para salvar os bancos não constitui um auxílio estatal, ao mesmo tempo que corta drasticamente no sector público.

No entanto, os trabalhadores e activistas sociais irlandeses estão a ripostar. Dezenas de milhares de pessoas marcharam em protesto na passada sexta-feira, milhares de trabalhadores manifestaram-se hoje em Dublin e, para o dia 24 de Novembro, está prevista uma greve dos trabalhadores do sector público com o objectivo de pôr fim a estes ataques.

Face à gravidade da situação, essa acção deverá agora ser actualizada e convertida numa greve geral de 24 horas para derrubar este tenebroso governo, que não tem qualquer mandato para este tipo de políticas, e travar a política de corte e sacrifício dos serviços públicos e do nível de vida dos trabalhadores empreendida pela Comissão Europeia e pelo Governo irlandês.

Paul Nuttall (EFD). – (EN) Senhora Presidente, gostaria de chamar a atenção desta Assembleia para o efeito desastroso que a directiva relativa aos biocidas está a ter em todo o Reino Unido. Esta directiva punitiva e sem sentido proíbe o uso de estricnina, que nos últimos 70 anos tem sido utilizada para controlar a população de toupeiras no Reino Unido. Foi assim até que a UE se envolveu nesta matéria. Como resultado, os caçadores de toupeiras apenas estão autorizados a usar fosfato de alumínio, que custa o dobro da estricnina, fazendo com que muitos deles tenham de abandonar a actividade.

Mas os problemas não ficam por aqui. Enquanto a estricnina mata uma toupeira num máximo de 15 minutos, o fosfato de alumínio pode levar até três dias a surtir o mesmo efeito, infligindo à toupeira uma morte lenta e dolorosa.

Esta directiva disparatada, além de levar à perda de postos de trabalho no Reino Unido, é cruel e desumana. Mais um pequeno motivo pelo qual o Reino Unido estaria melhor fora da UE.

Corneliu Vadim Tudor (NI). – (RO) O Presidente da Organização Mundial Atra Kadisha, o Grande Rabino David Schmidl, pediu-me para ser, e passo a citar, “o seu porta-voz na União Europeia” onde gostariam de criar um comité para dar resposta a quaisquer queixas sobre a profanação dos terrenos nos cemitérios. O Tratado de Genebra também deveria ser actualizado e melhorado.

Não pretendo dar exemplos específicos e fazer acusações contra seja quem for, mas vi com os meus próprios olhos fotografias que mostram cemitérios judeus com cavalos e gado a pastarem em cima de campas. Também vi imagens de túmulos transformados basicamente em casas de banho, bem como das antigas catacumbas judaicas, que datam de há 2 000 anos atrás, em que os sagrados vestígios humanos se encontram num estado deplorável. Os restantes cemitérios têm sido invadidos por *bulldozers* com escavadoras a desenterrar relíquias.

Trata-se de uma grande afronta a Deus. O Holocausto é uma trágica cicatriz no rosto da humanidade e jamais se deverá repetir, nem sequer em pequena escala. Eu próprio fiz uma peregrinação a Auschwitz com os meus filhos e, acreditem-me, sei muito bem do que estou a falar.

Estas pessoas pedem-nos para que defendamos, no Parlamento Europeu, todos os vestígios de todas as religiões, não apenas os vestígios judaicos, mas também os vestígios romenos na Europa.

(O presidente retira a palavra ao orador)

János Áder (PPE). – (HU) Senhora Presidente, há anos que os nossos queridos vizinhos, os Austríacos, poluem um dos mais belos rios da Hungria, o rio Rába. Há duas semanas, uma camada de espuma com meio metro de espessura sobre a água era a prova nítida disso. Contudo, não contentes com o facto de poluírem o nosso rio, os nossos queridos vizinhos querem agora poluir também o nosso ar, com o incinerador que planeiam construir em Heiligenkreuz. Pretendem construir em Heiligenkreuz, a 300 metros da fronteira húngara, um incinerador com capacidade para incinerar quase dez vezes o volume de lixo produzido anualmente em Burgenland, e tudo isto com a ajuda da União Europeia. Este investimento programado viola a Directiva 2008/98/CE. Daí o meu apelo à Comissão Europeia para que não aprove a ajuda da UE à construção do incinerador em Heiligenkreuz.

Kriton Arsenis (S&D). – (EL) Senhora Presidente, o grande desafio da humanidade face às alterações climáticas consiste em encontrar maneira de pararmos com a libertação de carbono para a atmosfera e começarmos a armazená-lo no solo.

Dada a impossibilidade de pararmos com as emissões de carbono nos próximos 50 anos, o aumento do armazenamento de carbono no solo constitui a nossa única esperança e deve ser uma prioridade das políticas tendentes a combater este problema. Para alcançar esse objectivo, temos de aumentar a cobertura vegetal. Como parte deste esforço, a China plantou 54 milhões de hectares de árvores, com repercussões impressionantes na disponibilidade de água potável e na produtividade agrícola. De modo semelhante, os programas de arborização no Ruanda levaram a um tal aumento do caudal dos rios para a capital que esta pode agora ser abastecida unicamente com a energia produzida por uma central hidroeléctrica.

No mesmo sentido, a Câmara dos Representantes norte-americana aprovou legislação com base na qual os EUA vão despende anualmente 5 mil milhões de dólares no combate à desflorestação.

Pelas razões expostas, consideramos inaceitável a posição assumida pelo Conselho, que não só não conseguiu comprometer-se com um montante específico para o financiamento dos países em desenvolvimento, como ainda não foi capaz de dizer o que quer que fosse sobre o financiamento para a conservação das florestas mundiais, numa altura em que não existe a nível da União Europeia uma política uniforme nem coordenação para a protecção dos ecossistemas florestais em risco na Europa do Sudeste.

Espero, contudo, que as negociações da União Europeia em Copenhaga apoiem de forma pró-activa os esforços desenvolvidos a nível mundial para pôr termo à desflorestação e aumentar a arborização.

Giommaria Uggias (ALDE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o nosso debate sobre doenças neurodegenerativas permite-me introduzir o problema da esclerose e esclerose lateral amiotrófica (ELA) e dar a conhecer ao Parlamento o facto de 150 pessoas, em toda a Itália, terem começado uma greve da fome em sinal de solidariedade para com Salvatore Usala, um doente de ALS que deixou de comer para protestar contra a indiferença do Governo italiano face aos problemas experimentados pelos doentes e pelos familiares que convivem com esta terrível doença. Esta campanha também conta com o apoio de deputados do Parlamento italiano, como por exemplo, Antonietta Farina, e do nosso colega do Grupo ALDE, Niccolò Rinaldi.

Contudo, esta é sobretudo a luta que os doentes de ELA e os seus familiares enfrentam todos os dias, com dignidade e em silêncio, ao vivenciar o drama de uma doença terrível. A ELA afecta jovens e não tem cura, porém o Estado Italiano é muito atento a tudo mas não aos pacientes e às suas famílias. Promover a investigação é um desafio para a Europa, mas cabe aos Estados-Membros garantir aos doentes uma existência digna.

Michèle Rivasi (Verts/ALE). – (FR) Senhora Presidente, pela minha parte, gostaria de vos interpelar sobre o problema da vacinação contra a gripe H1N1.

Neste momento, a nível dos deputados e seus assistentes, pede-se às pessoas que sejam vacinadas, e gostaria de lhes transmitir um certo número de preocupações.

Em primeiro lugar, qual é a relação riscos/benefícios? Para já, os benefícios são fracos, na medida em que não se trata de uma gripe que provoque muitos mortos, pelo menos muito menos do que a gripe sazonal.

Pelo contrário, a nível dos riscos, já dispomos de um recuo suficiente, e gostaria nomeadamente de lhes falar da problemática dos restantes componentes. Quero salientar uma coisa que me parece apesar de tudo muito curiosa: nos Estados Unidos, foi proibida a utilização do esqualeno na composição, e, pelo contrário, a Agência Europeia de Avaliação dos Medicamentos autorizou-o porque a maior parte das vacinas contém esqualeno.

A segunda coisa é que a Agência Europeia de Avaliação dos Medicamentos confirmou-nos que não tinha sido realizado nenhum estudo clínico nas crianças e nas mulheres grávidas e que apenas dispunha de uma extrapolação relativamente ao protótipo. Assim, penso que deveria haver talvez mais harmonização.

Miroslaw Piotrowski (ECR). – (PL) Senhora Presidente, o escandaloso acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, que decidiu pela retirada de um crucifixo da parede de uma escola italiana e o pagamento de 5000 euros a um dos alunos por pretensos danos morais, provocou preocupação não só em Itália mas também noutros países da União Europeia. O crucifixo é símbolo tanto da religião cristã como da história e tradição da Europa. A retirada do crucifixo pela direcção é o primeiro passo para o "haraquiri" cultural da Europa.

Lamentavelmente, atitudes pragmáticas como esta estão a transformar-se num plano consistente para combater os valores europeus - veja-se a remoção de referências ao cristianismo dos mais importantes documentos da União Europeia. Há que regressar às ideias e conceitos iniciais dos pais fundadores da União Europeia, que eram democratas-cristãos. Consequentemente, insto o Presidente do Parlamento Europeu a organizar um debate de onde saia uma resolução sobre a liberdade de prática religiosa na Europa e sobre os valores fundamentais em que assenta a União Europeia.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL). - Em Portugal, com destaque para o Norte, a crise económica e social agrava-se e o desemprego não pára de aumentar, tornando esta região uma das mais pobres da União Europeia, como o provam documentos recentes do Eurostat. Grandes empresas continuam a anunciar a diminuição da sua actividade e do emprego. Um dos exemplos mais graves é o da Qimonda, em Vila do Conde, que está num processo de despedimento de mais de 600 trabalhadores, a somar aos cerca de 1000 que já tinha despedido no último ano. É, na prática, a destruição de uma das maiores e mais importantes empresas de um sector industrial estratégico para o desenvolvimento tecnológico.

Não podemos aceitar esta situação. É inaceitável que nem a Comissão Europeia nem o Conselho tenham encontrado uma alternativa ao desmantelamento deste sector dos microships, da nanotecnologia. É lamentável que continuem indiferentes ao agravamento do desemprego e à crescente agonia de vastas regiões da União Europeia.

John Bufton (EFD). – (EN) Senhora Presidente, cumpre-me falar sobre as pressões que a migração sem restrições está a exercer sobre o Reino Unido. Perdoem-me por levantar uma questão premente que recentemente chamou a minha atenção. Na minha qualidade de coordenador da Comissão do Desenvolvimento Regional e de deputado pelo País de Gales, foi com grande preocupação que recebi, por via de uma fuga de informação, uma cópia de um projecto de comunicação da Comissão Europeia intitulada *"A Reform Agenda for a Global Europe: reforming the budget, changing Europe"* ("Uma agenda de reformas para uma Europa global - Reformar o orçamento, mudar a Europa).

O documento propõe uma reorientação importante das prioridades da UE em matéria de despesas, colocando maior ênfase – e passo a citar – numa Europa global, e menos na agricultura e nas transferências para regiões mais favorecidas, o que terá um enorme impacto na agricultura britânica e nos programas dos fundos

estruturais no ciclo actual. Como contribuinte líquido, o Reino Unido será forçado a abdicar de uma parte muito mais substancial da correcção britânica, enquanto outros países serão os principais beneficiários.

11,8% dos fundos destinados ao Reino Unido no âmbito da política de coesão são canalizados para as regiões mais pobres do País de Gales. Preocupa-me grandemente a possibilidade de este documento, do qual tomei conhecimento graças a uma fuga de informação, poder ter consequências para os pagamentos transitórios no final do actual programa, em 2013. Já é tempo de os cidadãos do Reino Unido terem um referendo sobre a sua relação com este local, para que possam ser eles a decidir sobre o seu destino e não burocratas que não foram não eleitos.

Krisztina Morvai (NI). – (HU) Enquanto aqui, na União Europeia, comemoramos com tanto entusiasmo a queda do Muro de Berlim e, com este, a do Comunismo, bem nos poderíamos interrogar sobre o devir dos antigos dirigentes comunistas. Pois fiquem sabendo que se tornaram nos mais ferrenhos capitalistas, neoliberais e defensores da ordem do domínio do mundo. No seu regresso ao poder, desfizeram-se de tudo o que era bom no Comunismo – e temos de reconhecer que havia coisas boas –, como a segurança do emprego e a segurança social. Trouxeram de volta, porém, os aspectos mais medonhos daquele regime, a brutalidade e o terror.

No 50º aniversário da revolução de 1956, que tornou possível a queda do Muro de Berlim, houve pessoas alvejadas a tiro num olho. Neste momento, na Hungria, enquanto nos pronunciamos nesta Câmara e comemoramos o colapso do comunismo, os camaradas comunistas mantêm detidos dezasseis prisioneiros políticos.

Pessoalmente, só vou comemorar quando os presos políticos tiverem sido libertados, quando tiver sido feita justiça em relação às vítimas alvejadas num olho, e quando estes comunistas acabarem com o derramamento de sangue e forem relegados para o caixote de lixo da história.

Jarosław Kalinowski (PPE). – (PL) Senhora Presidente, gostaria de me debruçar sobre a proposta de reforma do orçamento da União Europeia após 2013. É verdade que essa proposta implica uma redução significativa dos fundos regionais? Estará a Comissão Europeia ciente de que tal irá enfraquecer drasticamente as políticas regional e agrícola da UE?

A proposta de tornar mais frágeis as regiões mais pobres da UE para financiar o combate às alterações climáticas não pode ser considerada racional ou lógica. A concretizar-se, afectará a maioria das 271 regiões da UE. Será decerto possível ajudar as regiões mais pobres da Europa e, ao mesmo tempo, avançar com projectos capazes de combater as alterações climáticas, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e introduzir soluções que recorram a energias renováveis e tecnologias modernas.

Tenciona a Comissão, quando apresentar a proposta de reforma do orçamento, sobrepor-se às autoridades regionais e locais na distribuição de fundos? Dessa forma, a competência das autoridades territoriais deixará de ser reconhecida em assuntos que, para elas, assumem grande significado.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D). – (LT) A União Europeia está empenhada em desenvolver um mecanismo eficaz para prevenir o abuso sexual de crianças. Passaram oito meses desde que este tema particularmente importante foi discutido numa sessão plenária do Parlamento Europeu. Congratulamo-nos com o facto de, desde então, o Conselho ter começado a debater um projecto de directiva que visa melhorar o enquadramento legislativo nesta área. No entanto, o tempo não pára e, de vez em quando, acontecimentos dolorosos vêm recordar-nos que a protecção dos nossos filhos continua ainda a ser insuficiente. Infelizmente, as consequências destes crimes são brutais e duradouras. A exploração sexual de crianças e a divulgação de pornografia infantil têm, muitas vezes, carácter transnacional, apenas podendo ser eficazmente prevenidas através da cooperação internacional. Temos de prever novas sanções e responsabilidades penais das novas formas de exploração e abuso sexual de crianças, pois estas não se encontram previstas na legislação em vigor. Gostaria de chamar a atenção do novo Parlamento para este importante problema e instar o Conselho a acelerar o debate dos projectos de proposta.

Jelko Kacin (ALDE). – (SL) Senhora Presidente, regozijo-me com os progressos verificados nas relações entre os Governos da Croácia e da Eslovénia, os quais deram um grande passo em frente do ponto de vista político, e com a maior maturidade demonstrada por ambos. O Acordo de Arbitragem sobre a questão fronteiriça com a Eslovénia assinado por estes países envia um sinal positivo e representa um excelente exemplo para os outros países na região.

Contudo, constato com pesar que, apenas poucos dias após a assinatura deste Acordo, o Primeiro-ministro da Croácia também assinou uma declaração unilateral que dispõe uma interpretação unilateral sobre o referido acordo. Não se deve actuar de maneira a lançar a dúvida ou a criar incerteza, pois não é assim que se avança. As declarações unilaterais e as acções unilaterais nunca são uma boa escolha, nem enviam a mensagem certa. Esse tipo de actuação não promove a credibilidade, não fomenta a confiança mútua necessária e levanta dúvidas sobre a seriedade das nossas intenções e a veracidade e viabilidade do acordo. Se quisermos ser bem sucedidos nesta frente, precisamos de envidar grandes esforços e reforçar a confiança entre nós, a nível nacional, entre os nossos vizinhos e em toda a região.

Exorto o Governo da Croácia a abster-se de novas acções unilaterais e deixo aqui um apelo ao Primeiro-ministro no sentido de mostrar, ao invés, coragem e determinação políticas e contribuir para superarmos os impasses do passado.

Marek Henryk Migalski (ECR). – (PL) Queria chamar a atenção para o facto de, na semana passada, uma situação, ou melhor, uma informação, ter causado alarme entre nós. Segundo tal informação, o Primeiro-Ministro Vladimir Putin teria instado a Comissão Europeia a saldar a dívida da Ucrânia à Gazprom. Gostaria de perguntar à Comissão se confirma tal exigência e se tenciona levar a União Europeia a pagar essa dívida. Caso as respostas a ambas as perguntas sejam afirmativas, em que fundamentos se basearia a Comissão para o fazer?

Senhora Presidente, peço-lhe também que registre que sou o único deputado que não esgotou todo o tempo de palavra que lhe foi concedido.

Kyriacos Triantaphyllides (GUE/NGL). – (EN) Senhora Presidente, pedi hoje a palavra para informar os senhores deputados sobre um facto bastante preocupante que chegou ao meu conhecimento durante uma visita a Washington DC como membro da delegação da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos.

À margem das negociações transatlânticas em curso sobre a protecção de dados (SWIFT, o acordo PNR), os Estados Unidos está a ampliar as instalações de recolha de dados da sua Agência Nacional de Segurança, por forma a interceptar todas as mensagens electrónicas no seu território, bem como todas as mensagens que entram e saem do país.

Como podem os EUA alegar que respeitam o direito à privacidade quando estão a criar uma enorme agência de escuta – e como podemos nós ficar sentados e deixar que isto aconteça?

É nossa responsabilidade sensibilizar as pessoas para este grave abuso de poder e esta violação dos nossos direitos fundamentais. Espero que se juntem a mim na campanha de informação dos nossos eleitores e dos cidadãos dos nossos países sobre esta situação através de declarações e artigos para a imprensa.

Nick Griffin (NI). – (EN) Senhora Presidente, nos últimos dois meses, fui alvo de perseguições por parte do regime trabalhista do Reino Unido, incluindo a retirada do meu livre-trânsito da Câmara dos Comuns, a recusa de entrada na central nuclear de Sellafield – não obstante o lugar que ocupo numa subcomissão da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar – e a recusa do *Citizens' Advice Bureau* (gabinete de apoio aos cidadãos), de me vender uma base de dados de informações anunciada abertamente para venda a todos os outros deputados.

Senhora Presidente, não concorda que a discriminação política, além de ilegal, constitui igualmente um ataque não só à minha pessoa, mas também à funcionalidade deste local e, mais importante ainda, aos eleitores e a todo o processo democrático?

João Ferreira (GUE/NGL). - O inquérito promovido pela Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho revela-nos conclusões preocupantes, constatando que a generalização do desemprego se está a reflectir negativamente na segurança e saúde dos trabalhadores. De acordo com o estudo que envolveu 27 mil inquiridos nos 27 Estados-Membros, 6 em cada 10 trabalhadores consideram que a crise económica e o aumento do desemprego estão a degradar as condições de trabalho. 75% dos inquiridos afirmam que a degradação do estado de saúde pode ser imputada ao trabalho que realizam. Estas informações confirmam os dados de um estudo do Eurostat, que revela que 27 milhões de trabalhadores são vítimas de acidentes ou afectados por doenças profissionais e que 137 milhões estão quotidianamente expostos a riscos. Ainda esta semana mais um grave acidente de trabalho vitimou mortalmente 5 trabalhadores portugueses em Andorra.

Esta situação exige uma resposta pronta por parte da União Europeia e dos Estados-Membros, resposta que passa pela criação de emprego com direitos, pela valorização do trabalho e dos trabalhadores, pela penalização

dos empresários que, para aumentarem os seus lucros, cortam nos meios de prevenção e protecção dos trabalhadores.

Presidente. - Houve uma confusão na entrega do microfone. Eu deveria ter dado a palavra ao senhor deputado Teixeira. Devo ter pronunciado mal o seu nome e assim provocado a confusão.

Nuno Teixeira (PPE). - A Comissão Europeia apresentou recentemente um *draft* de uma comunicação sobre a reforma do orçamento que inclui referências à Política de Coesão que suscitam preocupações e perplexidades, nomeadamente para as regiões ultraperiféricas.

É urgente o debate acerca do orçamento comunitário, mas entendemos que o quadro financeiro pós-2013 deve ser construído na base da solidariedade e coesão territorial, crucial para regiões como a Madeira que enfrentam dificuldades permanentes e que, por isso, necessitam de ajudas permanentes.

É inaceitável que se pretenda mudar o enfoque da Política de Coesão da actual abordagem em termos de regiões para uma outra de sectores de valor acrescentado, mudança que poderá conduzir à supressão do Objectivo 2, que beneficia actualmente cerca de 2/3 das regiões europeias.

É incoerente que a Comissão pretenda reorientar a alocação dos fundos de uma perspectiva regional para nacional, ou mesmo a nível europeu, rejeitando o critério de proximidade que sempre esteve subjacente à Política de Coesão. É intolerável incluir como variável no cálculo da alocação de Fundos Estruturais a antiguidade da adesão do Estado-Membro, dividindo os Estados entre novos e velhos, o que esvaziará de sentido o n.º 2 do artigo 299.º do Tratado no que toca ao acesso a Fundos Estruturais por parte dos RUP.

Estelle Grelier (S&D). - (FR) Senhora Presidente, eleita pela Normandia, gostaria de chamar a atenção da Comissão e do Parlamento para as propostas de sítios Natura 2000 no mar que o Governo francês acaba de transmitir às autoridades europeias. Estas excluem o dique de Antifer, situado nas proximidades de Étretat, mas, em compensação, alargam o perímetro para 12 milhas náuticas.

Esta escolha facilita a implantação pela Poweo de um terminal da GNL em Antifer e limita um projecto de parque eólico *offshore* ao largo de Fécamp, tudo isto apesar da adesão ao projecto dos eleitos locais, da população e mesmo dos pescadores. Está estabelecida, a nível científico e de uma forma coerente para o território, uma proposta apoiada pelos actores locais de uma zonagem de 6 milhas em todo o litoral e incluindo Antifer.

Três pontos: qual é a posição da Comissão no que respeita à análise das propostas de zonagem? Apoia-as, apesar de contrariarem os pareceres científicos e as actividades sociais, económicas e culturais regionais? Por fim, em vésperas da cimeira de Copenhaga, pode a Europa consagrar com alguma dignidade uma opção que favorece a energia do gás em prejuízo do desenvolvimento das energias renováveis?

Elżbieta Katarzyna Łukacijewska (PPE). - (PL) Senhora Presidente, pretendo chamar a atenção para a situação sanitária na Ucrânia. Os dados disponíveis mostram que foram já comunicados mais de um milhão de casos de gripe, incluindo algumas dezenas de casos de vírus AH1N1. A Ucrânia solicitou ajuda internacional, nomeadamente em vacinas, medicamentos, desinfectantes, máscaras, luvas e material de laboratório.

Sabemos que a Comissão pôs em marcha um mecanismo especial de protecção civil, um centro de acompanhamento e informação cuja tarefa consiste em coordenar a ajuda dos países da UE à Ucrânia. Como se processa essa coordenação? Que ajuda está a ser prestada? Como funciona o sistema de acompanhamento? Julgo que a opinião pública gostaria de conhecer a resposta a estas perguntas.

Kinga Gál (PPE). - (HU) Senhora Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, decorreram duas décadas desde a queda do Muro de Berlim, cujo 20º aniversário aqui assinalámos, e desde o fim da Cortina de Ferro. Contudo, há pouco a mostrar em relação a estes vinte anos, pois verificamos que, nos numerosos países libertados do Comunismo, ainda não nos conseguimos libertar definitivamente dos hábitos do anterior regime.

No Outono de 2006, a polícia ignorou por completo o direito à liberdade de associação nas ruas de Budapeste, bem como o direito a um julgamento justo. As vítimas da situação então criada continuam a aguardar, em vão, que se faça justiça, e à espera de uma oportunidade para exercer os seus direitos. Em Março deste ano, em Budapeste, os apelos para que o primeiro-ministro se demitisse tiveram uma vez mais como resposta detenções e tratamentos desumanos e humilhantes. Na União Europeia de hoje, ainda há pessoas que não podem falar a sua própria língua na terra onde nasceram – como na Eslováquia, por exemplo – ou exercer os direitos que a democracia lhes confere, se o destino de uma minoria lhes foi imposto pela história. Vejam

também o caso da Roménia, onde está a ser erigida uma estátua a um antigo general que deu ordens para atirarem sobre os participantes em manifestações.

José Manuel Fernandes (PPE). - A actual crise económica conduz à precariedade no emprego. As dificuldades económicas levam trabalhadores a alinharem, por vezes às cegas, em propostas de trabalho que fogem às normas laborais e ao controlo das autoridades policiais e governativas. Na União Europeia, infelizmente, assistimos já a vários casos de exploração de mão-de-obra que configuram muitas vezes situações de autêntica escravatura, quer de cidadãos europeus, quer de cidadãos não europeus. Por outro lado temos verificado um número anormalmente elevado de mortes de trabalhadores emigrantes onde se incluem muitos compatriotas, muitos cidadãos portugueses, ainda que trabalhem em situação regular, acidentes que têm acontecido no local de trabalho e sobretudo no sector da construção civil.

Assim, insta-se e apela-se à União Europeia e aos seus órgãos, assim como a todos os Estados-Membros, a cooperarem de forma forte e eficaz, de modo a impedir estas situações.

Sophie Briard Auconie (PPE). - (FR) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero fazer soar aqui o sino de alarme no que diz respeito à reduzida taxa de programação e de pagamento das dotações do FEDER, do FSE e do Fundo de Coesão.

Estamos ainda bem longe de ter programado metade dos fundos disponíveis. No que diz respeito aos pagamentos, só 9,62% dos 347 mil milhões de euros destinados à política regional foram pagos aos líderes dos projectos. Todos os países são afectados, alguns mais ainda do que outros. A Espanha, o Luxemburgo ou a Suécia têm de fazer todos os possíveis para alcançarem os países que vão no pelotão da frente no que respeita ao pagamento de fundos europeus, como, por exemplo, os países bálticos, a Irlanda e a Eslovénia.

A política regional da União Europeia é uma das políticas mais úteis para os nossos concidadãos. Com efeito, ela garante a coesão económica, social e territorial através do co-financiamento de projectos práticos e, em muitos casos, cruciais.

Por isso mesmo, apelo à mobilização das autoridades de gestão nacionais. Ao mesmo tempo, parece-me fundamental que, num período de crise económica, as regras europeias sejam adaptadas às grandes dificuldades.

Bogusław Sonik (PPE). - (PL) Senhora Presidente, comemoramos hoje o 20.º aniversário da mudança democrática na Europa Central e Oriental. Desenrolou-se uma cerimónia adequada e digna, na qual participaram Václav Havel e Jerzy Buzek, e houve manifestações diversas no Parlamento Europeu. Tudo isto está muito bem mas as instituições europeias não deviam limitar-se a recordar esses acontecimentos com tão pouca frequência.

Os acontecimentos deviam estar presentes na nossa história, a verdade sobre essas mudanças devia estar presente nas nossas actividades de ensino e devia ser promovida pelas instituições europeias. Precisamos de um manual de História comum sobre essa época que mostre como a Europa se uniu, para que as crianças que frequentam as nossas escolas possam aceder a essa verdade e a esse conhecimento.

Por outro lado, temos bastos exemplos de dinheiro gasto desnecessariamente. A organização britânica *Open Europe* afirma que foram gastos 7 milhões de euros para financiar um blogue sobre um burro que viaja pelos Países Baixos. Já é tempo de passarmos a gastar com mais eficiência e em prol da Europa o nosso dinheiro.

Presidente. - Minhas Senhoras e meus Senhores, lamento mas temos de concluir neste momento as nossas intervenções de um minuto ao abrigo do artigo 150.º do Regimento. Segundo o artigo 150.º, não podemos manter este tipo de debate por mais de 30 minutos. Estas intervenções duram há mais de 40 minutos devido ao facto de, lamentavelmente, muitos oradores não terem respeitado a duração de um minuto.

Tentei dar prioridade àqueles que não tiveram oportunidade de falar em qualquer um dos dois últimos debates, e espero que tenham sentido essa decisão como uma atitude bastante equilibrada. Ainda temos mais quatro debates esta noite e, como sabem, a sessão deve ser concluída à meia-noite, o mais tardar.

20. Lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o relatório (A7-0042/2009) da deputada Tanja Fajon, em nome da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, sobre uma proposta de regulamento

do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001 que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação (COM(2009)0366 - C7-0112/2009 - 2009/0104(CNS)).

Tanja Fajon, relatora. – (SL) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Comissário Barrot, e todos os presentes, o Parlamento Europeu apoia firmemente a abolição do regime de vistos para todos os países dos Balcãs Ocidentais. Essa foi também a ideia fundamental que nos norteou na preparação do relatório. Gostaria de expressar os meus agradecimentos, em especial, aos relatores-sombra e aos deputados do Parlamento, pois, sem o seu apoio, não teria conseguido chegar a este resultado. Da mesma maneira, gostaria de agradecer ao Conselho e à Comissão os seus esforços de colaboração que virão a constituir o verdadeiro alicerce da futura cooperação nesta área, em especial quando o Tratado de Lisboa for ratificado, o que se traduzirá na possibilidade de o Parlamento adoptar quaisquer medidas necessárias através do processo de co-decisão.

Há demasiado tempo que os cidadãos dos Balcãs Ocidentais se encontram numa situação de isolamento em virtude do regime de vistos em vigor. Têm hoje menos direitos, no que respeita a um regime de isenção de vistos, do que tinham nos dias da antiga Jugoslávia. Hoje em dia, o que os jovens dos países dos Balcãs Ocidentais sabem sobre a Europa, ou mesmo sobre a América, é o que vêem na Internet e na televisão. Uma vez que sou eslovena, posso lembrar que foi de facto a Presidência eslovena que iniciou o processo de liberalização do regime de vistos no início de 2008, cinco anos após a assinatura da Agenda de Salónica, que garante de forma inequívoca uma perspectiva europeia para a população dos Balcãs Ocidentais.

É com prazer que saúdo a proposta da Comissão para a abolição da obrigação de visto para a Macedónia, Sérvia e Montenegro, e regozijo-me especialmente com a iniciativa da Eslovénia, que recebeu um forte apoio dos Estados-Membros, e que permite aos cidadãos destes países começarem a viajar isentos da obrigação de vistos para os países do espaço Schengen a partir de 19 de Dezembro. 1 de Janeiro de 2010 teria implicado dificuldades logísticas, uma vez que o período de férias de Natal e de Ano Novo é precisamente o tempo em que muitos cidadãos destes países querem viajar para visitar os familiares que vivem nos Estados-Membros.

A abolição de vistos contribuirá enormemente para o processo de cooperação regional e para a superação das divisões étnicas e ajudará igualmente a “fazer a ponte” no plano cultural, social, económico e político.

Senhoras e Senhores Deputados, a abolição de vistos para os três países que mencionei constitui um passo extremamente positivo na direcção certa. Contudo, cabe referir que os países que foram omitidos do quadro de abolição de vistos devem ter autorização para o integrar o mais cedo possível, ou antes, mal estejam preparados para o fazer. Refiro-me naturalmente à Bósnia e Herzegovina e à Albânia. Não podemos permitir que estes povos fiquem ainda mais isolados, numa altura em que os países vizinhos usufruem da possibilidade de viajar com isenção de vistos para a União Europeia.

Obviamente que precisam de estar preparados para a abolição do regime de vistos e não estou com isto a sugerir que precisamos de rever por baixo os nossos critérios. O que nos cumpre fazer é enviar uma mensagem clara aos cidadãos da Bósnia e Herzegovina e da Albânia: estamos à vossa espera; têm de exortar os vossos governos a cumprir a sua parte da negociação. Nós, por outro lado, faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para garantir que a tomada de decisão por parte da União Europeia não sofre atrasos. Devo dizer, sem qualquer margem de dúvidas, que esta abordagem contou com o vasto apoio de duas comissões, a Comissão dos Assuntos Externos e a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, a comissão a que pertença.

Acrescentaria também que, amanhã, após a votação, pedirei a palavra para proferir uma declaração política especial, uma declaração conjunta do Parlamento e do Conselho, que apoia fortemente a abolição da obrigação de vistos para todos os países dos Balcãs Ocidentais. Nessa declaração, que votaremos em separado amanhã, ambos saudaremos o dia de 19 de Dezembro, data em que a obrigação de vistos será abolida para a Macedónia, Sérvia e Montenegro, e exortaremos a Comissão Europeia a elaborar, assim que possível, a proposta com vista à abolição da obrigação de visto para a Bósnia e Herzegovina e Albânia assim que estes países tenham cumprido os respectivos critérios. Nós, por outro lado, comprometemo-nos a trabalhar nesta proposta sob a forma de um procedimento acelerado. Gostaria que fixássemos uma data específica para a abolição da obrigação de visto para a Bósnia e Herzegovina e para a Albânia, muito embora esteja ciente da exigência dos procedimentos envolvidos. Espero que o Verão de 2010 possa efectivamente ser uma data realista para a abolição de vistos para estes dois países.

Só para terminar. Não devemos esquecer o Kosovo também, se quisermos evitar que se torne um buraco negro no mapa...

(O Presidente retira a palavra à oradora)

Permita-me apenas concluir: a União Europeia tem a responsabilidade política de finalizar o processo de liberalização dos vistos, pelo que amanhã, conto com o apoio alargado do Parlamento a este respeito.

Anna Maria Corazza Bildt (PPE). – (EN) Senhora Presidente, é lamentável que a Presidência sueca não tenha podido estar aqui representada esta noite, na pessoa de um ministro, como teria desejado.

Julgo saber que a Presidência do Conselho não foi convidada e lhe terá sido dito que não havia necessidade de estar presente. Gostaria de lembrar à Assembleia que a Presidência sueca conduziu e apoiou, desde o início, o processo de liberalização dos vistos para os Balcãs Ocidentais.

Devíamos – e sei que a minha colega Tanja Fajon, a relatora, concorda comigo – ter a oportunidade de agradecer à Presidência do Conselho, pois é a ela que devemos a declaração conjunta entre o Parlamento e o Conselho, apoiada pela Comissão, o que é caso único na história desta instituição.

Gostaria de obter uma explicação, embora talvez não aqui e agora, sobre o motivo pelo qual a Presidência do Conselho não pôde comparecer, e gostaria que ficasse registado em acta que o ministro não pôde estar presente pelo facto de nenhum convite nesse sentido lhe ter sido dirigido.

Presidente. – Fui informada de que a Presidência do Conselho foi convidada, mas não tem possibilidade de comparecer devido a dificuldades de agenda. Iremos, contudo, investigar o assunto.

Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão. – (FR) Senhora Presidente, quero responder à questão colocada pela senhora deputada e dizer que a Presidência sueca desempenhou efectivamente um papel muito activo neste processo que, como a senhora deputada Fajon muito bem explicou há instantes, nos permite oferecer a um certo número de cidadãos dos Estados-Membros em causa, e aos jovens em particular, a possibilidade de intensificarem a sua participação e de interagirem mais com esta Europa, que, por vezes, eles conhecem bastante mal.

É certo que esta proposta representa uma etapa histórica no desenvolvimento da política europeia de vistos de curta duração no âmbito das nossas relações com os países dos Balcãs Ocidentais. Além disso, a Comissão saúda o facto de esta proposta legislativa ter sido aprovada tanto pelo Parlamento Europeu como pelo Conselho. Todos estão conscientes do seu grande impacto político e da delicadeza desta questão, que afecta todos os cidadãos dos países em causa.

Compreendo a posição do Parlamento. Gostaria, a este propósito, de confirmar a firme vontade da Comissão em seguir de perto o cumprimento, por cada um países em causa, de todos os critérios definidos nos roteiros. A Antiga República Jugoslava da Macedónia já foi objecto de uma avaliação positiva; o diálogo com esse país foi, portanto, concluído. Em Outubro, a Sérvia e o Montenegro acolheram missões lideradas pela Comissão, em conjunto com os especialistas dos Estados-Membros, e essas missões confirmaram que todos os critérios dos respectivos roteiros haviam sido devidamente cumpridos.

Vamos seguir o mesmo método para a Albânia e para a Bósnia-Herzegovina. Apesar dos progressos muito significativos que foram realizados nos últimos meses, a Bósnia e a Albânia não puderam ainda completar as reformas necessárias requeridas no roteiro para justificar a isenção da obrigação de visto. Porém, como V. Exa. acaba de dizer, Senhora Deputada Fajon, já é muito encorajante para esses países ouvirem que os seus vizinhos já têm esta possibilidade de serem isentados da obrigação de visto, e posso confirmar-lhe que, pessoalmente, farei tudo o que estiver ao meu alcance para garantir que, como é desejo de V. Exa., a Albânia e a Bósnia e Herzegovina possam obter essa isenção de visto tão depressa quanto possível.

Convido o Parlamento, que, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, será co-legislador em matéria de vistos, a apoiar o método estruturado de diálogo sobre a liberalização de vistos, que é o método seguido pela Comissão, já que um método diferente iria gerar confusão sem alterar verdadeiramente o regime de vistos. Isso criaria falsas expectativas e poderia fazer abrandar os esforços desenvolvidos pelos países em questão para operarem as reformas requeridas nos roteiros.

Nesta fase, mantemos a Albânia e a Bósnia-Herzegovina no Anexo I do regulamento, reafirmando simultaneamente o empenho da União Europeia em ajudar estes dois países a preencherem os critérios dos respectivos roteiros e serem assim isentados da obrigação de visto em conformidade com os procedimentos vigentes.

Neste contexto, Senhora Deputada Fajon, a Comissão apoia o texto da declaração política conjunta, que ratifica o forte compromisso da União de implementar o mais rapidamente possível a segunda fase deste processo de liberalização de vistos para os cidadãos da Albânia e da Bósnia-Herzegovina.

Aqui tem, Senhora Presidente. Julgo que este é um ponto muito importante que mostra aos Estados dos Balcãs o quanto a Europa está atenta às suas expectativas e aos seus desejos.

Sarah Ludford, *relatora de parecer da Comissão dos Assuntos Externos*. – (EN) Senhora Presidente, o compromisso defendido no relatório Fajon, e apoiado pela proposta de declaração do Conselho e do Parlamento, revela clarividência. O referido compromisso tem por objectivo conceder a isenção de visto a todos os cidadãos dos países dos Balcãs Ocidentais. Não se trata apenas de um acto de generosidade e de altruísmo, mas também de pragmatismo e de sensatez, uma vez que a segurança, no sentido mais lato do termo, sairá reforçada. Os cidadãos que são livres e que têm liberdade para se deslocar tendem a ser mais comprometidos com soluções pacíficas e menos vulneráveis a nacionalismos introvertidos, os quais representam uma ameaça para a segurança.

Quem é que não se comove com as imagens exibidas nos ecrãs no exterior desta Câmara, e com todas as festividades que têm tido lugar esta semana, a assinalar a passagem do 20.º aniversário da queda do Muro de Berlim? Embora os obstáculos de que falamos não se possam comparar ao Muro de Berlim, ainda assim constituem uma barreira à liberdade de comunicação e a horizontes mais vastos que promovem a compreensão e a tolerância. A nossa insistência numa abordagem inclusiva deverá incluir um resultado justo por ocasião do 15.º aniversário do Acordo de Dayton.

Gostaria de agradecer à relatora, senhora deputada Fajon, e felicitá-la pelo seu trabalho árduo e pelo modo como conseguiu incluir todas as *nuances*, em todas as curvas e contracurvas das suas deliberações, ao longo dos dois últimos meses.

Agradeço também sinceramente ao Conselho e, em particular, à Presidência sueca, o trabalho realizado no sentido de nos ajudar a obter um acordo sobre a declaração. Nela se reforça o objectivo claro da liberalização dos vistos para todos os cidadãos dos Balcãs Ocidentais, num espaço de tempo tão breve quanto possível. Esperamos que tal aconteça ainda em 2010, pois a ausência de uma uniformidade razoável nas datas previstas, para se alcançar a isenção de vistos, gera a discórdia e a instabilidade.

No relatório Fajon, comprometemo-nos igualmente a trabalhar num roteiro com vista à facilitação e liberalização dos vistos para o Kosovo, semelhante aos que foram elaborados para os restantes países dos Balcãs Ocidentais.

Gostaria ainda de exprimir a esperança de que o Governo do Reino Unido – que não foi incluído na presente decisão do espaço Schengen da UE por não fazer, obviamente, parte do mesmo – venha em breve a seguir o mesmo caminho. Enquanto deputada britânica do Parlamento Europeu, sinto sempre uma certa esquizofrenia ao trabalhar sobre estas matérias relativas aos projectos do espaço Schengen, mas seria verdadeiramente positivo, quer para a União Europeia quer para a região dos Balcãs Ocidentais, que o Reino Unido fizesse o mesmo tão rapidamente quanto possível.

Gostaria de terminar agradecendo uma vez mais à relatora, senhora deputada Fajon.

Anna Maria Corazza Bildt, *em nome do Grupo PPE*. – (EN) Senhora Presidente, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) está empenhado em apressar a liberalização do regime de vistos para todos os países dos Balcãs Ocidentais até Julho de 2010. Congratulamo-nos com a proposta - e apoiamo-la - de conceder liberalização do regime de vistos à Antiga República jugoslava da Macedónia, ao Montenegro e à Sérvia até ao Natal deste ano.

Compreendemos perfeitamente o apelo do povo da Bósnia e Herzegovina e da Albânia - uma geração jovem que tem estado fechada e marginalizada, sentindo-se aprisionada. A esses, dizemos: "Estamos convosco; estaremos prontos quando vocês estiverem prontos". É lamentável que a lentidão por parte das autoridades da Albânia e da Bósnia e Herzegovina tenha deixado esses países para trás. A responsabilidade pelos atrasos é delas. Exortamo-las a cumprir os critérios o mais rapidamente possível. Sabemos que a Comissão está a ajudar no processo.

Infelizmente, devo dizer que me entristece termos precisado de três meses de negociações para o Grupo PPE ter conseguido convencer a esquerda desta Assembleia a actuar de acordo com os Tratados. Será assim tão complicado? Por fim, acabou por perceber que o Parlamento Europeu não está acima das leis.

Com todo o respeito pelos meus distintos colegas, devo denunciar uma atitude pouco construtiva. Aqui não há atalhos. Não há actos de magia. Não estamos aqui para acumular pontos. Estamos aqui para conseguir resultados positivos para os cidadãos dos Balcãs. Permitam-me que seja claro: nenhum estatuto intermédio, misto e provisório poderá alguma vez acelerar o processo e pressionar a Comissão ou o Conselho. Definitivamente, não emite nenhuma mensagem política forte.

Gostaria de concluir dizendo que vivi o cerco de Sarajevo e o bombardeamento durante um ano e meio. Aos meus amigos que lá estão posso afirmar que estou empenhada.

(A Presidente retira a palavra à oradora)

Claude Moraes, em nome do Grupo S&D. - (EN) Senhora Presidente, até 2008 e à Presidência eslovena, não tinham sido realizados grandes progressos no domínio daquilo a que a Senhora Comissária chamou, com toda a razão, um passo histórico em direcção à liberalização do regime de vistos relativo aos Balcãs Ocidentais.

A Senhora Comissária Ludford disse, e muito bem, que há considerações práticas profundas que justificam porque é que isto é importante para nós e não uma simples medida reactiva. Assim, em nome do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, quero agradecer à relatora, a senhora deputada Fajon, pelo trabalho cuidado e metucioso que desenvolveu com vista a conduzir a União Europeia em direcção a este último objectivo da abolição do regime dos vistos para todos os países dos Balcãs Ocidentais, o que foi conseguido - refira-se - com a colaboração dos relatores-sombra e da Comissão e do Conselho.

Embora seja muito claro que a maioria vê esta liberalização como muito benéfica para ambos os lados, acontece que temos de ter também o apoio de toda a Assembleia sobre as questões do roteiro e da garantia de que serão realizadas reformas de fundo em todos aqueles países, com vista a ganhar a necessária confiança para um regime de liberalização do regime de vistos irrepreensível.

A tarefa que cabia à nossa relatora era a de abrir o caminho para a liberalização do regime de vistos com o apoio da Assembleia. Conseguiu fazê-lo graças a uma declaração que negociou com o Conselho, declaração essa que aborda a liberalização do regime de vistos para a Macedónia, a Sérvia e o Montenegro, uma aceleração do regime de liberalização para a Albânia e a Bósnia e Herzegovina, e um compromisso sensível sobre a questão do Kosovo.

Por todas estas razões, o meu grupo apoia este relatório e espera que ele seja largamente apoiado pelo Parlamento.

Ulrike Lunacek, em nome do Grupo Verts/ALE. - (DE) Senhora Presidente, em primeiro lugar, gostaria de me associar ao orador anterior na expressão dos mais sinceros agradecimentos a ambas as reladoras, senhoras deputadas Fajon e Ludford, pelo seu trabalho em nome, respectivamente, da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos e da Comissão dos Assuntos Externos, e também aos relatores-sombra. Conseguimos apresentar uma proposta instando a Comissão e o Conselho a apresentar um pacote alargado para todas as pessoas dos Balcãs Ocidentais, não deixando ninguém de fora. Espero muito sinceramente - e dirijo-me ao Senhor Comissário Barrot a este respeito - que seja possível convencer o Conselho de que o objectivo da liberalização dos vistos deve ser igualmente aplicável ao Kosovo, de modo que o diálogo possa começar agora e que a liberalização do regime de vistos também seja concretizada para a Bósnia e a Albânia, o mais tardar em meados do próximo ano. Por mim, preferiria que fosse mais cedo.

Gostaria de deixar uma questão bem clara. Evidentemente que estamos a falar da execução, mas ouvi dizer que ainda nada foi implementado na Sérvia. Gostaria de saber o que pensa sobre este assunto. É importante que tudo seja implementado. Gostaria de agradecer a todos os que colaboraram e espero que todas as pessoas...

(A Presidente retira a palavra à oradora)

Doris Pack (PPE). - (DE) Senhora Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, há vinte anos atrás, os meus compatriotas da Alemanha Oriental obtiveram a liberdade de viajar. Alguns anos mais tarde, Slobodan Milošević arbitrariamente pôs em causa a liberdade de viajar dos sérvios, tirando-a em seguida, não só aos sérvios, mas também, depois, a todos os outros países da região. Quantas vezes, desde 2000, nós, nesta Casa, em declarações e em debates públicos, manifestámos o nosso desejo de haver liberdade de circulação - circular com isenção de visto - para os países do Sudeste da Europa. Sabemos que a UE não pode conseguir isto por si só, pois os governos nacionais têm de dar o seu aval. Precisamos de acalmar os receios da nossa população. Os criminosos estão em todo o lado - não precisam de visto! Mesmo sem ele, atravessam as nossas fronteiras. Assim sendo, não se trata de algo que nos deva preocupar.

Estamos a falar de uma geração de jovens que, com a ajuda da isenção de visto, pode finalmente ir para onde quer. Estamos, portanto, muito satisfeitos por os cidadãos da Macedónia, Montenegro e Sérvia poderem agora, finalmente, viajar livremente outra vez. Que maravilha! Há ainda uma gota de tristeza pelo facto de a Albânia, a Bósnia-Herzegovina e o Kosovo ainda não se poderem juntar a eles, mas em Dezembro, esperamos que a Comissão reconheça os enormes progressos registados pela Albânia e veja que, na Bósnia-Herzegovina, também houve uma certa quantidade de melhorias. Infelizmente, na Bósnia-Herzegovina, há políticos que estão menos preocupados com os interesses de seus concidadãos, dado que estão seguros de que eles próprios, claro, usufruem de isenção de visto. Por isso, penso que temos de garantir que, até o próximo Verão, tal seja possível. Espero que o Senhor Comissário Barrot nos possa ajudar neste ponto. No entanto, não podemos esquecer o Kosovo, que não pode ficar como a ovelha negra restante do passado. Temos a obrigação de ajudar o Kosovo a cumprir os requisitos, pois não conseguem fazê-lo sozinhos. Conceder isenção de visto é um acto profundamente humanitário. Apraz-me registar que todos estivemos em posição de fazer com que isto acontecesse. Obrigada por esta oportunidade, Senhor Comissário Barrot.

Kinga Göncz (S&D). – (HU) A Europa e a União Europeia começaram como um projecto de paz e atravessam agora o mais longo período de paz da sua história. Nessa perspectiva, temos bem consciência do quanto a integração pode ser um poderoso instrumento. Um instrumento que devemos, pois, utilizar agora nos Balcãs Ocidentais.

Os Balcãs Ocidentais atravessaram recentemente um período de guerra extremamente traumático, que causou enorme sofrimento a um grande número de pessoas. Urge avançar no processo de integração europeia para superar essa situação. As viagens isentas de visto são um passo importante nesse sentido. Vários oradores salientaram aqui a oportunidade que isso daria aos jovens de estabelecerem contactos directos e ganharem experiência em primeira mão, a par da possibilidade de, por essa via, as forças democráticas crescerem em força. Não se trata apenas de enviar uma mensagem de confiança, ou da vantagem de viajar sem obrigação de visto. A Europa também pode beneficiar do ponto de vista da segurança e em termos económicos com a aproximação dos Balcãs Ocidentais à União Europeia. Importa, porém, não criarmos novas divisões na região, mas garantirmos, isso sim, que todos os países possam participar, quanto antes, do regime de isenção de vistos.

Emine Bozkurt (S&D). – (NL) Amanhã, o Parlamento Europeu vai emitir o seu voto sobre a abolição da obrigação de vistos para estadias de curta duração para os países dos Balcãs. Nem todos os países para os quais foi elaborado um roteiro são elegíveis para receber essa isenção em 1 de Janeiro.

É muito lamentável que, num dos países, a Bósnia-Herzegovina, a proposta da Comissão permita que haja uma distinção entre diferentes grupos da população, designadamente entre aqueles que podem viajar sem visto para a Europa com passaportes croatas ou sérvios, e aqueles – os muçulmanos bósnios – que não possuem esses passaportes. Esta é uma distinção constrangedora, tendo em conta a história recente daquele país.

Cabe ao Parlamento Europeu enviar, amanhã, um sinal à Bósnia-Herzegovina e à Albânia. Critérios são critérios, e estes requisitos têm de ser preenchidos para se obter isenção da obrigação de visto. Porém, assim que estes padrões tiverem sido cumpridos, a isenção de vistos deverá ser concedida com a maior brevidade possível.

Constatámos que já muito foi feito para cumprir esses padrões, e convidamos a Comissão a ajudar a Bósnia-Herzegovina e a Albânia a preencherem todos os requisitos tão depressa quanto possível.

Zoran Thaler (S&D). – (SL) Para os cidadãos dos países Balcãs, a abolição da obrigação de vistos para viajar para a União Europeia não tem apenas uma dimensão técnica, mas, sim, uma carga e um significado político excepcional. Hoje, comemoramos felizmente no Parlamento o 20º aniversário da queda do Muro de Berlim e de um socialismo caduco. Contudo, Skopje, Podgorica e Belgrado poderão finalmente, neste Natal e Ano Novo, celebrar a queda de um muro de vistos que os separou de nós por quase 12 anos.

Durante quase 20 anos, a maioria da população da antiga Jugoslávia viu recusada a oportunidade de viajar livremente pela Europa, algo a que estavam habituados anteriormente, quando ainda eram cidadãos da federação socialista que ruiu. Estamos a começar a ver as consequências nefastas desse isolamento, que se prolongou durante uma geração inteira, pelo que já é bem tempo de se pôr fim a esta situação.

Contudo, os macedónios, os montenegrinos e os sérvios deveriam ser acompanhados pelos bósnios e herzegovinos, albaneses e kosovares o mais cedo possível, em 2010. Só isso permitirá às novas gerações desses países ver e vivenciar finalmente o mundo exterior, estabelecer contactos com outros europeus,

contribuir para o desenvolvimento dos valores europeus no seu país e preparar as suas nações para uma adesão completa à nossa história europeia comum – a União Europeia.

Como relator do Parlamento para a Macedónia, recebi imensas chamadas telefónicas nos últimos dias de cidadãos de vários países Balcãs. Gostaria de lhe reassegurar, a alto e bom som, que a possibilidade de viajar para a UE com isenção de visto não substitui a sua adesão à UE. Viajar livremente na UE equivale a um passo rumo à plena adesão à UE.

Kinga Gál (PPE). – (HU) Gostaria de saudar este relatório e de felicitar os relatores e os relatores-sombra. Gostaria também de dizer que, pelo que vejo, neste 20º aniversário da queda do Muro de Berlim, a garantia de passagem das fronteiras, no caso dos países dos Balcãs Ocidentais, está a tornar-se parte do rol de acontecimentos iniciados há vinte anos, sendo como que a queda de um novo muro.

Esta a razão por que devemos saudar esta proposta. Contudo, não devemos esquecer que a questão de autorizar as viagens sem a obrigação de visto apenas em parte é uma questão técnica, já que possui também, claramente, uma vertente política muito forte. Daí a sua importância. Também apoio a aceitação da Declaração Comum, pois ela é a prova de que as Instituições europeias compreenderam esta responsabilidade. Uma responsabilidade que ao mesmo tempo implica acção. Acção, antes de mais, por parte daqueles Estados que não foram capazes de preencher as condições do regime de isenção de vistos, para que cumpram quanto antes esses requisitos, e acção, em segundo lugar, por parte da Comissão Europeia, sem cuja ajuda o processo tenderia a arrastar-se.

Axel Voss (PPE). – (DE) Senhora Presidente, creio que estamos no caminho certo no que diz respeito aos Estados dos Balcãs. Conseguimos uma aproximação através de facilitação de vistos e isso vai ajudar a criar estabilidade, embora seja também um sinal do nosso apreço pelos esforços que têm sido feitos. Penso, no entanto, que também é benéfico para nós mantermos um conjunto de regras claras e para que os requisitos relativos a estas também sejam ser respeitadas. A este respeito, gostaria particularmente de agradecer à senhora deputada Corazza Bildt pelos esforços que tem desenvolvido.

Qualquer outra coisa seria, na minha opinião, uma pura decisão à moda de Bruxelas, com um sistema claro a ser abandonado e sem se mostrar honestidade para com as pessoas afectadas nos Estados dos Balcãs, exactamente tão pouca como a que é mostrada ao nosso próprio povo. Os sinais políticos não devem ser colocados em nota de rodapé ou em anexo a uma directiva ou regulamento europeus, pois estes precisam de ser formulados correctamente.

Elżbieta Katarzyna Łukacijewska (PPE). – (PL) Senhora Presidente, apraz-me que os cidadãos dos países dos Balcãs Ocidentais possam vir a circular livremente na União Europeia, o que facilitará o contacto interpessoal, alargará as possibilidades de negócio e criará condições para os residentes da região conhecerem melhor a Europa.

Não podemos, porém, permitir que os nossos vizinhos de Leste fiquem isolados. Não podemos negar-lhes a oportunidade que estamos a dar a outros países europeus. Há que estabelecer, também para eles, critérios claros e um plano de acção que vise a liberalização do regime de vistos. Não esqueçamos que o custo de um visto é uma despesa considerável para os cidadãos residentes nesses países, para além de os pedidos demorarem muito tempo a ser processados, o que restringe as possibilidades de desenvolver toda uma gama de formas de cooperação.

Recordemos também que, em 2012, o campeonato europeu de futebol se realizará na Polónia e na Ucrânia, pelo que é especialmente importante possibilitar a livre circulação.

Cristian Dan Preda (PPE). – (RO) Também eu gostaria de salientar a importância da liberdade de circulação enquanto direito fundamental e reconfirmar que vários cidadãos dos países dos Balcãs Ocidentais gozarão deste direito. Evidentemente que saúdo esta abertura.

Contudo, simultaneamente, lamento o facto de este relatório, em última análise, não fazer a mais pequena referência a um país incluído na Parceria Oriental. Creio que precisava de incorporar a Moldávia, ainda que só simbolicamente. Ao referir a Moldávia, aludimos a um país que fez um progresso considerável em termos políticos. Penso que o muro mais sólido que conhecemos na Europa está na fronteira de leste, entre a Roménia e a Moldávia. A meu ver, este é um facto a lamentar.

Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão. – (FR) Senhora Presidente, muito obrigado a todos os intervenientes que apoiaram largamente o processo de abolição de vistos, tornando assim claro que a liberdade

de circulação era, obviamente, muito desejável. Como o senhor deputado Moraes disse, essa liberdade é benéfica para ambas as partes – para a Europa e para os Estados dos Balcãs.

Agradecendo a todos os oradores, e à senhora deputada Fajon, em particular, gostaria simplesmente de dizer, Senhora Presidente, que, desde que parte das decisões relativas à Antiga República Jugoslava da Macedónia, ao Montenegro e à Sérvia já foram em grande medida tomadas, temos prestado uma assistência permanente à Albânia, que visitei pessoalmente, e à Bósnia-Herzegovina, precisamente a fim de ajudar esses países a progredir – e vamos continuar a fazê-lo.

Creio que a muito célere aprovação desta resolução indica bem que poderemos passar rapidamente aos demais Estados e, em particular, à Bósnia-Herzegovina e à Albânia, sem esquecer, obviamente, o Kosovo.

PRESIDÊNCIA: VIDAL-QUADRAS

Vice-presidente

Tanja Fajon, relatora. - (EN) Senhor Presidente, quero mais uma vez agradecer todas as contribuições que recebi, que provam que a União Europeia apoia claramente a liberalização do regime de vistos para todos os países dos Balcãs Ocidentais.

Lamento que o Senhor Ministro sueco não esteja presente, pois a nossa colaboração foi excelente. Congratulo-me com o enorme empenho da Comissão no sentido de acelerar o processo relativamente à Bósnia e Herzegovina e à Albânia, e espero que ambos os países introduzam regimes de isenção de vistos logo que atinjam os necessários critérios - o mais rapidamente possível, eventualmente no próximo Verão.

Devo dizer que envolvi toda a gente nisto, e tenho perfeita consciência do que os Tratados dispõem. Mas estamos numa Assembleia de ordem política, e todos nós fazemos uma política séria e da melhor maneira que sabemos.

Mais uma vez quero congratular-me com a abolição dos vistos para a Macedónia, a Sérvia e o Montenegro em 19 de Dezembro, e espero sinceramente que a Bósnia e Herzegovina e a Albânia se lhes sigam logo que possível. Estamos a falar do destino da geração jovem. É nossa responsabilidade política terminar este processo de liberalização do regime de vistos, e temos também de encontrar uma solução para o povo do Kosovo.

Muito obrigado pela vossa colaboração.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã às 11H00.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Kinga Gál (PPE), por escrito. - (HU) Senhor Presidente, Senhor Comissário, começo por felicitar o relator e o relator-sombra por terem conseguido apresentar um compromisso aceitável nesta matéria. A questão de autorizar as viagens sem a obrigação de visto apenas em parte é uma questão técnica. Possui também, decididamente, um forte cariz político. O regime de isenção de vistos assenta na confiança mútua e em compromissos. Daí o meu apoio não só ao relatório mas também à aceitação da Declaração Comum, pois ela é a prova de que as Instituições europeias compreenderam esta responsabilidade.

A responsabilidade, já se vê, implica acção. Acção, antes de mais, por parte daqueles Estados que não foram capazes de preencher as condições do regime de isenção de vistos. Têm de envidar todos os esforços para cumprirem essas condições quanto antes. E acção, também, por parte da Comissão Europeia, sem cuja ajuda eficaz este processo simplesmente se arrastaria, o que não é do nosso interesse. Também se trata aqui da Bósnia e Herzegovina, da Albânia e do Kosovo.

Na minha qualidade de eurodeputada húngara, gostaria uma vez mais de assinalar que, graças à isenção da obrigação de visto no que respeita à Sérvia, vai passar a existir uma ligação mais directa entre os húngaros que residem em Voivodina, na Sérvia, e a sua terra natal, para além de uma ligação mais directa, também, com a União Europeia. Os cidadãos que vivem de um ou outro lado destas fronteiras, que falam a mesma língua e estão ligados entre si por estreitos laços familiares e culturais, mal conseguem encontrar palavras para expressar o quanto significa para eles poderem atravessar a fronteira sem entraves nem a obrigação de visto. Hoje, estamos a comemorar o 20º aniversário da queda do Muro de Berlim e a cortar o arame farpado. No caso dos países dos Balcãs Ocidentais, a garantia de passagem das fronteiras está a tornar-se parte do rol de acontecimentos iniciados há vinte anos, e é como que a queda de um novo muro.

21. Apoio financeiro a médio prazo às balanças de pagamentos dos Estados-Membros e condicionalidade social (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a pergunta oral (O-0102/2009) apresentada pelos deputados Tatjana Ždanoka, Jean Lambert, em nome do Grupo Verts/ALE, Alejandro Cercas, em nome do Grupo S&D, Marian Harkin e Elizabeth Lynne, em nome do Grupo ALDE, à Comissão, sobre o apoio financeiro a médio prazo às balanças de pagamentos dos Estados-Membros e condicionalidade social (B7-0215/2009).

Tatjana Ždanoka, autora. - (EN) Senhor Presidente, sou da Letónia, um país severamente afectado pela crise financeira. A Letónia correu o risco de abrir falência, se não fosse o apoio financeiro do exterior. Recebemos esse apoio da União Europeia e do FMI. Mas com a condição de o Governo letão proceder a cortes orçamentais. Fê-lo através da redução das pensões em 10% e das pensões dos pensionistas trabalhadores em 70%, da redução dos abonos de família e dos subsídios de maternidade para pais trabalhadores em 10%, e ainda da redução do limite mínimo do imposto sobre o rendimento isento das pessoas singulares.

A abordagem, como se pode ver, foi uma abordagem igualitária. Fosse a pensão de 100 euros ou de 1000 euros, eram retirados 10%. A Comissão congratulou-se com esses cortes escandalosos, e assinou um memorando de acordo com a Letónia. Desde o início que era óbvio que tais cortes não selectivos iriam afectar sobretudo as camadas mais vulneráveis da sociedade. Será que a Comissão não tem conhecimento do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social?

A situação na Letónia não é única na União. A Hungria e a Roménia receberam empréstimos comunitários. Outros países poderão um dia ser igualmente obrigados a pedir empréstimos. Assim, temos de evitar criar o precedente de aceitarmos medidas anti-sociais.

Senhora Comissária, claro que se pode dizer que a senhora só dá o dinheiro, que os responsáveis pela política social são os governos. Mas os direitos sociais são juridicamente vinculativos nas instituições da União Europeia. O que significa que tudo o que as instituições fazem deve ser avaliado no que respeita aos direitos sociais. Caso contrário, afirmar que um dos valores da UE passa por um nível elevado de protecção social apenas suscitará um sorriso irónico.

Elizabeth Lynne, autora. - (EN) Senhor Presidente, não se trata aqui de dizer aos Estados-Membros onde é que eles devem ou não gastar o seu dinheiro. Cada país tem as suas prioridades imediatas para ultrapassar as dificuldades financeiras que está a enfrentar.

Mas quando os Estados-Membros recebem ajuda da União Europeia ao abrigo desta rubrica, devem ser incentivados a gastá-lo de uma forma que respeite os princípios da União; por outras palavras, não podem ignorar a necessidade de segurança social e de inclusão social.

Esta crise financeira afectou gravemente as pessoas em toda a União Europeia, pelo que está certo que este fundo exista. Milhões de pessoas perderam os seus empregos. Muitos dos que ficaram desempregados nesses Estados-Membros são extremamente vulneráveis e têm muito poucas probabilidades de arranjar emprego rapidamente. Eis a razão por que é tão importante não ignorar as redes de segurança social nesses Estados-Membros.

Perguntámos muito concretamente na nossa pergunta oral se os Estados-Membros são obrigados a incluir uma avaliação de impacto social nos relatórios que submetem à Comissão. Gostaria que me informasse se é esse o caso.

É importante transmitirmos a mensagem correcta aos Estados-Membros que estão a receber financiamento europeu através da assistência financeira a médio prazo. Pessoalmente, creio que devemos tornar claro que a Comissão pode ter em linha de conta a forma como as pessoas mais vulneráveis foram ajudadas antes de concordar em reforçar a assistência.

Estou ciente de que, quando os Estados-Membros estão com dificuldades financeiras, nem sempre é muito fácil terem consciência das suas obrigações sociais, razão desta pergunta oral. É extremamente importante recordar que esta crise financeira também possui uma face humana, e que essa face é muitas vezes representada por aqueles já muito marginalizados na sociedade.

Alejandro Cercas, autor. - (ES) Senhor Presidente, Senhor Comissário, antes de fazer a pergunta, li atentamente as perguntas anteriores e passei em revista as posições que o Parlamento tomou em relação a estas questões. É um facto, não uma opinião, que, em 24 de Abril deste ano, o Parlamento aprovou uma

resolução legislativa com o objectivo de alterar o Regulamento (CE) n.º 332/2002, que, nos termos do artigo 100.º do Tratado, regula estes instrumentos financeiros.

Nessa resolução, Senhor Comissário, o Parlamento apoiava estas ajudas com o objectivo de resolver os problemas específicos em matéria de finanças públicas dos Estados-Membros que foram mais afectados pela crise financeira, manifestava a sua inteira solidariedade, principalmente para com os Estados que aderiram mais recentemente à UE, mas, ao mesmo tempo, Senhor Comissário, o Parlamento dizia claramente que essas ajudas deviam ser condicionadas e estabelecia quatro critérios, que são os objectivos comunitários.

São eles, em primeiro lugar, que tem de haver qualidade na despesa pública, que não se pode desbaratar dinheiro; em segundo lugar, que os sistemas de segurança social e o crescimento sustentável devem ser respeitados; em terceiro lugar, que a política de pleno emprego de qualidade não deve ser abandonada; e, em quarto lugar, que as alterações climáticas têm de ser combatidas. É lógico que, se estes são bons objectivos para nós, eles deverão também ser respeitados nesses países.

Entretanto, poucos meses volvidos, recebemos um considerável número de relatórios de ONG, sindicatos e cidadãos sobre um desses quatro países que receberam montantes de ajuda muito significativos para apoiar as suas finanças públicas: 3,1, 2,2 e 5 mil milhões de euros. Indicam-nos cifras como as que a minha colega acabou de citar: cortes de 40% no sector da educação; cortes de 10% no programa de pensões; redução para metade dos subsídios pagos aos doentes, etc.

Senhor Comissário, perante esta situação, este Parlamento quer, quando mais não seja, que o nosso silêncio não seja aí interpretado – como está a ser interpretado – como se fôssemos nós a impor tais medidas; pelo menos, nós não deveríamos ser cúmplices dessa interpretação de que é a Europa que está a atacar essas camadas da população mais carenciadas. Se possível, Senhor Comissário, devemos evitar que sejam os mais fracos a suportar os custos do ajustamento.

Joaquín Almunia, *Membro da Comissão*. – (ES) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, os problemas na Letónia, na Hungria e na Roménia, que são os três países da União Europeia que estão neste momento a receber empréstimos através do mecanismo de apoio à balança de pagamentos - são problemas que não foram criados nem por este Parlamento, nem pela Comissão Europeia, nem pela União Europeia; são problemas criados pela crise económica, mas que foram agravados pela má gestão e pelas más políticas conduzidas pelos responsáveis políticos desses países. Digo isto porque há países na mesma região da União Europeia que a Letónia, na mesma região da União Europeia que a Hungria e na mesma região da União Europeia que a Roménia que não estão a ter os mesmos problemas e que estão a conseguir enfrentar melhor a crise, com apoio dos orçamentos comunitários, através dos Fundos Estruturais e de Coesão, com a protecção dada pela filiação na União Europeia e pela perspectiva de adesão ao euro, sem terem, contudo, necessidade de solicitar a assistência do mecanismo de apoio à balança de pagamentos.

Por que razão tiveram estes dois países de pedir assistência? Por que motivo tivemos de emprestar-lhes dinheiro? Não foi por culpa da Comissão, ou do Parlamento, ou da União Europeia em geral: foi por causa da má gestão nesses países.

Como estamos a ajudá-los? Estamos a fazê-lo emprestando-lhes dinheiro; e ninguém concede empréstimos sem impor condições; não temos autorização deste Parlamento nem do Conselho para conceder empréstimos sem condições. Empréstamos sob determinadas condições, e estamos a impor a esses países algumas condições que são duras, porque a sua situação é extraordinariamente difícil, mas dizemos-lhes: "não façam cortes para poderem co-financiar os Fundos Estruturais e o Fundos de Coesão; não adoptem medidas regressivas; não façam cortes que prejudiquem os mais fracos". Por vezes somos bem sucedidos, e por vezes não, infelizmente, porque a solução não está nas nossas mãos, mas nas mãos deles.

Por conseguinte, partilho as vossas preocupações, e não só as partilho, mas transmito-as também, em nome de todos vós, a esses governos, ao mesmo tempo que lhes dou dinheiro em nome da União Europeia: 3.1 mil milhões de empréstimo à Letónia, e montantes também muito avultados à Roménia e à Hungria.

Mas atenção: ninguém empresta sem condições, e eu não estou autorizado a fazê-lo em vosso nome, em nome dos Estados-Membros. Não podemos - para o bem ou para o mal - tomar decisões que são da responsabilidade dos governos e dos parlamentos desses países.

O que fazemos é alertar os governos e dos parlamentos desses países, em primeiro lugar, para a sua responsabilidade por conduzirem os seus países a uma crise que outros países não estão a sofrer de uma forma tão intensa, e, em segundo lugar, para o facto de que há medidas que não podem ser tomadas e de que não estamos dispostos a emprestar-lhes dinheiro a fim de adoptarem medidas que vão além das que são

estritamente necessárias para ajustar as finanças públicas e para colocar esses países em condições de encararem o futuro sem precisarem de pedir empréstimos à União Europeia.

Jean-Paul Gauzès, *em nome do Grupo PPE*. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, creio que as considerações que o Senhor Comissário acabou de tecer respondem verdadeiramente à pergunta que foi feita.

A União Europeia não disponibiliza fundos sem condições. Tais condições foram enunciadas: qualidade da despesa pública, objectivos de desenvolvimento sustentável, política de emprego, alterações climáticas, mas também, obviamente, a necessidade de corrigir o mais rapidamente possível as insuficiências da anterior administração, por forma a que esses países que estamos a ajudar possam alcançar o nível requerido.

Porém, numa crise como a que estamos a atravessar, creio que não podemos exagerar com as condições. Temos de confiar em que os governos dos Estados-Membros que recebem ajudas europeias tomam as medidas necessárias e evitam, como o Senhor Comissário disse, as medidas que poderiam ser regressivas ou viradas para o passado.

Claro está que as despesas sociais são importantes – devem ser preservadas –, mas também aqui temos de confiar em que os Estados-Membros adoptam as medidas necessárias para corrigir a situação e não se entregam a controlos miudinhos, que de qualquer modo seriam ineficazes.

O momento de avaliar a forma como os Estados-Membros utilizaram a ajuda europeia chegará quando forem concedidas eventuais novas ajudas, e será então que poderemos talvez retirar conclusões das medidas que foram inapropriadas, em particular na esfera social.

Pervenche Berès, *em nome do Grupo S&D*. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, como muito bem se recordarão, quando, em 24 de Abril – conforme assinalou o meu colega, o senhor deputado Cercas, – nós aceitámos, validámos e ratificámos o aumento do limiar do mecanismo de apoio às balanças de pagamento, fizemo-lo sob duas condições: a primeira é que essa ajuda fosse sujeita a determinadas condições, especialmente no caso da ajuda social; a segunda é que houvesse transparência, de modo a que este Parlamento soubesse claramente as condições em que tais acordos foram celebrados com os Estados-Membros em questão. Penso, pois, que o debate que realizamos esta noite é um debate justo, útil e democrático, um debate que deve dar provas de eficácia.

Encontramo-nos numa situação absolutamente crítica que afecta a União Europeia, e podemos ver claramente que esta crise está a abalar os próprios alicerces da solidariedade entre os Estados-Membros, e especialmente os da solidariedade para com determinados Estados-Membros. As notícias que nos chegam da Roménia agravam apenas esta situação, o que nos coloca numa posição muito difícil devido à incerteza política gerada pelas consequências desta crise em particular.

Porém, não gostaria que incorrêssemos nos mesmos erros do passado, especialmente aqueles que pudemos imputar ao FMI, que, há uma dezena de anos, aplicava fórmulas que acabavam por agravar as coisas. Além disso, discordo fortemente do meu colega, o senhor deputado Gauzès, quando aconselha que não se efectuem controlos miudinhos, mas se espere pelo próximo pedido para avaliar a qualidade da afectação da ajuda. Não! É na altura que se afecta a ajuda que se podem definir as condições, e eu julgo que a Europa já pagou o suficiente por não ter examinado a condicionalidade da ajuda em muitos domínios, para que possa fechar os olhos no caso vertente.

Não podemos aceitar hoje, no seio da União Europeia, que sejam os mais vulneráveis a pagar as políticas de ajustamento. Creio que não se trata de imputar à Comissão a responsabilidade pela má gestão da política letã. Ninguém nesta Câmara lhe indicou, Senhor Comissário, que era esse o caminho que queríamos seguir.

Porém, não podemos aceitar que sejam os mais vulneráveis a suportar os custos da afectação do orçamento da União Europeia e da nossa solidariedade para com a Letónia, pois não cremos que essa seja a forma de restabelecer a solidariedade e o equilíbrio da economia letã.

Marian Harkin, *em nome do Grupo ALDE*. – (EN) Senhor Presidente, o processo de segurança social e de inclusão social na União Europeia é fundamental para garantir a realização do objectivo estratégico da União Europeia que consiste num crescimento económico sustentável, em mais e melhores empregos e numa maior coesão social.

Durante uma crise económica, aumentam os riscos de pobreza e exclusão social para muitos cidadãos, mas sobretudo para aqueles que vivem nas margens da sociedade, para aqueles que ficaram desempregados e

para aqueles que contam com os diversos tipos de redes de segurança social operando dentro dos Estados-Membros.

Esta pergunta à Comissão pretende saber se ela está a tentar integrar a protecção social e o processo de inclusão no fornecimento de assistência financeira a médio prazo às balanças de pagamentos dos Estados-Membros, nos termos do Regulamento (CE) n.º 332/2002 do Conselho.

Sou sempre muito sensível à imposição de demasiadas condições e de excessivos cortes nos beneficiários de assistência, o que se aplica tanto aos Estados-Membros como às PME e aos indivíduos. Contudo, quando essa imposição puder ajudar a concretizar um princípio europeu central como a inclusão social, então é de facto importante. Não podemos aspirar a um processo de inclusão social e produzir montanhas de documentos destinados a definir como alcançá-lo, se, ao mesmo tempo, não garantirmos que o processo é integrado nas nossas iniciativas.

A Senhora Comissária afirma que impusemos condições difíceis à atribuição destes empréstimos. Mas não disponho de informação suficiente sobre que condições são essas, e se incluem efectivamente condicionantes sociais.

Independentemente das circunstâncias como os fundos da UE são distribuídos, não podemos lavar as nossas mãos e esperar que tudo corra pelo melhor. Foi-nos pedido que confiássemos nos Estados-Membros. Confiar nos Estados-Membros está muito certo, mas a confiança tem sempre de ser ganha e, se existem motivos de preocupação, há que esclarecê-los.

Patrick Le Hyaric, em nome do Grupo GUE/NGL. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, a maioria dos economistas dizem hoje que a crise se deve em larga medida à transferência da riqueza criada pelo trabalho para o capital, para os lucros. Além disso, de uma maneira geral também se concorda que foi nos países que mantiveram os seus sistemas de protecção social e os seus serviços públicos que as populações sofreram relativamente menos com a crise.

Porém, o problema que esta noite nos ocupa prende-se efectivamente com o tipo de condições que são estabelecidas para a concessão de ajudas europeias ou ajudas do Fundo Monetário Internacional às populações. Estas ajudas não já não podem ser condicionadas à aplicação de planos de ajustamento estrutural que reduzam as despesas sociais, as despesas de formação, privatizando sectores públicos, incluindo os serviços sociais de interesse geral. Foi isto que hoje se tornou ineficaz, e é preciso reconhecê-lo. Tudo isso apenas conduzirá ao agravamento da crise, ao desemprego e à pobreza.

É por isso que, em nossa opinião, temos de inverter os critérios dessa condicionalidade e de decidir que os fundos públicos europeus ou os fundos do FMI possam ser condicionados, combinados com um novo sistema de dotações e atribuídos de acordo com novos critérios que visem e incentivem uma nova distribuição da riqueza, por forma a aumentar os salários, as pensões e os requisitos sociais mínimos, e a manter um elevado nível de protecção social, a garantia de um emprego para todos. Afinal, é o progresso social que anda de mãos dadas com a eficácia económica, e não o contrário.

Arturs Krišjānis Kariņš (PPE). – (LV) Senhor Presidente, Senhor Comissário, a Comissão Europeia mostrou uma compreensão clara e cooperante com os Estados-Membros que têm encontrado dificuldades fiscais por causa da crise. Não é possível manter sistemas de apoio social estáveis e fortes se os Estados-Membros não tiverem economias fortes. Os meus colegas propõem que se restrinja as condições para oferecer apoio financeiro, mas, no meu entender, tal é, em princípio, indesejável. Em vez disso, deveríamos considerar seriamente a possibilidade de alargar as condições em que o apoio financeiro pode ser obtido, permitindo que seja usado não apenas para reforçar os orçamentos e os sistemas financeiros dos estados, mas também para o desenvolvimento da economia.

É necessário investimento na economia para garantir um sistema de apoio social estável, a longo prazo. A utilização dos recursos de ajuda financeira também deste modo, seria a melhor forma de proporcionar ajuda com a maior rapidez possível aos Estados-Membros em dificuldades financeiras. A recuperação dos Estados face à crise e sua subsequente estabilização está estreitamente ligada à política da União Europeia em relação a esses Estados. Apenas acção harmonizada e eficaz poderá produzir resultados à escala da UE. A ajuda financeira não é, e não pode ser, a única maneira de os países europeus poderem apoiar-se mutuamente. Devem ser encontradas soluções complexas para promover o desenvolvimento económico de todos os Estados-Membros da União Europeia.

Kinga Göncz (S&D). – (HU) Os países de que estamos a falar, neste caso, são os novos Estados-Membros da União Europeia que, na sequência das mudanças de regime, tiveram de olhar por aqueles que ficaram a perder com a mudança de regime, tornar-se mais competitivos após um processo de reestruturação económica num mercado aberto, e criar e construir economias com estruturas equilibradas. Por conseguinte, as pessoas nestes países são as que possuem menos reservas. Devido ao elevado rácio da dívida, baseado na moeda local, estão a ter grandes dificuldades em amortizar os empréstimos à habitação contraídos. O desemprego está a subir, devido a problemas económicos que se desenvolvem unilateralmente, e as despesas sociais estão consequentemente a diminuir.

Assiste-se a um aumento da instabilidade, sobretudo no plano político, em resultado das tensões sociais. São hoje em maior número os países onde cresce o apoio às posições extremistas, e onde o populismo ganha terreno. Creio que, ao procedermos à avaliação da situação, importa ter todos estes factores em conta e ponderar sobre outras medidas a tomar com vista ao reforço da solidariedade europeia, e com base na mesma.

Jürgen Klute (GUE/NGL). – (DE) Senhor Presidente, o tema em debate esta noite já esteve por diversas vezes na ordem do dia do Parlamento Europeu. É bem sabido que, na sua concessão de auxílio, a Comissão é guiada pelas condições do Fundo Monetário Internacional. Este ponto já foi referido algumas vezes.

Neste contexto, as questões têm sido repetidamente apresentadas à Comissão pelo Parlamento Europeu. Em Novembro de 2008, o Parlamento Europeu instou a Comissão a apresentar uma análise dos efeitos do comportamento dos bancos que, naquela época, haviam transferido seus activos para fora dos Estados-Membros que tinham recentemente aderido à UE. Em 24 de Abril deste ano, o Parlamento Europeu reiterou o seu pedido. Solicitou igualmente que fosse mantido a par das declarações de intenções entre a Comissão e os Estados-Membros que recebem auxílio, sendo as condições para a ajuda definidas em pormenor. Tanto quanto sei, não foi obtida até à data, qualquer resposta a estes pedidos.

Assim sendo, minha primeira pergunta é esta: é correcto que estes pedidos tenham, até ao momento, sido respondidos? Em caso afirmativo, a minha segunda pergunta é a seguinte: por que razão estes pedidos não foram ainda atendidos? Consequentemente, a terceira pergunta é: quando podemos esperar uma resposta a estes pedidos?

Theodor Dumitru Stolojan (PPE). – (RO) Como representante da Roménia, um país que beneficiou de apoio financeiro por parte da Comissão Europeia à sua balança de pagamentos, gostaria de agradecer a esta Instituição a celeridade com que actuou na concessão deste apoio, sem o qual os problemas económicos e sociais da Roménia seriam tão mais difíceis.

Os países que receberam ajuda financeira têm seguramente muitos problemas sociais, pelo que cabe discutir que tipo de condicionalidade social poderá ser incluída nestes acordos de apoio financeiro. Se colocarmos o problema desta maneira, temos de ter presente que existem sistemas de seguros e de assistência social nestes países que contribuíram para os desequilíbrios que levaram à necessidade de conseguir apoio financeiro à balança de pagamentos. Daí que, se queremos debater a condicionalidade social, impõe-se também debater as reformas a realizar necessariamente nestes sectores sociais, em primeiro lugar, o regime de pensões, de modo a viabilizar uma sustentabilidade financeira a longo e a médio prazo, a qual contribuirá para resolver radicalmente os problemas nestes países.

Proinsias De Rossa (S&D). – (EN) Senhor Presidente, a OIT afirmou recentemente - em Junho, quando lançou o seu Pacto Global para o Emprego - que o mundo vai ficar diferente depois da crise.

Temo que não seja isso que está a acontecer. Depois de terminar esta crise, deveríamos assistir a uma economia mais sustentável com trabalho decente, com serviços públicos de qualidade e com uma globalização justa, visando a implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Mas não é isso que estamos a ver. O que estamos a presenciar é um corte da parte dos bancos e dos financiadores europeus e em todo o mundo, que estão muito simplesmente a tentar manter os seus privilégios.

Ao mesmo tempo que a Comissão aprova a injeção de milhares de milhões de euros nos fundos dos bancos irlandeses, o Governo irlandês está, neste preciso momento, a planear destruir o desenvolvimento local, destruir os programas de desenvolvimento comunitário apoiados pela União Europeia. Está a preparar a destruição do nosso sistema educativo.

A Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho lançou hoje um relatório intitulado *Restructuring in the Recession*. Gostaria de citar apenas duas linhas: idealmente, seria preferível garantir que as medidas tomadas para enfrentar os problemas imediatos provocados pela recessão se inserem em objectivos

a longo prazo. É óbvio que a Comissão deveria insistir junto de todos os Estados-Membros no sentido de estes, no mínimo, tentarem fazê-lo.

Czesław Adam Siekierski (PPE). – (PL) Numa altura de crise económica, quando ainda todos sentimos os seus dolorosos efeitos, muitos países tomaram a decisão de se dirigir a instituições financeiras para solicitar assistência financeira. Poderemos, todavia, perguntar que proporção desses montantes, que não poderemos qualificar de insignificantes, chegaram aos mais afectados pela crise ou àqueles que deles mais precisam numa tão difícil situação.

Na Europa, milhares de pessoas, de um dia para o outro, perdem a sua fonte de sustento, a fonte de sustento das famílias. Terão os governos dos Estados-Membros levado em consideração, de alguma forma, o factor social quando requererem ajuda financeira? É lícito pô-lo em dúvida quando vemos as condições, cada vez mais difíceis, em que muitas pessoas são obrigadas a viver, e o desemprego crescente em muitos países europeus. Em consequência, gostaria de apelar a que não nos mantenhamos indiferentes às necessidades de cidadãos comuns que, como sempre acontece, sofrem mais gravemente os efeitos negativos dos erros de quem está ao leme.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL). – A aplicação do princípio da coesão económica e social é particularmente importante em situações de crise, o que exige não só um aumento significativo do orçamento comunitário como uma partilha justa da riqueza e também outras políticas que dêem prioridade à protecção e inclusão social, à criação de empregos com direitos para todos e ao acesso a serviços públicos universais e de qualidade para garantir os direitos fundamentais a todos os cidadãos.

Assim, não só os financiamentos comunitários, mas todas as propostas de medidas económicas e financeiras devem ser acompanhadas da avaliação do seu impacto social para evitar que prossiga o agravamento das desigualdades e da pobreza. Esperamos que depois deste debate, Sr. Comissário, haja iniciativas da Comissão Europeia com este objectivo.

Seán Kelly (PPE). – (EN) Senhor Presidente, é interessante - e algo deprimente - ouvir esta discussão e debate de hoje à noite, sobretudo quando a União Europeia está a agir de boa fé ao tentar ajudar os países em dificuldades.

O nosso próprio país, a Irlanda, beneficiou em certa medida dessa ajuda, e nomeadamente os fundos relativos à globalização, que devem estar a chegar, são exemplo disso. Simultaneamente, perguntamos a nós próprios como é que é possível haver má administração, quando o dinheiro é atribuído a esses países com a imposição de condições descritas como muito difíceis. Seria normal imaginarmos que uma parte dessas condições difíceis se destinavam a garantir que não ia haver má administração e que, se houvesse, seria corrigida.

Pode a Comissão garantir que esses fundos poderão ser cortados ou retirados, e que serão aplicadas multas, por exemplo? Pois não é aceitável que, se uma coisa é dada com base na confiança - como já disse a minha colega Harkin -, essa confiança não tenha retorno.

Em segundo lugar, - e para terminar -, nunca alcançaremos a situação que descreveu Proinsias De Rossa, de conseguirmos uma sociedade pós-depressão melhor da que temos agora.

Joaquín Almunia, Membro da Comissão. – (ES) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de dizer que concordo inteiramente com as condições aprovadas pelo Parlamento Europeu; é isso que a Comissão Europeia está a fazer: quando empresta dinheiro a esses três Estados-Membros utilizando o mecanismo de apoio financeiro às balanças de pagamentos, o que a Comissão faz é pedir dinheiro emprestado nos mercados financeiros, emprestá-lo exactamente nas mesmas condições - que são muito mais favoráveis para esses países do que as que estes poderiam obter se fossem pedi-lo directamente no mercado - e fixar algumas condições para garantir que eles nos devolvem o dinheiro, mas temos em conta as quatro condições que V. Exas. referiram e com as quais eu concordo por inteiro.

Porém, quando se utiliza o mecanismo de apoio às balanças de pagamentos, não se pode comparar - e, pelo que foi dado entender, parece-me que os senhores procuraram fazê-lo em algumas intervenções - uma afectação de fundos orçamentais (Fundos Estruturais, Fundos de Coesão, outro tipo de programas, de ajudas) com um empréstimo destinado a resolver um problema financeiro num país.

O problema da Letónia, que é igual ao que enfrentaram a Hungria e a Roménia, é que precisa de recorrer a esse mecanismo de apoio às balanças de pagamentos porque não pode recorrer a empréstimos nos mercados para fazer face às suas necessidades financeiras. O problema é esse. Não estamos a falar de um programa orientado para uma actividade específica ou para projectos específicos; estamos a falar de alguns países que

se debatem com dificuldades financeiras, dificuldades que em parte resultam, sem dúvida, da crise financeira, mas que, em consequência de uma má gestão anterior, são muito maiores do que as que enfrentam outros países em condições objectivamente semelhantes.

Por favor, não imputem à Comissão, ao Parlamento Europeu ou ao Conselho de Ministros a responsabilidade pela má gestão de alguns governos de certos Estados-Membros. Essa responsabilidade não é nossa; a nossa responsabilidade consiste em tentar ajudar a resolver um problema financeiro. Este problema financeiro é, em parte, um problema de balança de pagamentos, que tem a ver com o endividamento do sector privado, que precisa repor certas quantias ou de reembolsar certas dívidas e que não tem capacidade de auto-financiamento para efectuar tais operações, e, em parte, por vezes, é uma necessidade do sector público.

Quando se trata da necessidade do sector público para financiar a sua dívida pública, há mais espaço para impor condições específicas – e nós impomos-las, acreditem-me. Ainda anteontem, aqui em Bruxelas, estive a tentar convencer um representante do Governo da Letónia a zelar por a que as medidas que vão incluir no orçamento de 2010 fossem mais progressistas. Mas, por favor, não peçam à Comissão que obrigue um país a aprovar uma reforma tributária que esse país não quer aprovar; para o bem ou para o mal – e V. Exas. sabem-no tão bem quanto eu –, nós não temos essa capacidade.

Qual é, então, a nossa alternativa enquanto representantes dos cidadãos europeus? Deixar esse país cair num problema de insolvência? Deixar que não cumpra os seus compromissos externos, seja em matéria de endividamento público ou de endividamento privado? Deixar que esses problemas financeiros obriguem esse país a desvalorizar a sua moeda em 25% ou 30%, o que iria de imediato empobrecer as famílias, as empresas e o sector público com dívidas em moeda estrangeira? Estou certo de que os senhores não o querem, e eu também não. São estas as condições dentro das quais estamos a trabalhar.

Subscrevo todas as vossas análises: as do senhor deputado Rossa, as do senhor deputado Cercas, as do senhor deputado Berès, as de todos vós. É evidente que as subscrevo. Porém, a realidade actual de um país como a Letónia ou de um país como a Roménia é mais complexa do que isso. Por favor, ponham-se no lugar de alguém que tem de agir em nome de todos vós para decidir conceder ou não um empréstimo a um país que não se pode endividar e que não pode recorrer ao crédito nos mercados, como pode a maioria dos países, como pode a maioria dos países industrializados. A situação é essa. É isso que estamos a tentar resolver, na observância das condições que V. Exas. impuseram e que nós subscrevemos.

Presidente. - Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito.* – A crise financeira mundial provocou um efeito profundo e global sobre a circulação de pessoas no mundo. Neste contexto, é necessária uma maior integração política e social. Uma Europa mais forte e solidária. A União Europeia tem de garantir a protecção de todos os direitos elementares no seu próprio espaço caso contrário não pode apregoar uma política que não pratica. Defendo, por isso, um novo conceito de socialidade na União Europeia, capaz de assegurar os direitos sociais mínimos a cada cidadão Europeu. São, por exemplo, necessários padrões mínimos nas áreas da saúde, educação e nas pensões sociais que deviam ser garantidas ao nível da União Europeia. Considero crucial o estabelecimento destes mínimos dado acrescentarem uma maior homogeneidade das condições de emprego, funcionando como um efeito regulador na movimentação de empresas e de mão-de-obra. É óbvio que o apoio financeiro da União não pode, por um lado, ser condicionado por políticas que são da exclusiva competência dos estados membros, nem, por outro, condicionar essas mesmas políticas. No entanto, tal não significa que não se procure uma maior concertação política e social. Bem pelo contrário, é urgente esta integração!

Silvia-Adriana Țicău (S&D), *por escrito.* – (RO) A crise financeira obrigou alguns Estados-Membros a solicitar o apoio da UE (Regulamento (CE) n.º 332/2002 de 18 de Fevereiro de 2002) e da comunidade internacional (Fundo Monetário Internacional). Este apoio deve ser orientado não só para garantir a existência de condições adequadas favoráveis à protecção e inclusão social como para implementar um quadro conducente ao desenvolvimento económico e à criação de novos empregos. No período entre Março de 2008 e Maio de 2009, a taxa de desemprego na UE27 atingiu os 8,9%, tendo o número de desempregados passado de 5,4 milhões para 21,5 milhões. A perda de postos de trabalho constitui a principal preocupação dos cidadãos europeus. Cumpre à União Europeia e aos seus Estados-Membros manter os postos de trabalho existentes e criar novos empregos. Isto pode ser feito através de investimentos efectivos nos sectores da agricultura, educação e saúde, bem como em infra-estruturas no domínio dos transportes e energia. A cada cidadão europeu que perde o seu emprego corresponde uma família europeia que sofre de um rendimento menor e, consequentemente, desce de nível de vida. Cada emprego criado significa uma família com um nível de

vida digno e uma educação de qualidade para as gerações mais novas. O sucesso do modelo europeu é avaliado pela qualidade de vida de 500 milhões de cidadãos da Europa.

22. Situação política nas Honduras com vista às eleições de 29 de Novembro de 2009 (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre a situação política nas Honduras com vista às eleições de 29 de Novembro de 2009.

Catherine Ashton, Membro da Comissão. - (EN) Senhor Presidente, estamos hoje aqui para discutir os últimos desenvolvimentos importantes da crise política nas Honduras.

Quatro meses depois do afastamento do Presidente Zelaya, a crise política nas Honduras continua infelizmente por resolver, apesar do acordo assinado em 30 de Outubro entre os comités que representam o Presidente e o governo em funções.

A aplicação do chamado Acordo de San José, que deveria fornecer o necessário enquadramento e as necessárias condições para restaurar a democracia e a ordem constitucional nas Honduras, não avançou nada desde a rejeição pelo Presidente Zelaya do Governo de Unidade Nacional nomeado em 5 de Novembro. Além disso, o Congresso ainda não reassumiu as suas funções, o que está a ameaçar o reconhecimento da legitimidade das eleições gerais de 29 de Novembro, elemento chave para a saída da crise.

Assim, em conjunto com a Presidência, exortámos todas as partes a aplicarem de imediato a totalidade das disposições do Acordo como condição prévia para o regresso à normalidade da nossa relação, incluindo a nossa cooperação para o desenvolvimento.

Até agora, a Comissão Europeia tem apoiado integralmente os esforços de mediação e facilitação desenvolvidos pelo Presidente da Costa Rica, Oscar Arias, e pela Organização dos Estados Americanos, bem como as medidas implementadas pela comunidade internacional no sentido de exercer pressão sobre as partes para a obtenção de uma solução pacífica. O Embaixador da Presidência da União Europeia foi chamado para consultas e todos os outros embaixadores da UE abandonaram igualmente o país. Os pagamentos do apoio orçamental, bem como a cooperação para o desenvolvimento - com excepção da cooperação com a sociedade civil e da cooperação de natureza humanitária -, foram suspensos. Além disso, a missão de observação eleitoral prevista para as eleições gerais de 29 de Novembro foi cancelada.

Estamos a levar esta crise muito a sério, uma vez que representa um passo atrás, em termos democráticos, não só para as Honduras e para o resto da América Central, mas para toda a América Latina.

Quero reiterar hoje aqui que a Comissão irá apoiar a normalização da situação política nas Honduras, e, para isso, precisamos que as partes adiram ao Acordo. Embora já não seja possível, devido ao limitado tempo disponível, enviar uma missão de observação eleitoral, a Comissão enviou dois peritos eleitorais, apoiados pela Delegação da Comissão a partir de 9 de Novembro, por um período de cinco semanas, com o mandato de elaborar um relatório sobre o processo eleitoral e de aconselhar também possíveis acções pós-eleitorais. Se a situação política permitir um maior envolvimento no apoio ao processo eleitoral, a Comissão ponderou mesmo a possibilidade de conceder apoio financeiro ao tribunal eleitoral através de um acordo com o PNUD. A Comissão está também preparada para fornecer assistência financeira à OAS se as condições para as observações eleitorais se mantiverem.

Estamos a acompanhar a situação, apoiando todos os esforços no sentido de ajudar ao restabelecimento da democracia nas Honduras.

Alojz Peterle, em nome do Grupo PPE. - (SL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, na qualidade de membro de uma delegação especial do Partido Popular Europeu, tive a oportunidade, há cerca de um mês atrás, de conhecer de perto a situação política nas Honduras. A nossa delegação visitou primeiro o Senhor Arias, Presidente da Costa Rica e um mediador da crise internacionalmente reconhecido, que nos apresentou o Acordo de San José.

Nas Honduras, encontrámo-nos com o Presidente em funções, Presidente Micheletti, o deposto Presidente Zelaya, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Juízes do Supremo Tribunal de Justiça, elementos do Supremo Tribunal Eleitoral, o Presidente do Congresso Nacional, o Procurador-geral, bem como quatro candidatos presidenciais e outras importantes figuras. As partes em questão saudaram a nossa delegação e manifestaram-se dispostas a dialogar.

Independentemente das diferentes interpretações dos acontecimentos do passado mês de Junho do ano em curso, gostaria de referir que não se tem verificado qualquer escalada de violência desde a saída do Presidente Zelaya, que foi apoiada por uma decisão do Supremo Tribunal. Nas nossas conversações, defendemos a importância do diálogo político, dentro do espírito da proposta do Presidente Arias. O diálogo interno teve lugar mais tarde, mas lamentavelmente não produziu ainda qualquer resultado final. No entanto, continuo a entender que devemos continuar a bater-nos por um acordo político neste país.

Tomámos conhecimento, nas conversações com os principais actores políticos, que as eleições de 29 de Novembro não são uma consequência das mudanças políticas operadas, mas que, ao invés, haviam sido convocadas por uma decisão autónoma do Supremo Tribunal Eleitoral algum tempo antes, numa altura em que o Presidente Zelaya estava ainda no poder. Após os acontecimentos de Junho, não houve candidatos novos a expressar o desejo de ocupar a Presidência. Na verdade, os próprios candidatos presidenciais frisaram que não tinham quaisquer preocupações com a possibilidade de a crise política pôr em dúvida a legitimidade das eleições presidenciais, uma vez que a fase preparatória teve início com base em decisões democráticas.

Honduras é um dos países da América Central com que a União Europeia gostaria de celebrar um acordo de associação. Contudo, a crise política interrompeu este processo de negociação. Dado que uma evolução democrática continuada nas Honduras é do interesse da União Europeia, parece-me importante que o Parlamento Europeu envie os seus observadores para acompanhar as eleições presidenciais.

Luis Yáñez-Barnuevo García, em nome do Grupo S&D. – (ES) Senhor Presidente, depois de escutar a Senhora Comissária, não teria, na verdade, nada mais a acrescentar senão "ámen", mas eu já tinha preparada uma intervenção em nome do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento.

A ruptura da ordem constitucional nas Honduras interrompe duas décadas sem golpes de Estado na América Latina e cria um mau precedente para outros países, sobretudo os mais débeis, como é o caso agora do Paraguai.

O Parlamento Europeu não pode nem deve permanecer surdo e mudo perante tal violação do Estado de direito. Tanto o Conselho como a Comissão fizeram declarações inequívocas condenando o golpe de Estado e apoiando a mediação do Presidente Arias, em consonância com a posição adoptada por unanimidade pela OEA com o apoio das Nações Unidas.

O auto-proclamado Presidente *de facto*, Roberto Micheletti, desrespeitou os acordos alcançados recentemente, escarnecendo da comunidade internacional e, entre outras medidas, impediu o regresso à Presidência do Presidente deposto, Manuel Zelaya.

Nas actuais circunstâncias, a eleição de um novo presidente nas eleições previstas para o dia 29 de Novembro carece de legitimidade logo à partida, e os seus resultados não podem nem devem ser reconhecidos pela comunidade internacional.

O Parlamento Europeu cometeria um grave erro se enviasse uma delegação para observar as eleições, pois isso seria interpretado como um aval ao golpe de Estado; a OEA já descartou a hipótese de enviar uma missão de observação a estas eleições.

Este Parlamento definiu-se como um garante da liberdade, da democracia, do Estado de direito e do respeito pelos direitos humanos. Como disse esta manhã Václav Havel, não podemos ter dois pesos e duas medidas. Todos aqui somos democratas e, por conseguinte, militantes da liberdade. Portanto, estejamos a falar de Cuba, da China, da Coreia do Norte ou, como agora, das Honduras, o nosso discurso deve ser firme face aos liberticidas. Não nos deixemos cegar pelas nossas preferências ideológicas. Não há golpistas ou ditadores de direita ou de esquerda, apenas liberticidas e repressores.

É grande o nosso receio de que as coisas nas Honduras não mudem e que estes acontecimentos tenham criado um precedente muito perigoso. E que a doutrina do golpe de Estado bom, oportuno e não demasiado sangrento tenha triunfado.

Izaskun Bilbao Barandica, em nome do Grupo ALDE. – (ES) Senhor Presidente, em 30 de Outubro último, as partes neste conflito assinaram um acordo, o Acordo de San José, e decidiram que até 5 de Novembro seria constituído um governo de unidade e reconciliação nacional e que o Congresso restituiria a presidência a Manuel Zelaya até à conclusão do actual período governamental, em 27 de Janeiro de 2010.

O que aconteceu, porém? Roberto Micheletti tentou formar um governo de unidade nacional sem a participação de Manuel Zelaya e o Congresso adiou a votação a fim de não lhe restituir o poder. O Sr. Micheletti

não cumpriu o acordo e a situação agrava-se. Foram convocadas eleições e há candidatos que desistem, como se pode observar em todos os meios de comunicação social, por entenderem que não estão reunidas as condições democráticas para a sua realização. Verificam-se também situações de violência: hoje mesmo tivemos conhecimento do assassinato a tiro do chefe do partido da oposição e de um segurança.

O envolvimento internacional continua a ser necessário e apoiamos as acções levadas a cabo pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, pelo Presidente Lula da Silva, assim como pela missão de mediação dos Estados Unidos e pelo mediador, o Presidente Arias. Através de todas essas acções, exigimos o cumprimento dos acordos e a restituição do poder a Manuel Zelaya, para que a democracia, a legitimidade institucional e a coexistência pacífica entre os hondurenhos possam ser restabelecidas.

Solicitamos às partes envolvidas que demonstrem a sua generosidade, retomando a via do diálogo, apesar de a OEA ter declarado que isso é cada vez mais difícil. Senhor Presidente, a Europa deve associar-se à pressão internacional sobre os líderes golpistas, recorrendo a todas as acções diplomáticas e políticas que estejam ao seu alcance para promover um acordo.

Catherine Greze, em nome do Grupo Verts/ALE. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, na sequência de um golpe de Estado militar e da destituição do Presidente legítimo, o Acordo de San José poderia parecer uma boa notícia. Agora, essa esperança está morta. Ao organizar ele próprio um Governo de união nacional, o “putschista” Roberto Micheletti persistiu nas suas práticas ilegais e autoritárias. A União Europeia tem de condenar com firmeza esta atitude e de exigir a reposição imediata do Presidente Zelaya.

Na presente situação não pode haver eleições organizadas por uma ditadura ilícita. As eleições de 29 de Novembro não podem ser reconhecidas. Embora a Organização dos Estados Americanos já o tenha feito, nós devemos recusar-nos a enviar observadores. Embora a oposição se tenha retirado, recusamo-nos a reconhecer os resultados das eleições, que se transformaram em “eleições fantoche”.

Estamos preocupados com as múltiplas violações dos direitos humanos que nos são relatadas. Mais do que nunca, a Europa tem de pugnar com firmeza pela democracia. Rejeitamos qualquer acordo com um Governo ilegítimo. Os acordos SPG+ deverão ser suspensos. Se o conflito persistir, deverá chegar a hora de impor sanções. Temos a responsabilidade de zelar por que milhões de hondurenhos possam optar pela via da democracia e por que a América Latina não volte a mergulhar na era dos pronunciamentos.

Edvard Kožušník, em nome do Grupo ECR. – (CS) Senhor Presidente, Senhor Comissário, tenho grande apreço pelo senhor deputado Yañeze, ao ponto de acompanhar a sua carreira, mas não posso concordar com a forma como utilizou as palavras de Václav Havel, por quem todos nós nesta Câmara temos a maior consideração. Eu fui um entre os milhões de pessoas que saíram à rua quando Václav Havel falou na tribuna e nós estávamos na parte de baixo – tinha 18 anos na altura –, esperando uma única coisa, independentemente das nossas opiniões políticas: eleições livres. Este era o slogan daquela época e penso que é um slogan com o qual, certamente, todos nós concordamos. Falamos de eleições, porque as eleições representam democracia. Na minha opinião, a situação nas Honduras não é simples e, seguramente, não a vamos resolver apenas da perspectiva da UE: temos de olhar para ela numa perspectiva global. Na minha opinião, as eleições deveriam constituir um ponto de partida e a UE deveria ter os seus observadores naquele país, já que as eleições vão realizar-se e nós devemos ter esperança de que se realizem de forma democrática.

Ilda Figueiredo, em nome do Grupo GUE/NGL. – Condenamos o golpe de estado militar de 28 de Junho passado nas Honduras, bem como a violação permanente por parte dos golpistas dos acordos de Tegucigalpa/San José de 30 de Outubro. É inadmissível que os golpistas continuem uma clara estratégia de sistemáticos adiamentos e subterfúgios para adiar a restituição do poder ao Presidente Zelaya constitucionalmente eleito.

A União Europeia tem de exigir a reposição incondicional e imediata do Presidente Zelaya. Sem isso é impossível continuar com o processo eleitoral por este se tornar inviável e ilegítimo, já que não existem condições mínimas que assegurem aos cidadãos o exercício do direito universal ao sufrágio de forma directa, secreta e livre de coacção ou qualquer tipo de ameaça. Impõe-se que a União Europeia e este Parlamento Europeu tomem uma posição clara de condenação e repúdio destas posições dos golpistas. Que exijam a imediata reposição da democracia nas Honduras e que não aceitem enviar observadores europeus, nem quaisquer resultados de eventuais eleições nestas circunstâncias.

Filip Kaczmarek (PPE). – (PL) Senhor Presidente, Senhora Comissária, as eleições podem ser uma forma de sair de uma crise política ou de um impasse. Isso já se verificou na Europa, no passado.

Temos o exemplo das eleições na Polónia, em 1989. Não foram eleições democráticas. Foram eleições que representaram um compromisso político, mas não foram eleições democráticas. Foram decisivas, especiais, muito importantes. Para que um acto eleitoral desempenhe um papel tão especial e tão positivo é necessário que se cumpram determinadas condições, a primeira das quais é a estrita observância dos compromissos políticos que permitiram que as eleições se realizassem. O obstáculo mais comum à observância de compromissos prende-se com a interpretação daquilo que foi acordado.

Para evitar que as divergências de interpretação conduzam ao conflito é necessário algo especial, algo quase imperceptível e difícil de definir. É necessária a boa vontade de ambas as partes envolvidas, e esta necessidade sente-se de forma ainda mais premente no caso das Honduras. Sem a boa vontade de ambas as partes não se realizarão eleições sequer, ou então não estarão à altura das esperanças que nelas depositamos. Apelo, assim, à boa vontade, à consideração pelo futuro, e, no mínimo, à responsabilidade. Isto é tanto mais importante quanto no passado tanto Manuel Zelaya como Roberto Micheletti cometeram erros políticos e jurídicos. As eleições são uma oportunidade e a esperança de emendar esses erros. Estou certo que todos o desejamos.

As eleições podem ser decisivas e positivas para uma Honduras democrática. A União Europeia apoia este processo e está agradada com ele. Todos apoiamos o processo porque acreditamos que a democracia e a democratização são valores pelos quais vale a pena lutar. Hoje, nesta Assembleia, Václav Havel disse que não devemos retroceder perante o mal, pois é da natureza do mal aproveitar-se de todas as concessões. A situação actual nas Honduras é temporária e não pode durar muito. As eleições são uma oportunidade de mudança.

Emine Bozkurt (S&D). – (NL) Senhor Presidente, no dia 28 de Junho, o Presidente Zelaya, o Presidente legalmente eleito das Honduras, foi deposto pelo exército. Condeno com a maior veemência este golpe militar. O Estado de direito democrático tem de ser restaurado naquele país, e isto terá de ser feito de forma pacífica, por via do diálogo.

Há quase três semanas a esta parte – por coincidência, exactamente na altura em que a nossa Delegação para as relações com os países da América Central visitava a região – parecia que nas Honduras, ao fim de vários meses de negociações intensas, havia sido alcançado um acordo histórico por via do diálogo, um acordo que significaria a restauração da democracia e do Estado de direito, o regresso do Presidente legalmente eleito e o estabelecimento de um Governo de unidade nacional, e também, finalmente, uma verdadeira comissão para investigar a situação. Este acordo, se implementado, conferiria legitimidade às próximas eleições, mas neste momento está fora da mesa.

Expresso aqui o desejo explícito de que as partes envolvidas nas Honduras regressem à mesa das negociações para que o acordo que foi alcançado seja implementado, para anular o golpe militar pela via do diálogo. É esse o seu dever para com os cidadãos hondurenhos, que são os mais afectados por esta crise política. Se não for encontrada uma solução democrática, tudo indica que as eleições não serão amplamente reconhecidas. Isto teria consequências abrangentes para o processo de integração Centro-Americano e para as negociações sobre um acordo de associação, o que significa muitos anos de estagnação, situação da qual os cidadãos seriam as principais vítimas.

Aos colegas que já sugerem que as próximas eleições devem ser reconhecidas, gostaria de dizer o seguinte: não podemos enviar às Honduras, à América Central e ao resto do mundo um sinal de que toleramos golpes de Estado. Neste momento, todas as partes envolvidas devem concentrar a sua energia na restauração da democracia. Se os deputados ao Parlamento Europeu declararem antecipadamente que irão apoiar as próximas eleições, nem Manuel Zelaya nem Roberto Micheletti se sentirão encorajados a regressar à mesa das negociações. Isto tornar-nos-ia parte do problema, em vez de parte da solução, e favoreceria as forças anti-democráticas e a discórdia.

Willy Meyer (GUE/NGL). – (ES) Senhor Presidente, Senhora Comissária, felicito a Comissão Europeia e o Conselho por terem conseguido a unanimidade, juntamente com a comunidade internacional, numa posição muito firme de condenação do golpe de Estado, do golpe militar, condicionando qualquer acção internacional à restituição incondicional do poder ao Presidente Zelaya.

Lamento profundamente que este Parlamento ainda não tenha condenado o golpe militar. Gostaria de assinalar a responsabilidade do maior grupo parlamentar da Europa, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), que, mesmo nos debates de hoje, continua a colocar no mesmo plano os líderes golpistas e o governo legítimo. É inadmissível que este Parlamento ainda não tenha condenado o golpe de Estado militar. Concorro, pois, com o não envio de observadores e com o não reconhecimento dos resultados

das eleições de Novembro, por estas se realizarem em condições de falta de liberdade e com um Presidente legítimo sequestrado na embaixada do Brasil.

Carlos José Iturgaiz Angulo (PPE). – (ES) Senhor Presidente, gostaria que alguns discursos de condenação e de firmeza contra as Honduras de alguns membros da ala esquerda deste Parlamento fossem utilizados com o mesmo vigor para condenar o que se passa em Cuba, o que faz Hugo Chávez na Venezuela e na América Latina, porque, infelizmente, alguns continuam a desejar e apoiar mais o muro de Berlim, as purgas de Estaline e mesmo a múmia de Lenine do que a realização de eleições democráticas num país, como sucede neste caso nas Honduras. Dito isto, e face às próximas eleições, conviria fazer uma reflexão séria sobre o que aconteceu neste país da América Central.

As eleições presidenciais nas Honduras foram convocadas há 16 meses, Senhor Presidente. Os magistrados do Tribunal Eleitoral, que é o órgão responsável pela gestão das eleições, foram nomeados antes de 28 de Junho – foram nomeados, portanto, durante o mandato do Presidente Zelaya. Os seis candidatos presidenciais passaram pelo processo das primárias, e a maioria dos candidatos quer a realização de eleições nas Honduras.

Portanto, em que se baseiam alguns para não reconhecer o processo eleitoral, se era a saída natural, estando ou não o Sr. Zelaya no poder nas Honduras?

Em 30 de Outubro último, os negociadores de ambas as partes comprometeram-se, é verdade, mediante a assinatura de um acordo, a procurar uma solução para a crise. O acordo continha um conjunto de pontos-chave apoiado por ambas as partes. No entanto, os negociadores do deposto Presidente Zelaya não indicaram quem deveria presidir ao governo de unidade.

Por isso, é evidente que o Partido Popular Europeu é a favor da realização das eleições, em condições de transparência, de democracia e de liberdade, e nós vamos apoiá-las com os observadores do nosso grupo. Não nos esqueçamos que foi o mediador, Óscar Arias, Presidente da Costa Rica, quem solicitou a sua ida. Em resposta a uma pergunta da delegação para as relações com a América Central, respondeu que o seu envio era necessário, porque a própria Fundação Óscar Arias iria enviar observadores às Honduras. E vamos fazê-lo, precisamente, porque o mediador internacional, Óscar Arias, também o solicita.

Bogusław Sonik (PPE). – (PL) Senhor Presidente, creio que as eleições de 29 de Novembro constituirão uma oportunidade para as Honduras, e é dever do Parlamento Europeu enviar observadores a essas eleições. Tal não equivalerá a legitimá-las, como sugere a esquerda, pois isso seria ilegal, mas apenas se pretende ver como decorrem as eleições.

Não esqueçamos, ao mesmo tempo, que as Honduras ficam apenas a uma hora de avião de Cuba, de Havana, onde há 50 anos não se realizam eleições. Cuba é governada por um tirano comunista que envia para a prisão todos os seus adversários. O Parlamento muitas vezes apelou à libertação dessas pessoas, chegou mesmo a atribuir o Prémio Sakharov às "Mulheres de branco", mas Fidel Castro não permitiu que se deslocassem ao Parlamento Europeu para receber o prémio. Gostaria de ver a Comissão, o Conselho e a ala esquerda desta assembleia exigirem com a mesma determinação o reconhecimento dos direitos e liberdades dos cidadãos de Cuba.

Ricardo Cortés Lastra (S&D). – (ES) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero manifestar a minha extrema preocupação pela suspensão do Acordo de San José. Nas reuniões da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana que tiveram lugar no Panamá no final de Outubro, reiterámos a nossa condenação do golpe militar e o nosso apoio aos esforços de mediação da OEA.

Devemos renovar urgentemente o nosso apelo à paz e ao diálogo. A situação nas Honduras é crítica, não só a nível político, mas também social e económico. Problemas como a pobreza, a crise económica e a dívida externa não devem sofrer novos atrasos no processo de resolução do conflito político.

Agora é o momento de o Parlamento Europeu demonstrar, mais do que nunca, o seu apoio incondicional à democracia, ao Estado de direito e ao respeito dos direitos humanos, restituindo a presidência a Manuel Zelaya como condição prévia indispensável à legitimação do processo eleitoral.

Ulrike Lunacek (Verts/ALE). – (DE) Senhor Presidente, no dia em que Václav Havel falou nesta Casa sobre a liberdade por que se combateu há 20 anos atrás na Europa Oriental, gostaria de pedir a todos aqueles que militam nas fileiras do Grupo do Partido Popular Europeu e que defenderam, hoje, o envio, pela União Europeia, de observadores eleitorais para Honduras, que me dissessem o que teriam feito se, há mais de 20 anos atrás, a União Europeia tivesse declarado que ia enviar observadores eleitorais para acompanhar uma eleição ilegítima num país, relativamente ao qual todos haviam dito não haver liberdade e nele reinar um

clima de violência e falta de segurança. O que teriam V. Exas. dito então, há mais de 20 anos, se a UE tivesse declarado "Sim, vamos enviar observadores eleitorais para esse país porque o regime no poder diz que não há problema"?

V. Exas. todos teriam dito que era uma atitude ilegal da União Europeia enviar observadores eleitorais para tal país. Por esta razão, Senhoras e Senhores Deputados do PPE, peço-vos hoje que usem exactamente os mesmos critérios no que diz respeito ao que está a acontecer actualmente nas Honduras. Por outras palavras, não enviar observadores eleitorais para onde há uma eleição ilegítima.

Os meus agradecimentos à Comissão por ter adoptado precisamente esta posição.

Catherine Ashton, Membro da Comissão. - (EN) Senhor Presidente, vou ser relativamente breve, não porque não reconheça a importância da questão, mas sobretudo pela hora tardia.

Ouvi com muito interesse a paixão com que os senhores deputados falaram e as preocupações que transmitiram sobre a relação que precisamos de desenvolver a curto prazo com este país extremamente pobre que, francamente, precisa de voltar à normalidade o mais rapidamente possível.

Estou absolutamente de acordo com a preocupação manifestada pelos senhores deputados de diferentes quadrantes de que temos de garantir que a União Europeia desempenhará o papel certo nas próximas eleições e nas semanas que se lhes seguirão. Irei transmitir e deliberar sobre essa questão com os meus colegas.

Não será surpresa que é muito importante, na minha opinião, continuarmos a acompanhar de perto a situação nas Honduras, de forma a garantir que estamos a par do que está a acontecer, que tomamos as medidas necessárias e ajudamos a tentar conseguir uma solução pacífica para esta crise o mais rapidamente que pudermos.

Como já disse, trata-se de um país pobre. A resolução desta crise há muito que deveria ter sido alcançada, e congratulo-me vivamente com o apoio que os senhores deputados estão a dar à Comissão neste trabalho que estamos a tentar desenvolver nesse sentido e com vista a garantir, na parte que nos compete, que as Honduras serão capazes de regressar à normalidade tão depressa quanto possível.

Presidente. - Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Daciana Octavia Sârbu (S&D), por escrito. - (EN) Uma grande parte do debate sobre as Honduras focou, compreensivelmente, a crise política, mas os seus efeitos ultrapassam largamente a política. As Honduras são o segundo país mais pobre da América Latina, e os impactos económicos e sociais desta crise política está a afectar os 70% da população que já vive na pobreza. O turismo quase parou, a suspensão da ajuda externa está a ter um efeito directo no investimento público, e os hospitais superlotados e subequipados estão a tentar vencer as dificuldades, devidas não só aos problemas sanitários, de malnutrição e de doença, mas também, agora, das vítimas da crescente violência nas ruas, incluindo os espancamentos e mesmo as mortes infligidas pelas forças governamentais. As organizações dedicadas aos direitos humanos e ao desenvolvimento não podem realizar o seu precioso trabalho porque o seu pessoal não está protegido por direitos constitucionais normais; pelo contrário, está sujeito ao recolher obrigatório, às detenções sem culpa formada, e outras violações das liberdades individuais. Esta crise ultrapassa largamente o impasse político e as batalhas entre figuras políticas chave; afecta as pessoas normais, cuja luta quotidiana se tornou ainda mais dura nestes últimos quatro meses. Têm de ser feitos todos os esforços para garantir eleições livres e justas e a recuperação imediata dos direitos constitucionais e da ajuda externa, a fim de aliviar o sofrimento das pessoas comuns.

23. "made in" (marcação de origem) (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre "made in" (marcação de origem).

Catherine Ashton, Membro da Comissão. - (EN) Senhor Presidente, estou contente por ter hoje a oportunidade de me dirigir aos senhores em sessão plenária sobre a proposta de regulamento relativa à marcação de origem. Trata-se de uma proposta relativamente à qual os senhores deputados se recordarão que o Parlamento Europeu deu um grande apoio desde a sua adopção pelo Colégio nos tempos idos de Dezembro de 2005. Recordo nomeadamente a vossa resolução de Julho de 2006 e a declaração escrita de Setembro de 2007.

Tive o privilégio de discutir esta questão no mês passado, em Estrasburgo, com um grupo de eurodeputados que me transmitiu a necessidade urgente de adoptar este regulamento.

Penso que os senhores deputados concordarão que é de fundamental importância que a política comercial, não só reforce as oportunidades que o mercado aberto pode oferecer, mas também enfrente as preocupações que a globalização gera nos consumidores, evidentemente, mas também - e talvez sobretudo - nas pequenas empresas.

A marcação de origem tem de passar a ser vista dentro desse espírito. Na declaração de 2007, os senhores realçaram o direito de os consumidores europeus disporem de informação clara e imediata sobre as suas encomendas. É esse precisamente o objectivo deste regulamento: permitir aos consumidores europeus terem total conhecimento do país de origem dos produtos que encomendam.

A Comissão propôs uma indicação obrigatória do país de origem de certos produtos importados para a União Europeia de países terceiros. Nem todos os produtos estão abrangidos; concentrámo-nos nos mais importantes, segundo uma consulta alargada aos consumidores e à indústria.

A marcação de origem - posso acrescentar - cumpre integralmente as actuais normas e princípios da OMC e existe praticamente em todo o mundo. As importações para os Estados Unidos, o Canadá, a China e o Japão estão sujeitas a marcação do país de origem. De facto, muitos dos produtos que podemos actualmente comprar nas lojas da União Europeia já ostentam a marcação de origem, e muitos regimes jurídicos já a exigem. Isto significa, evidentemente, que, para a grande maioria dos negócios, a obrigação de marcar os produtos exportados para a União Europeia não implicará custos adicionais.

Desde 2006 que se realizam discussões no Conselho com vista a chegar a um acordo sobre a proposta da Comissão. Alguns Estados-Membros ainda não estão convencidos. Estão preocupados com a possibilidade de o peso administrativo e os custos de um regime de marcação de origem ultrapassarem os benefícios.

Tomámos boa nota dessas preocupações, e apresentámos recentemente opções concretas que pensamos resolverem essas questões. Não se trata de uma nova proposta formal, mas sim de uma tentativa de encontrar uma base comum e de conseguir um compromisso. O documento sobre as opções da Comissão foi discutido com os Estados-Membros no Comité da Política Comercial em 23 de Outubro de 2009.

Em primeiro lugar, a Comissão pediu aos Estados-Membros que ponderassem a opção de limitar a cobertura dos produtos, de forma a apenas incluir os artigos destinados ao consumidor final. A lista original incluía alguns produtos intermédios, como, por exemplo, as peles em bruto e certos têxteis, que não interessam directamente ao consumidor. A Comissão sugere agora que se incluam apenas os artigos que os consumidores possam encontrar nas lojas a retalho.

Em segundo lugar, a Comissão sugere que o regime seja lançado numa base de projecto-piloto. Qualquer seguimento seria sujeito a uma avaliação do impacto do regime proposto, o que permitiria uma avaliação do impacto sobre o custo e sobre o preço; e pode também, como é evidente, fornecer algumas indicações de como podíamos modificar a cobertura do produto por parte do regulamento.

Congratulo-me com o facto de os Estados-Membros terem recebido o nosso documento opcional com interesse. Embora nem todas as dúvidas tenham sido resolvidas e alguns Estados-Membros tenham mantido a sua oposição de princípio a esta proposta, estão dispostos a continuar a estudar a questão, e o trabalho seguirá o seu curso durante as próximas semanas a nível de ambas as reuniões de peritos e no Comité da Política Comercial. Espero sinceramente que isso abra o caminho para uma solução de compromisso.

Como os senhores deputados sabem, o novo artigo 207.º do Tratado de Lisboa confere ao Parlamento uma nova e acrescida autoridade sobre as medidas legislativas no domínio da política comercial, e o regulamento "made in" pode ser um dos primeiros a surgir em cima das secretárias dos senhores deputados.

Assim, estou muito interessada em mantê-los envolvidos de perto nas futuras discussões sobre este importante assunto, e espero ansiosamente por este nosso curto debate.

Cristiana Muscardini, em nome do Grupo PPE. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, também a nós se colocam alguns problemas, não apenas aos intérpretes e a todos aqueles que querem acompanhar o debate e, quem sabe, receber algumas respostas concretas com respeito a um problema que já se arrasta desde 2005.

Como disse, e bem, a Senhora Comissária, durante muitos anos, os nossos principais concorrentes e parceiros económicos têm tido uma marcação de origem para os produtos que entram no seu território. Contudo, a

União Europeia, não obstante a proposta de regulamento de 2005, apoiada largamente pelos consumidores, por categorias da sociedade civil, continua ainda por definir, e também apesar do parecer favorável emitido por várias vezes pelo Parlamento. A falta de regulamentação sobre a denominação de origem dos produtos mina os direitos dos cidadãos e dos consumidores e impede o bom funcionamento do mercado, o qual, para ser livre, deve ter regras comuns e partilhadas.

O Comité do artigo 133º analisou, nos últimos dias, ideias para reduzir as categorias de produtos incluídas no regulamento e para sugerir a sua aplicação durante um período experimental. Perguntámos à Senhora Comissária: estas propostas de compromisso são subscritas, pelo menos, por alguns Estados-Membros? Serão novamente objecto de estudo? Tenciona continuar a apoiar a proposta de regulamento de 2005, em conjunto com o Parlamento e no quadro do processo de co-decisão? Que garantias e que calendários propõe a Comissão no final deste difícil e tardio debate? Por último, Senhora Comissária, embora lhe agradeça, de toda a forma, o que fez com grande empenho e determinação, poderá confirmar-me o que escreveu na sua resposta à minha pergunta de 5 de Novembro de 2009, a saber, que a Comissão continuará a apoiar firmemente a aprovação da proposta apresentada em 2005 e que continuará a honrar o seu compromisso?

Gianluca Susta, em nome do Grupo S&D. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, não tenciono seguramente a esta hora – mesmo com o tempo que me foi dado – voltar a rever todas as razões que subjazem aos reiterados pedidos que nós, como Parlamento, apresentamos. Recordo que – e a própria Senhora Comissária já aludiu a este ponto, – eu e a senhora deputada Muscardini somos os únicos dois veteranos de 2006, ano da assinatura da resolução através da qual este Parlamento subscrevia a iniciativa do então Comissário Mandelson em Dezembro de 2006.

Esperávamos que a iniciativa que lançou há umas semanas atrás para introduzir pequenas alterações a fim de alcançar um compromisso pudesse ter sido mais amplamente apoiada, incluindo em sede do Comité do artigo 133º. Entre outras coisas, lamentamos que, no seio desse comité, muitos países tenham reiterado a sua oposição ou desconfiança, incluindo o representante do Reino Unido. Tudo o que queremos hoje fazer é lembrar-lhes que este pedido não tem a ver com protecção; não são as indústrias que já não são capazes de competir no mercado internacional que queremos defender, mas sim os consumidores: queremos chamar a atenção para o tema da saúde, do ambiente e de uma verdadeira reciprocidade no mercado mundial, a que falta hoje em dia. Acresce ainda que essa falta não se faz sentir só junto dos sujeitos mais fracos a nível mundial: não! Essa falta também se verifica em relação ao Japão, aos Estados Unidos, à Austrália, ao Canadá, ao Brasil, à Índia, aos principais concorrentes da União Europeia, que tem o dever, nestes momentos difíceis do ponto de vista económico, de defender o interesse comunitário, que também está por detrás deste pedido.

Por conseguinte, esperamos que o Parlamento dê todo o seu apoio às iniciativas que a Comissão lançar e esperamos também que os compromissos assumidos há umas semanas atrás sejam totalmente honrados, ainda que este processo não possa ser concluído até ao Natal mas ao abrigo do novo procedimento introduzido pelo Tratado de Lisboa.

Niccolò Rinaldi, em nome do Grupo ALDE. – (IT) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, subscrevendo os comentários feitos pelos colegas que falaram antes de mim e também apoiando os pedidos da senhora deputada Muscardini, gostaria de lembrar uma imagem de um livro de Italo Calvino intitulado “*Le Cosmicomics*” no qual o *big bang* é descrito como uma massa indistinta de matéria onde não se sabe nada sobre ninguém nem sobre as origens de ninguém. A uma determinada altura, uma mulher diz que se tivesse algum espaço, poderia fazer umas massas e pizza para os que estão presentes. Isto gera um grande entusiasmo nessa massa de matéria: há uma explosão e o espaço desejado materializa-se num mundo feito de diferenças que é hoje o universo.

Creio que, no nosso mercado global, nós estamos a andar para trás, regressando a uma massa indistinta de produtos, cuja origem e, obviamente, as próprias características escapam aos consumidores. Como Liberais e Democratas, damos uma enorme importância ao sistema e ao princípio do comércio livre, mas também ao da transparência e rastreabilidade dos produtos. Como já foi aqui dito, isto nem é tanto uma questão de comércio internacional, mas sim uma questão de protecção dos consumidores. Renovamos o nosso apoio à proposta de 2005 e – repito – subscrevo os pedidos feitos pela senhora deputada Muscardini.

Carl Schlyter, em nome do Grupo Verts/ALE. – (SV) Senhor Presidente, agradeço à Senhora Comissária por ter finalmente apresentado esta proposta. Penso que tem acontecido com demasiada frequência a Comissão Barroso não se atrever a contestar o Conselho quando este tenta andar para trás em vez de andar para a frente, mas foi isso precisamente que a Comissão fez agora. Muito obrigado. Adam Smith observou que uma economia de mercado não pode funcionar se os consumidores não receberem informação suficiente para

poderem fazer escolhas ao comprar produtos, pelo que é absolutamente necessário introduzirmos a marcação de origem.

Não deve haver excepções para os países que celebraram um acordo de comércio livre ou outro tipo de acordo com a UE; todos devem estar sujeitos às mesmas normas. Há quem afirme que a marcação é dispendiosa, mas muitos produtos já estão marcados, pelo que os custos adicionais deverão ser mínimos. Já vimos isto acontecer com a marcação mais pormenorizada da carne de bovino na Europa - não é de modo nenhum dispendioso. Mas creio que a lista poderia ser mais longa. Parece concentrar-se principalmente em produtos que são frequentemente copiados e em que todas as pessoas da indústria parecem ter interesse. Por outro lado, há muitos produtos de consumo importantes que não constam da lista, e penso portanto que esta devia ser alargada.

Helmut Scholz, em nome do Grupo GUE/NGL. - (EN) Senhor Presidente, o meu grupo, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, considera que a marcação de origem "*made in*" para os produtos provenientes de fora da UE é urgente para a União Europeia. Num mundo extremamente globalizado e desregulamentado, é absolutamente necessário permitir aos consumidores saberem de onde provêm os produtos e o que é que estão a comprar.

Penso tratar-se de um domínio em que os cidadãos e consumidores compreendem verdadeiramente o que é a Europa, e como é que a Europa pode contribuir para o comércio internacional e o mundo fora dela. Concordo com os meus colegas que devíamos adoptar a abordagem de 2005 sobre a marcação de origem. Na nossa opinião, é o mínimo que deveríamos garantir aos consumidores e cidadãos europeus. Também podíamos favorecer as pequenas e médias indústrias na Europa.

Exortamos a Comissão e o Conselho a submeterem esta questão muito rapidamente à apreciação do Parlamento Europeu. Entre outras coisas, está em causa uma abordagem coerente à tomada de decisões políticas, e penso que, neste domínio, o comércio internacional pode contribuir também para a paz internacional.

Lara Comi (PPE). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, nós fazemos parte de um sistema industrial, a nível europeu, no qual a boa reputação dos produtos depende grandemente da integridade do sistema de produção. Ao manter pelo menos parte do fabrico na Europa, podemos de facto oferecer aos nossos consumidores produtos controlados e de elevada qualidade. É do interesse de todos nós continuar a fazê-lo, dando aos consumidores a oportunidade de conhecerem exactamente o que estamos a produzir, bem como a origem do que é produzido. Para alcançar esse objectivo, precisamos de algo muito simples mas fundamental: transparência, um conceito que subjaz às regras sobre a marcação de origem, que já foram aprovadas pelo Parlamento em 2006 e que, como a Senhora Comissária mencionou há pouco, já estão a ser aplicadas nos principais mercados mundiais, como os Estados Unidos, México e China.

Apesar disto, a marcação de origem ('*made in*') não foi ainda aprovada por alguns Estados-Membros da UE. Consideramos que, se um produto é fabricado na China, ou em qualquer outro país não europeu, independentemente da sua qualidade - que frequentemente é elevada - os consumidores europeus devem poder saber o lugar de fabrico do produto, de modo a poderem fazer uma escolha consciente. Algumas pessoas poderão interpretar a necessidade de transparência como um protecçãoismo excessivo e considerar que tudo isto se traduzirá em custos acrescidos para a indústria: bem, devo dizer que não é de forma alguma assim.

A ausência de marcações de origem nos produtos importados a nível europeu, ao contrário do que acontece na China, Estados Unidos e Austrália, dificulta a possibilidade de os produtos europeus competirem num mercado internacional globalizado. Por todas estas razões, salvaguardar a ideia de produtos fabricados com o que a Europa tem de melhor para oferecer é o primeiro passo indispensável para o reconhecimento a nível dos Estados-Membros, individualmente.

Kader Arif (S&D). - (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, este não é o nosso primeiro debate sobre a marca de origem, mas como estou certo de que a repetição tem as suas vantagens, tomarei a liberdade de insistir, tal como os meus colegas, na necessidade de uma legislação europeia relativa ao "*made in*", a marca de origem.

Com efeito, a despeito da opinião expressa por este Parlamento em 2005, e subseqüentemente em 2007, através do voto da resolução do nosso colega, o senhor deputado Barón Crespo, a ausência de maioria no Conselho sempre impediu a aprovação deste regulamento.

No entanto, um texto com este representaria um progresso fundamental, não só para os consumidores, mas também para as nossas indústrias. Com efeito, com a indicação do país de origem de certos produtos importados de países terceiros, os consumidores seriam cabalmente informados sobre as características dos produtos que adquirem. Em sectores tão sensíveis como o do vestuário, o da marroquinaria ou do mobiliário, a criação de condições para os consumidores fazerem uma escolha informada é crucial para as empresas que decidiram manter a produção na Europa, preservando assim o saber-fazer europeu e o emprego na Europa.

Por essa razão, saúdo a proposta que acabou de fazer, Senhora Comissária, mas faço questão de frisar que essa proposta deve permanecer ambiciosa. Procurar obter o apoio de uma maioria dos Estados-Membros é algo que não deve ser feito em detrimento do nosso objectivo final. Seria inaceitável, por exemplo, que a marca de origem abrangesse apenas os produtos acabados, tornando assim possível importar separadamente todos os seus componentes, montá-los na Europa e apor-lhes a designação "*made in Europe*".

Além disso, gostaria de apoiar os esforços envidados pela Senhora Comissária para retirar o máximo benefício de um regulamento dessa natureza. Assim, sem voltar ao reiterado pedido de melhorar e simplificar as regras de origem, a possibilidade de criar uma marca pan-euromediterrânica representaria um progresso considerável para reforçar os sectores implantados em torno do Mediterrâneo e o comércio Sul-Sul.

Por último, gostaria de sublinhar que, no âmbito da implementação do Tratado de Lisboa, a Comissão do Comércio Internacional irá ver os seus poderes consideravelmente aumentados. A Comissão poderá, pois, contar – e asseguro-lho, Senhora Comissária – com o pleno empenhamento dos membros desta Câmara em acompanhar de perto as discussões sobre este regulamento fundamental para os consumidores e os trabalhadores europeus.

Jacky Hénin (GUE/NGL). – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o conceito de "*made in*" não deve limitar-se a uma simples questão de marcação. Deverá tornar-se rapidamente um conceito forte de respeito pelas regras mais avançadas em matéria de saber-fazer, de direitos dos trabalhadores, de desenvolvimento sustentável e de protecção do ambiente, assim como a expressão de uma atitude económica responsável.

Embora a globalização crie as condições para que todos possam produzir, a desenfreada busca de lucro apenas significa que os direitos dos trabalhadores e das populações estão a ser constantemente violados e o seu ambiente a ser destruído. O fenómeno da imitação, que no passado afectava apenas as marcas de luxo, afecta hoje sectores tão diversos como o farmacêutico, o automóvel e aeronáutico, tendo sempre o lucro como pano de fundo, enquanto a segurança dos consumidores é seriamente comprometida. Ao mesmo tempo, dezenas de milhares de postos de trabalho desaparecem,

Com a introdução do conceito de "*made in Europe*", poderíamos dar aos consumidores a possibilidade de fazerem uma escolha informada, de agirem no sentido de adquirirem novos direitos. "Sim" ao respeito dos direitos dos trabalhadores e das regras ambientais, do nosso saber-fazer e de uma gestão responsável. E em último lugar, e acima de tudo, "sim" à manutenção e à defesa dos empregos industriais na Europa.

Christofer Fjellner (PPE). – (SV) Senhor Presidente, os proteccionistas raramente admitem que as suas propostas são proteccionistas, preferindo dissimular as suas intenções por detrás de outros argumentos. Eu diria que a marcação de origem obrigatória é um exemplo claro disso. Em Junho de 2006, usei da palavra neste hemiciclo e rebati uma série de mitos relacionados com esta mesma proposta, e, nessa altura, a proposta acabou por ir parar ao sítio a que pertence – o caixote do lixo.

Contudo, a troca de concessões que precedeu a decisão sobre o acordo de comércio livre com a Coreia levou-nos a debater novamente esta proposta, e esta não é a forma apropriada de lidar com este tipo de proposta. Volvidos três anos, alguns mitos continuam manifestamente bem vivos, e há que rebatê-los.

Começamos, portanto, com o primeiro que é invocado vezes sem conta, nomeadamente que os consumidores estão a pedir esta medida, um aspecto cujos defensores afirmam ser confirmado pela consulta efectuada sobre o assunto pela Comissão através da Internet. No entanto, esquecem-se de mencionar que 96,7% das respostas à consulta vieram de um único país, a saber, a Itália, onde a indústria e grupos organizados de interesses especiais estão a promover esta questão. Hoje em dia, é possível qualquer pessoa que o deseje fazer marcar a origem dos seus produtos, e, creiam-me quando digo que qualquer empresa competitiva que esteja convencida de que consegue obter novos clientes desta forma já o está a fazer, pelo que esta medida não é necessária.

O segundo mito é que a marcação fornece aos consumidores informação relevante, assegura a sua protecção e é benéfica para o ambiente, como se se tratasse de uma questão de geografia. Não, o que se está a fazer aqui é a tirar partido dos preconceitos das pessoas, e não a proteger as pessoas. O terceiro mito é que a marcação aumenta a competitividade europeia. Mas novas barreiras técnicas ao comércio não protegem a indústria europeia. Não tem nada a ver com competitividade; esta apenas é reforçada por mercados abertos e um bom ambiente de negócios.

Se proibimos os Estados-Membros de autorizar este tipo de legislação na UE por ser proteccionista, por que razão, então, havemos de aplicar as mesmas regras ao resto do mundo sem reconhecermos que se trata de protecção? Rejeitámos a ideia de introduzir uma marcação obrigatória "made in UE", pelo que não é razoável agora introduzirmos essa obrigatoriedade em relação ao resto do mundo.

Mairead McGuinness (PPE). - (EN) Senhor Presidente, em muitos casos, como o dos alimentos e não só, já existe uma marcação do país de origem, pelo que, até aqui, nada de novo. O problema com alguma marcação dos produtos alimentares é o de que nem sempre está certa; assim, façamos o que fizemos nesta matéria, temos de ser capazes de testar a veracidade do rótulo, ou seja, que o que está escrito no rótulo está certo, de forma a que os consumidores possam obter a informação que procuram.

Uma pergunta concreta: recebi um telefonema de um fabricante que trabalha dentro da União Europeia perguntando-me se a Comissão, o Conselho e o Parlamento Europeu estão a prever um rótulo "*made in European Union*", o qual lhe permitiria promover o facto de que está a produzir dentro da União Europeia. Pode a Senhora Comissária responder-me a essa pergunta, por favor?

Seán Kelly (PPE). - (EN) Senhor Presidente, toda esta questão levantou muitos problemas, nomeadamente no sector agrícola da Irlanda. Quase sempre que ouço falar o líder da *Farmer's Union*, o Sr. Padraig Walshe, ele refere a dificuldade de dispormos de um rótulo adequado e correcto, como disse a senhora deputada Mairead McGuinness.

Parece que os produtos podem ser importados para a Irlanda, reprocessados juntando-lhes especiarias ou outra coisa qualquer, e depois vendidos como se se tratasse de produtos de origem irlandesa. Eis uma enorme decepção para o consumidor, que tem o direito de saber o país de origem, e não o país de processamento, de todos os produtos.

Posso depreender que esta prática está prestes a acabar, e que podemos passar a dispor de uma rotulagem clara e correcta para podermos saber exactamente de que país provém cada produto.

Sergio Paolo Francesco Silvestris (PPE). - (IT) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, clareza, clareza, clareza: é isto que o mercado hoje pede, exigindo regras que garantam a transparência de modo a proteger os consumidores. O mercado livre também é definido por regras claras que, quando aplicadas através de mecanismos transparentes, colocam todos os consumidores em posição de fazer uma escolha. É isso que estamos hoje a pedir, é isso que estamos, neste hemiciclo, a exigir.

Frequentemente, os canais de televisão estatais do meu país transmitem documentários jornalísticos que mostram como, nalguns países distantes – incluindo do ponto de vista cultural – da Europa, as técnicas de produção se baseiam na utilização de produtos altamente poluentes, de técnicas poluentes, de solventes tóxicos, com exploração no trabalho, inclusive infantil, em que os trabalhadores cumprem horários absurdos. Os consumidores têm de estar numa posição que lhes permita escolher, conhecendo claramente a proveniência dos produtos. É isto que se pede. Creio que chegou o tempo de aprovar, com clareza e celeridade, regras que ofereçam aos consumidores a possibilidade de escolha através de mecanismos claros e transparentes, e aprová-las com grande determinação e, como dizia, com maior rapidez do que até agora.

Catherine Ashton, Membro da Comissão. - (EN) Senhor Presidente, gostaria de agradecer a todos os que contribuíram para o importante debate sobre esta questão.

Permitam-me que comece pelos pontos suscitados pela senhora deputada Cristiana Muscardini: a sensação de que isto se arrasta há já algum tempo. No meu tempo de Comissária, tive todo o cuidado em falar com os Estados-Membros sobre as questões que mais os preocupam e tentei reagir sempre que constatei uma questão importante. Mas, como outros Comissários disseram, a realidade da vida política é a de que tenho de receber propostas do Conselho. O que significa - quando é evidente que não existe uma maioria sólida sobre uma ideia específica - repensar o que é que pode fazer a diferença entre falhar na obtenção de qualquer coisa, onde existem ideias muito claras, e o êxito.

Pareceu-me que tínhamos a oportunidade, especificando melhor o que estávamos a descrever para lidar com as preocupações dos Estados-Membros, de voltar a promover tudo isto, pois ainda continua da área da Comissão. Sobretudo quando a Comissão está a chegar ao fim do seu mandato, e é agora, como alguns dirão, que é importante reflectir sobre o que falta terminar.

Não posso dar garantias de tempo; gostaria muito de o fazer mas estou inevitavelmente nas mãos do Conselho nessa matéria. Mas comprometo-me a continuar com isto, pois o sentimento é muito forte. Vou continuar com o que penso e porque penso que é tão importante.

Alguns deputados levantaram questões específicas sobre os consumidores e a oportunidade que isto representaria para a transparência e a clareza: fornecer informação aos consumidores. Penso que até Adam Smith foi citado. É importante que, se vamos ter comércio livre no mundo, também tenhamos clareza e transparência para os consumidores, para que estes possam fazer as escolhas que devem acompanhar o comércio livre. Estes conceitos avançam de mãos dadas, não posso deixar de concordar com isso. Assim, penso que os deputados que levantaram essa questão foram de facto direitos ao centro do que isto pretende fazer.

Não se trata de protecção. Isto acontece em todo o mundo. Relativamente à maioria dos países de onde poderemos comprar os produtos que incluímos na lista, já se sabe onde os compramos. Eu próprio, na qualidade de consumidor, quero saber onde o produto é feito. Penso que, para muitos consumidores, tratou-se de uma parte importante da forma como interação com o mercado. A oportunidade de dizer que vamos garantir que dispomos dessa transparência, em minha opinião, é muito importante. Não devemos ter medo dela pois, se tivermos medo, algo está errado. A questão que se levanta com a abertura e o comércio livre e a transparência é que a enfrentemos e lidemos com ela adequadamente.

O senhor deputado Carl Schlyter perguntou-me especificamente sobre uma extensão da lista. Bom, está aberta à discussão: não se trata de forma nenhuma de uma lista acabada. Apenas tentámos avançar com aquilo que acreditamos ser uma lista realista, mas estamos perfeitamente abertos a discutir melhor o assunto.

Mas penso que devo também referir as preocupações levantadas quanto ao facto de estarmos ou não a ser suficientemente ambiciosos. O senhor deputado Kader Arif afirmou que não devemos diluir a questão. Claro que não, e eu não estou a tentar diluí-la; estou a tentar ser realista. Se, no final, chegar a uma proposta relativamente à qual pura e simplesmente não vou ser capaz de conseguir a aprovação do Conselho, então penso que é minha obrigação voltar a analisar a situação e perguntar o que é que podemos fazer, não para diluir mas sim para reconhecer as preocupações legítimas e ver como é que podemos ultrapassá-las, talvez com um modelo piloto ou um modelo mais modesto com vista a testar se o que estou a dizer é verdade e com vista a alargá-lo então mais tarde, pois teremos nessa altura uma verdadeira compreensão do que estamos a tentar fazer.

E estamos também a incluir toda a Euromed. Trata-se de uma parte da discussão ora em curso, como sabem. Quero também focar a questão do que estamos a tentar fazer em termos de protecção dos empregos. Os senhores deputados saberão que tenho feito o que me é possível no que se refere à diferença entre protecção e apoio à indústria, aos empregos, aos consumidores, etc. Temos de ser muito claros que comércio não significa ignorar todas essas coisas. São aspectos que avançam a par.

Senhor Deputado Christofer Fjellner, tenho de falar sobre a questão específica que levantou, uma vez que descreveu o que eu estou a fazer como uma forma errada de agir. Não tenho muito bem a certeza se é muito parlamentar descrever alguém no Parlamento Europeu como alguém que está a comportar-se erradamente, mas deixe-me garantir-lhe que não estou de forma nenhuma a tentar fazê-lo. Não se trata de fazer qualquer tipo de ligação. O que eu tentei fazer quando falei com os Estados-Membros sobre todos estes aspectos comerciais foi abordar o trabalho que tinha estado a desenvolver - e, sobretudo, falar com as pequenas empresas em toda a Europa, relativamente às quais estou muito empenhado em que elas disponham de reais oportunidades de, no mínimo 3% delas, conseguirem começar a transaccionar para fora da União Europeia - e questões que são muitas vezes deixadas de lado - coisas que não resolvemos de maneira nenhuma - ou relativamente às quais os países se sentem particularmente reforçados.

Esta não é a única saída, mas ocorreu-me que era uma oportunidade a tentar para repensar a questão. Está em causa um nível de concorrência leal. Está em causa a transparência e a clareza para os consumidores. Está em causa dizermos que precisamos de avançar. Espero que o Parlamento se comprometa nesta matéria e ajude a aperfeiçoá-la, para assim dispormos de algo extremamente positivo para transmitir.

Por último, foi-me feita a pergunta específica relativa ao "*made in the European Union*". Consultámos a indústria e os consumidores sobre o assunto. A resposta não foi positiva. Levantou-se a questão de poder ser caro. Não era isso que se pretendia, pelo que não prosseguimos nesse caminho.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar no próximo período de sessões.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

João Ferreira (GUE/NGL), por escrito. – A liberalização do comércio mundial tem como consequência significativas perdas de emprego e a degradação da situação social em várias regiões e países, como Portugal, mais dependentes de determinados sectores produtivos, como seja, por exemplo, o têxtil e vestuário. Situação que, no actual contexto de profunda crise económica e social, exige um outro rumo. A adopção de regras sobre a denominação de origem poderá contribuir para a valorização da produção nos diferentes Estados-Membros. Mas é necessário muito mais. É necessário defender os sectores produtivos através de um conjunto de medidas mais amplas e efectivas, entre as quais: - A implementação de mecanismos de defesa e salvaguarda face a exportações agressivas, dando prioridade à produção local. - A ruptura com o modelo baseado em baixos salários, baixas qualificações e precariedade do emprego. - A existência de instrumentos públicos de controlo da produção e de regulação dos mercados, que garantam a defesa do princípio da soberania e segurança alimentares. - Um combate eficaz à deslocalização de empresas. A defesa do direito de cada país a produzir de forma sustentável constitui uma exigência de futuro. Em nome de uma nova racionalidade económica, social, energética e ambiental, que o modelo neoliberal não só não garante, como inviabiliza.

24. Decisões sobre determinados documentos: Ver Acta

25. Ordem do dia da próxima sessão: ver Acta

26. Encerramento da sessão

(A sessão é suspensa às 00H15)